REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO
Ano XLIII • Nº 1 • Janeiro - Junho de 2007

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

APM

Ano XLIII • Nº 1 • Janeiro-Julho de 2007

Este livro contem cento e cincoenta folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo Director, destina-se á escripturação dos termos de inscripção de candidatos, e de todos os actos relativos aos concursos, que devem ser realisados para o preenchimento de cargos desta Repartição. Secretaria do Archivo Publico Mineiro em Ouro Preto, 4 de Maio de 1898.

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLIII • nº 1• janeiro-julho de 2007
Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Governador do Estado de Minas Gerais
Aécio Neves da Cunha

Secretária de Estado de Cultura
Eleonora Santa Rosa

Secretário Adjunto de Estado de Cultura
Marcelo Braga de Freitas

Superintendente do Arquivo Público Mineiro
Renato Pinto Venâncio

Diretora de Acesso à Informação e Pesquisa
Alice Oliveira de Siqueira

Coordenação Editorial
Renato Pinto Venâncio

Editor
Regis Gonçalves

Projeto gráfico e direção de arte
Márcia Larica

Produção executiva
Roseli Raquel de Aguiar

Pesquisa e seleção iconográfica
Luís Augusto de Lima

Revisão
Lílian de Oliveira

Fotografia
Daniel Mansur

Editoração eletrônica
Túlio Linhares

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Archivo Público Mineiro.
Ano 1, n.1 (jan./mar.1896) - . Ouro Preto:
Imprensa Official de Minas Gerais,
1896 - v. ; il.; 26 cm.

Semestral
Irregular entre 1896-2005.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1. História - Periódicos. 2. Arquivologia - Periódicos.
3. Memória - Periódicos. 4. Minas Gerais - Periódicos.
5. Arquivo Público Mineiro - História.
I. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.
II. Arquivo Público Mineiro.

CDU 905

SUMÁRIO

Archivo Publico Mineiro

Ouro Preto, ... de ... de 189...

O presente volume da **Revista do Arquivo Público Mineiro** é dedicado à história desta centenária instituição, cuja importância, nacional e internacional, é por todos reconhecida. Sua publicação foi possível graças ao patrocínio do *Programa Cemig Cultural* e à sensibilidade e dinamismo da Secretaria de Estado de Cultura, atualmente um elemento-chave na renovação cultural de Minas Gerais.

Da mesma forma que nos volumes anteriores desta nova série da **RAPM**, serão divulgados, por meio de dossiê temático, projetos desenvolvidos no âmbito da instituição. Neste número, abordou-se a história do próprio Arquivo Público Mineiro. Com este dossiê demarca-se um momento de modernização do mobiliário e dos depósitos de guarda de documentos. Tais reformas obedeceram aos mais exigentes padrões internacionais de climatização e de acondicionamento de documentos, alçando o APM a um nível de qualidade há muito ambicionado.

Trata-se de ações patrocinadas pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, no contexto do projeto *Circuito Cultural da Praça da Liberdade*, responsável pelas reformas do prédio anexo do APM, onde estão localizados os depósitos de guarda de documentos. Essas reformas também contaram com o patrocínio do *Programa BNDES Cultural*, que, atendendo proposta de financiamento elaborada pela Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, viabilizou a aquisição do novo mobiliário.

Da mesma forma que nos números anteriores, neste volume também valorizamos, em entrevista, o registro da memória de importante historiador. Nos ensaios, comemora-se o centenário de Caio Prado Júnior e se analisa o polissêmico conceito de arquivo. Na seção dedicada à arquivística, uma novidade: além de artigo da área, abre-se espaço para a divulgação de notícias referentes à organização de arquivos municipais em Minas Gerais. A seção *Estante* traz novidades bibliográficas de história regional, ao passo que a *Estante Antiga* se renova com a divulgação de documentos e de seu uso em sala de aula.

Enfim, o presente volume da **RAPM** em muito honra sua centenária tradição, revelando uma instituição que se mantém em constante atualização, seja do ponto de vista dos padrões arquivísticos mais atuais, seja do ponto de vista de sua missão técnica, educacional e científica.

Renato Pinto Venâncio
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Entrevista

Kenneth Maxwell

Um inglês nos arquivos coloniais

Chegado ainda muito jovem ao Brasil, na década de 1960, o historiador lançou-se ao árduo trabalho de pesquisa nos arquivos, vindo a tornar-se um dos mais respeitáveis conhecedores de nossa história colonial no setecentos.

É sabido que, ao longo do século XX, foi substancial a contribuição dos *brasilianistas* para a pesquisa histórica do Brasil. Em relação a Kenneth Maxwell, historiador britânico e diretor do *Programa de Estudos Brasileiros da Universidade de Harvard*, essas contribuições foram múltiplas e fecundas. Afinal, trata-se do autor de um estudo clássico da historiografia colonial, *A Devassa da Devassa*: *a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808* – obra que, em 2007, completa três décadas de publicação em língua portuguesa.

Nesse livro, a pesquisa minuciosa e ampla alia-se a perspectivas historiográficas inovadoras, que evitam abordagens anacrônicas do tema. Porém, a reconhecida importância dessa obra em momento algum se confundiu com sua recepção passiva. Desde o lançamento, a *Devassa da Devassa* tem suscitado discussões e calorosos debates. Um dado, porém, é consensual: trata-se de um estudo fundamental para todos aqueles que pretendem conhecer a Inconfidência Mineira.

Em continuidade a essas pesquisas, Kenneth Maxwell publicou *Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo* – traduzido para língua portuguesa em 1996 –, pesquisa que também desvenda com maestria o intricado mundo luso-brasileiro do século XVIII.

Longe de ser um pesquisador desvinculado de preocupações com o presente, K. Maxwell tem se engajado em lutas pela democracia, com críticas viscerais às ditaduras, postura que lhe tem suscitado, inclusive, eventuais perseguições políticas. Sua atitude coerente e corajosa tem dado origem a pesquisas de fôlego, como no caso da obra *O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal* – publicada no Brasil em 2006 –, livro no qual analisa os desdobramentos da Revolução de 25 de abril de 1974, ou Revolução dos Cravos, e o complexo processo de construção da democracia portuguesa.

Mesclando temas da história moderna e contemporânea, Kenneth Maxwell também tem produzido importantes ensaios, alguns deles reunidos em livros, como *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais* (1999), no qual analisa assuntos variados, que vão da história da pirataria e da alimentação à evolução política brasileira de nossos dias – perspectiva igualmente presente em outras publicações, como *Mais malandros: ensaios tropicais e outros* (2002).

Eis alguns dados do percurso intelectual de Kenneth Maxwell, que, nas páginas a seguir, narra parte de suas experiências em arquivos luso-brasileiros, sugerindo novas perspectivas de pesquisa.

RAPM - Em sua trajetória intelectual, como nasceu o interesse pela história do Brasil e, em particular, pela história de Minas Gerais?

Kenneth Maxwell - Meu interesse pela história de Minas Gerais seguiu-se diretamente de meus estudos sobre a Conjuração Mineira. Mas este não foi o meu tópico inicial de pesquisa. Eu vim para Minas seguindo uma trilha encontrada nos arquivos e sem nenhuma noção preconcebida. Estive no Brasil pela primeira vez em 1965, como estudante do primeiro ano de pós-graduação, e trabalhei no Rio de Janeiro por quatro meses, principalmente na Biblioteca Nacional. Estava, então, interessado na independência do Brasil e tinha a intenção de escrever minha tese de doutorado sobre esse assunto. Mas essa era uma pesquisa inicial, muito superficial, e eu estava apenas começando a ter o foco do que eu pesquisaria e escreveria. Era preciso começar do zero, já que eu não tinha praticamente nenhum conhecimento anterior sobre esse período da história brasileira. Passei, então, a ler muitas monografias secundárias e me pareceu que, nesse estágio inicial da pesquisa, quanto mais lia, mais precisava saber sobre o século XVIII para entender as peculiaridades do que aconteceu no Brasil depois de 1808: peculiaridades sobre a vinda da Corte portuguesa da Europa para o Brasil e tudo o que se relacionasse a esse evento singular. Depois, quando retornei ao Brasil, passei boa parte dos anos de 1966 e 1967 pesquisando e, em abril de 1967, algum tempo em Minas Gerais – Ouro Preto e Belo Horizonte – trabalhando no Museu da Inconfidência e no Arquivo Público Mineiro. Naquela época, o Arquivo ocupava um edifício velho e em mau estado. Acho que eu era o único estudante pesquisando lá. Fui muito bem recebido e encontrei materiais incrivelmente ricos no APM, passando um bom tempo a ler documentos do período colonial, especialmente a *Coleção Casa dos Contos*, as várias correspondências oficiais dos governadores, documentos das câmaras municipais, registros fiscais, livros contábeis das capitanias, registros de contratos e assim por diante.

Encontrei materiais incrivelmente ricos no APM, passando um bom tempo a ler documentos do período colonial, especialmente a *Coleção Casa dos Contos.*

Mas foi preciso mais três anos de pesquisas para absorver tudo o que eu tinha encontrado, para organizar os materiais e fazer uma abordagem rigorosa, reconstruir a cronologia etc. Depois disso, acho que foram mais uns nove meses em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional, lendo documentos sobre Minas.
Eu estava muito interessando no contexto Atlântico, no contexto imperial luso-brasileiro e, especialmente, em saber como a Conjuração era vista pelos responsáveis pela administração das colônias em Lisboa. Era também fundamental pesquisar quaisquer ligações internacionais com os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e a Espanha, entre outros países. Depois de tudo isso, passei mais um ano na Biblioteca de Newberry, em Chicago, escrevendo. Não sei se poderia fazer uma pesquisa parecida hoje em dia. Naquela época eu tinha vinte e poucos anos de idade e aquela foi realmente uma oportunidade excepcional para pesquisar e escrever sem grandes preocupações.

RAPM - Qual é sua opinião a respeito dos arquivos brasileiros?

Kenneth Maxwell - Foi extremamente empolgante trabalhar em Minas e em outros arquivos brasileiros. Eu tinha a impressão de ser a primeira pessoa a ver alguns daqueles documentos desde que eles haviam sido escritos. E acho que, em muitos casos, fui de fato o primeiro a lê-los, uma vez que eles ainda estavam amarrados e embalados em seus pacotes originais, como devem ter sido originalmente armazenados no século XVIII. Naquela época, os documentos estavam cobertos de um pó que, acho, era cianureto, para desencorajar os insetos de comerem os papéis (algo que, em várias casos, eles já haviam feito!). Eu me lembro de abrir um livro e encontrar o seu interior inteiro comido. Trabalhávamos sem nenhuma luva ou proteção – é surpreendente ainda estarmos vivos! Quando voltei a Belo Horizonte, em 1977, para participar, a convite da professora Norma de Góes Monteiro, de um seminário de estudos mineiros, fiquei muito surpreso de ver o novo prédio do APM e como os documentos estavam bem armazenados e catalogados. E o mesmo aconteceu em relação ao Museu da Inconfidência. Quando estive lá, em 2003, para examinar mais de perto o famoso "Livro de Tiradentes" – *Recueil des loix constitutives des colonies angloises* – que contém a declaração de independência dos Estados Unidos e outros documentos fundamentais do período –, fiquei muito bem impressionado ao ver como esses documentos estão bem cuidados. Quando estava pesquisando no Museu da Inconfidência em 1967, eu trabalhava numa mesa do lado de fora da sala do diretor – e ele ficava preocupado por eu estar trabalhando demais. Apesar da preocupação dele, achei tempo para me divertir, passando noites com amigos que havia feito na república Necrotério e as manhãs fazendo desenhos – entre eles um grande desenho de Ouro Preto, de uma daquelas colinas da cidade, que está aqui em frente, na minha mesa, neste momento. Naquela época, não era comum ter um pesquisador estrangeiro, especialmente um mero estudante de pós-graduação, vasculhando os arquivos brasileiros, seja na Biblioteca Nacional, seja no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no Rio, e mais ainda em Minas. Quando cheguei pela primeira vez ao Arquivo Público Mineiro, ele me pareceu fechado, então andei até o outro lado das escadas e bati na porta para ver se havia alguém. Eu havia, na verdade, batido na porta do gabinete do diretor, Dr. João Gomes Teixeira, que estava lá e me recebeu como se eu fosse um convidado esperado. O Dr. Teixeira me falou sobre o último visitante estrangeiro, Arnold Joseph Toynbee, já então um historiador muito famoso, e quis saber o que eu achava do livro mais recente de Toynbee, sobre o futuro da civilização ocidental. Por sorte, eu havia lido nos jornais que aquele grande homem havia previsto que não seria um futuro feliz... Aliás, uma das coisas mais marcantes de minhas primeiras experiências no Brasil, na época, foi justamente esse tipo de interrogação sobre livros, teorias e disputas mais recentes, das quais geralmente eu tinha pouquíssimo conhecimento. Foi então que compreendi que precisava ler muito mais sobre tudo isso, para não desapontar meus anfitriões. Havia uma enorme energia e curiosidade intelectual naquela antiga geração de intelectuais brasileiros.

> Uma das coisas mais marcantes de minhas primeiras experiências no Brasil foi esse tipo de interrogação sobre livros, teorias e disputas mais recentes.

RAPM - Qual é a importância dos arquivos portugueses para a pesquisa a respeito da história do Brasil?

Kenneth Maxwell - Eles são essenciais. É realmente impossível entender o Brasil colonial, especialmente Minas colonial, sem os arquivos portugueses. Mas eu também considero impossível entender o século XVIII em Portugal sem o conhecimento do Brasil, e especialmente de Minas, naquele período. Passei muito tempo nos arquivos portugueses para escrever *Devassa da Devassa*, como fiz no Brasil, e também precisei trabalhar em arquivos na Espanha, na França e na Inglaterra.

> É impossível entender o Brasil colonial sem os arquivos portugueses. Mas também considero impossível entender o século XVIII em Portugal sem o conhecimento do Brasil.

RAPM - Quais são os temas referentes à história do Brasil pesquisados atualmente nas universidades norte-americanas?

Kenneth Maxwell - É muito difícil generalizar, mas me parece que no momento há maior interesse no século XIX. Também, é claro, em história contemporânea, temas de gênero, raça, história cultural e a renovação de excelentes trabalhos de história econômica. Tem havido muitos estudos interessantes fora das áreas tradicionais, por exemplo, em termos de modelos políticos e de desenvolvimento em regiões tradicionalmente isoladas geograficamente, como o estudo da professora Judy Bieber[1] sobre a construção do Estado e políticas locais na região do Rio São Francisco, assim como na de Montes Claros, em Minas Gerais. A própria profissionalização do trabalho histórico em Minas nos últimos anos é, em si, algo muito rico e impressionante. A qualidade das publicações sobre assuntos históricos na UFMG tem sido excelente. Há, por exemplo, o maravilhoso livro sobre o poder e o desenvolvimento urbano em Minas, escrito por Cláudia Damasceno Fonseca[2] e publicado na França. Então, em ambos os sentidos, internacional e localmente, o cenário é encorajador.

RAPM - Em sua opinião, a história da Minas Gerais colonial depende mais dos arquivos

locais, nacionais ou internacionais?

Kenneth Maxwell - Todos são essenciais, mas depende do assunto e do período.

RAPM - Qual foi sua melhor e sua pior experiência em arquivos?

Kenneth Maxwell - A experiência mais entusiasmante foi perceber que a cronologia tradicional da Conspiração Mineira precisava ser revista.
Eu notei que as datas não estavam corretas e que a derrama foi suspensa antes das denúncias, e não depois. Pude confirmar isso em Lisboa, na documentação enviada pelo Visconde de Barbacena, ou seja, que não havia sido alterada ou manipulada. Esse foi um momento muito empolgante. Que eu me lembre, nunca tive uma má experiência, alguns desapontamentos talvez. Quando comecei minhas pesquisas em Lisboa, Portugal ainda estava sob a ditadura de Salazar, e a Biblioteca Nacional tinha dois catálogos para solicitações de livros. Um era para livros que qualquer pessoa poderia consultar; o outro era para livros considerados politicamente subversivos – se você solicitasse um daqueles, automaticamente se tornava um suspeito político. Como quase tudo que a Inquisição havia proibido ainda permanecia na lista de materiais interditados pelo regime de Salazar, quase tudo que eu pedia me transformava em um subversivo. Eu esperava voltar ao Brasil freqüentemente depois de 1967, mas infelizmente, por razões políticas e outras, houve um intervalo de dez anos, quando então voltei a convite de um seminário de estudos mineiros. O seminário aconteceu antes da publicação da *Devassa da Devassa*, no final de 1977, e no caminho para Belo Horizonte pude rever e revisar cuidadosamente a tradução e certificar-me que todas as citações eram dos documentos originais e assim por diante. Aliás, este será o ano do trigésimo aniversário de sua publicação no Brasil.

A própria profissionalização do trabalho histórico em Minas nos últimos anos é, em si, algo muito rico e impressionante.

RAPM - Quais são, segundo seu ponto de vista, os temas da história de Minas que deveriam merecer maiores pesquisas?

Kenneth Maxwell - Talvez eu esteja focado demais no período colonial, mas me anima muito ver o bom trabalho e a excelente qualidade das publicações recentes. Porém, eu ainda gostaria de ver mais historiadores usando os arquivos. Não há desculpa para não fazer isso, especialmente hoje em dia, quando eles estão tão mais acessíveis.

RAPM - Que conselho o senhor daria a um pesquisador iniciante?

Kenneth Maxwell - Mantenha a mente aberta. Deixe que os documentos lhe contem a história. Leia-os, todos, de forma contextualizada e sistematicamente. Somente ao ler os documentos, da forma mais abrangente possível, pode-se entender o que aconteceu. E nunca tenha medo de ser levado por caminhos secundários. Eu passei anos explorando tangentes que pareciam não levar a lugar algum, mas anos depois encontrei outros pedaços do quebra-cabeça, e o caminho não levava, de fato, a uma rua sem saída. O historiador precisa ter paciência e persistência. Esta talvez seja realmente uma das poucas profissões nas quais os anos, quanto mais passam, mais podem ajudar o historiador a compreender melhor... não sei, mas é ao menos uma esperança!

Notas |

1. BIEBER, Judy. *Power, Patronage, and Political Violence: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1999.

2. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux Villes d'Or: pouvoirs et territories urbains au Minas Gerais* (Brésil, XVIII^{e} siècle). Paris: Centre C. Calouste Gulbenkian, 2003. A sair no Brasil pela Editora UFMG, em tradução de Juliana Gambogi Teixeira.

Tradução Marina de Moura
Integrante do Escritório no Brasil do David Rockefeller Center da Universidade de Harvard.

Detalhe da capa do *Livro de registro de entrada e saída de documentos e de livros enviados ao Arquivo Público Mineiro*, 1927. APM-MFL (AP), 001.

A boa árvore e seus frutos

João Antonio de Paula

Muito tem se adensado, entre nós, a pesquisa e a reflexão sobre instituições e instrumentos de pesquisa historiográfica. Prova cabal do aperfeiçoamento e sofisticação do fazer historiográfico é que a "história da história", a "história das instituições de pesquisa histórica", os "arquivos dos arquivos", bem como a publicação de catálogos, índices e repertórios de fontes para a investigação histórica têm se disseminado no país como dos mais inequívocos méritos da consolidação dessa pesquisa, a partir da expansão dos programas de pós-graduação universitária.

O que foi, durante muito tempo, resultado da ação algo heróica de pioneiros como Rubens Borba de Moraes, José Honório Rodrigues e Hélio Gravatá aos poucos se impõe como prática corrente e exitosa de vários pesquisadores e instituições. Faz parte desse quadro, que se quer afirmar auspicioso, a iniciativa da Superintendência do Arquivo Público Mineiro, que, na nova fase de sua Revista, relançada em 2005, depois de dez anos de interrupção, houve por bem criar a seção *Dossiê*, que visa a apresentar e discutir o próprio acervo documental do APM.

É esta seção que se apresenta aqui. Trata-se do *Dossiê* sobre a história do Arquivo Público Mineiro, instituição notoriamente reconhecida como das mais importantes do país, seja na especificidade de seus cuidados como repositório documental para a pesquisa historiográfica, seja no seu permanente papel como instrumento de apoio à administração pública e como fonte comprobatória de direitos individuais e coletivos, que se tem ou se julga ter.

Inicie-se dizendo que os artigos deste *Dossiê* trazem elementos novos e diversificados para o maior e melhor conhecimento do APM. *A História de Minas como história do Brasil*, de autoria de Valdei Lopes de Araújo e de Bruno Franco Medeiros, ambos da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), tem ampla envergadura, na medida em que tematiza as tensões constitutivas da historiografia brasileira no século XIX. O centro de seu argumento é a contraposição que haveria entre uma história geral – modelo que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro advogou e tal como o realizou Varnhagen, à luz dos interesses da monarquia em seu esforço centralizador – e a perspectiva corográfica, defendida e praticada, por exemplo, pelo brigadeiro Cunha Matos, que representaria, de algum modo, interesses regionais-locais "como resistência ao modelo político hegemônico".

Para os autores, que bem o argumentam, a perspectiva historiográfica que teria inspirado a criação do APM foi a corográfica, significando isso a valorização de aspectos histórico-regionais locais, como se vê, por exemplo, na *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837), de Raimundo José da Cunha Matos; na *Crônica do Brasil Colonial - Apontamentos para a História do Maranhão* (1864-1865), de João Francisco Lisboa; ou nas *Memórias do Distrito Diamantino* (1868), de Joaquim Felício dos Santos.

O processo de criação do APM, em que se manifestaram tensões e disputas, continuidades e rupturas, se não substituiu o modelo IHGB/Varnhagen, redimensionou a relação entre o todo e as partes da nação. Na visão dos articulistas, para os criadores do APM "o Brasil só poderia assumir seu destino histórico se Minas Gerais o revelasse através da revisão de sua história local".

Valdei Lopes Araújo e Bruno Franco Medeiros dão o destaque devido à atuação decisiva de Xavier da Veiga, primeiro e fundamental diretor do APM. É sobre esse mesmo Xavier da Veiga, protagonista da criação do APM, de que trata *O Artífice da memória*, artigo de

Marisa Ribeiro Silva, mestre em história pela UFMG. Aqui a autora buscou pesquisar os correspondentes do APM, escolhidos por Xavier da Veiga, sobretudo – conforme mostra Marisa Ribeiro – pelo que traziam de prestígio e apoio político para a instituição. Recrutados entre a elite política, econômica e intelectual de Minas Gerais, os correspondentes do APM, se pouco parecem ter contribuído para a formação do acervo documental – constituído, basicamente, pela remessa de documentação por parte de instituições públicas –, muito contribuíram para a afirmação do APM como instituição importante, seja no âmbito da administração pública, seja como instituição cultural.

A Lógica e o labirinto, artigo da professora da Universidade Fumec Ivana Parrela, é algo complementar ao de Marisa Ribeiro. Também aqui se busca apreender a política de recolhimento de documentação por parte do APM, salientando-se as vicissitudes desse processo, a partir de 1910, quando – a autora argumenta – o recolhimento teria ocorrido atrelado às relações pessoais dos sucessivos diretores do APM.

O artigo *Nas origens da Seção Colonial*, escrito pelo professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) Caio Boschi, dá seqüência à decisiva contribuição que ele tem aportado, desde 1975, ao estudo de nossas bibliotecas e arquivos, em trabalhos inestimáveis para todos quantos se dedicam à história de Minas Gerais e do Brasil. Focado na constituição do fundo documental da Secretaria do Governo da Capitania de Minas Gerais, Caio Boschi, com a segurança e a maestria que caracterizam seus trabalhos, apresenta-nos um fragmento importante e inovador da história administrativa da Capitania, chamando a atenção para figuras pouco conhecidas ou valorizadas, mas decisivas da administração colonial, como foi o secretário Antonio de Souza Machado, que respondeu pela Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, com pequenas interrupções, de 1736 a 1749.

Entre outras teses significativas, que aperfeiçoam nossos conhecimentos, seja sobre a história de Minas Gerais, seja sobre instituições que conservam documentos e servem à pesquisa histórica, Caio Boschi mostra o quão infundada é a acusação que costumeiramente se faz à administração colonial, tida por inepta e confusa. Ao contrário, o autor demonstra "o cuidado dos secretários de governo em evitarem desarticulações ou dispersão das peças e dos conjuntos documentais que recebiam, que produziam e que formavam", enfatizando o papel que tal zelo significou para a boa constituição dos fundos documentais do APM.

A História passada a limpo, artigo restante do *Dossiê*, foi escrito pelo autor destas notas e diz respeito à **Revista do APM**, que completou, em 2006, 110 anos de existência. Essa publicação, como se procurou mostrar, é um dos pontos altos da vida cultural de Minas Gerais e do Brasil. Têm sido inúmeros os assinalados serviços que a **Revista do APM**, por tanto tempo, vem oferecendo, seja à pesquisa histórica, seja à publicização de documentação de interesse público.

O *Dossiê* que se buscou apresentar aqui, destacando e discutindo o próprio acervo documental do APM, dá mostras da maturidade e da relevância dessa instituição, que é exemplo do melhor que as instituições públicas podem almejar.

João Antonio de Paula é professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Dossiê

A história de Minas como história do Brasil

Bruno Franco Medeiros
Valdei Lopes de Araújo

Diferentemente do paradigma universalista, então hegemônico na historiografia brasileira, a criação do Arquivo Público Mineiro veio consagrar um modelo de tipo corográfico como pré-requisito para a construção de uma história geral do Brasil.

> Na segunda metade do século XVIII, o que chamamos hoje de história regional se enquadraria no conceito amplo de histórias particulares. Essas histórias eram particulares em oposição a um outro conceito complementar, o de história geral. Uma história particular poderia ser definida por sua temática específica, como a história militar, literária e eclesiástica, ou por seu recorte espacial circunscrito.
A essa compreensão da escrita da história correspondia um conjunto de formas literárias próprias, muitas delas especialmente talhadas para oferecer um tratamento temático, mais do que cronológico, ao material recolhido. Para as histórias particulares de recorte espacial, a corografia foi certamente a forma mais cultivada.

Histórias locais e particulares

O formato corográfico é bastante antigo, alguns autores o identificam em textos de escritores gregos e romanos.[1] Sua prática esteve associada à historiografia antiquária e erudita, que ao longo dos tempos modernos especializou-se na chamada história local, por oposição à grande tradição da história política clássica. A historiografia produzida pelos antigos era caracterizada pelo intenso uso de documentação, assumindo geralmente formas não narrativas para a exposição do material. No mundo português, a corografia esteve estreitamente associada à atividade militar e administrativa, sendo utilizada para o reconhecimento dos novos territórios e populações. Essa ligação entre corografia, atividade militar e administração é um dos traços de permanência da tradição corográfica portuguesa.

No século XVII, na parte introdutória de sua *Geographia Generalis*, publicada em 1650 em Amsterdã, Bernardo Varenius repetia uma longa tradição ao dividir a geografia em dois grandes campos:

> Geografia *Geral* ou *Universal* é aquela que considera a Terra em conjunto e explicita suas propriedades sem levar em conta as particularidades de cada região. Chama-se *Especial* ou *Particular* aquela que estuda a constituição de cada uma das regiões, e
> que se subdivide em: corografia e topografia.
> A corografia mostra a descrição de alguma região que tenha uma extensão maior e a topografia descreve com detalhe um lugar
> ou uma pequena extensão da Terra.[2]

Essa mesma definição pode ser encontrada no verbete *corografia* do *Vocabulário Portuguez e Latino*, publicado por Rafael Bluteau na primeira metade do século XVIII, permanecendo sem grandes modificações ao longo do século XIX. Essa estabilidade da definição do léxico escondia profundas transformações no gênero, que precisou se adaptar aos diferentes paradigmas de conhecimento.

No Brasil, a forma corográfica ofereceu a possibilidade de enfrentar a dispersão real e simbólica do território. Na impossibilidade de totalizar a experiência da América portuguesa em torno de imagens gerais efetivas, utilizava-se de um formato literário onde a fragmentação e a inconclusividade eram regras.
A corografia associou-se ao memorialismo para a produção de conhecimento orientado pela metáfora do mosaico.[3] Assim como a experiência do passado se apresentava como a de um conjunto variado de histórias, também o espaço poderia ser descrito a partir de certas unidades autônomas, sem que as diversas lacunas no conhecimento oferecessem um obstáculo intransponível para o relato. O gênero adaptou-se muito facilmente à concepção de território aberto.[4]

Nesse conhecimento produzido a partir da metáfora do mosaico, os diversos relatos, escritos por diferentes autores, poderiam ser totalizados em um momento futuro. A história geral, algumas vezes chamada universal, era vista apenas como a correlação dessas histórias especiais em um quadro mais amplo; por isso, era quase sempre entendida como tarefa para o trabalho em equipe. Assim fora concebido o projeto de uma *História Universal da América Portuguesa*, formulado pela Academia Brasílica dos Renascidos. Uma das primeiras iniciativas desse projeto historiográfico foi repensar a regionalidade do território americano, propondo novas formas de conceber sua divisão e, por conseqüência, as tarefas historiográficas a serem distribuídas.[5]

História geral e histórias naturais

Entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX a história geral foi incorporada, em grande medida, às chamadas histórias naturais. Sem romper com a concepção de mosaico, as histórias naturais imprimiram um outro padrão de racionalidade, dirigido por um projeto sistemático de conhecimento da paisagem natural. No projeto dos Acadêmicos Renascidos, a América portuguesa inseria-se no grande livro da história através de um modelo providencialista e homogêneo de Ocidente. Na nova historiografia natural o território americano era assimilado aos padrões de racionalidade sistêmica recém-descobertos e que deveriam organizar o território de uma paisagem mundial hierarquicamente organizada.

No interior das histórias naturais, as corografias tinham uma inserção ambígua. Por um lado, eram fundamentais, na medida em que apresentavam a realidade local; por outro, sua ênfase nas particularidades tendia a chocar-se com o projeto centralizado e sistêmico. Os corógrafos, transformados em naturalistas, tinham dificuldades em reduzir seu próprio programa de uma história local às demandas por descrições taxonômicas. Esse longo processo de tensão e aprendizado pode ser identificado na correspondência entre os “naturalistas” locais e seus “mestres” na Europa.[6] Sob o ponto de vista de um Estado metropolitano em processo de reorganização de seus padrões de dominação, a história natural apresentava maiores vantagens.

A centralidade assumida pela história natural só seria transformada com a emergência do programa das histórias nacionais modernas. Sabemos que no Brasil esse programa se constituiu ao longo do segundo quartel do século XIX, tendo como seu espaço privilegiado, mas não único, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Homens como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos e José Feliciano Fernandes Pinheiro participaram ativamente das lutas pela Independência brasileira e mantiveram uma preocupação constante em produzir uma história do Brasil a partir do evento fundador da nova nacionalidade. Pontos fundamentais desse programa já haviam sido elaborados por pensadores como Hipólito José da Costa, Luiz Gonçalves dos Santos, José da Silva Lisboa, José Bonifácio, entre outros, que desde 1808 procuraram entender a transplantação da Corte para o Rio de Janeiro como a aceleração de um lento processo histórico de emancipação da América portuguesa.

O programa de uma história nacional em recorte moderno exigia outras soluções políticas, formais e teóricas. Esse novo tipo de historiografia precisava reunir e coordenar um forte modelo explicativo geral, um aparato crítico/documental e um novo tipo de decoro na sua relação com o Estado. Na versão produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acabou por prevalecer um modelo que priorizava a história geral em detrimento das histórias particulares. A nova compreensão da história colonial enquanto um processo contínuo e totalizante anulava ou tornava indesejável a relativa autonomia que as histórias particulares gozavam até então.

A hegemonia da história geral

Nos primeiros anos do IHGB, a prioridade da história geral não era aceita de modo consensual pelos sócios. Cunha Matos e Fernandes Pinheiro, ambos autores de importantes histórias particulares[7], não mostravam disposição de abandonar os rumos de seus projetos de pesquisa para entrar em uma nova e incerta empreitada. Cunha Matos é enfático ao negar a possibilidade de uma história geral nas circunstâncias do conhecimento disponível: "[...] continuarei a sustentar que por ora não convém, nem é possível escrever de um só jato a história geral do Império do Brasil".[8]

Para Januário da Cunha Barboza, o passo decisivo para a produção da história geral, ainda como obra coletiva, seria a definição das épocas históricas brasileiras. O tempo tornava-se a dimensão fundamental nesse projeto historiográfico. Já nas concepções de Cunha Matos e Fernandes Pinheiro, o espaço era ainda a dimensão a ser percorrida e esgotada. Aplicando o modelo que Jack P. Greene formulou para entender a criação de identidades corporativas coloniais em possessões do Império Britânico, poderíamos dizer que Cunha Matos e Fernandes Pinheiro oscilavam entre a fase um – a da descrição dos espaços físicos – e a fase dois, o relato dos melhoramentos da ocupação do território. A proposta de Cunha Barboza levava a narrativa para sua terceira fase, mais preocupada em demonstrar a identidade própria adquirida ao longo do processo histórico.[9]

No interior do Império português, a convivência de círculos concêntricos de formas identitárias regionais não parecia ser capaz de produzir grandes rearranjos políticos. No segundo quartel do século XIX, o Estado nacional em constituição, em especial durante a experiência regencial, começou a perceber o potencial político dessas identidades locais e regionais. Já em 1827, em discurso na Câmara dos Deputados, o ainda liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos poderia ensaiar uma recepção positiva da Inconfidência Mineira, que poucos anos depois seria desprezada pela historiografia "oficial":

> É fama que os mineiros já pelo ano de 1790 conceberam o majestoso projeto de sacudir o jugo europeu: os homens mais gentis nas letras e nas armas eram apontados como os autores desta gloriosa empresa que não chegou a realizar-se. [...] Um destes varões ilustres perdeu a vida no patíbulo; outro, que eu chamarei o Catão das Minas, o sábio e intrépido Cláudio Manuel da Costa, foi assassinado na masmorra pelo visconde.[10]

Enquanto Cunha Barboza previa um debate mais substantivo em torno da definição das épocas históricas, em Cunha Matos o problema das divisões gerais foi rapidamente dado como resolvido para, em seguida, afirmar-se a necessidade de primeiro indagar a história particular das províncias, de modo que "[...] com bons materiais escrevê[ssemos] a história geral do Império brasileiro".[11]

A discussão das épocas é deslocada rapidamente de uma preocupação com a periodização da história geral para a tarefa de se estabelecer uma *cronologia* exaustiva e crítica do Império do Brasil. Na diferença entre os dois caminhos, confrontavam-se uma *compreensão moderna de época* – enquanto período histórico com identidade e definição intrínsecas – e uma *compreensão tradicional*, ligada à cronologia, que entendia as épocas como simples marcos temporais. Por isso, não se deve estranhar que a maior parte da contribuição histórica de Cunha Matos esteja disposta na forma de

Retrato de Adolpho Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (São João de Ipanema, SP, 1810 - Viena, Áustria, 1878). Federigo Medrazo y Kuntz (Roma,1815-Madrid, 1894), óleo s/ madeira, 1853, 46 x 37,5 cm.
Acervo Museu Nacional de Belas Artes, RJ. In: SOUZA, Alcídio Mafra de (Ed.). *O Museu Nacional de Belas Artes*. São Paulo: Banco Safra, 1985.

tábuas cronológicas e corografias.
O método que propunha como alternativa ao da história geral previa a construção e o aperfeiçoamento da cronologia e estabelecimento crítico das fontes.
Era uma variação do tipo antiquário, que, nas palavras de Momigliano, é um homem que se interessa mais pelos fatos históricos do que pela história.[12]

Temos então dois modelos historiográficos: o primeiro mais preocupado em estabelecer o sentido geral do desenvolvimento histórico do Brasil, o segundo voltado para o trabalho virtualmente infinito de estabelecimento factual:

> Como será possível escrever uma história filosófica do povo do Brasil antes de *levar ao cadinho da censura mais severa o imenso fardel de escritos inexatos*, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos *anteriores ao ano de 1822*.[13]

É desnecessário dizer que o cânone da história nacional brasileira segue o modelo proposto por Januário da Cunha Barboza, e encontra na *História Geral do Brasil* de Varnhagen sua maior realização. A história geral foi capaz de produzir um equilíbrio entre as demandas eruditas de crítica e acúmulo documental,[14] a forma narrativa e a exibição de uma interpretação geral da formação histórica da nacionalidade que preservava e projetava o Estado Imperial centralizado como grande personagem do relato.[15]

Ciência e região

Todos os historiadores que sucederam ao autor de *História Geral do Brasil* viveram à sombra do livro que se tornou a referência fundamental na historiografia brasileira oitocentista e que sobejou o século XIX.
Polemizando com Capistrano de Abreu, Sílvio Romero especulou sobre a possibilidade do aparecimento de uma história do Brasil que superasse a de Varnhagen em fins do século XIX. Em nota a um trecho de sua *História da Literatura Brasileira*, diz o seguinte:

> Nós mesmos, durante mais de trinta anos, nos deixamos iludir, e chegamos a esperar, com ansiedade, a *História do Brasil* prometida por Capistrano. Sabíamos que ele é grande conhecedor dos nossos fatos históricos e por isso, para o estimular, lhe fizemos rasgados elogios na memória que inserimos no *Livro do Centenário do Descobrimento do Brasil*.[16]

Porém, sabemos que Capistrano de Abreu nunca chegou a concluir uma história do Brasil. Escreveu basicamente monografias dedicadas a assuntos particulares, como, por exemplo, os escritos que versam sobre o povoamento dos sertões. Em
polêmica com Capistrano, Sílvio Romero o caracterizou como um historiador "micrológico e de minúcias", ao mesmo tempo, escreveu que João Francisco Lisboa, autor de *Apontamentos para a História do Maranhão*, foi melhor historiador do que Varnhagen, além de conferir elogios exaustivos às *Memórias do Distrito Diamantino*, obra do mineiro Joaquim Felício dos Santos. Característica singular a essas duas obras é o fato de dedicarem sua narrativa ao estudo particular das províncias, o que indicia um desejo, por parte de Romero, pela regionalização monográfica do conhecimento histórico do país.[17]

O que parece nascer dessa polêmica que envolvia não só Romero e Capistrano, mas todos aqueles que num momento decisivo de transformação no regime político do país dedicavam seus estudos à história nacional, é a especialização do objeto de estudo, principalmente no recorte espacial, algo semelhante ao que acontecia com o nascimento das ciências sociais no fim do século XIX.
A partir da década de 1870 as idéias evolucionistas e cientificistas começam a aportar no Brasil, chocando-se com a sensibilidade romântica que permeava os estudos literários e históricos.

Junto com a República vinha também a necessidade de reorganização da história nacional e de sua relação com os Estados federados. A querela entre histórias gerais e histórias particulares alcançou um novo patamar. Os estudos monográficos regionais e temáticos estavam potencialmente mais adaptados ao novo padrão de cientificidade que emergia, bem como com as novas demandas políticas.

Não devemos pensar que a hegemonia do modelo da história geral no século XIX significou o abandono das histórias particulares. Por vários motivos elas continuaram a ser produzidas. Em primeiro lugar, sua ênfase no acúmulo dos vestígios antigos, dos monumentos e efemérides parecia responder a uma vontade de passado que o modelo da grande história política era incapaz de satisfazer plenamente.[18] Associado ao desejo de recuperar ou tocar o passado, essa historiografia local/erudita era necessária no enfrentamento dos períodos de grande aceleração do tempo histórico, nos momentos de transição em que os contemporâneos se percebiam como perdendo contato com a tradição.

Em segundo lugar, essa tradição historiográfica transformou-se em uma forma de resistência ao modelo político hegemônico representado na história geral.
Especialmente em Minas, a leitura liberal da formação do Estado como elemento aniquilador das autonomias locais alimentou uma tradição historiográfica subterrânea, na qual foi produzida uma leitura alternativa do processo de Independência que valorizou as diversas iniciativas do período colonial. Mesmo que o depois conservador Vasconcelos não estivesse mais disposto a recuperar as revoltas coloniais como parte da história da Independência, outros autores não deixariam de fazê-lo.[19]

As corografias, memórias, efemérides, cronologias e anais tornaram-se gêneros menores ou auxiliares quando vistos da perspectiva da grande tradição nacional, mas foram também lugares de resistência.
A criação do Arquivo Público Mineiro (APM) deve ser vista no interior desse novo momento qualitativo na relação entre esses dois grandes veios historiográficos.
A República e um novo padrão de cientificidade levariam a uma revalorização dos gêneros utilizados na redação das histórias locais.

Uma nova história

O advento da República sinalizou a preocupação com um novo regime de historicidade para Minas Gerais.
A crise do Império tornou mais perceptiva a aceleração do tempo histórico, produzindo uma sensação de atraso e letargia que o novo tempo republicano procuraria exorcizar. Fazia-se necessária a reorganização histórica das antigas províncias – agora Estados da Federação – que, a partir desse momento, concorriam com seus elementos históricos "singulares" na disputa por posições no cenário político nacional.

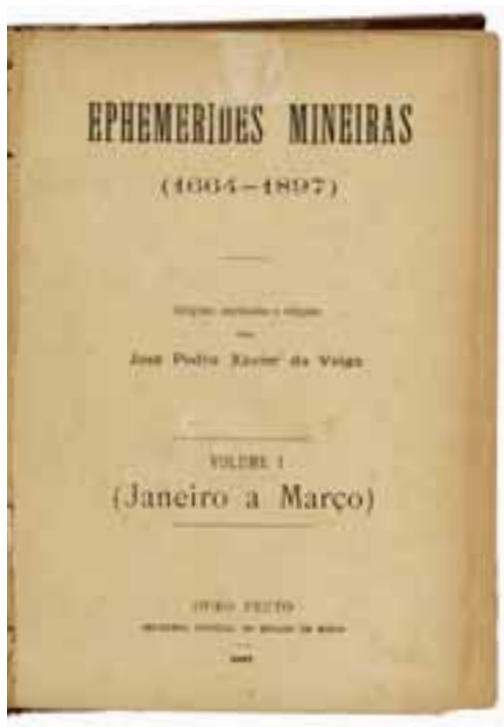
A criação do APM, pela Lei n. 126, de 11 de julho de 1895, procedente de um projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dr. Levindo Ferreira Lopes, repercute o novo contexto político e historiográfico. A direção do Arquivo nos primeiros
anos foi delegada a José Pedro Xavier da Veiga, figura marcante na instituição mesmo depois de sua morte, em 8 de agosto de 1900. Polígrafo como muitos de sua geração, Xavier da Veiga dedicou-se ao jornalismo, à poesia e à história, contribuindo para a redefinição do significado do histórico de Minas Gerais tanto com seus trabalhos no APM quanto pela confecção monumental das *Efemérides Mineiras*.

EPHEMERIDES MINEIRAS

(1664–1897)

José Pedro Xavier da Veiga

VOLUME I

(Janeiro a Março)

OURO PRETO

Página de rosto das *Ephemerides Mineiras*, 1664-1897. *Colligidas, coordenadas e redigidas por José Pedro Xavier da Veiga.* Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897. Biblioteca do APM - OB 006.

Último retrato do Comendador José Pedro Xavier da Veiga (Campanha, 1846 - Ouro Preto, 1900) publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XIX, Belo Horizonte,1921.

Analisando a atuação de Xavier da Veiga, pretendemos mostrar as novas expectativas em torno da história de Minas Gerais nos primeiros anos da República. Vale lembrar que Sílvio Romero, ao destacar os historiadores que compunham a cena brasileira em sua *História da Literatura Brasileira*, listou o nome de Xavier da Veiga entre os historiadores renomados. Dentro da cronologia temática de Romero acerca de nossa historiografia, Xavier da Veiga é citado na *Fase* das *monografias eruditas*.[20]

Como vem sendo discutido até aqui, durante o Império, a escrita das histórias não-nacionais estavam sujeitas ao crivo hierarquizante da história geral. Xavier da Veiga percebia essa hierarquização como reflexo de um arranjo político altamente centralizador:

> Vigente o Império, os Estados não poderiam progredir, ainda que bem o quisessem; porque não tinham autonomia, sendo sempre os presidentes da província filhos de outras, às vezes longínquas. Era um meio de que se valia o poder central para ter tudo fechado nas mãos.[21]

Com o advento da República, as condições estruturais para a escrita da história de Minas alteravam-se profundamente: "Estabelecido com a República o regime federativo, isto é, descentralizada a vida nacional e despertos os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos".[22]

O fundador do APM constantemente reclamava que, ao tempo do Império, todos os documentos mineiros estavam jogados a esmo em arquivos locais, "amalgamados num verdadeiro labirinto sem fio condutor". Xavier da Veiga traçava a metanarrativa dessa nova história regional, uma vez que estabelecia a mútua dependência entre o crescimento dos Estados no regime fede-

Rodolpho Jacob, primeiro secretário-arquivista do Arquivo Público Mineiro. Aparece no centro da foto, apoiado num guarda-chuva, com seus irmãos João Júlio, Francisco, Emílio e Benjamin (sentado). Fotografia de Simeão Mauro, Ouro Preto, *circa* 1896. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

RODOLPHO JACOB

Minas Geraes

NO

XX° SECULO

VOLUME I

Página de rosto do livro *Minas Gerais no XX° século - volume 1: sumário geográfico; indústria agrícola e pastoril; Minas e industria mineral; indústrias diversas; força hidráulica, Comércio, vias de comunicação*, de Rodolpho Jacob. Rio de Janeiro: Gomes Irmãos & C., 1911.

rativo e as condições para a escrita de suas histórias. O conhecimento do passado aceleraria o processo histórico, que, por sua vez, criaria as condições de possibilidade para a escrita da história local.[23]

Como percebemos, o APM proporcionou ao projeto político de reconstituição histórica de Minas Gerais um local de produção de conhecimento a respeito desse passado, bem como um lugar simbólico que resguardava uma unidade territorial ainda carente de delimitações precisas. A preocupação de Xavier da Veiga com a história do Estado é anterior a sua nomeação para o cargo de diretor do Arquivo. Quando tomou conhecimento do incêndio que ameaçou a Torre do Tombo, escreveu:

> [...] referindo-se [Teófilo Braga] a um incêndio que ameaçou recentemente destruir a Torre do Tombo, conta-nos a apreensão esmagadora que por alguns minutos dominou-o, persuadido, como estava, que "extinto esse riquíssimo e incomparável Arquivo, *Portugal perdia os documentos de sua autonomia moral*, e ficava reduzido a um simples território que mais facilmente se tornaria um anexo de Espanha".[24]

Papel do APM

Colocando em jogo a autonomia moral e territorial de Minas, Xavier da Veiga apelava para a constituição do APM como forma de prevenir tamanha tragédia. Durante 18 anos, apreensivo com a notícia de Teófilo Braga, Xavier da Veiga prosseguiu seu trabalho em busca dos documentos que poderiam orientar a formação histórica autônoma de Minas Gerais. Ao final desse período vinham a lume os projetos do Arquivo e das *Efemérides*. A organização do trabalho historiográfico de crítica e estabelecimento documental no formato cronológico evidenciava a ligação

desse empreendimento com a tradição da história local e erudita.

Apesar de reconhecer que reunir documentos sobre a história de Minas – "já duas vezes secular" – seria uma tarefa árdua e não muito facilitada, Xavier da Veiga enfrentava o desafio com uma compreensão fechada e objetificante da tarefa. Aquilo que realizasse poderia, sem dificuldade, ser continuado por outras gerações. Entender Minas Gerais como um grande labirinto documental significava pressupor uma unidade histórica preexistente, apenas aguardando quem, com o método e a disposição suficiente, revelasse todos os seus corredores e limites.[25]

Thomas Richards, em seu livro *The Imperial Archive*, analisa fenômeno similar ao estudar o controle e a sensação de controle que instituições como o *British Museum*, a *Real Geographical Society* e o *India Survey* produziam sobre as possessões territoriais britânicas no final do século XIX. Essas instituições lançavam mão da metáfora do arquivo como chave para o tipo de produção de conhecimento que se exigia para o controle do Império.[26] Era muito mais fácil unificar um arquivo feito de papéis do que um império feito de território.[27] Fenômeno semelhante parece ter orientado a constituição do APM. Tendo em vista a impossibilidade real imediata de unificação do Estado de Minas a partir do seu território proteiforme, o Arquivo cumpria o papel de unificação a partir de documentos e textos que pudessem conferir uma imagem ao novo sujeito histórico – Minas Gerais – que surgia com a República.

A grande vantagem do arquivo enquanto metáfora central dessa *episteme* é sua capacidade em lidar com grandes vazios e reunir uma massa imensa de informação que, em suas partes isoladas, não possuem significado geral, mas que reunidas no Arquivo produzem a imagem e a sensação de unidade. Carlo Ginzburg situa no fim do século XIX o aparecimento de um modelo epistemológico nas ciências humanas baseado no detalhe, no particular como forma de articulação de um conhecimento maior sobre o objeto analisado, que, ao final da junção das particularidades, demonstraria uma imagem total do objeto fragmentado.[28]

O Arquivo seria a representação ideal de uma unidade territorial e histórica, as *Efemérides Mineiras,* o fio condutor que deveria guiar o viajante pelo território simbólico das Minas Gerais. As *Efemérides* procuravam estabelecer o início e o fim, o *mythos*, para a escrita de uma história regional. Através da ênfase na vasta documentação coletada, surgia um dos pilares que naquele momento permitiria escrever a história de Minas. Frizando a importância dos documentos para a escrita da história, Xavier da Veiga dizia o seguinte:

> Sem eles – obscurecida ou deturpada a verdade dos fatos à feição dos interesses e das paixões, eliminadas as fontes de que emanam para a História a própria origem e a austeridade fecunda de seus conceitos – não raro carecia o investigador sincero ser iluminado, o que só alcançam gênios privilegiados, dessa "intuição quase profética do passado, intuição às vezes mais dificultosa que a do futuro", na frase profunda do ilustre Alexandre Herculano.[29]

Identificando nos documentos a força máxima da possibilidade de escrita de uma história autônoma de Minas Gerais, Xavier da Veiga cuidava para que, por meio da manutenção de um Arquivo e da redação de uma obra como as *Efemérides,* se pudesse iniciar o projeto de constituição de uma história de Minas Gerais enquanto um "sujeito histórico" e não mais como uma parte constitutiva e sempre ligada ao plano de uma história geral do Brasil.

É consenso entre os analistas da *História Geral do Brasil* de Varnhagen que um dos méritos principais do historiador foi a constatação da impossibilidade de escrita da história do Brasil sem documentos. O "Heródoto" brasileiro buscava documentos em coleções particulares, arquivos, bibliotecas. Trabalho de um erudito, a *História Geral* foi escrita com base em documentos originais. Xavier da Veiga já considerava os documentos indispensáveis na constituição da história de Minas Gerais. Essa preocupação demonstra uma afinidade do historiógrafo mineiro com a chamada Escola Metódica francesa, encabeçada por Langlois e Seignobos. Este último fora citado por Xavier da Veiga no prefácio das *Efemérides*. Os expoentes da escola francesa afirmavam enfaticamente:

> *A história se faz com documentos*. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis e estes, quando se produzem, raramente perduram: *basta um acidente para os apagar. Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há história*.[30]

A mesma sensação da fragilidade do vínculo entre passado e presente – o documento – perpassa as observações de Teófilo Braga, a crise sofrida por Xavier da Veiga e as prescrições metodológicas dos autores franceses.

O APM surge no momento em que o romantismo enquanto movimento geral das idéias refluía, mas as inúmeras citações dos autores portugueses contemporâneos demonstra que a relação com o passado devia muito ainda à concepção orgânica do romantismo, aliada agora a uma obsessão progressiva, alimentada por um positivismo difuso, pelo fato histórico enquanto dado, partícula mínima de informação que algum dia poderia ser reunida em uma imagem total da realidade.

A sensação de que a geração de 1870 vivia de aceleração do tempo histórico, motivadora da escrita de muitas memórias e recordações de sabor etnográfico, alimentava também no projeto do APM uma relação de resgate no trato com o passado. O passado se fazia urgente, bem como sua lembrança:

> [...] a ingratidão cedo tornou a muitos *esquecidos*; injustiça ainda maior, explicável aliás pela ignorância dos que a praticam, faz de inúmeros outros *desconhecidos*; [...] o autor deste livro [*Efemérides*], escrito com a verdade e o coração, penetra [...] respeitoso no cemitério do nosso passado mineiro.[31]

Preocupado com o esquecimento de homens e fatos que fazem parte do passado mineiro, o historiógrafo resiste ao projeto de mudança da capital. A cidade de Ouro Preto representaria as melhores tradições da história de Minas, deixá-la para trás significava também abandonar o passado num afã obsessivo pelo progresso. Em artigo escrito para *A Ordem* (periódico editado por Xavier da Veiga) em 30 de abril de 1891, podemos notar o sentimento evocado com relação à mudança da capital:

> Não comentarei semelhante indiferença ou tácito contentamento ante a perspectiva de uma ruína colossal, pelos avultadíssimos valores de súbito destruídos e pelas preciosas tradições relativamente aniquiladas, tradições veneráveis, sempre respeitadas no Império e que, na República, de culto ainda mais fervoroso são dignas. Parece que na lamentável aberração, até a página gloriosa da Inconfidência ficou apagada e com ela a lembrança imorredoura dos primeiros mártires da liberdade nacional.[32]

Para quem pensava que a atitude do "povo mineiro" durante a colonização fora uma "Inconfidência permanente, protestante e conspiradora, que teve em 1789 o

Antiga sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, década de 1930.
Fotografia reproduzida da revista *Illustração Brasileira*, n. 50, ano XVII, junho 1939.

seu lampejo épico de sua mais alta indignação",[33] trocar o passado pelas ordens estéticas do dia era um desafio e um risco para a escrita de uma história de Minas Gerais enquanto sujeito autônomo. A sensação de que o passado estava sendo deixado para trás tornava urgente o projeto de resgatar o *verdadeiro sentido da nacionalidade*, sentido este que somente a história dos mineiros poderia apontar.

Longe de ser um republicano radical, Xavier da Veiga herdara do Império a concepção da civilização enquanto continuidade histórica.[34] A República não poderia ser vista apenas como uma revolução ditada pela ordem do dia, deveria ser compreendida como evolução natural da própria história do Brasil. Outros de sua geração empreenderiam tarefa semelhante. Ao explicar os objetivos que levaram seu pai, Francisco de P. F. de Rezende, a escrever sobre a história do Brasil após a República, Cássio Barbosa de Rezende dizia: "[...] estimular os sentimentos cívicos dos brasileiros, mostrando-lhes o que já havia de grande e heróico na sua história, e, ao mesmo tempo, concitando-os a que se mantivessem sempre unidos para que, sob o novo regime, pudesse o Brasil realizar os seus gloriosos destinos".[35]

A corografia na nova história

O projeto da corografia mineira ganha fôlego com a criação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* (*RAPM*) em 1896. A revista tinha algumas seções permanentes sobre biografias, letras e artes, publicação de documentos inéditos e vulgarizados, corografias, dentre outras. Ao criticar a transferência da capital do Estado, Xavier da Veiga esboçou algumas opiniões que poderiam esclarecer o projeto de constituição de uma *corografia mineira*: "Uma vasta e rica capital, ventosa permanente sobre o corpo já quase exangue do povo mineiro, isto é, a pletora no cérebro e a paralisia nos membros – *quando o princípio federativo pressupõe a vivificação do elemento local, única base possível da autonomia popular e do progresso do Estado*."[36]

O princípio federativo pressupunha a vivificação do elemento local, nada mais natural, portanto, do que delegar uma seção da *Revista* à descrição de lugares do Estado. Em 1891, Xavier da Veiga enviara um questionário, a ser respondido, para os distritos de paz de Minas Gerais. Esse questionário continha perguntas relacionadas aos aspectos físico, climático, histórico, social, enfim, procurava descrever o município com as características que lhe eram peculiares.

Entre caminhos e fronteiras teve início em Minas Gerais o que podemos entender como uma tentativa de constituição identitária promovida através do levantamento de materiais coletados das descrições dos municípios do interior do Estado. Mapeando o local – ou seja, o município –, esse processo originava redes imaginárias (e não somente imaginárias) que acabavam identificando a própria configuração cartográfica do regional – Minas Gerais – em vista de uma formação histórico-geográfica maior – o Brasil.

Na narrativa corográfica da *RAPM* percebemos que o ornamento e a ressonância estética compõem os recursos narrativos, enquanto na historiografia oficial não se permitia esse tipo de desenvolvimento. A descrição afetiva do território fazia confluir na corografia mineira aspectos vetados pelo decoro da grande tradição historiográfica nacional: o derramamento da subjetividade em descrições de paisagens ou na dramatização de personagens e eventos históricos.

Não só a função estética regulava esse tipo de escrita corográfica, também uma função científica que insistia em medir e classificar racionalmente a natureza observada. Porém, percebemos que essa racionalização da natureza local não esgotava a narrativa corográfica, sendo preciso recorrer a efeitos estéticos para completar as lacunas da descrição do quadro observado.

O desejo de mapear o lugar com classificações, demarcação de pontos de fundação, coloração na descrição da paisagem são marcas fortemente impressas nos relatos de lugares. Por meio de descrição abundante, procurava-se produzir no leitor um efeito de real, ao invés da simples seriação daquilo que era apreendido pelas lentes do corógrafo. Como nos mostrou Roland Barthes, é característica marcante de nossa civilização ter esse "gosto" pelo real, pelo "prestígio do que aconteceu", atestado por diversos gêneros literários.[37] O corógrafo deveria ter olhos de agrimensor para medir a terra, olhos de etnólogo para tentar desvendar o estranho e fixar culturas alienígenas no mundo dos "brancos". Através da *enargeia,* ou vivacidade, produzia-se a autópsia, ou seja, a "visão direta pela ação de estilo".[38]

A acumulação exaustiva de documentos, na esperança de que algum dia pudesse ser escrita a história "geral" de Minas, marcou os primeiros anos do APM. Porém, Xavier da Veiga já tinha lançado as bases para a escrita da história através das *Efemérides*, constituída basicamente sobre uma cronologia. Já a corografia parece ter nutrido a sua configuração nas fontes dos relatos de viajantes-naturalistas que estiveram no Brasil durante o século XIX, e o tipo de historiografia influenciada pelos relatos de viajantes acabou desembocando no novo estilo adotado em muitas de suas

descrições corográficas.[39]

Continuidades e rupturas

Em resumo, podemos perceber que o projeto historiográfico movimentado pelo APM em seus primeiros anos enfrentava vigorosamente a herança cultural do Império. Entre continuidades e rupturas, Xavier da Veiga soube perceber as oportunidades do momento, abrindo espaço para o desenvolvimento de um desejo pelo passado local que havia sido sufocado pela grande historiografia política, sem, contudo, se esquecer das funções de fundamentação da nacionalidade que esse passado deveria simultaneamente assumir.

Certamente que não chegou a ser produzida uma outra história geral que rivalizasse com aquela deixada pelo IHGB e por Varnhagen, mas foi redimensionada a relação parte e todo no interior desse grande quadro. O Brasil só poderia assumir seu destino histórico se Minas Gerais o revelasse através da revisão de sua história local. Esse reordenamento das partes na história geral provocou também a revitalização de gêneros considerados menores, como a corografia e as efemérides, talhadas de longa data para satisfazer o desejo de tocar o passado que a experiência histórica do final do século colocava novamente na ordem do dia. E para onde, senão ao Arquivo, devemos ir se quisermos tocar o passado?

Notas |

1. Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In ____. *Raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: Edusc, 2004. p. 85-117.

2. VARENIO [1650]. *Geografia General* (en la que se explican las propiedades generales de la Tierra). Edicion y estudio preliminar de Horacio Capel. Tradução de Márcia Siqueira de Carvalho. Ediciones de la Universidad de Barcelona, 1980. Grifo nosso. Fonte: http://www.geocities.com/pensamentobr/varenius.html

3. Cf. JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 127-176.

4. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 271-300.

5. Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004. p. 156-165.

6. Diversos exemplos dessas relações tensas em torno da homogeneização que o esforço classificatório impõe podem ser encontrados na coletânea organizada por Oswaldo Munteal Filho e Mariana Ferreira de Melo, *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Fapemig/Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

7. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, 1837; e PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Capitania de São Pedro*, 1819**,** depois chamada, em nova edição de 1839, *Anais da Província de São Pedro*.

8. MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *Revista do IHGB*, tomo XXVI, 1863, p. 122. O texto foi provavelmente escrito entre 1838 e 1839.

9. Cf. GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*, n. 4, p. 12-13, nov. 2006.

10. Anais da Câmara, 1827, tomo II, p. 86, *apud* SOUZA, Octavio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. v. 5, p. 107.

11. MATTOS. Dissertação acerca do sistema..., p. 122.

12. MOMIGLIANO. O surgimento da pesquisa antiquária, p. 85.

13. MATTOS. Dissertação acerca do sistema..., p. 123, grifo nosso.

14. Um sintoma das diferenças introduzidas na concepção da História geral como história nacional pode ser materialmente percebida na drástica redução do volume de informação descritiva entre o trabalho de Southey e a obra maior de Varnhagen.

15. Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Contributo allá Storia Classici e del Mondo Ântico*. Rome: Edizione di Storia e Letteratura, 1955, *apud* POCOCK, John G. A. *Barbarism and Religion II*: narratives of civil government. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 14-15.
16. ROMERO, Sílvio. Quadro sintético da evolução dos gêneros na literatura brasileira. In: ______. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980. v. 5, p. 1812.

17. *Ibidem*, p. 1586.

18. Cf. ARAÚJO, Valdei Lopes de. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans-Ulrich Gumbrecht. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 314-328, jul./dez. 2006.

19. Cf. ARAÚJO, Valdei Lopes de. O tribuno do povo e a estátua do Herói: breve estudo sobre as tradições políticas atuantes na Corte no Segundo Reinado. *Dia-Logos*, Rio de Janeiro, ano II, n. 2, p. 133-157, 1998.

20. ROMERO. Quadro sintético da evolução dos gêneros na literatura brasileira, p. 1550.

21. VEIGA, José Pedro Xavier da; *apud* GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano XVI, v. I, p. 61, 1911.

22. VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano I, fascículo I, p. II, 1896.

23. Para esta definição de metanarrativa, ver POCOCK. *Barbarism and Religion II*, p. 290.

24. VEIGA. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. I, grifo nosso.

25. *Ibidem*, p. V.

26. RICHARDS, Thomas. *The Imperial Archive*. Knowledge and the fantasy of Empire. New York: Verso, 1993. p. 1-2.

27. *Ibidem*, p. 4.

28. Cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: ______. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

29. VEIGA. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*..., p. III. Sobre essa intuição profética, cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário, p. 169, na passagem seguinte: "Thomas Huxley, em um ciclo de conferências proferidas para a difusão das descobertas de Darwin, definiu como 'método de Zadig' o procedimento que reunia a história, a arqueologia, a geologia, a astronomia física e a paleontologia: isto é, a capacidade de fazer profecias retrospectivas".

30. LANGLOIS, Ch.-V; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944. p. 15.

31. VEIGA, José Pedro Xavier da. Prefácio. In: ______. *Efemérides Mineiras*: 1664-1897. Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro, Marta Eloísa Melgaço Neves; pesquisa histórica Bruno Fagundes; leitura paleográfica e atualização ortográfica Cláudia Alves Melo. Belo Horizonte: Centro de Estudos históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998. p. 50. Grifos do autor.

32. GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*..., p. 61.

33. VEIGA. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*..., p. IV.
34. AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, UERJ, v. 1, n. 1, p. 35-63, 2004.

35. REZENDE, Cássio Barbosa de. Prefácio. In: REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *O Brasil e o acaso, ou um bosquejo da nossa história*. Quase todo extraído da "História Geral do Brasil", de Varnhagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite, [s.d.]. p. 7.

36. Pronunciado em *A Ordem* em 30 de abril de 1891. Citado em GAMA, José Joaquim do Carmo. Comendador José Pedro Xavier da Veiga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*..., p. 64.

37. Cf. BARTHES, Roland. O efeito do real. In: ______. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 184.

38. Cf. GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e citação. In: ______. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

39. Sobre isso ver SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Bruno Franco Medeiros é graduando em história pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e foi bolsista IC do projeto *História, Memória, Região e Identidade no Arquivo Público Mineiro: 1896-1913*, financiado pela Fapemig, 2005-2006.

Valdei Lopes de Araújo é professor de Teoria da História na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Co-organizou o livro *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*, e defendeu em 2003, na PUC-Rio, a tese intitulada *A experiência do tempo. Modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Coordenou* o projeto *História, Memória, Região e Identidade no Arquivo Público Mineiro: 1896-1913*, financiado pela Fapemig, 2005-2006.

Caio Boschi

Nas origens da Seção Colonial

Ao contrário do que comumente se imagina, volume considerável de papéis administrativos concernentes à governança colonial nas Minas Gerais foi cuidadosamente colecionado e ordenado, graças à diligência de inúmeros secretários de governo da Capitania.

A investigação tem que se apoiar detalhadamente no material, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Somente quando se tiver consumado esse trabalho é que se pode descrever adequadamente o movimento real.
(Karl Marx. *O Capital*. Livro 1°, v. 1.
Posfácio da 2ª ed. – 1873)

> Uma antiga advertência de Michel de Certeau tem sido reiteradamente evocada, mas pouco considerada pelos historiadores. Ensina-nos o pensador francês que *"ir aos arquivos* é o enunciado de uma lei tácita da História". Porém, prossegue ele, torna-se necessário conhecer a evolução histórica daquelas instituições, "antes de analisar mais de perto as trajetórias operacionais que a história traça sobre esse novo espaço"[1].

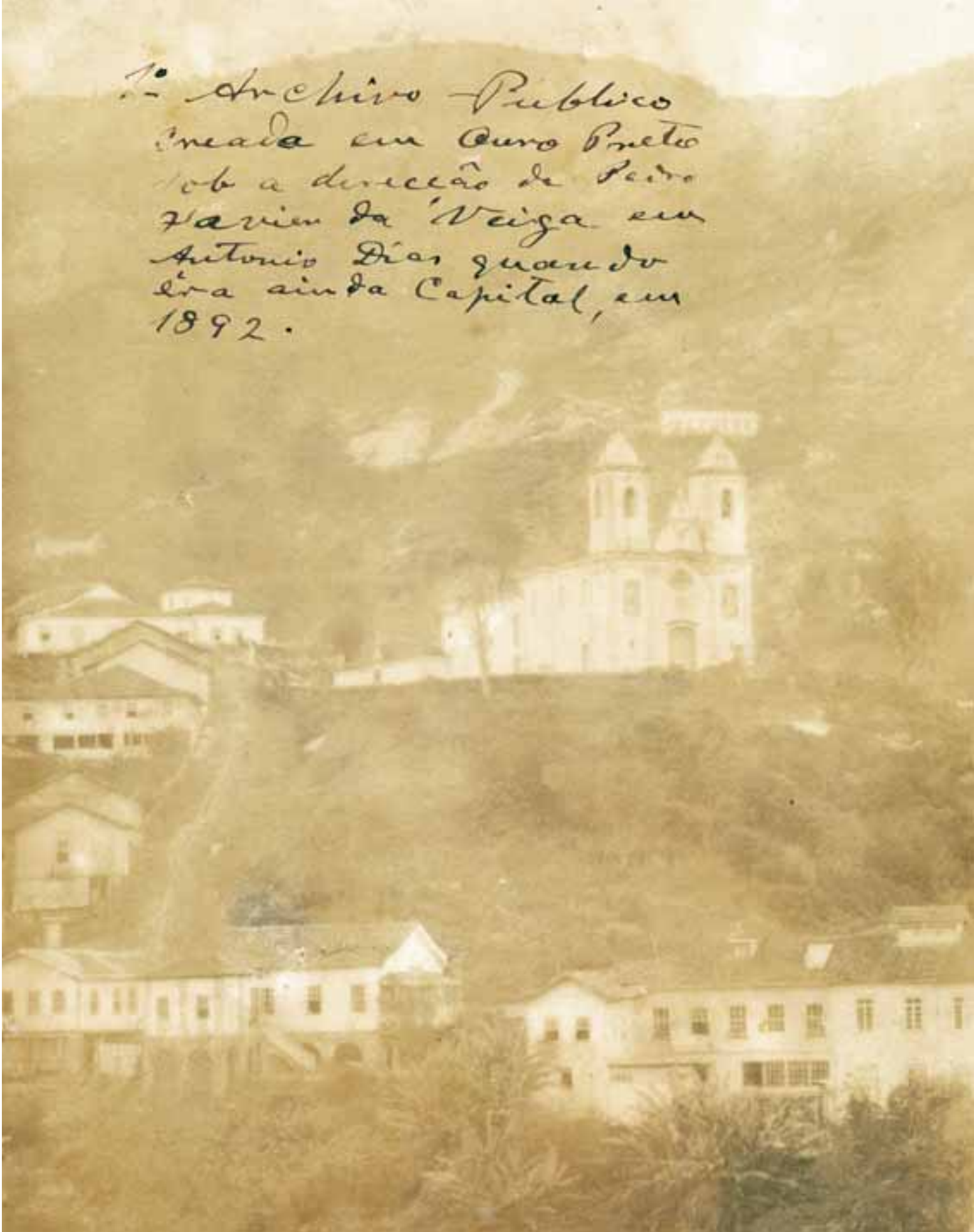
Poucos são os estudiosos da história que têm dado atenção a esse repto, comportamento que lhes poderia e pode evitar cometerem equívocos ou não ter exata avaliação dos insidiosos e, por vezes, traiçoeiros meandros a que somos estimulados a percorrer. Por não nos dedicarmos a recuperar a trajetória das fontes, temos dificuldades em captar a *monumentalização* dos documentos de que tanto se fala.

Raros são aqueles que analisam, dentre outros impor-tantes aspectos, não apenas a produção e o fluxo dos documentos, como o momento e a forma pelas quais eles foram organizados e como passaram a integrar o acervo das instituições que os abriga(ra)m. Se alguma atenção é dada à história dos arquivos, quase nada se conhece sobre os *arquivos dos arquivos*. Aliás, verdade seja dita, nem sempre essas instituições, elas próprias, zelam por produzir ou por perpetuar registros relativos, por exemplo, às origens e à constituição de seus núcleos documentais.

Àqueles que se dispõem a examinar criticamente a formação das massas documentais do século XVIII, pelo menos no que concerne à Capitania de Minas Gerais, resulta flagrante o deliberado propósito dos organismos e das autoridades de então em organizar os acervos, de modo a consigná-los como fonte permanente de consulta e para uso primário e de, cuidando da sua preservação, legá-los aos pósteros. Sobretudo porque os conjuntos documentais que se foram sedimentando e se formando tinham dois claros objetivos: o de cumprirem função imediatista e utilitária e o de se constituir em legado, igualmente pragmático, para as gerações vindouras.

Hoje, à distância, atentos aos conhecimentos que se formularam em torno e em termos da arquivística, percebem-se impropriedades ou inadequações na fixação dos fundos documentais, tal como se operou à época. No entanto, o descalabro com que é quase sempre qualificada a administração colonial, aqui não parece aplicável ou verdadeiro. A depreciação possivelmente se deve muito mais aos consulentes, nem sempre criteriosos, que, ao longo do tempo, vêm manuseando a documentação do que aos destinatários e às individualidades e instituições a que ela dizia respeito. Impacta-nos muito positivamente o quão racional era a lógica organizatória na formação daqueles acervos, o quão aplicados estavam aqueles homens ao comporem os conjuntos – maços ou livros –, a partir das ligações intrínsecas que esses mantinham entre si.

Do ponto de vista da organicidade arquivística, causa boa impressão a formação e o desenvolvimento do acervo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Poder-se-ia dizer, sem risco de anacronismo, que, ressalvas à parte, já ali se encontram as especificidades constitutivas de um efetivo fundo documental e de suas respectivas séries. Sem perceberem, aqueles homens operavam e cultivavam as três *idades* da arquivística.

Vista de Ouro Preto, vendo-se à esquerda os fundos da casa de Xavier da Veiga, onde foi criado em 1895 o Arquivo Público Mineiro. Fotografia de João Passigue, 1921. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Por outro lado, quase nada se sabe sobre quem foram os responsáveis por esse trabalho fundamental: os ocupantes e os funcionários da Secretaria.
Uma das graves lacunas primárias da arquivística e da historiografia brasileira, no que respeita aos instrumentos de busca, é a inexistência de lista nominal dos ocupantes das Secretarias de Governo do período colonial. O descaso conferido à história político-administrativa fez e faz com que o pesquisador se ressinta hoje de meios auxiliares básicos para o início ou para o desenvolvimento de seus trabalhos.
É bem verdade que o recente revigoramento da história administrativa e o aproveitamento dos avanços informáticos pelos arquivos e centros de documentação, de certa forma, têm conseguido superar parte desses vazios.

Para a análise do tema aqui considerado, seria fundamental que se dispusesse da dita listagem. Salvo melhor juízo, não se preparou, ou, pelo menos, ainda não se publicou o elenco dos ocupantes do cargo de secretário do Governo da Capitania de Minas Gerais. A relação deles que tem sido utilizada pelos estudiosos é a que se encontra estampada nas páginas finais do *Índice dos Códices da Casa dos Contos* ou *Casa dos Contos (CC) – Estado Geral do Fundo (trabalho preliminar),* instrumento de busca elaborado em 1997 e disponível, para consulta, na Sala de Referências do Arquivo Público Mineiro. A despeito de sua eficácia, nela compreensivelmente se identificam erros e omissões. Por outro lado, na classificação que ali se apresenta, a condição de substituto com que vários nomes são referidos pode induzir o leitor distraído a ler o vocábulo ao pé-da-letra e, com isso, ter certos nomes na conta de figuras secundárias da administração colonial. Só estudo apurado, que demanda tempo e rigor, e que está por se realizar, proporcionará aos historiadores esse necessário e tão fundamental instrumento de trabalho.

O ato de criação

Apenas chegado a Vila Rica para assumir a governação da área mineradora, é muito possível que Gomes Freire de Andrade se tenha dado conta de que o êxito de suas ações não poderia prescindir do rápido e fácil acesso à documentação recebida e produzida por seus antecessores no cargo.

Reportando-se ao secretário de governo da Capitania, Matias do Amaral e Veiga, a fim de inteirar-se do *estado da arte* naquela matéria, pôde constatar o desleixo existente e a imperiosa necessidade de reverter a situação. Também não foi difícil ao novo governador discernir que a tarefa de organizar o acervo documental daquele órgão exigia esforços que a precária condição de saúde do secretário não lhe facultava realizar.

Portanto, ato contínuo ao falecimento do titular do cargo, Gomes Freire não tergiversou em designar Antônio de Sousa Machado para exercer a Secretaria, dada sua experiência nas funções, já desempenhadas, havia “mais de um ano e meio”, devido aos “muitos e contínuos achaques de Matias do Amaral e Veiga”[2]. A provisão de nomeação data de 20 de março de 1736. Duas semanas depois, o governador determinou a Sousa Machado que executasse a tarefa que se encontra no embrião do Arquivo Público Mineiro. Ei-la. Pelo presumível ineditismo do documento, e, em especial, pelo simbolismo de que se reveste, julga-se pertinente reproduzi-lo, apesar de sua extensão:

> Porquanto falecendo Matias de Amaral e Veiga, secretário deste governo, se não achou Inventário ou clareza dos papéis da Secretaria para por ele se entregarem, para que ao diante não suceda semelhante descuido; ordeno a Antonio de Sousa Machado, que, por ora, serve de secretário, que, com assistência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, faça inventário exato e miúdo de todos os livros, ordens e mais documentos que se acharem na Secretaria, e que entregar o testamenteiro dos Defuntos, especificando sumariamente as sustâncias de todas as ordens de Sua Majestade que contiverem alguma resolução e revendo os maços do expediente de meus antecessores, para que, do mesmo modo, se declarem todos os documentos pertencentes ao serviço de Sua Majestade ou importante ao direito das partes, declarando, com título à parte, as ordens que se entender faltarem, conferindo os números com que se costumam remeter em cada maço, como também os registros que se não acharem lançados nos livros para dar a providência necessária; e, pelo tempo adiante, os secretários deste governo inventariarão, neste livro, todas as ordens que vierem, e os livros e papéis que acrescerem.
>
> Vila Rica, 4 de abril de 1736.
> Com a rubrica do general.

O novo secretário deu imediato cumprimento à ordem recebida. Segundo seu relato, “alfabetou todos os livros” que continham os originais de documentos recebidos das autoridades metropolitanas, como também aqueles em que, na repartição, se registravam os decretos, cartas e ordens régias, dos secretários de Estado e do Conselho Ultramarino. Gabou-se de ter executado a tarefa “fazendo considerável despesa, sem perceber ajuda de custo” e, sobretudo, de tê-la perpetrado “com tal clareza [...] [que] não se pode achar falência” na compilação a que procedera[3].

Antônio de Sousa Machado obrou o *Inventário dos livros, papéis e documentos da Secretaria do Governo das Minas Gerais* em duas vias: uma para o gabinete dos governadores, outra para o expediente daquele órgão[4]. Desconhece-se o destino desses dois exemplares. Felizmente, é possível inteirar-se do teor do *Inventário*, pela consulta à transcrição que dele se fez nas páginas centrais de um *copiador* de “alvarás, decretos, portarias, bandos e ordens pertencentes à mineração dos diamantes; e outras coisas pertencentes, que existem na Secretaria de Minas Gerais”, livro encadernado pertencente ao acervo da Torre do Tombo, em Portugal.

Esse códice, composto por cópias de documentos com datas-limite situadas entre 1708 e 1747, foi produzido por Caetano José de Sousa ou por ele encomendado, conforme se lê na sua capa. Caetano era o administrador-geral do contrato dos diamantes e homem de confiança do contratador João Fernandes de Oliveira (filho), a quem este delegara poderes para gerir seus negócios no Arraial do Tejuco, após sua partida para Lisboa, em 1770. Com o advento da exploração diamantífera sob a égide da Real Extração, a partir do ano seguinte, tornou-se funcionário da Intendência pertinente até 1773.[5]

Estando, agora, identificado e conhecido o *inventário velho,* fica-se sabendo, por exemplo, qual é a natureza e o conteúdo dos três primeiros maços que presumivelmente estariam sumariados no inventário de 1758, lançado no códice 405 da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro. Como se sabe, este encadernado está incompleto: faltam-lhe as primeiras 21 folhas. Assim sendo, dentre aqueles três maços, talvez tenha especial interesse para os estudiosos da história o primeiro deles, na medida em que abrange 224 documentos (ordens régias e correspondências) de período anterior ao estabelecimento da capitania autônoma das Minas Gerais, isto é, entre 1708 e 1720.

Também para os estudiosos, sobretudo para os da arquivística, a consulta do *inventário antecedente,* forma pela qual o instrumento de 1736-1749 é, mais de uma vez, referenciado no texto do inventário de

1758, pode trazer valiosas informações para a análise do procedimento metodológico utilizado por Antônio de Sousa Machado na identificação e na composição dos maços. Por exemplo, considerar por que Machado destacou um maço, não declarado no inventário de 1758, que continha

> [...] todos os papéis que se acharam nos maços seguintes, que todos miudamente foram vistos e deles escolhidos os papéis que abaixo se declaram, por serem unicamente os que para o futuro podem ter alguma utilidade.

Qual o critério tomado nessa avaliação? Segue-se uma relação sumária de documentos, de variada natureza e proveniência, como sejam: “procurações das Câmaras para a Junta” (1714, 1717, 1718, 1719, 1722 e 1727), “lista dos engenhos feitos no governo do conde de Assumar em execução da ordem que os proibia”, “borrões de algumas cartas do governo de D. Brás da Silveira que estão muito informes”, “proposta dos oficiais da Câmara de Vila Rica contra o estanque da pólvora na Junta de 1714”.

Quais os parâmetros tomados pelo secretário nessa recolha? Outro exemplo instigante, referência também ausente no inventário de 1758, é o da lista dos maços de que

> [...] se não faz carga ao secretário por conterem unicamente os despachos porque se passavam as patentes, as sesmarias e provisões que só podiam servir para descarga dos secretários do tempo de residência; para mostrarem que as não passaram sem despacho e certidão de estarem pagos os direitos na Fazenda Real.

Segue-se relação sumária de sete maços, referenciados com letras (de “B” a “H”), cujos conteúdos declarados são despachos de governadores da Capitania; ordens do Conselho Ultramarino, “de vários anos”, e listas de escravos para efeito do lançamento de impostos.

O criador

Desconhecem-se o momento e as circunstâncias da chegada de Antônio de Sousa Machado a Vila Rica. Não se sabe também as razões que levaram o filho de Luís de Sousa Machado, “pessoa nobre e das principais famílias” da vila transmontana de Murça[6], a deslocar-se para a região mineradora. Fato é que, antes de ser provido no ofício de titular da Secretaria do Governo da Capitania de Minas Gerais, Machado já exercia funções naquele órgão. No impedimento do ocupante anterior, Matias do Amaral e Veiga, fora ele o responsável por redigir “as mais importantes cartas e papéis que se remeteram, nas três últimas embarcações, a Sua Majestade e seus ministros”, bem como quem cuidara do “expediente extraordinário [...], por razão das cartas e regimentos para o estabelecimento das Intendências da capitação e para os socorros da Colônia”[7].

Era bastante conturbado o contexto em que Antônio de Sousa Machado assumiu o cargo de secretário do governo. Desde fins de 1735, o governador Gomes Freire de Andrada zelava pela implantação do sistema de cobrança do imposto da capitação. Nesse sentido, por exemplo, para além das supra-referidas cartas e regimentos, foi Sousa Machado quem providenciou, a pedido de Sebastião Mendes de Carvalho, um dossiê composto por 72 cópias de ordens régias e outros documentos, sobre matéria tributária, para subsidiar as ações daquele magistrado na boa execução da implantação das Intendências das minas dos Goiases[8].

Com efeito, no sertão do São Francisco, na barra do Rio das Velhas e na comarca do Rio das Mortes, eclodiam conflitos que exigiram esforços especiais dos administradores metropolitanos na Capitania. Some-se

Collecção summaria, e as pro
prias Leys, Cartas Regias, Avisos, e Ordens, que se achão nos
Livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gera
es, reduzidas por ordem a Titulos separados.
Villa Rica
„1754.„

Coleção sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a títulos separados, 1708-1788. Vila Rica, 1754. APM-SC 003, fl. 6.

a isso o fato de que, ainda em 1736, Gomes Freire fora designado comissário principal, do lado português, para o estabelecimento dos limites territoriais dos impérios ibéricos na América Meridional, e, por decorrência, se afastara do governo direto da Capitania de Minas.

Naquele turbulento ambiente, o auto-intitulado “laborioso” secretário também se empregava em captar informações e “avisos ocultos, correspondendo e falando a pessoas fiéis”, moradoras “em partes remotas”, isto é, distantes de Vila Rica, “que não iam falar ao governador para melhor conservação do segredo”. Foi ele, ainda, quem, durante oito meses, cumulativamente, supriu a falta de ajudante do governo, dedicando-se à distribuição de *bilhetes* para as Intendências, “ajustando as contas das remessas de ouro que delas vinham, e respondendo continuamente as cartas dos intendentes sobre as providências precisas”[9].

A escolha de Antônio de Sousa Machado para o ofício de secretário do governo, que, na prática, significava a ratificação de sua presença no cargo, poderia fazer supor que ele contava com o apoio e a confiança do futuro conde de Bobadela. Se tal acontecia, pouco ou nenhum proveito Machado pôde auferir disso, posto que, apenas um mês depois, Gomes Freire se retirava para o Rio de Janeiro, entregando a responsabilidade da gestão administrativa da Capitania do Ouro a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.
Não nos foi dado perceber se houve realmente a colabo-

ração de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença a Sousa Machado, no que tange aos trabalhos de elaboração do *Inventário*, tal como proclamava o texto de portaria do governador da Capitania do Ouro, cuja transcrição se pôde ler anteriormente. O que se pode inferir, no entanto, é que, possivelmente, as relações do secretário do governo com o "ilustrado" e futuro governador interino não foram as melhores. Pode-se afirmar, minimamente, que Martinho de Mendonça não depositava confiança em Antônio de Sousa Machado. Prova disso é que, quando este se deslocou a Pitangui, no âmbito das providências administrativas respeitantes à capitação, deixou o oficial administrativo Paulo Barbosa Pereira em seu lugar. Pouco depois, Martinho de Mendonça, declarando que havia "justos motivos" para Barbosa Pereira "não continuar na substituição dele", designou André Teixeira da Costa para exercer o cargo[10].

Nessa mesma época, o governador interino, a despeito de atribuir missão especial a Machado, de que também se faz menção logo a seguir, ansiava para que este a desempenhasse "sem embargo de algumas loucuras e rapazias"[11].

Em resumo: o secretário Antônio de Sousa Machado não passou incólume às agruras político-administrativas do contexto. Estando no exercício de suas funções, foi convocado a acompanhar o governador na jornada que este fez à Comarca do Rio das Mortes, bem como ordenado a se deslocar à Vila de Pitangui, em representação daquela autoridade, com vistas a ali colocar em prática as determinações régias respeitantes à legislação da capitação. Ademais da investigação específica, em Pitangui, cuidou de questões relativas às ordenanças e examinou o descobrimento de aljôfares e pérolas, delas recolhendo amostras, que foram posteriormente entregues ao governador[12].

Todavia, alegando achar-se "com moléstias" e que seu irmão primogênito, Luís, falecera em Portugal, deixando ao desamparo "quatro irmãs donzelas", e que os bens "da sua casa" corriam risco, Antônio solicitou licença ao governador para viajar ao Reino. A autorização lhe foi concedida com a ressalva de que o percurso do viajante fosse feito através do sertão, em direção à Bahia, a fim de que levasse consigo, para entrega ao vice-rei, em Salvador, "cartas e documentos importantes do serviço de Sua Majestade". Exigência que Sousa Machado "executou, com grande prontidão e considerável despesa", segundo suas palavras[13].

Em Portugal, por incumbência do governador interino da Capitania, caber-lhe-ia apresentar-se ao secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, para relatar, de viva voz, "as mais ocultas notícias" sobre a situação política de Minas Gerais, em especial aquelas atinentes aos motins que ali grassavam[14].

Machado se reteve na Metrópole certo tempo. Seja qual tenha sido a duração desse interstício, o fato é que, passados alguns meses de sua chegada, o desejo (ou a necessidade) de retornar às Minas Gerais assaltou-o fortemente. Antes de março de 1738, redigiu circunstanciado e bem documentado requerimento, pleiteando a El-Rei que este o provesse no ofício de que tinha sido titular durante um ano e meio (março de 1736 a setembro de 1737).

A mercê lhe foi conferida por resolução régia, datada de 9 de março de 1739, em consulta do Conselho Ultramarino de 5 de dezembro do ano anterior. O mandato que lhe foi atribuído, à semelhança do que se conferia aos ocupantes daquele cargo, era fixado em três anos, sendo-lhe destinado ordenado anual de 400$000 réis. Com a significativa restrição de que este quantitativo lhe deveria ser "pago em moeda, e não em oitavas de ouro"[15].

A 4 de maio de 1739, Sousa Machado tomou posse em Vila Rica, recebendo o acervo documental das mãos do oficial da repartição, André Teixeira da Costa, que, desde outubro de 1737, exercia formalmente a Secretaria do Governo, por nomeação de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença[16].

Reinstalado nas funções, Antônio de Sousa Machado nelas permaneceu por dez anos. Nomeado por provisão régia de 13 de setembro de 1748, seu sucessor, José Cardoso Peleja, foi empossado em 25 de fevereiro de 1749.[17] Ao longo do decênio em que esteve à frente do órgão, Machado foi substituído, interinamente, em várias ocasiões, por Amaro de Sousa Coutinho, entre novembro de 1739 e abril de 1740; por Luís Antônio da Silva Bravo, em 1742; e por Manuel da Silva Neves, em 1746.[18]

Desde o momento em que cessou funções, Antônio de Sousa Machado não nos permite acompanhar-lhe os passos. Seja como for, assinale-se uma expressiva coincidência: o responsável pelo trabalho pioneiro de compilação dos documentos respeitantes à administração colonial em Minas Gerais deixava a Secretaria do Governo da Capitania exatamente no momento em que chegava à região Caetano Costa Matoso, magistrado que tanto se notabilizaria por ter levado a efeito tarefa semelhante àquela que conferiu saliência a Sousa Machado.

A criatura

Na consulta ao *Inventário* pode-se constatar que a obra sob a responsabilidade de Antônio de Sousa Machado não se realizou apenas no momento em que foi demandado. Ao contrário. Fica evidente que ele compreende todo o período do seu secretariado (1736-1749).

O *Inventário* arrola documentos contidos em 13 maços e em 73 livros. Ao entregar-se ao trabalho, Antônio de Souza Machado logo verificou a existência de falhas na documentação. Não conseguia alcançar a dimensão e a extensão dessas lacunas. No entanto, àquelas que flagrantemente lhe foi dado detetar, tratou de providenciar a sua reprodução. Outra não é a razão pela qual, no *Inventário*, um dos conjuntos vem identificado como sendo composto por "cópias de ordens assinadas pelo secretário do Conselho Ultramarino, a quem as pediu o secretário deste Governo, Antônio de Sousa Machado, por se não acharem os originais, quando se fez o inventário da Secretaria"[19].

Cumpre recordar que, em setembro de 1737, isto é, 17 meses após ter sido efetivado na direção da Secretaria, Machado foi mandado para Pitangui, viajando, em seguida, para Portugal. Ou seja, o seu trabalho pessoal ou o que era por ele dirigido ficou interrompido e a sua responsabilidade, salvaguardada. O *Inventário* evidencia essa circunstância em seu último registro, onde são elencados os livros "que acresceram ao alfabeto na entrega que fez da Secretaria, a Paulo Barbosa, o secretário Antônio de Sousa Machado"[20].

Vale dizer, então, que tanto este funcionário, como André Teixeira da Costa, que substituíra Machado no cargo, se encarregaram de dar continuidade e, principalmente, de atualizar os lançamentos no *Inventário*. Tal providência testemunha o zelo com que esses funcionários se houveram, em prática não necessariamente encontradiça nesses e noutros órgãos da administração pública, naqueles e em outros tempos.

De qualquer modo, saliente-se que o mencionado cuidado estava implícito na iniciativa geradora do *Inventário*. Com efeito, havia o manifesto propósito de, a partir de então, tornar-se dever funcional dos secretários de governo a periódica e sistemática incorporação de novos maços e livros ao *Inventário* nos moldes do que, em 1736, prescrevera Gomes Freire, ao destacar que "pelo tempo adiante, os secretários deste governo

inventariarão, neste livro, todas as ordens que vierem, e os livros e papéis que acrescerem"[21].

Por isso mesmo é que, em julho de 1748, com a morte do titular do cargo, José Cardoso Peleja – que sucedera a Sousa Machado na Secretaria –, seu filho e testamenteiro Diogo Luís Peleja e Sotto Maior, respaldando-se em *termo de encerramento e entrega*, lavrado por tabelião de Vila Rica, transferiu o acervo documental que, até então, estivera sob a responsabilidade de seu pai[22].

Antes de mais nada, o termo evidencia que Machado transmitiu a Cardoso Peleja o inventário por ele elaborado. Ao mesmo tempo, é bom exemplo do cuidado e do rigor que marcaram vários dos atos de transmissão dos cargos de secretários de governo, no que respeita ao recebimento dos conjuntos documentais que passavam a ser a eles confiados. No termo em causa, são especificadas sete ordens régias, com respectivos números e/ou conteúdos e os maços dos quais eram parte integrante.

Acrescente-se que a diligência quanto às faltas determinou que, no texto do termo, ficassem apontados os lugares que lhes eram devidos nos maços próprios. Ali, substituindo-os, encontravam-se *lembranças* escritas e assinadas pelo responsável pela retirada dos documentos. Não se descurou, também, de anotar, fossem as alterações na numeração dos documentos decorrentes das assinaladas lacunas no acervo, fossem os totais de papéis abrigados em cada um dos maços.

Ainda nesse termo, pode-se deparar com prática corriqueira na custódia arquivística: a do fluxo de documentos promovido pelas conveniências ou pelas circunstâncias da administração pública. Fixemo-nos em dois exemplos, com momentos e motivações distintas.
O secretário de governo Cláudio Manuel da Costa, ao receber, em 11 de agosto de 1762, o acervo de seu predecessor, Manuel da Silva Neves, fez registrar no texto do termo próprio que "os livros de Registro números 1 e 2" se encontravam no Rio de Janeiro, em poder do "conde de Bobadela, governador e capitão-general destas capitanias, como mostrou por cartas de Sua Excelência"[23].

Efetivamente, o secretário cessante, que assistira administrativamente Gomes Freire na Campanha do Sul, era um contumaz remetente de documentos e livros para seu superior, no Rio de Janeiro. Não causa estranheza hoje que documentos essencialmente relativos ao período colonial das Minas Gerais sejam encontrados em instituições arquivísticas do Rio de Janeiro e, quiçá, do Rio Grande do Sul, à semelhança do que ocorre no sentido contrário. Explique-se: quando Gomes Freire de Andrade se deslocou para o Rio Grande de São Pedro, levou consigo Manuel da Silva Neves para secretariá-lo. Relembre-se, além disso, que, estando no sul da Colônia, Gomes Freire não abdicou de suas funções e do poder, tanto no Rio de Janeiro como em Minas Gerais. Assim, no conjunto de encadernados da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro há, pelo menos, dois deles que se referem ao Rio Grande, e não a Minas Gerais. São os livros referenciados sob as notações SC-101-A e SC-102-B, ou seja, "registros de cartas, portarias, instruções, provisões, nombramentos e sesmarias relativas à Colônia – Rio Grande do Sul", no período de 1752 a 1757.[24]

Em 24 de janeiro de 1761, Silva Neves encaminhava a Gomes Freire "requerimentos e cartas" para leitura e despacho, bem como "os *primeiros dois livros de ordem da criação deste governo*, na forma que V. Exa. me ordena". Não era tudo. Na correspondência que comunicava ao poderoso governante, essa providência dizia-lhe que "amanhã, parte um homem do caminho chamado Pamplona com três canastras e um baú, em que vão todos os livros e papéis que se achavam na livraria deste palácio". Diligente e, como sempre, fiel servidor de Bobadela, complementava: "[...] ainda que me parecia desnecessário remeter alguns dos ditos papéis, não quis adiantar-me a fazer deles separação alguma sem para isso ter ordem de V. Exa"[25].

Mas, insista-se: essa prática não se dava apenas naquelas contingências. Cinco ordens régias, datadas entre 1745 e 1749, pertencentes ao maço 18, encontravam-se no Rio de Janeiro, em julho de 1758, quando Manuel Francisco da Costa Barros recebeu o acervo da Secretaria do Governo das Minas Gerais do testamenteiro de José Cardoso Peleja[26].

Outro exemplo é o de José Onório de Valadares e Aboim, que tomou posse no cargo de secretário do Governo em 1° de dezembro de 1784, nele permanecendo por seis anos, e que logo se incompatibilizou com o então governador da Capitania, Luís da Cunha Meneses[27], e não pouparia anotações no inventário exarado no códice 405 da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro quanto aos livros pertencentes à Secretaria que estavam na posse de seu desafeto[28].

Na altura, José Onório não deixou de registrar a omissão dos dois livros aludidos, havia 22 anos, por Cláudio Manuel da Costa, acrescentando a eles o "livro número 102, que se não conhece estar na Secretaria". Essas ressalvas não foram suficientes para que Aboim passasse a assumir a responsabilidade de custodiar a documentação do órgão. A despeito de o registro, no final do termo, datado de 18 de janeiro de 1785, declarar que este era feito para "lembrança e clareza" e "para contar o referido (inventário) a todo o tempo", o recém-empossado secretário se recusou a assiná-lo, "por não ter os livros muita parte deles em meu poder, e os ter o excelentíssimo senhor general Luís da Cunha Meneses, no seu gabinete, aonde se conservam; e, pelo meu antecessor me não foi feita entrega de coisa alguma".

A bem da verdade, cumpre observar que o Regimento dos Secretários de Governo não proibia a saída de livros e papéis daquela repartição; estabelecia apenas que deveria o trânsito deles ser registrado antes[29].

Seja como for, observe-se no Quadro 1, a evolução comparativa do acervo documental da Secretaria do Governo da Capitania de Minas Gerais, a partir de dados coletados nos três inventários que nos são dados conhecer.

Diligência

Do exposto, resulta uma inequívoca inferência: o cuidado dos secretários de governo em evitarem desarticulação ou dispersão das peças e dos conjuntos documentais que recebiam, que produziam e que formavam. Mesmo quando o tempo de permanência no exercício do cargo era curto, esses procedimentos eram levados a efeito. É o que se pode observar na literatura dos *Termos de encerramento e carga*. Por exemplo: em julho de 1758, Manuel Francisco da Costa Barros recebeu o acervo da Secretaria; nove meses depois, exatamente a 2 de abril de 1759, mediante o respectivo termo, confiou-o à guarda do oficial José Pereira da Cunha, que, por sua vez, quatro meses após, transferiu-o, com idêntico procedimento, ao novo titular do ofício, Manuel Pinto de Azevedo[30].

Cabe realçar que não se tratava de mera formalidade, pois eventuais incorporações de registros (de livros e de papéis avulsos) ao *Inventário*, realizadas naqueles pequenos lapsos de tempo, não deixavam de ser consignadas nos termos.

No rol dos livros constantes do documento que ora se divulga, a referência de número 44 é um *Inventário da Secretaria*. Que inventário seria esse? Vários indícios levam a deduzir que se trata do encadernado que atualmente integra a Seção Colonial do Arquivo Público

Mineiro sob a referência *SC-405*. Esse livro fazia parte, até 1989, do fundo Casa dos Contos, onde era notado como registro de *Provisões e ordens da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.* É à perspicácia de Edilane Carneiro que se deve a sua identificação e adequada reincorporação aos ditos códices coloniais[31]. Assim, desde então, pelo título que lhe foi atribuído, *Inventário e índice geral dos encadernados coloniais,* fica patente a sua importância central para os estudos concernentes à administração daquele período histórico.

Cabe uma última palavra que enalteça a postura dos sucessivos responsáveis pela guarda da documentação ao longo desses mais de dois séculos que nos separam daqueles trabalhos iniciais de organização do acervo documental em pauta. Observe-se tal comportamento entre aqueles que, nos finais do século XIX, deram concretude e forma aos fundos do Arquivo Público Mineiro. Tais pessoas, ainda que não dispondo de conhecimentos e técnicas, que só recentemente se corporificaram na arquivística, tiveram a sensatez e o cuidado de não intervirem na forma original do *arranjo* dos papéis avulsos e dos livros. Com isso, hoje, nos é facultada a recuperação daqueles primeiros a sólidos passos.

Desafios para novas investigações é que não faltam. Por exemplo, investigar as fases seguintes da organização da *Seção Colonial*. Se atualmente, só em termos de encadernados, o total de volumes desse fundo supera quatro centenas, isto é, praticamente dobra o número de livros constantes nos inventários aqui assinalados, *como*, *quando, por quem* e obedecendo a quais critérios esses *novos* encadernados se incorporaram ao conjunto primitivo?

Fique claro, então, que essas rápidas anotações pretenderam tão-somente dar notícia de fonte primária há muito reclamada pelos estudiosos da arquivística mineira e relacioná-la com inventários que se lhe seguiram.

Com isso, o que se quis foi contribuir para se medrar melhor e mais exaustiva análise das origens do Arquivo Público Mineiro, particularmente no que respeita às relações de organicidade de seus fundos documentais.

Notas |

1. CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Dir.). *História*: novos problemas. Trad. T. Santiago. Rio de Janeiro: Livr. Francisco Alves, 1976. p. 33-34.

2. *Arquivo Histórico Ultramarino*, de Lisboa – Fundo Brasil/Minas Gerais. Documentação Avulsa. Cx. 36, doc. 56. As referências seguintes, com base neste acervo, serão feitas utilizando-se a sigla AHU-MG, complementadas pelas correspondentes caixas e números dos documentos.

3. Cf. AHU-MG – Cx. 36, doc. 56. Veja também *Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo,* de Portugal – Chancelaria de D. João V – Próprios – Livro 98, fls. 21/21v. As referências seguintes relativas a esta instituição serão feitas utilizando-se a sigla IANTT, complementadas pela indicação dos fundos e demais elementos informativos necessários.

4. *Idem.*

5. IANTT – Coleção Manuscritos do Brasil, v. 32. O *Inventário* e os documentos que lhe dizem respeito estão inseridos entre as folhas 164 e 219 deste códice. Para maiores detalhes sobre Caetano José de Sousa, recorra-se à obra de Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes; o outro lado do mito* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003).

6. AHU-MG – Cx. 34, doc. 81.

7. *Idem.* Cf. também: IANTT – Chancelaria de D. João V – Próprios – Livro 98, fls. 21/21v.

8. AHU-MG – Cx. 36, doc. 56; e também IANTT – Chancelaria de D. João V – Próprios – Livro 98, fls. 21/21v. Sobre as ações do intendente Mendes de Carvalho, reporte-se a *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII,* de Carla Maria J. Anastasia (Belo Horizonte: C/Arte, 1998), em especial p. 79-83.

9. AHU-MG – Cx. 36, doc. 56.

10. AHU-MG – Cx. 41, doc. 102.

11. APM-SC – Cód. 44, fls. 143v: Carta de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença para o secretário de estado Antônio Guedes Pereira, datada de Vila Rica, a 17 de outubro de 1737. Este documento está transcrito na *Revista do Arquivo Público Mineiro,* n. 1, 1896, p. 662, em meio à correspondência que aquele governador manteve com as autoridades metropolitanas a respeito dos motins do sertão.
12. AHU-MG – Cx. 36, doc. 56.

13. *Idem.*

14. APM-SC – Cód. 44, fls. 143v: Carta de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença para o secretário de Estado, Antônio Guedes Pereira, datada de 17 de outubro de 1737. Este documento está transcrito na *Revista do Arquivo Público Mineiro,* n. 1, 1896, p. 661.

15. IANTT – Chancelaria de D. João V – Próprios – Livro 98, fls. 21/21v; AHU-MG – Cx. 34, doc. 81; e IANTT – Registro Geral de Mercês – Reinado de D. João V, Livro 30, fl. 455.

16. AHU-MG – Cx. 41, doc. 102. Cf. também APM-SC – Cód. 44, fl. 152v. Este documento está transcrito na *Revista do Arquivo Público Mineiro,* n. 1, 1896, p. 666.

17. *Nomeação*: cf. IANTT – Fundo: Chancelaria de D. João V – Próprios – Livro 118, fl. 15v. *Posse*: cf. AHU-MG – Cx. 41, doc. 102. Veja também *Códice Costa Matoso*, edição coordenada por Luciano R. de A. Figueiredo e Maria Verônica Campos (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1979, p. 419).

18. APM-SC – Cód. 50, fls. 31/38; APM-SC – Cód. 89, fl. 5v.

19. São listados 11 documentos, com datas-limites compreendidas entre 16 de setembro de 1720 e 10 de janeiro de 1733, sendo nove dos documentos datados do ano de 1721. Cf. fls. 200v/201 do *Inventário* ou fls. 141 do códice 405 da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro.

20. IANTT – Coleção Manuscritos do Brasil, v. 32, fls. 218/219v. Paulo Barbosa, ou melhor, Paulo Barbosa Pereira era oficial da Secretaria e já foi referido neste texto.

21. IANTT – Coleção Manuscritos do Brasil, v. 32, fl. 164v.

22. APM-SC – Cód. 405, fls. 154/155v.

23. APM-SC – Cód. 405, fl. 160v.

24. Transcrição desses livros pode ser consultada na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 21, p. 509-549, 1927; n. 22, p. 201-324, 1928; n. 23, p. 425-575, 1929; e n. 24, p. 43-344, 1933.

25. AHU-MG – Cx. 77, doc. 8. Grifos do autor.

26. APM-SC – Cód. 405, fl. 155.

27. AHU-MG – Cx. 122, doc. 49 e Cx. 123, doc. 84.

28. Cf. APM-SC – Cód. 405, fl. 171/171v.

29. Cf. a importante dissertação de mestrado de Marta Eloísa Melgaço Neves, *Em busca da organicidade: um estudo do fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais*. (Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia/Universidade Federal de Minas Gerais, 1997, p. 78); APM-SC – Cód. 405, fl. 172. O antecessor de Aboim foi José Luís Saião, que exerceu o cargo de secretário por cerca de 20 anos e que, de fato, não primou pela eficiência nas suas funções (cf. NEVES, *op. cit.*, p. 77). O termo de posse de Aboim foi escrito por José Antônio de Matos, que o assinou qualificando-se como "secretário de Governo" (cf. APM-SC – Cód. 149, fl. 18v.).

30. APM-SC – Cód. 405, fls. 155v/156v.

31. Cf. NEVES. *Em busca da organicidade*, p. 72-73.

QUADRO 1
Evolução do acervo documental da Secretaria do Governo da Capitania de Minas Gerais

Data do inventário	*Total de livros*	**Total de maços**
1736-1749	70	13
1758	92	18
1785	206	20

Fontes: IANTT – Coleção Manuscritos do Brasil, v. 32, fls. 164-219; e APM-SC – Cód. 405.

Caio Boschi é professor do Departamento de História da PUC-Minas e autor de *Roteiro-sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil* (3. ed. Lisboa: Ed. Univ. Lusófonas, 1995); *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal* (2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998) e coordenador do *Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 3 v.).

Dossiê

História revista e passada a limpo

João Antonio de Paula

Enquanto instrumento de Estado, os arquivos servem tanto à dimensão político-administrativa quanto à científica e educacional, como se pode constatar na trajetória do Arquivo Público Mineiro e de sua revista, que cumprem função reveladora de aspectos decisivos da vida política e cultural de Minas Gerais.

> Em janeiro de 1781, Jacques Necker (1732-1804), o grande financista genebrino, ministro de Luís XVI, faz publicar a *Compte Rendu au Roi*, em que, pela primeira vez, na França, publicizou-se o orçamento nacional. Para Habermas, esse é um dos episódios fundantes da esfera pública burguesa naquele país. Em maio de 1781, Necker, entre outras razões pela publicação do orçamento, perdeu o ministério por vontade do rei. Contudo, esse gesto já não foi a simples e rotineira reiteração das prerrogativas do poder absolutista, mas a frustrada tentativa de reagir ao que já se vinha impondo desde meados do século. Diz Habermas:

> Na primeira metade do século, apesar de Montesquieu, a crítica dos "filósofos" ocupa-se preferencialmente de religião, literatura e arte; só no estágio de sua publicação enciclopedista é que, ao menos indiretamente, a intenção mor de todos os filósofos evolui para uma intencionalidade política. A *Encyclopédie* propôs-se a ser um empreendimento publicitário em grande estilo. Mais tarde Robespierre pode festejá-la como "capítulo introdutório da Revolução" [...]. Desde o *Compte Rendu* de Necker, esta esfera pública só podia ainda ser, em sua função política, reprimida, mas não propriamente tornada ineficaz.[1]

Separar as finanças públicas do tesouro do soberano foi uma das mais decisivas características do Estado moderno, o que garantiu o apoio e a legitimidade iniciais, essenciais para sua afirmação. Tanto a separação entre o tesouro do monarca e o do Estado quanto a promessa de paz e segurança estão na base da imposição da legitimidade do Estado moderno, de sua longa dominação até o nosso tempo. Por outro lado, dar publicidade, tornar transparentes as finanças públicas é capítulo de uma posterior e dupla transformação: a imposição do Estado burguês, em sua forma liberal-democrática, e a criação de uma esfera pública burguesa, que, reconhecendo a legitimidade dos interesses de Estado, afirma também os direitos individuais e coletivos.

Foi Jacob Burckhardt (1818-1897), em seu livro clássico sobre o Renascimento italiano[2], quem mostrou que o indivíduo, seus direitos e interesses individuais pressupõem a existência do Estado. Qualquer que seja a definição que se lhe dê, como "monopólio legítimo da violência", como quer Max Weber[3], o Estado, na modernidade, tanto promete a paz e a segurança públicas quanto busca garantir os direitos dos indivíduos.

Assim, falar do Estado moderno, de sua progressiva imposição, da amplitude e profundidade do seu domínio é, por um lado, falar de coerção e violência e, por outro, da afirmação de direitos: do direito à vida, à liberdade e à propriedade, como quer John Locke (1632-1704)[4]; ou do direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade, como os viu Thomas Jefferson (1743-1826)[5], em chave rousseauniana.

Quem fala em Estado fala em direitos, quem fala em direitos fala em instrumentos legitimadores, confirmadores desses direitos, daí que o seu exercício, na modernidade, convoque, necessariamente, a documentação legítima, chanceladora de quaisquer direitos. Desse modo, tanto para o pleno exercício das funções do Estado como para o exercício de direitos, que se tem ou que se presume ter, torna-se indispensável a conservação de documentação comprobatória. Nisso, tanto pela origem quanto pela centralidade – seja para a administração pública ou privada, seja para a pesquisa histórica e científica, seja como instrumento que afirma identidades, vivificando a memória – o arquivo atua como instrumento de confirmação de direitos, como instrumento técnico-administrativo.
É de Robert-Henri Bautier o trecho seguinte, que surpreende o surgimento e o sentido dos arquivos na Europa moderna. Diz Bautier:

> É, portanto, a partir do século XII, com as novas práticas jurídicas, que vai se desenvolver uma nova concepção de arquivo que dominará a Europa inteira até o século XVI; este é o período caracterizado pelos "cartulários" ou "coleções de cartulários". Cada soberano, cada grande senhor, leigo ou eclesiástico, organizará seus arquivos em locais especiais, em relação estreita com as suas chancelarias ou capelas, onde são conservados em pergaminho os documentos e títulos fundamentais de seus domínios e direitos: privilégios pontificiais, contratos de casamento e testamentos, tratados, atos de homenagem e investidura, reconhecimentos dominiais, certificados de direitos e, enfim, devassas e cálculos, todos os documentos aos quais se pudesse recorrer para informação ou prova.[6]

É ocioso registrar que a importância dos arquivos será tanto maior quanto mais complexo e amplo o que ele quer registrar. Assim, não surpreende que seja na Espanha de Felipe II, naquele Império "onde o sol nunca se punha", que tenha sido criado o primeiro grande arquivo da modernidade. Em 1567, no castelo real de Simancas, perto de Valladolid, foi recolhida:

> A "Coleção de cartulários" de Castela [que] abrange a documentação acumulada nos diversos Conselhos reais, na Corte e nas administrações dominiais. O decreto sobre o depósito da documentação é o primeiro regulamento da moderna arquivística e terá
> uma profunda influência nos domínios dos Habsburgos na Itália e em Portugal.[7]

Os arquivos públicos são instrumentos de Estado, refletem seus interesses e circunstâncias e, neste sentido, são, tanto quanto o próprio Estado, realidades históricas. Se os arquivos franceses, durante o Antigo Regime, sancionaram-no, com a Revolução Francesa os arquivos do Estado tornaram-se "arquivos da nação" e transformaram-se:

> Os arquivos, atinentes à nação, devem ser colocados à disposição de todos os cidadãos.
> Ao contrário disto, o princípio da publicização dos arquivos foi substituído pelo princípio do segredo de Estado, que vai se generalizar a partir daí.[8]

Nesse sentido, não será equívoco tomar as vicissitudes da história dos arquivos públicos como aproximações tanto do processo de modernização institucional do Estado quanto do processo de afirmação da esfera pública e do desenvolvimento da pesquisa histórica. Neste artigo, tomar-se-ão as vicissitudes históricas do Arquivo Público Mineiro (APM), criado em 1895, e de sua revista, criada em 1896, como reveladoras de aspectos decisivos da vida política e cultural de Minas Gerais.

Vicissitudes da modernização

O Arquivo Público Mineiro foi criado pela Lei n. 126, de 11 de julho de 1895. Em 19 de setembro do mesmo ano baixou-se o Decreto n. 860, que promulgou o Regulamento do Arquivo. Ambos os diplomas foram sancionados pelo presidente do Estado Chrispim Jacques Bias Fortes, ficando o órgão recém-criado subordinado à Secretaria do Interior, que tinha então como titular Henrique Augusto de Oliveira Diniz, sendo diretor da mesma Secretaria Raymundo Mota Corrêa, poeta parnasiano. Este permanecia então em Minas Gerais, mesmo depois de encerrado o governo Floriano Peixoto, a quem fizera oposição e do qual sofrera perseguição.
O projeto de criação do APM fora apresentado à Câmara dos Deputados do Congresso Mineiro pelo então deputado Levindo Ferreira Lopes, em 24 de

CLUB LITTERARIO E PROGRESSISTA
Minas

MINAS GERAES

CLUB LITTERARIO E PROGRESSISTA

Matricula n. 129

ARTES

CARIDADE

Pelo presente Diploma é considerada socia Honoraria do Club Litterario e Progressista de Sant'Anna de S. João Acima a Ex.ma Redacção da Revista do Archivo Publico Mineiro gozando de todas as prerogativas que os estatutos concedem.

CLUB LITTERARIO E PROGRESSISTA

Sant'Anna de S. João Acima, 1º de Outubro de 1896

THESOUREIRO | PRESIDENTE | SECRETARIO

ORADOR | VICE-PRESIDENTE | PROCURADOR

Typ. A. Martins - Hospicio 25. - Rio

Diploma de sócia honorária concedido à redação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1896 pelo *Club Letterario e Progressista de Sant'Ana de São João Acima*, atual cidade de Itaúna, MG. APM- JXV- Cx. 01. Doc. 14.

junho de 1894. O primeiro diretor do Arquivo foi o jornalista e político mineiro, nascido em Campanha, José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900), que pertenceu à corrente modernizante de Minas Gerais. Tendo sido monarquista, buscou, no novo regime, dar continuidade a um programa de reformas industrializantes e modernizantes à luz do ideário liberal.

Em 1890 foi criada, em Ouro Preto, a Sociedade de Geografia Econômica, que teve entre seus fundadores Henrique Gorceix, Antônio Olinto dos Santos Pires, Levindo Ferreira Lopes, Domingos da Silva Porto, Francisco Luís da Veiga, Edmundo da Veiga, Pedro José da Silva, Joaquim Cândido da Costa Sena, Carlos Gabriel de Andrade – barão de Saramenha –, Lindolfo de Assis, Modesto de Faria Belo, F. J. Mallard e José Pedro Xavier da Veiga.[9]

Entre esses nomes estão monarquistas, como o próprio Xavier da Veiga, e republicanos históricos como Antônio Olinto dos Santos Pires. Entre eles também nomes de destaque da Escola de Minas: seu fundador, Claude-Henri de Gorceix, e os professores Antônio Olinto dos Santos Pires e Joaquim Cândido da Costa Sena. Juntam-se a eles jornalistas, políticos, advogados, engenheiros, empresários – representantes ilustrados das elites modernizantes de Minas Gerais. As finalidades da Sociedade de Geografia Econômica eram "promover e auxiliar o desenvolvimento do comércio, da indústria e da imigração no Estado de Minas Gerais".

Membro fundador dessa Sociedade, Xavier da Veiga noticiou sua fundação em seu jornal, *A Ordem*, em 18 de janeiro de 1890. Antes mesmo de informar a criação da Sociedade, manifestará sua acomodação à nova ordem jurídica: "[...] Não se pode festejar a República, mas tal regime deve ser respeitado. Com a República novos direitos foram criados assim como novos deveres. Um dos deveres é o trabalho para o desenvolvimento e o progresso do país."[10] É como parte desse projeto de construção da nação, de sua prosperidade e do seu progresso que deve ser considerada a fundação do Arquivo Público Mineiro. Tanto o autor do projeto de lei, que resultou em sua criação, o deputado Levindo Ferreira Lopes, quanto o seu primeiro e decisivo diretor, José Pedro Xavier da Veiga, foram membros fundadores da Sociedade de Geografia Econômica.

Relevantes serviços prestou e tem prestado o Arquivo Público Mineiro, e da mais variada natureza: auxílio à pesquisa histórica, auxílio à confirmação de direitos individuais e coletivos, auxílio à administração pública. Tantas e tais funções tem exercido que é o caso de ver o APM tanto como órgão de Estado quanto como instituição relevante da esfera pública regional, para além de sua função estatal. Seja como instituição estatal, seja como componente da esfera pública, o APM reproduz em seu itinerário as vicissitudes do nosso desenvolvimento político e cultural, suas precariedades e déficits, seus impasses e virtualidades.

É lugar comum, e justo reconhecimento, falar-se do papel extraordinário de José Pedro Xavier da Veiga na criação, instalação e desenvolvimento do APM, de que foi diretor entre 1895 e 1900, quando faleceu. Foi em sua casa que primeiro se instalou o Arquivo. Parte significativa de seu acervo inicial resultou de doação de seu primeiro diretor. A *Revista do Arquivo Público Mineiro* (*RAPM*), criada em 1896, durante sua gestão, teve momentos de excepcional qualidade.

Se é de justiça reconhecer o papel que indivíduos excepcionais tiveram, e têm, na vida de instituições públicas, é que não raro esses indivíduos excepcionais se notabilizam por tentarem minorar, corrigir distorções e precariedades decorrentes da incúria ou impropriedade de atos e políticas da administração pública.

Saudado com entusiasmo quando criado, elogiado pelos serviços que prestava em seus primeiros anos de vida, o APM experimentará, ao longo de sua história, uma série de dificuldades que não são exclusivas dele, mas que traduzem o lugar, quase sempre subalterno, a pequena prioridade que têm, junto a vários governos, as questões culturais e, ainda mais decisivamente, no caso do Arquivo, as questões referentes aos direitos da cidadania.

Itinerário de dificuldades

Veja-se a seqüência que traduz o itinerário de dificuldades que vão acompanhar a vida do Arquivo Público Mineiro. Em *Mensagem ao Congresso Mineiro*, em 1896, o presidente do Estado Chrispim Jacques Bias Fortes assim referiu-se ao APM:

> Acha-se já funcionando a Repartição Arquivo Público Mineiro, criada pela Lei nº 126, de 11 de julho de 1895. Está à frente de tão importante Repartição o distinto mineiro e esforçado servidor do Estado, o ex-Senador José Pedro Xavier da Veiga. Será dentro em pouco esta Repartição, já por natureza, já pela competência de seu ilustrado diretor, um dos mais importantes monumentos de nossa história política e social.[11]

O mesmo presidente do Estado, em *Mensagem ao Congresso Mineiro*, em 1898, disse: "A Repartição do Arquivo Público Mineiro vai prestando ao Estado inestimáveis serviços, graças à competência, zelo e dedicação de seu ilustrado diretor"[12].
Durante o governo Campos Salles (1898-1902), como é sabido, praticou-se no Brasil política econômica liberal ortodoxa. Essas práticas também chegaram a Minas Gerais, marcando a presidência de Francisco Silviano de Almeida Brandão. Disse ele em sua *Mensagem ao Congresso Mineiro*, em 1899:

> A situação financeira determinou o plano do meu governo: fazer severas economias, reduzindo as despesas públicas, seja cortando nas extraordinárias, seja suspendendo ou suprimindo serviços ordinários, adiáveis ou dispensáveis, com o fim de criar elementos necessários à amortização da dívida flutuante...[13]

Entre os cortes nas despesas mandados fazer então, suprimiu-se o cargo de amanuense do APM[14]. Mais tarde, em 1901, o próprio Arquivo foi paralisado. Veja-se o trecho de Aurélio Pires, que foi diretor do APM, em texto publicado em 1927:

> Em fins de 1901, sofreu o Arquivo Público Mineiro uma paralisação temporária em sua atuação, devida às prementes condições financeiras em que, então, se debatia o Estado. O dec. nº 1479 (art. 2º) de 21 de setembro daquele ano (1901), o qual pos em execução a lei nº 318, de 16 do mesmo mês, na parte referente à Secretaria do Interior, anexou essa repartição àquela Secretaria e reduziu seu pessoal a dois funcionários, diretor e guarda do arquivo. [...] Em 1909, reatou este instituto o fio de suas tradições temporariamente interrompido pela angustiosa crise referida. O regulamento aprovado pelo dec. nº 2492, de 30 de março desse ano, determinou, em seu art. 68, capítulo X, que o Arquivo Público Mineiro constitui-se, como dantes, uma diretoria separada no tocante à ordem e ao processo do serviço...[15]

A crise que afetou o Arquivo, de 1899 até 1909, não foi o último episódio problemático vivido pela Instituição. Em 1937, o diretor do APM, Arduíno Bolivar, apresentou à Secretaria do Interior relatório em

que expunha as precárias condições do Arquivo, tanto de suas instalações e mobiliário quanto das condições do acervo, ameaçado de irreversível deterioração pelas péssimas condições de conservação. Citem-se trechos do texto de Arduíno Bolivar:

> Por motivos que não nos cabe explanar e que cônscio das nossas graves responsabilidades, não podemos e nem devemos omitir, são deveras precárias, confrangedoras e indisfarçáveis as condições do prédio em que se acha estabelecido o Arquivo: e isso não pode e nem deve ser atribuído aos meus predecessores na diretoria, todos eles perfeitamente conhecedores desse estado de coisas e invariavelmente empenhados em redimi-lo.[16]

Arduíno Bolivar reitera seu argumento citando trecho do próprio governador do Estado, Benedito Valadares, em sua mensagem à Assembléia Legislativa:

> No que se refere ao Arquivo Público, cabe-me esclarecer que o projeto não atende somente às necessidades do público, senão às da própria conservação do riquíssimo acervo de documentos, livros e objetos de arte abrigados naquela repartição e em risco de destruição, devido às péssimas condições do prédio em que se acha, mal arejado e exíguo.[17]

Para não induzir a que se pense que as dificuldades do APM tenham ficado restritas aos seus primeiros tempos, traga-se a fala de Achiles Mitraud de Castro Leite, diretor do APM em 1990. Diz ele:

> As dificuldades são de ordem material e de recursos humanos e financeiros, traduzidos na falta de instalações e pessoal especializado, de recursos financeiros para a preservação de uma documentação que exige cuidados especiais. [...] O Arquivo Público Mineiro estagnou há quarenta anos. Voltou-se para si mesmo, na tarefa de organizar a documentação que recebeu dos séculos XVIII e XIX e o pouco que recolheu sobre o período republicano. Assim, com a falta de contato e de modernização, voltou-se para si mesmo e parou no tempo. Hoje, esse é um arquivo que não interage na administração pública. Chegou-se ao paradoxo de saber que é necessário interagir, sem ter as condições físicas, ou seja, edificação e recursos humanos e financeiros para dar início a essa interação. Assim, a documentação do século XX está a perder-se nos depósitos das secretarias de Estado.[18]

A fala algo desconsolada do então diretor do APM, em 1990, não destoa do que outros diretores, antes dele, disseram. Veja-se o que disse, em 1937, Arduíno Bolivar:

> Não estamos carregando propositadamente as cores do quadro para impressionar. O que escrevemos é a pura realidade, embora a nossa linguagem se afigure distante dos estilos burocráticos; outro, porém, não pode ser o procedimento de quem, como nós, julga um dever imprescritível de lealdade para com os superiores hierárquicos inteirá-los das mínimas necessidades do serviço público, pois acreditamos que eles devem querer bem conhecer para bem prover.[19]

Isso foi escrito há 69 anos por um nome significativo da cultura mineira. Tanto ele quanto os outros, que o antecederam e o sucederam, fizeram do Arquivo Público Mineiro instituição exemplar em seu zelo pelo interesse público. Todos esses méritos, contudo, não podem impedir que se reconheçam os percalços e limitações vividas pela Instituição, resultantes da precariedade e constrangimentos de nosso desenvolvimento subdesenvolvido.

Primeiro fascículo da *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, janeiro a março de 1896.

A Revista

Entre os muitos e incanceláveis méritos do APM está a sua revista, que em 2006 completou 110 anos. É das mais antigas publicações brasileiras em circulação no campo da história. Mandada criar pela Lei n. 126, em seu artigo 8º, e regulamentada pelo capítulo IV do Decreto n. 860, que estabeleceu o Regulamento do APM, a *Revista do Arquivo* tinha propósitos amplos. Nela deveriam estar

> insertos os escritos históricos, biográficos, estatísticos, topográficos, etc., [...] elaborar acerca dos acontecimentos, homens, coisas notáveis de Minas Gerais; os documentos (menos os reservados), notícias, composições literárias e memórias ou monografias interessantes sobre os mesmos assuntos inéditos ou não vulgarizados que houver no Arquivo, mandando para esse fim fazer as cópias ou extratos necessários; e bem assim os catálogos e índices dos livros e documentos do Arquivo que forem organizados na repartição; as referências de ofertas de livros, documentos, opúsculos, periódicos e outros objetos adequados à natureza da instituição; atos oficiais com relação a ela e quaisquer notas ou excertos consoantes aos seus fins.[20]

A amplitude do que se exigia da *Revista* dá conta de uma concepção que guarda pertinência até hoje. Ao lado de transcrever documentação relevante, em variados campos, a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (*RAPM*) também deveria elaborar catálogos e índices, isto é, deveria elaborar instrumentos essenciais à pesquisa histórica e mesmo atender aos interesses do direito privado, ao catalogar, por exemplo, as cartas de concessões de sesmarias.

Nesses 110 anos, a *RAPM* moveu-se no ritmo do conjunto da Instituição: houve momentos altos e os menos bons, houve mesmo várias e traumáticas interrupções de circulação. A publicação teve quatro fases. Arrisque-se uma periodização. A primeira fase, 1896-1913, compreende a etapa da presença de Xavier da Veiga (1896-1900) até 1913, período em que a *Revista* circulou sem interrupção, ainda que em meio a grandes dificuldades.

Entre 1914 e 1920 a *RAPM* deixou de circular. A segunda fase corresponde ao período que vai de 1921 a 1937, quando circulou de forma intermitente. A ter-

ceira fase corresponde à retomada da *Revista*, em 1975, e vai até 1995. Nesse período houve etapa de circulação ininterrupta, de 1975 a 1985, seguindo-se etapa de circulação intermitente. Finalmente, a quarta fase teve início em 2005, com a retomada da *Revista*, que não era editada desde 1998.

Registre-se, desde logo, que essas fases da *RAPM* caracterizam-se não só pela maior ou menor regularidade da circulação, correspondendo, de fato, a projetos editoriais distintos. Para uma visão geral da trejetória da publicação, veja-se o Quadro 1.[21]

Primeira fase

A primeira fase da *RAPM*, 1896-1913, caracterizou-se por dois grandes aspectos: de um lado, em que pese as dificuldades que vão advir a partir de 1899, a *Revista* manteve sua circulação ininterrupta e publicou, com certeza, o mais significativo do material sob sua guarda sobre a história de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Com efeito, a gestão de José Pedro Xavier da Veiga à frente do Arquivo e de sua revista, buscou, com perfeita dedicação, realizar o que estava na lei que criou o APM, que em seu artigo 8º mandava "escrever com exatidão e circunstanciado desenvolvimento: I) As efemérides sociais e políticas do Estado; II) A história ou crônica de Minas Gerais a começar da sua descoberta e primeiras explorações até o presente".[22]

Quanto ao primeiro objetivo, imposto pela lei, Xavier da Veiga desincumbiu-se dele com presteza, publicando, em 1897, As *Efemérides Mineiras (1664-1897)*, em quatro volumes, que ele vinha redigindo desde 1879. Com igual excelência, buscou fazer da *Revista do Arquivo Público Mineiro* fonte insubstituível para a história de Minas Gerais, seja pela transcrição de documentação oficial, seja pela publicação de documentos decisivos sobre o tema.

Mais do que disso, cuidou Xavier da Veiga à frente da *Revista*. Foi sua a iniciativa de publicar na *RAPM*, em 1896, o questionário elaborado, em 23 de junho de 1825, pela Secretaria da Província de Minas Gerais, comandada por Luiz Maria da Silva Pinto, e que constitui o mais abrangente inquérito estatístico-corográfico lançado em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.[23] Tanto o inquérito elaborado por Luiz Maria da Silva Pinto, em 1825, quanto a sua atualização realizada por Xavier da Veiga, em 1891, representam aportes significativos para a elaboração das estatísticas históricas de Minas Gerais.

Em 1932, o grande mestre da estatística brasileira, Mário Augusto Teixeira de Freitas, publicou artigo informadíssimo sobre a evolução das estatísticas em Minas Gerais, em que diz:

> A cartografia estatística, ou seja, a esquematização dos dados estatísticos, é também de origem bastante remota na história mineira, constituindo-lhe, dentre os documentos antigos, o mais expressivo diploma, a adaptação do mapa de Eschwege, pelo operosíssimo Luiz Maria da Silva Pinto – que se poderia bem cognominar o pai da estatística geral mineira. [...] E sessenta e seis anos depois, em 1891, José Pedro Xavier da Veiga, digno êmulo de Silva Pinto, como grande obreiro da administração, da estatística e da história e da geografia de Minas Gerais, iniciou a coleta de elementos para uma *Corografia Mineira*, ponto de partida para a organização de várias monografias municipais que foram publicadas na já citada *Revista do Arquivo Público Mineiro*.[24]

Durante a primeira fase (1896-1913), a *Revista do Arquivo Público Mineiro* notabilizou-se por uma linha editorial que privilegiou três grandes temáticas: a) a publicação de documentação oficial dos séculos XVIII e XIX; b) a publicação de documentos com valor significativo para a história de Minas Gerais; c) a publicação de memórias, estatísticas e corografias municipais. Entre a documentação oficial publicada destaca-se, pela ampla cobertura e significativo sentido de atendimento a direitos individuais, "a lista geral, e completa, dos nomes de todas as pessoas que obtiveram Cartas de Sesmarias, no Estado de Minas Gerais, desde 1710 a 1835"; que no *Índice Geral da RAPM* (1896-1913), elaborado por Feu de Carvalho, ocupa 180 de suas 315 páginas. [25]

Destaque-se, também, nessa primeira fase da *RAPM* a preocupação em publicar catálogos e índices do material sob guarda do Arquivo. É o que se vê no volume único da *Revista*, publicado em 1907, e que circulou em 1908, que contém: 1) catálogo dos livros manuscritos pertencentes ao APM de 1701 a 1721; 2) classificação cronológica dos livros manuscritos pertencentes ao APM (Secção Capitania) de 1702-1821: 393 códices; 3) 2ª Secção (Província), de 1821-1870: 1396 códices; 4) relação dos jornais mineiros pertencentes à coleção do APM: 753 jornais.

Nos fascículos 1 e 2, volume 1, da *RAPM* de 1911, publicou-se a *Coleção Sumária das Leis, Cartas Régias, Avisos e Ordens* "que se acham nos Livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a títulos separados", e a cópia extraída do *Livro de Ordens Régias de 1708 a 1788*, pertencentes ao APM.
Considerada em conjunto, a *RAPM*, desde o início, recusou-se a ser peça de antiquário, que satisfizesse apenas à erudição. Foi sempre instrumento utilíssimo para a pesquisa histórica, com inegáveis aspectos inovadores e modernizantes, como se vê no caso da atenção que deu à divulgação das estatísticas mineiras, sendo também importante componente do que se poderia chamar de "esfera pública mineira", ao publicizar documentação pertinente à administração pública e aos direitos da cidadania.

Não menos significativa foi a importância da *RAPM* na publicação de documentos decisivos da história e sobre o ambiente natural de Minas Gerais e do Brasil. Na primeira fase da *Revista* foram publicados entre outros textos significativos:

1) "Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas";[26]
2) "Motins do Sertão e outras ocorrências em Minas Gerais durante o governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença";[27]
3) "Triunfo eucarístico";[28]
4) "Áureo trono episcopal";[29]
5) "Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais";[30]
6) "Exposição [do governador] sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo";[31]
7) "Memória histórica da Capitania de Minas Gerais";[32]
8) "Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais";[33]
9) "Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais";[34]
10) "Informação da Capitania de Minas Gerais";[35]
11) "Carta aos Senhores eleitores da Província de Minas Gerais";[36]
12) "Memórias sobre a fauna paleontológica de Minas Gerais".[37]

Nesses 12 textos, observamos uma expressiva mostra de documentos decisivos para a história e a realidade natural de Minas Gerais. Tal característica da *Revista* se manteve depois da morte de Xavier da Veiga. Seus sucessores imediatos, Augusto de Lima e Francisco Soares Peixoto de Moura, mantiveram a lúcida linha editorial de seu antecessor e conseguiram manter a

Retrato de Antônio Augusto de Lima,
diretor do Arquivo Publico Mineiro entre 1901 e 1910.
Belmiro de Almeida (Serro, MG, 1858 - RJ, 1935), óleo s/ madeira,
1909, 21 x 13 cm. Coleção Luiz Octavio Augusto de Lima, SP.

Francisco Soares Peixoto de Moura,
diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1910 e 1920.
APM-11 - O25 (04)

Theófilo Feu de Carvalho,
diretor substituto do Arquivo Público Mineiro em períodos alternados entre 1922 e 1936.
Gabinete da diretoria do Arquivo Público Mineiro, novembro de 1922. APM-3- 001 (10).

RAPM circulando até 1913, apesar das dificuldades que o Arquivo enfrentou naquele período.

Segunda fase

Em 1913 encerrou-se a primeira fase da *RAPM*. A *Revista* deixará de circular em 1914, só voltando a fazê-lo em 1921, quando tem início a sua segunda fase, marcada por mudança da linha editorial e por circulação intermitente, sendo editada nos anos de 1921, 1924, 1927, 1928, 1929, 1933 e 1937. Essa segunda fase será marcada pela atuação de Mário de Lima, Theófilo Feu de Carvalho, Aurélio Pires e Arduíno Bolivar, três grandes nomes da cultura mineira.

É de autoria de Theófilo Feu de Carvalho o utilíssimo *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1896-1913, elaborado em 1914 e publicado em 1920.[38] Sob sua responsabilidade foram publicados os volumes da *Revista* referentes aos anos de 1921 e 1933. Historiador importante do nosso passado colonial, Feu de Carvalho notabilizou-se por seus estudos sobre a capitania de Minas Gerais, em seus primeiros anos, como é o caso de *Occurrências em Pitanguy (1713-1721)*. *História da Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro*, de 1931.[39]

Também publicou trabalhos importantes sobre a sedição de Vila Rica de 1720.[40] Menos razoável é sua participação na cruzada contestadora da existência do Aleijadinho, da qual foi campeão o historiador Augusto de Lima Júnior. Feu de Carvalho foi nome importante da *RAPM* durante muitos anos, tendo publicado nos volumes referentes aos anos de 1907, 1921 e nos fascículos II e III, referente ao ano de 1927, o *Índice Geral de Livros do Arquivo*, contendo os registros de resoluções, bandos, cartas-patentes, provisões, patentes e sesmarias para a capitania de Minas até o ano de 1717.[41]

Aurélio Pires foi diretor do APM e editou a sua revista nos anos de 1927, 1928 e 1929. Ex-professor do Ginásio Mineiro, da Escola de Farmácia de Ouro Preto, um dos fundadores da Escola de Medicina da UFMG, em 1911, Aurélio Pires foi o ídolo da geração dos modernistas mineiros, tendo sido homenageado num poema extraordinário de Pedro Nava[42]. Durante sua gestão, a *RAPM* publicou, sobretudo, material historiográfico, sendo pequena a publicação de documentação sob guarda do Arquivo.

De fato, o grosso do material publicado pela *RAPM*, nos anos de 1927, 1928 e 1929, foi de ordem historiográfica, destacando-se: a) "História do Arquivo Público Mineiro", de autoria do seu diretor, Aurélio Pires;[43] b) "História da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte", também redigida por Aurélio Pires;[44] c) "A Idéia Republicana em Minas Gerais"[45] e "A Proclamação da República em Minas Gerais"[46], artigos escritos por Antônio Olinto dos Santos Pires, republica-

Aurélio Egídio dos Santos Pires, diretor substituto entre 1927 e 1930 na gestão Mário Franzen de Lima. APM- FJB - 011.

Arduíno Fontes Bolivar, diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1936 a 1938. APM-11- 025 (11).

no histórico de Minas Gerais e irmão de Aurélio Pires; d) documentos referentes à fundação e funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, fundado em 1907, do qual era sócio Aurélio Pires; e) biografia de Silva Alvarenga[47] e um artigo sobre Bernardo Guimarães na intimidade[48], de autoria de Abílio Barreto e de Carlos José dos Santos, respectivamente; f) "Notícia Histórica das origens da atual cidade de Alto Rio Doce, do Estado de Minas Gerais"[49], que transcreve discurso do Dr. Carlos Laquintinie, promotor da Justiça de Alto Rio Doce, proferido em 14 de agosto de 1927.

Em 1937, a *RAPM* foi publicada sob responsabilidade de Arduíno Bolivar, nome importante da cultura mineira. Latinista, humanista, foi professor de temas do classicismo e de sociologia aplicada à economia, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No primeiro volume da *RAPM*[50], de 1937, Arduíno Bolivar apresentou um balanço abrangente da *Revista*, então com 41 anos de existência, e do próprio Arquivo, assaltado por grandes precariedades no que se refere às instalações e conservação do acervo.

No conjunto, o primeiro volume da *RAPM*, de 1937, afasta-se, inteiramente, da linha editorial estabelecida por Xavier da Veiga, ao privilegiar a publicação de artigos de historiadores, sobre temática histórica, etnológica, lingüística e política de Minas Gerais. Dos 18 artigos publicados naquele volume, 11 são de autoria de Nelson de Senna, havendo ainda artigos de Arthur Vieira de Rezende e Silva, Diogo de Vasconcelos, Theófilo Feu de Carvalho, Lúcio José dos Santos,

Salomão de Vasconcelos e Afonso dos Santos.

Há, nesse volume, uma significativa inflexão em relação à linha editorial da *Revista*, tal como estabelecida por Xavier e seguida, no geral, até 1933. O "modelo editorial de Xavier da Veiga", assim chamado, buscou, majoritariamente, privilegiar a publicação de documentação oficial sob a guarda do Arquivo, a documentação coesa com valor historiográfico e a publicação de memórias-corografias municipais, com participação menor de biografias e artigos historiográficos.

Essas características editoriais conservaram-se, basicamente, nos volumes da *Revista* publicados sob a responsabilidade de Theófilo Feu de Carvalho, em 1921 e 1933, e Mário de Lima, em 1924. Mesmo nos volumes sob responsabilidade de Aurélio Pires, 1927, 1928 e 1929, manteve-se o básico da linha Xavier da Veiga, ainda que tenham avultado os artigos historiográficos. Com efeito, a *RAPM*, sob a direção de Arduíno Bolivar, em seu primeiro volume de 1937, abandonará aquele modelo, transformando-se, de fato, numa "revista de história", tal como essa disciplina era praticada nos anos 1930, sob forte influxo do modelo dos institutos históricos e geográficos, o que já estará presente, em grau menor, no período sob a direção de Aurélio Pires (1927-1929).

Não é o caso de condenar, sem mais, a linha editorial imposta por Arduíno Bolivar, até porque a opção por publicar apenas material resultante de pesquisas de historiadores mineiros pode não ter sido, de fato, opção, mas imposição das dificuldades de funcionamento do Arquivo, que talvez tenham impedido a publicação de documentação sob sua guarda. Esta hipótese, que carece de comprovação, é ainda mais reforçada se se lembrar que, em 1938, a *RAPM* deixará de circular, só voltando a fazê-lo 37 anos depois, em 1975. Registre-se ainda, como aspectos importantes da *Revista* nessa segunda fase, a publicação, em 1921,

Hélio Gravatá (Paraíba do Sul, RJ, 1910 - Belo Horizonte, 1994), funcionário, pesquisador e estudioso do Arquivo Público Mineiro, autor de *Contribuições bibliográficas sobre a história de Minas Gerais*. APM-7-001.

de clichês de fotografias e, em 1937, de documentos manuscritos.

Terceira fase

A terceira fase da *Revista* (1975-1995) representou, sob vários aspectos, tanto uma retomada da linha editorial inicial quanto sua efetiva atualização à luz do desenvolvimento da atividade arquivística e da pesquisa histórica, pela revalorização das fontes e explanações abrangentes dos ricos "fundos documentais" do Arquivo.

Uma análise acurada da *RAPM*, a partir de 1975, está no artigo de Maria Efigênia Lage de Resende. Cite-se:

> A partir de 1975 a *Revista do Arquivo Público*

Aspecto do interior do Arquivo Público Mineiro na gestão de Francisco de Assis Andrade (1975-1987) vendo-se em primeiro plano, à direita, o historiador Francisco Iglésias. APM-7-005(03).

Mineiro teve sua diretriz completamente alterada. A *Revista* que se orientava basicamente no sentido de publicar documentos diversificados passou a publicar materiais de referência diversos destinados a servirem de apoio e orientação à pesquisa histórica. Assim, de 1975 até o último número publicado, o de 1981, a *Revista* apresentou contribuição valiosa na área da pesquisa de apoio ao publicar bibliografias, índices de códices, índice de documentos das câmaras, catálogos, catálogo de jornais em microfilme, catálogo do material cartográfico (1705-1974), relação de documentos referentes a Minas nos arquivos portugueses, relação de governadores, prefeitos, secretários de governo, senadores, deputados federais e estaduais acompanhados dos respectivos dados cronológicos relativos a mandatos, nomeações, substituições etc.[51]

Entre 1938 e 1975 a *RAPM* deixou de circular. Quando o fez, muito havia mudado no país e em Minas Gerais no que se refere à pesquisa histórica. Desde o final dos anos 1960, consolidava-se no Brasil o ensino no âmbito da pós-graduação em história e em outras áreas das ciências sociais.
No caso específico da pesquisa histórica, a obra e os exemplos, com algo de heroicidade, de um José Honório Rodrigues, de um Hélio Gravatá, na valorização das bibliografias, dos catálogos, dos índices de fontes, tornaram-se freqüentes, dando conta do significativo avanço da profissionalização da comunidade dos pesquisadores de história no Brasil.

Contudo, é preciso salientar – e esse é o aspecto decisivo da questão – que a *Revista do Arquivo Público Mineiro* sempre esteve sintonizada com o sentido de modernidade, expresso tanto na valorização da publicação das fontes quanto na publicação de índices e catálogos sistemáticos dos diversos "fundos" sob guarda do Arquivo.

Desde os tempos de Xavier da Veiga, a *RAPM* deu mostras de modernidade ao privilegiar a publicação, em 1900, do *Catálogo da Biblioteca Mineira do Archivo Publico Mineiro*[52], organizado pelo então secretário do Arquivo, contendo: I) publicações oficiais mineiras; II) publicações oficiais do extinto Império e da República interessantes para Minas Gerais; III) publicações de autores mineiros sobre assuntos mineiros; IV) publicações sobre assuntos mineiros de autores diversos; V) publicações de autores mineiros sobre assuntos diversos; VI) periódicos mineiros; VII) publicações sobre o Brasil em geral; VIII) publicações diversas. Cite-se também a *Relação Cronológica dos Concessionários de Sesmarias em Minas Gerais*, de 1710 a 1827.[53]

Trata-se de um extraordinário catálogo, seja pela extensa documentação oficial sobre Minas Gerais, sob guarda do Arquivo, referente ao período provincial (1835-1889) e ao início do período republicano, seja pela igualmente ampla biblioteca sobre temas mineiros e brasileiros que o Arquivo detinha.

É, também, exemplo da preocupação da *Revista do Arquivo Público Mineiro* de ser um instrumento de pesquisa histórica atualizado e útil a publicação que fez, em 1902, ano VII, fascículos 1 e 2, dos Índices dos trabalhos publicados, até 1901, *Sobre Minas Gerais nas revistas nacionais*: do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Archivo do Distrito Federal; do Arquivo do Museu Nacional; dos *Anaes da Biblioteca Nacional*; do Arquivo do Estado de São Paulo; da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.[54]

O máximo dessa perspectiva "meta-histórica", em que a publicação se volta para a sua própria história e se cataloga, e se torna, ela própria, objeto de seus cuidados, é o *Índice da Revista do Arquivo Público Mineiro, 1896-1913*, organizado por Theófilo Feu de Carvalho, e que será ampliado, complementado, em 1960, com o artigo de Lygia Nazareth Fernandes, para publicação do Arquivo Nacional.[55]

Reconhecer a precoce modernidade da *Revista do Arquivo Público Mineiro* não significa desconhecer o notável avanço da publicação, a partir de 1975, como reflexo do trabalho lúcido e dedicado de vários diretores do Arquivo. Destaquem-se aqui as gestões de Francisco de Assis Andrade e de Edilane Maria de Almeida Carneiro, que o fizeram reviver seus melhores dias. A virtual ressurreição do Arquivo Público Mineiro na década de 1970 é, também, resultado da nova fase de estudos históricos em Minas Gerais, fase em que a profissionalização da pesquisa histórica significou efetiva sintonia com o mais avançado que se fazia no mundo nesse campo de estudos.

A renovação do APM encontrou, então, tanto a possibilidade de desenvolver a lição dos grandes e inesquecíveis mestres, como Francisco Iglésias e Hélio Gravatá, quanto de ver consolidar-se a presença de novos mestres da pesquisa histórica em Minas Gerais, como é o caso de Caio Boschi e outros nomes da historiografia mineira contemporânea.

Desde seu ressurgimento, em 1975, a *RAPM* vai adotar como linha editorial básica a publicação de "instrumentos de pesquisa" sob a forma de catálogos, índices, repertórios, bibliografias. Destacam-se nesse esforço as *Contribuições bibliográficas sobre a história de Minas Gerais*, organizadas por Hélio Gravatá, publicadas em vários volumes da *Revista*, entre 1975 e 1985; e o volume referente ao ano de 1977, que estampou o catálogo e o índice da documentação do APM referente à Seção Colonial, à Seção Provincial e

às câmaras municipais de Caeté, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, Sabará, além do catálogo dos registros paroquiais. Esse volume da *RAPM*, referente ao ano de 1977, o volume de 1975, que contém os índices dos códices 15, 16, 394, 395 e 399 da Seção Colonial, e o índice do códice 13 da Seção Provincial são instrumentos inestimáveis a serviço da pesquisa histórica sobre Minas Gerais.

Além dos índices e catálogos citados aqui, registrem-se também os volumes referentes aos anos de 1983, 1990 e 1992, por trazerem "contribuições bibliográficas" sobre processos e episódios importantes da história mineira e brasileira – a Revolução de 1930, a Inconfidência Mineira, a Propaganda Republicana na imprensa mineira, a questão da escravidão – a partir do material sob guarda do Arquivo Público Mineiro.

É também dessa terceira fase da *Revista* a iniciativa de publicar "cronistas" importantes da história de Belo Horizonte, como se fez nos volumes referentes aos anos de 1982, 1984 e 1985, trazendo crônicas de Arthur Azevedo, publicadas em *O Paiz*, do Rio de Janeiro, sobre viagem do escritor a Belo Horizonte, entre 2 e 12 de novembro de 1901; as crônicas de Moacyr Andrade, publicadas com o pseudônimo de "José Clemente", no jornal *Estado de Minas*, sobre temas da Belo Horizonte do passado; as crônicas de Carlos Drummond de Andrade sobre Belo Horizonte, assinadas por "Antônio Crispim" e "Barba Azul", e publicadas no *Minas Gerais* entre 1930 e 1934; as crônicas de Alfredo Camarate, publicadas no *Minas Gerais* sob o pseudônimo de "Antônio Riancho", que foram as primeiras que se publicaram sobre Belo Horizonte, ainda em construção, em 1894.

É de se destacar também, nessa terceira fase, a criação do Conselho Editorial, em 1992, composto tanto por funcionários do Arquivo quanto por especialistas de fora da Instituição.

Um balanço da terceira fase da *RAPM* (1975-1995) deve levar à conclusão de que nesse período se completou um ciclo, aquele que se caracterizou pela publicação de "instrumentos de pesquisa", tornando o acervo do APM, de fato, apropriável por pesquisadores e pela população em geral. Também se publicou matéria de interesse dos direitos individuais, como é o caso do volume referente ao ano de 1988, o *Catálogo de Sesmarias*.

Atualidade

Encerrado aquele ciclo, em 1995, a *RAPM* pôde se abrir, como fez a partir de 2005, para uma nova fase, baseada não só em novo projeto gráfico, mas também em significativa transformação editorial, que resulta em fazer da *RAPM* uma publicação acadêmico-científica no campo dos estudos históricos, combinando as publicações de "dossiês" com base na documentação do Arquivo, os resultados de pesquisas, notícias bibliográficas e entrevistas. O editorial do volume referente ao ano XLI, julho-dezembro de 2005, registra assim a mudança editorial:

> Abrem-se na nova revista as portas para a modernidade, tornando-se nela acessíveis as mais avançadas pesquisas universitárias nacionais e internacionais, tanto na área da história quanto na de arquivística e, também, notícias bibliográficas referentes aos mais recentes livros sobre o passado mineiro.[56]

A nova fase da *RAPM* corresponde, de fato, à maturidade, densidade e amplitude dos estudos históricos em Minas Gerais, que conta hoje com vários e significativos grupos e instituições desenvolvendo, sistematicamente, pesquisa nesse campo do conhecimento, com grande qualidade, incluindo-se não só o que decorre da produção das universidades existentes em Minas Gerais, mas ainda o que é produzido pela Fundação João Pinheiro e outras instituições de pesquisa.

Índice maior da espessura da pesquisa histórica em Minas Gerais tem sido, desde seu surgimento, o Arquivo Público Mineiro. Fortalecido e atualizado por direções diligentes nos últimos tempos, o APM, por meio de sua *Revista*, dá mostras, aos 110 anos de idade, de uma invulgar vitalidade, fazendo acreditar em contribuição ainda maior ao muito que já deu à pesquisa histórica e à plenitude democrática entre nós.

Nota |

1. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 87-88.

2. BURCKHARDT, Jacob. *O Renascimento italiano*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1973.

3. WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. v. 2, p. 1060.

4. John Locke, filósofo inglês, precursor do Iluminismo, tinha como noção de governo o consentimento dos governados diante da autoridade constituída. LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)

5. Thomas Jefferson, um dos líderes da revolução norte-americana, político e estadista, foi o terceiro presidente dos Estados Unidos da América e filósofo filiado ao espírito do Iluminismo. BECKER, Carl L. *A declaração da independência*. São Paulo: IBRASA, 1964.

6. BAUTIER, Robert-Henri. Les Archives. In: SAMARAN, Charles (Org.). *L'Histoire et ses Méthodes*: Encyclopedie de la Pléiade. Paris: NRF, 1961. p. 1125. Tradução nossa.

7. *Ibidem*, p. 1128, tradução nossa.

8. *Ibidem*, p. 1133, tradução nossa.

9. CARNEIRO, Edilane Maria de Almeida; NEVES, Marta Eloísa Melgaço. Introdução. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/CEMC, 1998. p. 21.

10. *Idem*.

11. BIAS FORTES, Chrispim Jacques. *Mensagem ao Congresso Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. p. 20.

12. BIAS FORTES, Chrispim Jacques. *Mensagem ao Congresso Mineiro*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, 1898. p. 18.

13. BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida. *Mensagem ao Congresso Mineiro*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, 1899. p. 34.

14. *Ibidem*, p. 45.

15. PIRES, Aurélio. Archivo Público Mineiro. Histórico, organização, fins, vantagens: sede e pessoal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XXI, fascículo I, p. 10 e 11, janeiro-março de 1927.

16. BOLIVAR, Arduíno. Revista do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XXV, v. 1, p. IV, (1937) julho 1938.

17. VALADARES, Benedito *apud* BOLIVAR, *op. cit.*, p. XI.

18. LEITE, Achiles Mauro Mitraud de Castro. SEMINÁRIO BASES PARA IMPLANTAÇÃO DE UM ARQUIVO MODERNO: O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. p. 89.

19. BOLIVAR, *op.cit*., p. IX.

20. Decreto n. 860. Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo 1, p. 193, janeiro-março de 1896.

21. Além da publicação da Revista, o APM publicou também: em 1920, o *Índice Geral da Revista do Archivo Público Mineiro*, compreendendo os volumes publicados entre 1896 e 1913, elaborado por Theófilo Feu de Carvalho, em 1914; em 1966, o volume 1 das *Publicações do Arquivo Público Mineiro – João Pinheiro, Documentário sobre a sua Vida*, organizado por Francisco de Assis Barbosa; em 1979, o volume 1, da *História da Música nas Irmandades de Vila Rica* (Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto), de autoria de Francisco Curt Lange; em 1979, o volume 1 da *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837), de Raimundo José da Cunha Matos; em 1983, o volume 2, da *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, de Raimundo José da Cunha Matos; em 1988, o número 1 dos *Cadernos do Arquivo – Escravidão em Minas Gerais*, de autoria de Alda Maria Palhares Campolina, Cláudia Alves Melo e Mariza Guerra de Andrade; no mesmo ano foi publicado o *Guia do Arquivo Público Mineiro*.

22. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano I, fascículo 1, p. 176, janeiro-março de 1896.

23. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano I, fascículo 4, p. 785-786, outubro-dezembro de 1896.

24. FREITAS, M. A. Teixeira de. Os serviços de estatística no Estado de Minas Gerais. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo XXXVI, p. 171 e 173, 2º sem. 1932.

25. CARVALHO, Theófilo Feu de. *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro (1896-1913)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial (1914), 1920.

26. André João Antonil (1711). Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, fascículos 1 e 2, janeiro-junho de 1899.

27. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, conforme a correspondência deste com o governo da metrópole (1734-1737). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano I, fascículo 4, outubro-dezembro de 1896.

28. Simão Ferreira Machado (1734). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascículos 3 e 4, julho-dezembro de 1901.

29. Francisco Ribeiro da Silva (1749). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascículo 2, abril-junho de 1901.

30. José João Teixeira Coelho (1780). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, fascículos 1 e 2, janeiro-junho de 1903.

31. D. Rodrigo José de Menezes (1780). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 2, abril-junho de 1897.

32. José Joaquim da Rocha (*circa* 1781). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 3, julho-setembro, 1897.

33. José Vieira Couto (1801). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IX, fascículos 3 e 4, julho-dezembro de 1904.

34. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (*circa* 1805). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VI, fascículos 3 e 4, julho-dezembro de 1901.

35. Basílio Teixeira de Saavedra (1805). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, fascículo 4, outubro-dezembro de 1897.

36. Bernardo Pereira de Vasconcelos (1828). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IX, fascículos 1 e 2, janeiro-junho de 1904.

37. Memórias de Peter Wilhelm Lund, escritas em Lagoa Santa (1837). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos 1 e 2, janeiro-dezembro de 1900.

38. CARVALHO. Theófilo Feu de. *Índice Geral da Revista do Arquivo Público Mineiro (1896-1913)*.

39. CARVALHO, Theófilo Feu de. *Occurrências em Pitanguy (1713-1721)*. (História da Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro). São Paulo: Diário Official, 1931.

40. CARVALHO, Theófilo Feu de. *Ementário da História de Minas*. Felipe dos Santos Freire na sedição de Villa Rica (1720). Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933.

41. CARVALHO, Theófilo Feu de. Índices dos Livros do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XII, 1907, volume único – circulou em 1908; vol. XX, 1924 volume único – circulou em 1926; ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927; v. XXI, fascículo III, julho-setembro de 1927.

42. NAVA, Pedro. Mestre Aurélio entre as rosas. In: BANDEIRA, Manuel. *Antologia dos poetas bissextos contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, [s.d.]. p. 177-180.

43. PIRES, Aurélio. Archivo Público Mineiro. Histórico, organização, fins, vantagens: sede e pessoal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano XXI, fascículo I, janeiro-março 1927.

44. PIRES, Aurélio. Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo I, janeiro-março de 1927; ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927; ano XXI, fascículo III, julho-setembro de 1927.

45. PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Idéia Republicana em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo II, janeiro-março de 1927.

46. PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A Proclamação da República em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927.

47. BARRETO, Abílio. Biografia de Silva Alvarenga. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo I, janeiro-março de 1927.

48. SANTOS, Carlos José dos. Bernardo Guimarães na intimidade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo II, abril-junho de 1927.

49. LAQUINTINIE, Carlos. Notícia Histórica das origens da atual cidade de Alto Rio Doce do Estado de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXI, fascículo III, julho-setembro de 1927.

50. BOLIVAR. Revista do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXV, julho de 1937.

51. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. História de Minas: condições de pesquisa e produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, 2 (3-4), p. 174, set. 1982.

52. BRANDÃO, Antonio de Carvalho (Org.). Catálogo da Biblioteca Mineira do Archivo Publico Mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos I e II, janeiro-junho de 1900.

53. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano V, fascículos 1 e 2, p. 287-466, janeiro-junho de 1900.

54. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VII, fascículos 1 e 2, p. 45-48, janeiro-junho de 1902.

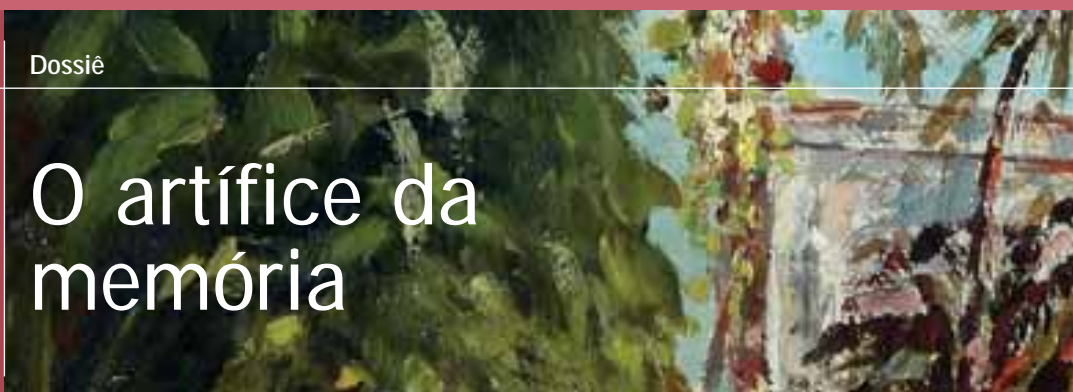
55. FERNANDES, Lygia Nazareth. Índice da Revista do Arquivo Público Mineiro. In: *Instrumentos de Trabalho*. Arquivo Nacional, 3ª série. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1960.

56. SANTA ROSA, Eleonora; VENÂNCIO, Renato Pinto. Traço de continuidade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, p. 6, julho-dezembro de 2005.

João Antonio de Paula é professor titular do Departamento de Ciências Econômicas e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG). Sua experiência acadêmica abrange as áreas da economia política e da história econômica. Publicou e organizou diversos livros, entre eles *Raízes da Modernidade em Minas Gerais* (Editora Autêntica, 2000).

QUADRO 1
Síntese da história da Revista do Arquivo Público Mineiro (1896-2006)

	Ano	Ano de circulação	Ano	Fascículos/ volumes	Diretor
1ª Fase	1896	1896	I	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1897	1897	II	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1898	1898	III	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1899	1899	IV	4	José Pedro Xavier da Veiga
	1900	1900	V	2	José Pedro Xavier da Veiga
	1901	1901	VI	4	Augusto de Lima
	1902	1902	VII	4	Augusto de Lima
	1903	1903	VIII	4	Augusto de Lima
	1904	1904	IX	4	Augusto de Lima
	1905	1905	X	4	Augusto de Lima
	1906	1907	XI	4	Augusto de Lima
	1907	1908	XII	1	Augusto de Lima
	1908	1909	XIII	1	Augusto de Lima
	1909	1910	XIV	1	Augusto de Lima
	1910	1910	XV	1	Augusto de Lima
	1911	1911	XVI	4	Francisco Soares Peixoto de Moura
	1912	1913	XVII	1	Francisco Soares Peixoto de Moura
	1913	1914	XVIII	1	Francisco Soares Peixoto de Moura
2ª Fase	1921	1921	XIX	1	Theófilo Feu de Carvalho
	1924	1926	XX	1	Mário de Lima
	1927	1927/1928	XXI	4	Aurélio Pires
	1928	1928	XXII	1	Aurélio Pires
	1929	1929	XXIII	1	Aurélio Pires
	1933	1933	XXIV	2	Theófilo Feu de Carvalho
	1937	1938	XXV	2	Arduíno Bolivar
3ª Fase	1975	1975	XXVI	1	Ivo Porto de Menezes
	1976	1976	XXVII	1	Francisco de Assis Andrade
	1977	1977	XXVIII	1	Francisco de Assis Andrade
	1978	1978	XXIX	1	Francisco de Assis Andrade
	1979	1979	XXX	1	Francisco de Assis Andrade
	1980	1980	XXXI	1	Francisco de Assis Andrade
	1981	1981	XXXII	1	Francisco de Assis Andrade
	1982	1982	XXXIII	1	Francisco de Assis Andrade
	1983	1983	XXXIV	1	Francisco de Assis Andrade
	1984	1984	XXXV	1	Francisco de Assis Andrade
	1985	1985	XXXVI	1	Francisco de Assis Andrade
	1988	1988	XXXVII	1	Augusto Elísio Matos Chelotti
	1990	1990	XXXVIII	1	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
	1992	1992	XXXIX	1	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
	1995	1995	XL	1	Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite
4ª Fase	2005	2005	XLI	1	Renato Pinto Venâncio
	2006	2006	XLII	2	Renato Pinto Venâncio

O artífice da memória

Marisa Ribeiro Silva

A intrincada teia de relações pessoais engendrada por José Pedro Xavier da Veiga à frente do Arquivo Público Mineiro, que incluía uma lista de correspondentes escolhidos entre a elite política, sustenta a hipótese de que essa estratégia era parte do jogo de poder que propiciou a consolidação do APM.

Apesar de sua tradição monarquista, José Pedro Xavier da Veiga foi convidado a exercer um papel fundamental na política do Estado republicano: ser responsável pela construção e organização da memória histórica mineira. O primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro (APM) estabeleceu, em torno de si, uma rede de relações composta por cidadãos de destaque em todo o Estado, mantendo-se, assim, vivo politicamente. Além disso, por meio de suas relações, foi o responsável pela constituição da maior parte do acervo do APM.

Logo que assumiu a direção do Arquivo, Xavier da Veiga estabeleceu uma lista de correspondentes, que teriam como função contribuir – a partir da seleção e do envio de documentos históricos importantes sobre Minas Gerais –, para a construção da história mineira, tarefa essa encomendada a ele pelo então governador de Minas, Chrispim Jacques Bias Fortes.

A lista de correspondentes é composta de 114 integrantes, todos nomeados oficialmente pelo governador. Dessa lista, conseguimos encontrar informações como profissão, filiação partidária, formação e referências familiares de apenas 53 deles. Desses, 90% exerciam a carreira política, tendo sido eleitos pelo menos uma vez para os cargos de vereador ou deputado.

Além de políticos, todos os correspondentes do APM exerciam, paralelamente, algum outro tipo de profissão. Cerca de 44% eram advogados; 26% eram médicos; 22% eram professores das mais diversas áreas do conhecimento. Por outro lado, 22% exerciam também atividades jornalísticas; 16% eram fazendeiros e apenas 4% desempenhavam algum tipo de atividade ligada ao conhecimento histórico.

Constata-se, desse modo, que na grande maioria dos casos esses correspondentes estavam ligados simultaneamente a mais de um tipo de profissão. Praticamente todos eram, ao mesmo tempo, políticos, advogados e jornalistas, ou políticos, médicos e fazendeiros. De toda forma, é importante destacar que faziam parte da elite política e intelectual mineira e que muitos deles eram filhos de personalidades socialmente reconhecidas. Tal é o caso do próprio Xavier da Veiga. De família rica e influente, ele aprendeu desde criança a cultura escrita e iniciou suas primeiras participações em periódicos de familiares.[1]

Além da variável profissão, também podem ser analisadas as relações partidárias desses correspondentes: 14% estavam tradicionalmente vinculados ao Partido Liberal; 8%, ao Partido Conservador, ainda no período imperial; e 60%, depois da proclamação da República, já se encontravam ligados ao Partido Republicano Mineiro (PRM). É interessante observar que apenas 24% eram declaradamente republicanos desde os tempos do Império, o que nos leva a pensar que muitos dos políticos vinculados ao PRM poderiam ter sido, originariamente, ligados aos tradicionais partidos monárquicos, o Conservador ou o Liberal.

A par da constatação de que a maioria dos políticos mineiros de maior destaque filiou-se ao PRM como mecanismo de sobrevivência política, percebe-se que Xavier da Veiga fez entre eles escolhas não apenas sábias, mas diversificadas. Quando escolheu como representantes do APM personalidades das diversas vertentes políticas do Estado, ele conseguiu estabelecer uma teia de microrrelações e manter-se, por esse meio, inserido no novo contexto político de sua época.

Os nomes da elite

Além da diversidade, Xavier da Veiga abriu sua lista com políticos de elevado prestígio, como o então presidente de Minas Gerais, Chrispim Jacques Bias Fortes (1894-1898); o vice-presidente, João Nepomuceno Kubitschek

Retrato *post mortem* de José Pedro Xavier da Veiga, fundador do Arquivo Público Mineiro. Honório Esteves do Sacramento (Santo Antônio do Leite, MG, 1860 - Mariana, MG, 1933), pastel oleoso s/ tecido, 1903. 56,5 x 41 cm. Acervo Museu Mineiro - Coleção Arquivo Público Mineiro. MMI-99 00 756.

(1894-1898); o futuro presidente do Estado, Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902); o também vice-presidente de Minas logo após a proclamação da República, Fernando Leite Pereira, depois presidente do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais, e que no, plano federal, foi braço direito do marechal Floriano Peixoto, tendo exercido os cargos de senador por Minas Gerais, ministro das Relações Exteriores (1891-1892), ministro do Interior, ministro interino da Justiça, da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, ministro da Justiça e Negócios Interiores e vice-presidente do Banco do Brasil; João Pinheiro da Silva, nomeado governador de Minas em 1890 e eleito presidente do Estado entre 1906 e 1910; o senador federal e também futuro presidente do Estado Júlio Bueno Brandão.

Seus correspondentes eram, então, homens de grande destaque no cenário político de Minas Gerais e também no cenário nacional. Dessa forma, Xavier da Veiga pôde estabelecer correspondências e relações, facilitadas pelo próprio contexto federativo. Pode-se inferir, portanto, que o diretor do Arquivo Público Mineiro revelava desse modo seu verdadeiro interesse no pacto federativo, que ele defendia ainda sob o regime monárquico.

Xavier da Veiga escolheu para correspondentes do APM políticos altamente gabaritados, mas com pouca ou praticamente nenhuma dedicação à causa histórica. Durante a sua direção à frente do Arquivo, não consta nenhum registro de doação de documentos por parte dos políticos supracitados, nem de correspondências que demonstrassem algum empenho nesse sentido.

O cruzamento de dados entre a lista de correspondentes e os nomes daqueles que realmente doaram documentos ao Arquivo revela a inexistência de qualquer correlação. Na maioria das vezes, as doações de documentos e de cópias de documentos se basearam em duas vertentes: primeiro, nas relações entre instituições, sejam elas instituições públicas administrativas, sejam instituições de pesquisa ou arquivísticas; segundo, em doações particulares, muitas delas provenientes de pessoas que cediam documentos de família e publicações acumuladas durante a vida.

Xavier da Veiga recebeu documentos referentes à história de Minas de diversos órgãos públicos, entre eles Secretaria do Interior, Congresso Mineiro, Repartição de Terras, Delegacia Fiscal, câmaras municipais de Ouro Preto, Mariana e Paracatu. Ele se empenhou também em adquirir cópias de documentos importantes na Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Ultramarino, em Portugal.

Além de estabelecer relações pessoais e de poder com os correspondentes oficiais do Arquivo Público Mineiro, Xavier da Veiga procurou também estreitar laços com diretores de instituições científicas e órgãos da administração pública, conforme se pode constatar pela correspondência a seguir:

> Ilustre Cidadão:
>
> O Dr. João Pedro da Veiga Filho, ilustre [ ] da Academia de Direito desta Capital, acaba de comunicar-me a criação de uma repartição do Arquivo Público, no Estado de Minas Gerais, e com sede em Ouro Preto, da qual fostes nomeado diretor.
>
> Propondo-me a travar relações cordiais com todas as repartições deste gênero, criadas nos diversos estados da União, tomo a liberdade de dirigir-vos esta dando-vos os meus cumprimentos pela acertada escolha, que de vós fez o governo de Minas para dirigir essa repartição, que tantos serviços pode prestar ao Estado e a história pátria.
> Para incitar a troca de correspondências e publicações, envio-vos o meu relatório de 1893 e uma coleção dos volumes [...] do Arquivo do Estado de S. Paulo, modesta revista de documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo, iniciada por mim há pouco mais de um ano [...].[2]

O diretor do Arquivo Publico Mineiro procurou estabelecer relações de caráter recíproco com instituições congêneres, enviando a elas publicações do APM, inclusive sua revista, e recebendo em troca publicações e documentos desses órgãos e instituições:

> Certamente já estareis de posse do primeiro fascículo da Revista do Arquivo que, em dias do mês passado, tive a honra de endereçar-vos juntamente com um outro para a Biblioteca Nacional em boa hora sob a vossa competente direção. Instituição nascente, o Arquivo Público Mineiro não pode deixar de contar com o auxilio dos bons patriotas, principalmente daqueles que se entregam ao mesmo gênero de preocupação, tornando-se portanto natural a permuta de serviços que devem fazer o desenvolvimento, a prosperidade comuns. No intuito de enriquecer a Biblioteca Mineira, venho pedir-vos uma coleção completa dos [anais] da Biblioteca Nacional e bem assim de quaisquer outras publicações por ela feitos.[3]

Os abnegados

Essa troca foi importante não só para a composição do acervo das respectivas instituições, como também para a propagação do nome do APM em outras cidades e Estados da Federação.
Mais do que uma simples permuta de papéis, Xavier da Veiga institui um sistema de trocas que implicava uma rede de relações e contatos. O historiador Diogo de Vasconcelos – que não chegou a ser nomeado correspondente legal do Arquivo Público Mineiro – foi um importante contribuinte para a formação do acervo do APM, enviando inclusive obras raras sobre o período colonial e imperial:

> [...]
> Muito apreciei a Revista e já dela me aproveitei, corrigindo uns erros em que me achava. Não tenho muito que dar ao Arquivo, os papéis que tenho são quase todos de família; e [ ] no melhor em Mariana, onde eu irei remexer a ver se esmerilho coisa de valor. Para que vossa Excia. porém não me averbe de ingratidão a sua benevolência envio-lhe [ ] dois volumes velhos, que suponho, ou são únicos, ou são raríssimos em Ouro Preto. Um é o espelho da época de Portugal, onde podemos colher o que era então o mundo. Outro contém esparsas as informações que habilitam reconstituir-se a idéia da organização do Reino. Por essas relações históricas não me parecem indignas de um lugar no Arquivo.
>
> Sobre o *Áureo Trono*, como [ ] os mais volumes, que terei de enviar a VExcia. a [ ] no Arquivo depende de VExcia. mas com uma condição, esta irredutível, e absoluta é que todos sejam oferecidos em *seu próprio nome*, como deles sendo o dono. Este meio é exigido. E verá que assim, sem prejudicar o destino, que a VExcia. agrada, e faz honra em servir, sirvo eu ao que mais tenho em vista: significar a VExcia. o apreço, bem que humildemente reconheça não ser de grande utilidade, à sua pessoa.[4]

Um inspetor da 3ª Circunscrição Escolar do Estado de Minas Gerais, que também não foi nomeado correspondente do APM, enviou para a Biblioteca Mineira – ligada ao Arquivo – um exemplar encadernado contendo

Residência de Xavier da Veiga em Ouro Preto, onde foi instalado o Arquivo Público Mineiro pela Lei nº 126, de 11 de julho de 1895. Fotografia oferecida ao APM por Honório Esteves, maio de 1903. APM-1-001.

toda a coleção de *A Pátria Mineira*, folha de propaganda republicana da qual foi redator.

> Para a Biblioteca Mineira, em anexo ao Arquivo, remeterei brevemente um exemplar encadernado, contendo toda a coleção do "A Pátria Mineira", folha de propaganda republicana, da qual fui o *redator efetivo*, durante os cinco anos de sua existência. Enviarei igualmente outros trabalhos literários logo que estiverem reduzidos à devida forma.[5]

Outro caso é o de Paulino Augusto dos Santos que, mesmo não sendo correspondente oficial, envia para o APM diversos manuscritos sobre a Revolução de 7 de abril, além de exemplares do jornal *Igualdade*, do qual fora redator na cidade de Pouso Alto.

> Ilmo. Sr. Comor. Jose Pedro Xavier da Veiga
> Tomo a liberdade de enviar ao Arquivo Publico Mineiro, do qual é VEcia. o digno diretor, dois manuscritos de algum valor para a história do nosso Estado. Por saber que Vcia está colecionando documentos e subsídios para que o Arquivo a seu cargo torne-se de importância a que tem feito pelos esforços postos em prática por Vcia., é o motivo da remessa que faço desses manuscritos por julgá-los, embora incompetente, de algum merecimento não só pela época como também por serem produzidos em tempos agitados, como o da Revolução de 7 de abril. Também remeto ao Arquivo o "Igualdade" jornal que se publica nesta
> cidade sob a minha redação [...].[6]

Houve outros casos semelhantes a esse, como o de Raymundo Nonato, que enviou para o Arquivo a ata da Junta Municipal Provisória de Três Corações do Rio Verde, em 8 de março de 1899. Na mesma situação, o conde Affonso Celso (1860-1938) – célebre autor de *Por que me ufano de meu país* – envia para o APM um manuscrito de sua autoria sobre "um fato autêntico que evidencia a nobreza de sentimento de seus patrícios".

O caso que mais chama a atenção é o do alferes Luiz Antônio Pinto, que, apesar de também não ter sido nomeado correspondente do APM, foi, sem sombra de dúvida, o seu contribuinte mais freqüente. Luiz Antônio dedicou toda a sua vida a pesquisar e estudar nos velhos arquivos da cidade do Serro, tendo acumulado milhares de notas. Ele não tinha como intenção apenas enviar documentos, mas, cuidadosamente, se dedicava à organização de suas notas, encadernação de volumes e limpeza, além de uma incansável pesquisa:

> Procurando por todos os cantos dos velhos arquivos – livros e papéis ainda mais velhos – tenho de tal forma enchido os meus aposentos, que muitas pessoas já me julgam doido; e não deixam de ter certa razão por ser demais a carga para tão fracos ombros.[7]

Com essa pesquisa intensa, o alferes – cujo arquivo privado se encontra no APM – chegou a enviar um considerável volume de documentos, desde jornais a coleções de folhinhas etc., dedicando-se a esse mister muito mais do que qualquer correspondente oficial jamais procurou fazer. Para alguém que se dedicava ao estudo da história e à coleção de documentos antigos, ter seu nome e seus estudos abrigados por uma instituição como o APM significava a imortalidade:

> Ilmo. e Exmo Sr.
>
> Perto de trinta anos tenho já empregado no estudo dos velhos e preciosos arquivos desta cidade, e vejo agora que perdi todo o meu tempo, pois faltam-me as necessárias habilidades para escrever – sob qualquer forma – o que aprendi e aproveitar as milhares de notas colhidas. Talvez mais de três resmas de papel estejam escritas, mas ninguém, senão eu as entenderá.
>
> Velho já e bem velho, presumo que pouco tempo poderá me restar de vida, pois os achaques próprios da idade, ultimamente,
> tem se multiplicado de uma maneira assustadora, ao ponto de já me sentir sem forças para continuar na luta.
>
> Conquanto eu nunca desejasse sair de minha humilde [observidade], com tanto – para que não se perca tanto trabalho – vejo-me forçado a vir solicitar de V. Exa. o obsequio de consentir para esse arquivo, tão sabiamente dirigido por V. Exa., eu remeta tanto quanto puder ir pondo

O Alferes Luiz Antônio Pinto (Caeté, MG, 1841 - Serro, MG, 1926), um dos maiores colaboradores na formação do acervo inicial do APM. Photografia Serrana. APM-JP, 11-3-031.

> em ordem de ser entendido por quem algum dia se proponha escrever alguma coisa séria e verdadeira a respeito do norte do nosso Estado; assim como alguns livros e jornais antigos, e outras [coisas] curiosas.
>
> Vou começar remetendo a V.Exa pelo correio de hoje, uma coleção de folhinhas de algibeira, quase toda encadernada [...]. São preciosas por causa da crônica que trazem.
>
> Pelo correio seguinte remeterei alguns números de jornais antigos e curiosos.
>
> Antes de começar a remessa das notas que pretendo por em ordem, farei a de algumas coleções de jornais que, presumo, serão bem aceitas por Vexa., e assim desbastarei o meu arquivo, e porei o que ficar em melhor ordem para o trabalho.
>
> Joubert dizia: “quando apanho conchas e dentro d’elas encontro pérolas, extraio as pérolas e deito fora as conchas”, assim deve Vexa. proceder em relação ao que for por mim remetido, certo de que darei por bem feita a seleção sábia e judiciosa de Vexa.[8]

Ribeiro Junqueira, da cidade de Leopoldina, foi um dos poucos correspondentes – para não dizer o único – de que se tem registro que chegou a destinar algum papel ao APM: enviou uma coleção da *Gazeta Leopoldina*, jornal editado por ele próprio.

> Ilmo Sr. Xavier da Veiga
>
> [...]
>
> Junto remeto-vos uma coleção da *Gazeta de Leopoldina* correspondente ao ano de 1825 para que figure no mais recôndito canto do Arquivo Publico.
>
> Não pretendemos eu e o meu colega da redação nada mais do que o desejo que temos de que ela possa com a narração fiel dos fatos ocorridos naquele município prestar futuramente serviços para a narração de sua história.
>
> Em Leopoldina continuarei a [envidar] todos os esforços para que a benfazeja instituição a que tão dignamente presides possa prestar ao nosso Estado e a todo o Brasil os serviços que dela esperamos.[9]

Com base nos casos relatados, pode-se constatar que as relações que envolveram Xavier da Veiga e os seus correspondentes foram relações políticas, relações de poder. Tratava-se, portanto, de uma estratégia de fortalecimento do APM enquanto instituição. Além disso, essas relações políticas eram de mão dupla, ou seja, os interesses não circulavam apenas em torno de Veiga, mas implicavam também aqueles que enviavam os documentos. Quando incluiu na lista dos correspondentes nomeados o próprio governador do Estado, o vice-governador, senadores, ministros e pessoas de alta importância no meio político da época, a última coisa que Xavier da Veiga esperava deles era sua dedicação na busca de documentos antigos e sua remessa à Instituição. Era esse, contudo, um meio de afirmar-se politicamente.

Os documentos que foram para o APM, em sua grande maioria, vieram de instituições semelhantes ou de órgãos do governo, cumprindo uma atividade rotineira; ou se originaram dos arquivos de pessoas que tiveram como projeto pessoal contribuir para a construção da história de Minas. Dessa forma, essas pessoas procuravam preservar anos de trabalho e dedicação, conseguindo algum reconhecimento através da doação de manuscritos ou de publicações periódicas à Instituição.

Como um estímulo a mais a esse comportamento, estava previsto, em decreto, que o diretor do Arquivo poderia dar pronta publicidade, por meio da folha oficial do Estado, das contribuições feitas pelos correspondentes ou por quaisquer pessoas que colaborassem para o aumento da coleção da Instituição. Mais ainda, a todos aqueles que se distinguissem em tais serviços seriam conferidos diplomas de "Benemérito do Arquivo Público Mineiro".

Como se vê, as relações estabelecidas entre Xavier da Veiga e seus correspondentes visavam prestigiar a instituição pela qual ele era responsável. O que caracterizou o trabalho do primeiro diretor do APM foi sua refinada percepção sobre os meandros da vida institucional no início da República. Graças a isso, foi possível não só criar essa instituição arquivística, como também garantir sua sobrevivência.

Nota |

1. Apesar de parecer, a princípio, óbvio que esses políticos tenham uma proveniência social de elite, Schwarcz enfatiza que, no final do século XIX, essa elite ilustrada não pode ser entendida como totalmente oriunda ou até mesmo portadora exclusiva dos interesses da classe dominante. Além disso, essa elite ilustrada não pode ser exclusivamente explicada em termos de pertinência de classe. Segundo a autora, é necessário destacar que, a despeito da origem social, essa elite intelectualizada procurava legitimar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas. Para mais informações ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 26.

2. Correspondência recebida de Antônio de Toledo Piza, 28 de agosto de 1895. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 9.

3. Correspondência expedida a José Alexandre Ferreira. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 14.

4. Correspondência recebida de Diogo de Vasconcelos, em 25 de maio de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 10.
5. Correspondência recebida de Sebastião Rodrigues Sette Câmara, em 23 de maio de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 11, grifo nosso.

6. Correspondência recebida de Paulino Augusto dos Santos, em 5 de junho de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 12.

7. Correspondência recebida de Luiz Antônio Pinto, cidade do Serro, 9 de maio de 1897. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 3, doc. 5.

8. Correspondência recebida de Luiz Antônio Pinto, 22 de setembro de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 21.

9. Correspondência recebida de Ribeiro Junqueira. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 3, doc. 12.

Marisa Ribeiro Silva é mestre em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo defendido a dissertação *História, Memória e Poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro.*

QUADRO 1
Relação de alguns correspondentes do Arquivo Público Mineiro e suas atividades

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Alberto Augusto Diniz (Capital Federal)	1868-1956	Advogado, promotor público em Ouro Preto, juiz municipal de São João del-Rei (1892), diretor da recebedoria de Minas Gerais (1895), fiscal do governo junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1898), desembargador e, depois, governador do Acre.
Alberto Augusto Furtado (Rio Preto)	1856-1920	Político e engenheiro. Foi vereador, deputado ao Congresso Legislativo Mineiro e deputado estadual (1895-1898). Foi ainda superintendente da construção da estrada de ferro Leopoldina.
Américo Gomes Ribeiro da Luz (Muzambinho)	1854-1927	Político, médico, banqueiro, escritor, fazendeiro e empresário. Chefe político de Muzambinho e líder da campanha abolicionista, vereador e agente executivo municipal, deputado provincial (1886-1887), deputado à Constituinte Federal e deputado federal (1891-1893). Dirigiu a Companhia de Estrada de Ferro de Muzambinho (1889-1908). Participou ativamente da propaganda republicana.
Antônio Augusto Veloso (Diamantina)	1856-1924	Magistrado, político, advogado, jornalista e escritor. Foi deputado à Assembléia Provincial (1882-1883, 1886-1889), senador constituinte estadual e senador estadual (1891-1892). Juiz de direito em Diamantina e Belo Horizonte, depois promovido a desembargador. No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao Partido Republicano Mineiro (PRM).
Antonio Martins Ferreira da Silva (Ponte Nova)	1874-1919	Político, fazendeiro e advogado. Filiado ao PRM. Deputado estadual (1907-1918) e senador.
Augusto Clementino da Silva (Serro)	1861-1952	Político, médico e fazendeiro. Foi deputado constituinte mineiro, deputado estadual (1891-1898) e deputado federal (1897-1899).
Augusto Gonçalves de Souza Moreira (Itaúna)	1861-1924	Político, médico e industrial. Dedicou-se à medicina, foi vereador, organizador e dirigente do Clube Republicano 21 de Abril (1889), deputado estadual (1891-1898). Pertenceu ao PRM.
Bernardo [Cysneiros] da Costa Reis (Palma)	? –1908	Político, médico e fazendeiro. Participou da campanha republicana. Foi Senador constituinte estadual (1891) e senador estadual (1891-1895).
Bernardo Saturnino da Veiga (Campanha)	?	Irmão de José Pedro Xavier da Veiga, foi diretor do periódico *Monitor Sul Mineiro*, editor do *Almanaque Sul Mineiro*, organizador da *Enciclopédia Popular*, sócio-correspondente do IHGB e subdiretor da administração dos Correios de Campanha. Detinha o título de comendador.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Camillo Philinto Prates (Montes Claros)	1859-1940	Político, professor de matemática e física. Foi deputado provincial (1891-1899), senador estadual (1899-1907) e deputado federal (1903-1905). Integrou a comissão de mudança da capital. No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.
Carlindo dos Santos Pinto (Santa Luzia)	1864 – ?	Político, bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. Deputado estadual (1895-1898).
Carlos da Silva Fortes (Santos Dumont)	? – 1924	Político, médico e industrial. Foi deputado provincial (1888-89), deputado estadual constituinte, deputado estadual (1891-1926). Pertenceu ao PRM.
Carlos Ferreira Tinoco (Oliveira)	1870-1947	Político, magistrado e advogado. Foi juiz de direito, deputado estadual (1895-1898), presidente do Tribunal Regional Eleitoral e desembargador.
Carlos Sá (Teófilo Otoni)	1839-1921	Político e fazendeiro. Eleito senador constituinte para o período 1891-1898
Chrispim Jaques Bias Fortes (Ouro Preto)	1847-1917	Político, magistrado, advogado e fazendeiro. Foi promotor de justiça e juiz municipal, deputado provincial pelo Partido Liberal (PL), entre 1881-1889. Na República, elaborou o anteprojeto da Constituição Mineira, exerceu o governo provisório do Estado em quatro períodos, nos anos 1890 e 1891. Senador constituinte (1891-1895), participou de forma decisiva na elaboração da primeira Constituição do Estado; eleito, por voto popular, presidente de Minas Gerais (1894-1898), volta depois a ser senador. Pertenceu ao PRM.
Desidério Ferreira de Melo (Carmo do Paranaíba)	1858-1904	Político, advogado provisionado, capitão da Guarda Nacional e jornalista. Foi deputado estadual (1895-1902). Filiado ao PRM a partir de 1898.
Edigar Carlos da Cunha Pereira (Peçanha)	1860-1908	Magistrado, advogado e chefe de polícia. Foi redator de *O Constitucional*, jornal do Partido Conservador (SP).

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Edmundo Pereira Lins (Serro)	1863-1944	Magistrado, professor, promotor público (1889-1890) e jornalista. Defensor do regime republicano, filiou-se ao partido em 1886. Nomeado secretário da Repartição de Estatística, foi redator-chefe de *O Movimento*, jornal de propaganda republicana. Juiz de direito de Tiradentes (1892-1897), diretor da Secretaria de Interior (1897-1898), juiz de direito da comarca de Belo Horizonte. Catedrático de Direito Romano na Faculdade de Direito de Minas Gerais e, em 1917, Ministro do Supremo Tribunal Federal.
Eduardo Augusto Pimentel Barbosa (Paracatu)	?	Político, coronel da Guarda Municipal e professor.
Epaminondas Esteves Ottoni (Teófilo Otoni)	1862-1918	Político, engenheiro e fazendeiro. Fiscal da estrada de ferro Bahia-Minas. Foi vereador, deputado estadual, senador estadual e deputado federal. Pertenceu ao PRM
Fernando [Lobo] Leite Pereira (Juiz de Fora)	1851-1918	Político, advogado e banqueiro. Exerceu grande atividade na propagando republicana. Com a proclamação da República, foi nomeado vice-presidente do Estado de Minas. No plano federal, foi ministro das Relações Exteriores (1891-1892), ministro do Interior, ministro interino da Justiça, da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Braço direito do marechal Floriano Peixoto, foi ainda vice-presidente do Banco do Brasil, senador federal por Minas Gerais e presidente do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais. Pertenceu ao PRM.
Francisco Alves Moreira da Rocha (Bonfim)	1850-1946	Político e médico. No Império, foi oficial da Ordem da Roda e deputado provincial. Na República, deputado estadual de 1911 a 1922. Pertenceu ao PRM.
Francisco José Coelho de Moura (Oliveira)	? – 1910	Político e médico. Foi deputado estadual (1891-1898) e senador estadual (1899-1906). No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.
Francisco Lins (Piranga)	1866-1933	Escritor, acadêmico, professor e jornalista. Lecionou em estabelecimentos que hoje equivaleriam aos de ensino médio e foi redator dos periódicos *Jornal do Comércio* e *O Farol*. Membro fundador da Academia Mineira de Letras (AML).

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Francisco Mendes Pimentel (Barbacena)	1869-1967	Político, advogado, professor e primeiro reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual (1895-1898) e deputado federal (1897-1899). Atuou também na imprensa, fundando o *Diário de Minas*. Participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Foi um dos fundadores do PRM.
Francisco Silviano de Almeida Brandão (Pouso Alegre)	1848-1902	Político, médico e professor. Foi secretário e presidente do Estado. Signatário do Manifesto Republicano de 1870, fundou o Clube Republicano de Pouso Alegre e foi também abolicionista. Deputado pelo Partido Liberal à Assembléia Provincial (1880-1881) e deputado geral (1881-1884), senador ao Congresso Constituinte Mineiro e senador (1891-1895), secretário do Interior e Justiça (1892-1894), senador estadual (1895-1902), presidente do Estado (1898-1902). Elegeu-se em 1902 para a vice-presidência, mas faleceu antes de tomar posse. No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PR e PRM.
Gomes Freire de Andrade (Mariana)	1865-1938	Político, médico e professor. Defensor da idéia republicana e um dos signatários do Manifesto Republicano de Ouro Preto (1888). Foi vereador, deputado à Constituinte Estadual, deputado estadual (1891-1895), senador estadual (1907-1918), deputado federal. Pertenceu ao PRM.
Heitor de Souza (Carangola)	1871-1929	Político, advogado, magistrado, escritor, jornalista, promotor público, juiz municipal, vereador em Cataguases, deputado estadual (1903-1910), subprocurador geral do Estado. Pertenceu ao PRM.
Henrique Diniz (Ouro Preto)	1865-1930	Político, médico e professor. Republicano histórico, foi vereador, presidente da câmara, agente executivo municipal. Lecionava história universal no Ginásio Mineiro. Deputado constituinte estadual e deputado estadual (1891-1895), foi ainda secretário do Interior e Justiça (1894-1898) e senador (1903-1906) e (1915-1918). Pertenceu ao PRM.
Henrique Duarte da Fonseca (Além Paraíba)	?	Deputado estadual (1891-1898). Participou da campanha republicana.
Hermenegildo Rodrigues de Barros (Carmo do Paranaíba)	1866-1955	Magistrado e promotor público, juiz municipal, juiz de direito (1890), presidente do Tribunal da Relação (1903) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Sócio honorário do IHGB.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Idelfonso Moreira de Faria Alvim (Palma)	1867-1927	Político, advogado, promotor público, curador geral de órfãos (1890), juiz de direito. Participou da propaganda republicana com Silva Jardim. Foi deputado estadual constituinte, deputado estadual (1891-1895) e deputado federal (1897-1902). Pertenceu ao PRM.
João Capistrano de Abreu (Capital Federal)	1853-1927	Nasceu em Maranguape (CE). Um dos primeiros grandes historiadores do Brasil, autor de vários livros, dentre eles, *Capítulos de História Colonial* (1907), *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil (1930)*, desenvolvendo ainda pesquisas nos campos da etnografia e da lingüística. Sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos.
João Nepomuceno Kubitschek (Peçanha)	1843-1899	Político, professor, poeta e jornalista. Diretor da Instrução Pública da Província de Minas (1883-1885). Organizou o Clube Republicano de Diamantina, em 1888, e dirigiu o órgão republicano O Tambor. Senador constituinte estadual (1891-1898), foi vice-presidente do Estado (1894-1898) e diretor da Imprensa Oficial (1898). É tio-avô do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
João Pinheiro da Silva (Caeté)	1860-1908	Político e industrial. Dedicou-se à próspera indústria cerâmica sua cidade natal. Formado em Direito em São Paulo; adepto do Partido Republicano, abolicionista, foi influenciado por idéias positivistas. Em 1888 liderou a organização do PRM, dirigindo o seu jornal, *O Movimento*. Com a Proclamação, foi nomeado secretário de Estado, vice-governador e, em 1890, governador de Minas. Elegeu-se deputado ao Congresso Constituinte de 1890-1901. Foi eleito senador federal em 1904 e presidente do Estado (1906-1910). Precursor do desenvolvimentismo.
João Roquette Carneiro de Mendonça (Mar de Espanha)	1839-1921	Político, promotor e magistrado. Participante do movimento republicano desde 1870. Senador constituinte mineiro de 1891 a 1898. Filiado ao PRM.
Joaquim Antônio Dutra (Leopoldina)	1853-1943	Político e médico. Instalou e dirigiu o hospital-colônia para alienados mentais em Barbacena. Foi vereador, agente executivo municipal, deputado provincial (1888-1889), deputado estadual (1891-1895), senador estadual (1895-1902). No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.
Joaquim Antônio Gomes da Silva (Frutal)	1835-1915	Político, advogado (provisionado), professor e escritor. Vereador, agente executivo provincial de Frutal, deputado provincial (1884-1885), deputado estadual (1891-1885), senador estadual (1895-1902). Redator do jornal *Correio Uberabense*, órgão do partido liberal. No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
José Bento Nogueira (Minas Novas)	1830-1913	Político, coronel da Guarda Estadual e professor. Foi deputado provincial (Império), deputado à Constituinte mineira na primeira legislatura (República), senador estadual (1895-1906), deputado federal (1903-1914). Pertenceu ao PRM.
José Bernardes de Farias (Formiga)	1859-1934	Político, advogado e promotor. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Formiga, deputado estadual (1895-1902) e deputado federal (1903-1908). Pertenceu ao PRM.
José Ferreira de Carvalho (Oliveira)	1872-1957	Político, coronel da Guarda Nacional, jornalista e tabelião. Redator-secretário da *Gazeta de Oliveira*, jornal de maior circulação no Oeste de Minas. Fundou A Democracia em 1895, por divergências políticas. Sócio-fundador do IHGMG. Pertenceu ao PRM.
José Joaquim do Carmo Gama (Rio Novo)	1860-1937	Escritor, acadêmico, professor e tabelião. Colaborou com Xavier da Veiga na organização do APM. Membro fundador da Academia Mineira de Letras, colaborador de vários jornais. Publicou diversas obras literárias e de história.
José Monteiro Ribeiro Junqueira (Leopoldina)	1871-1946	Político, promotor público, advogado e empresário. Defensor do regime republicano. Presidiu o Centro Republicano Mineiro e dirigiu a *Gazeta* de Leopoldina. Foi presidente da câmara e agente executivo municipal (1895-1902), deputado estadual (1903-1930) e senador estadual (1895-1902).
Josino de Paula Brito (Três Pontas)	1855-1930	Político, médico e fazendeiro. Foi deputado estadual constituinte e deputado estadual (1891-1895) e senador estadual (1895-1914). Pertenceu ao PRM.
Júlio Bueno Brandão (Ouro Fino)	1858-1931	Político, magistrado, advogado e jornalista. Foi juiz municipal, subdelegado e delegado de polícia, vereador e agente executivo municipal. Propagandista republicano, foi nomeado presidente do Conselho de Intendência por Bias Fortes, em 1891. Eleito deputado estadual (1891-1898), senador federal (1897-1908), sendo também vice-presidente e presidente do Estado, quando João Pinheiro faleceu. Foi presidente de Minas Gerais entre 1910-1914. No império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM, tendo presidido o partido por muitos anos.
Leopoldo Correa (Itapecerica)	1866-1918	Político e médico. Além de clinicar em Itapecerica, foi juiz de paz e delegado de higiene. Deputado estadual (1895-1902) e senador estadual (1907-1914). Pertenceu ao PRM, divergindo do partido no final.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Lourenço Xavier da Veiga (Capital Federal)	?	Irmão de José Pedro Xavier da Veiga, foi oficial da Câmara de Deputados do Império.
Manoel Teixeira da Costa (Santa Luzia)	1833-1913	Comendador, político e tabelião. Deputado à Assembléia Provincial (1886-1887). Foi escrivão de órfãos e tabelião, vereador, presidente da câmara, agente executivo municipal. Deputado à Constituinte Estadual e deputado estadual (1891-1895), senador estadual (1896-1906). No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.
Rodolfo Gustavo da Paixão (São João del-Rei)	1853-1925	Político, militar e engenheiro; general-de-brigada. Militante nas causas abolicionista e republicana, foi nomeado governador de Goiás, depois elegeu-se presidente daquele Estado (1890-1892).
Salvador Felício dos Santos (Diamantina)	1867-1926	Político e magistrado. Foi juiz interino em Diamantina. Teve rápida passagem pela política como deputado federal entre 1900 e 1902.
Tito Fulgêncio Alves Pereira (Monte Carmelo)	1862-1944	Magistrado, político, jurista e professor. Foi deputado à Assembléia Provincial (1886-1887), promotor público, juiz municipal, juiz de direito e desembargador (1910-1914).
Vasco Azevedo (Pitangui)	1868-1907	Político e jornalista. Foi redator e diretor de dois periódicos e ainda diretor do Externato Municipal, presidente da Câmara de Pitangui; agente executivo municipal; deputado estadual (1899-1902). Pertenceu ao PRM.
Wenceslau Brás Pereira Gomes (Monte Santo de Minas)	1868-1866	Político, promotor de justiça e advogado. Defensor da República, foi vereador, presidente da Câmara e agente executivo municipal (1892-1894), deputado à Câmara Estadual (1892-1898), secretário do Interior (1898-1902); deputado federal (1903-08), presidente do Estado (1909-1910); vice-presidente e depois presidente da República.

A lógica e o labirinto

Ivana Parrela

As disputas por acervos e as dificuldades para a sua guarda motivaram algumas considerações originais, presentes neste artigo, sobre as políticas de recolhimento e preservação adotadas pelo Arquivo Público Mineiro, de 1910 a 1938.

> Nas duas últimas décadas, os historiadores viram-se obrigados a reavaliar algumas posições sobre a autenticidade de documentos, assim como sobre seus modos de tradição (diplomática), normas de descrição e critérios de guarda nos arquivos. A partir da chamada "explosão documental" – ocorrida no final do século XX –, a extrema reprodutibilidade dos documentos produzidos em meio eletrônico e a falta de políticas claras sobre como esses acervos devem ser preservados tornaram-se foco de discussão.

Nesse sentido, os historiadores têm revisitado, criticamente, alguns conjuntos documentais e frisado a importância de se conhecer o contexto em que foram produzidos, como elemento necessário à própria produção historiográfica. Outra preocupação recorrente diz respeito à necessidade de, no trabalho de pesquisa, confrontar diversos tipos documentais como forma de permitir a visualização – sob vários ângulos e discursos – de um mesmo objeto, nem sempre conservado. Além disso, as políticas de recolhimento dos acervos nas instituições arquivísticas têm sido reconhecidas, cada vez mais, como necessárias à constituição de séries que permitam comparações para períodos mais longos. Contudo, tais políticas também vêm sendo bastante questionadas.

Na primeira metade do século XIX, o Arquivo do Império mantinha a lógica de tratamento documental dos tempos coloniais portugueses, com a adoção da

Prédio situado na rua da Bahia esquina com rua Gonçalves Dias, em Belo Horizonte, onde funcionou a Chefia de Polícia, o Ginásio Mineiro e o Arquivo Público Mineiro. Fotografia de Herculano de Souza/Casa Haas & Clemence, 1913-1915.
BELLO HORIZONTE BILHETE POSTAL; Coleção Otávio Dias Filho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 203 p. (Coleção Centenário)

política do sigilo, ou do segredo de Estado, como característica marcante desse modelo arquivístico. Segundo Costa, seu "principal objetivo era guardar e preservar a documentação legislativa, administrativa e histórica [...] com a finalidade, sobretudo, de subsidiar o Estado [...]. O Arquivo estará voltado para dentro do Estado"[1], o que não excluía uma política de pesquisa ou acesso.

No caso do Arquivo Público Mineiro (APM), qual teria sido a lógica de recolhimento documental e de seu arranjo? Quais eram as relações que se estabeleciam entre a construção de identidades nacionais e regionais, presente na produção de intelectuais como Xavier da Veiga, com suas trajetórias no seio do Estado, e o perfil das instituições que eles ajudaram a criar?

Definidas tais questões, pretendemos apresentar, neste artigo, alguns resultados preliminares de sua pesquisa de doutorado, que visa, essencialmente, discutir as políticas públicas de cultura voltadas para o tratamento do patrimônio documental; analisar os critérios utilizados na definição do que teria valor permanente; e identificar os agentes responsáveis por esses recolhimentos.

Política de recolhimento

No âmbito do Estado, a partir da criação do APM, reconhece-se a preocupação em estabelecer uma rotina que contemplasse a captação de documentos e objetos nos seus diversos órgãos e, por intervenção do governador, nas câmaras municipais e em órgãos públicos de outras esferas.

A lei de criação do Arquivo Público Mineiro[2] estabelecia como suas competências: conservar documentos, "papéis ou objetos"; e recolher, "até que a creação de um museu [...], quadros e estátuas, mobílias, gravuras, estofos, bordados, rendas, armas, objetos de ourivesaria, baixos relevos, esmaltes, obras de cerâmica de quaesquer manifestações da arte no Estado, desde que tenham valor propriamente artístico ou histórico."[3] No entanto, o Museu Mineiro, tal como existe hoje, só seria constituído na década de 1980, a partir do recolhimento de parte do acervo que o Arquivo Público Mineiro vinha guardando desde 1895, deixando para trás as suas pretensões enciclopédicas.

Esse trabalho seria feito com o auxílio de funcionários que exerciam outras funções, como os fiscais de rendas do Estado, que também deveriam auxiliar na identificação e recolhimento de acervos em suas andanças pelos municípios. Além disso, o APM deveria criar uma rede de correspondentes para a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (*RAPM*) – lançada logo após a sua institucionalização, em 1896 –, que supostamente seriam responsáveis pela captação de acervos em cidades do interior e pela produção das memórias locais.

Nota-se a preocupação com a conservação do acervo documental, embora ela não se estendesse à consulta, assunto que era pouco discutido em Minas Gerais na época. Célia Costa revela que, no século XIX, as concepções de documento e arquivo remontam ao processo de construção de uma nova idéia de nação por parte de políticos e intelectuais que criaram o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Partindo de uma concepção positivista e fiel ao espírito cientificista da época, entendia-se que "o documento assume o significado e a dimensão de prova empírica, tornando-se fundamental para a construção da história nacional e para a legitimação do Estado [...] daí a importância de se criar uma instituição que tivesse como função reunir e guardar os documentos comprobatórios desse Estado"[4].
A partir de 1910, a política de recolhimento do APM

Sala do casarão do Arquivo Público Mineiro em 1958, vendo-se quadros da Pinacoteca do Estado criada pelo presidente Antônio Carlos em 1928, com destaque para a tela *A Má Notícia* de Belmiro de Almeida, 1897. APM-5-013 (14).

esteve bastante atrelada às relações pessoais dos seus diretores, no que tange tanto aos documentos quanto aos objetos tridimensionais, embora não possam ser negligenciados os diversos apelos em cartas circulares a várias repartições do Estado e a particulares para o envio de documentos públicos[5], especialmente as câmaras, cartórios etc.

Num desses casos, o diretor Francisco Peixoto de Moura encarregou Galdino Brasileiro da "missão [...] de examinar e fazer recolher para o Arquivo Público Mineiro os papéis e livros reputados mais importantes como documentos históricos existentes nos arquivos das câmaras municipais de Sabará [...] e Caeté".[6] Além disso, seguindo o exemplo do governo federal, que enviara correspondentes a Portugal para fazer a transcrição de documentos de interesse do país, o diretor contratou, em 1918, os serviços de Miguel Mello, para transcrever, no Rio de Janeiro, documentos importantes para o APM.

O responsável por esse trabalho sugeriu a transcrição do processo de Tiradentes como tópico prioritário, mas o diretor considerou que "maior serviço e de mais utilidade para o mesmo Estado seria a cópia da coleção completa de cópias mandadas tirar por D. Pedro II de todo o arquivo de documentos que se acham na Torre do Tombo em Lisboa, referente à vida administrativa de Minas desde a sua descoberta e invasões paulistas, isto é, desde sua primitiva organização (consultas do Conselho Ultramarino e correspondência anexa etc)"[7].

Na gestão de Moura, doações espontâneas – como a feita por Flávio dos Santos, em 1921, de um *Livro de compromisso da Irmandade das Almas* da Freguesia de N. Sra. do Bom Sucesso do Caethé, de 1713, e de um quadro denominado *Acayaca*[8] – eram comuns, assim como as doações solicitadas a terceiros. Tal é o caso do acervo composto por mapas, cartas hidrográficas e plantas que estava em poder de Mendes Pimentel, em 1912.[9]

Nelson de Senna constitui outro bom exemplo de como, no início do século XX, a atuação dos correspondentes da *RAPM* foi indispensável ao crescimento do acervo do Arquivo. Em suas viagens ou acionando a sua rede de relacionamentos, esse intelectual recolhia documentos em vários suportes para subsidiar suas pesquisas pessoais e acabava por doar boa parte desse acervo ao Arquivo. Citam-se, por exemplo, "machados de índios encontrados no mato por lavradores [...] e dois estribos que haviam pertencido aos Lobos", potentados importantes nas proximidades da Fábrica Cedro, doados por Antonino Mascarenhas a Nelson de Senna, em 1921, e repassados por este ao museu do Arquivo.[10]

O mesmo pesquisador chegou a assumir o compromisso de representar o Arquivo Nacional, em 1911, como seu agente auxiliar. Como ressalta o próprio diretor daquele Arquivo, "o cargo de agente é honorífico, [...] e tem por fim a busca e aquisição de documentos históricos, originais ou cópias autenticadas que se acham arquivadas em conventos, arquivos estaduais, municipais, cartórios, tais como as correspondências com a metrópole, bandos, correspondências com diversas autoridades, sesmarias, processos políticos, etc, à exceção dos que se referem a repartições federais que deverão ser remetidos para esta repartição".[11]
Com relação aos recolhimentos, na série documental *Francisco Soares Peixoto de Moura* (1910 a 1922), apenas uma das caixas guardadas traz documentos de interesse direto para a arquivística mineira. O pequeno número de papéis e objetos já denotava, então, a redução dos recolhimentos feitos. Essa situação iria se repetir na gestão seguinte, de Mário Franzen de Lima, que abrange o período de 1922 a 1936. Em sua longa gestão, esse diretor foi substituído três vezes: por Adolfo Tymburibá, de 1923 a 1926; por Theófilo Feu de Carvalho, 1920 a 1922, 1926 a 1927 e 1933 a 1936; e por Aurélio Pires, de 1927 a 1930. As substituições se deveram ao afastamento do titular, para participar de comissões governamentais e para submeter-se a tratamento de saúde.

Destaca-se entre seus substitutos Theófilo Feu de Carvalho, importante colaborador na discussão sobre a política de acervo do APM e sobre a relevância dos documentos e fatos para a história mineira. Na série seguinte, que corresponde às gestões de Arduíno Bolivar, de 1936 a 1938, também foram encontrados poucos documentos sobre o tema.

Trajetória de um acervo [12]

Na organização dos serviços da Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)[13], cumpria à primeira turma cuidar da recepção, do expediente e do arquivo; à segunda, do expediente interno; e à terceira, do expediente externo. A primeira turma tinha a seu cargo o Arquivo Geral dos Papéis da Comissão. A legislação que instituiu a CCNC estabeleceu que o "o archivo será organisado em collecções correspondentes às diversas divisões por que se acham distribuídos os serviços da Commissão, tendo, além dessas, uma para os papéis diversos, e mais uma destinada à guarda dos documentos [*sic*]".[14]
Com a organização da Prefeitura da Cidade de Minas –

nome originalmente atribuído à nova capital mineira, que depois viria a se chamar Belo Horizonte –, entre 1898 e 1901, os documentos acumulados pela CCNC e a própria concepção dada ao arquivo foram mantidos pela administração da nova capital (Belo Horizonte), embora, em seus primeiros relatórios, nem seja mencionada a área destinada a essa finalidade.

Em 1911, foram contratados pela Prefeitura os serviços de um amanuense-arquivista, para a organização dos documentos, dada a grande demanda surgida a partir da promulgação de lei federal que permitia contar o tempo de serviços prestados a órgãos oficiais estaduais ou municipais para efeito de aposentadoria. Nessa época, o Arquivo forneceu grande número de certidões a engenheiros e funcionários da CCNC. Tal demanda acabou por estimular outros investimentos no setor, vinculado, agora, à Secretaria da Prefeitura.

Passaram a ser encadernadas as folhas de pagamento da CCNC, visando à manutenção de sua ordem e conservação; iniciou-se a classificação dos documentos, com o que se pretendia dar mais agilidade às consultas e, especialmente, à expedição de certidões, aos crescentes pedidos de cópias de regulamentos de serviços feitos por prefeituras do interior de Minas e de outros Estados.[15]

Em setembro de 1912, o prefeito da capital informou estar concluída a organização do Arquivo Municipal, devidamente ordenados e classificados os diversos papéis e documentos e resumidos os respectivos objetos em índice alfabético geral, com a indicação dos números das prateleiras e pastas onde foram distribuídos, segundo os seus assuntos.[16]

É interessante notar que a proposta de organização da CCNC era arquivisticamente mais coerente: o setor mantinha a ordem dos documentos dada por seus produtores, e a própria organização do arquivo deveria refletir a organização da Comissão, o que segue um princípio caro à arquivística, consolidado no século XX: o respeito aos fundos ou às unidades de arquivamento.[17] Além disso, essa nova proposta previa também a organização por assunto, estabelecida por um arquivista.

Na década seguinte, o prefeito Octacílio Negrão de Lima disse ver no Arquivo Municipal uma "repartição de considerável importância, como repositório de informações e guarda da tradição administrativa do Município". Destaca, ainda, o prefeito: "Na pesquisa dos livros e papéis acumulados, separou-se o precioso Arquivo da Comissão Construtora, parte da qual, entretanto, se encontra no Arquivo Público Mineiro, com prejuízo da integridade documental da história administrativa urbana".[18]

Em 1937, o prefeito citava novamente o acervo, ao tratar dos investimentos no seu tratamento: "Os documentos da Commissão Construtora da Nova Capital, por uma anomalia inexplicável, achavam-se divididos em três partes, das quaes uma se achava na Prefeitura, uma na Secretaria de Interior e outra na da Agricultura. A que se achava nesta foi expontaneamente entregue ao nosso Archivo pelo Sr. Raul Noronha Sá, então Secretário da Viação. Graças a intervenção de V. Ex., foi também devolvida a parte que se achava no Arquivo Público, ficando assim integrado de posse desta repartição todo o documentário referente à construção da Nova Capital de Minas
Gerais [*sic*]".[19]

Em 1935, o historiador Abílio Barreto, depois de aposentar-se como primeiro oficial do Arquivo Público Mineiro[20], assumiu a direção do Arquivo Municipal. Ainda neste cargo, foi convidado a organizar o futuro Museu Histórico da cidade. É interessante analisar o papel do historiador na acumulação desse acervo e, até mesmo, na sua preservação. Em relatórios e memórias, ele destacava a sua preocupação com o tratamento que os documentos da CCNC vinham tendo nas diferentes instituições que percorrera e, especialmente, com a sua reunião física, num primeiro momento. Exemplo disso pode ser encontrado em seu *Relatório do Arquivo Geral da Prefeitura*, de 1937,[21] cujo posicionamento seria encampado pelo prefeito em seu relatório anual, citado anteriormente.

Não obstante, em 1942, a posição de Barreto já seria contrária, como mostra correspondência enviada ao Sphan, na qual listava os objetos reunidos no Arquivo da Prefeitura que seriam destinados ao Museu Histórico de Belo Horizonte.[22] Nessa lista, destacam-se os documentos da Comissão referentes às obras não executadas e/ou não concluídas. Embora essa posição pareça coerente, à primeira vista, por demonstrar a preocupação de Barreto com o uso que esses documentos ainda deveriam ter para a realização de trabalhos de diversas áreas da Prefeitura, esse critério de seleção representava na prática o abandono das primeiras propostas do historiador, que pretendia manter o acervo reunido.

Medidas de preservação

Nos anos de 1910, de acordo com relatórios de Francisco Soares Peixoto de Moura[23], o grande problema relacionado à conservação do acervo do APM era algo muito familiar às instituições arquivísticas, inclusive nos dias atuais: a falta de espaço adequado. Na época, as salas que alojavam o Arquivo e a Seção de Estatística não comportavam nem o movimento do Arquivo. Os livros e papéis achavam-se, em grande parte, amontoados, pois a sala reservada para o APM na Secretaria de Interior, onde a repartição se situava desde a sua transferência para Belo Horizonte, não comportava mais estantes.
O diretor reclamava que o Arquivo não possuía uma sala de reuniões, pois a que havia servia apenas para o atendimento das consultas. O mobiliário, que era o mesmo desde a criação, consistia em 12 cadeiras austríacas, distribuídas entre o arquivo e a biblioteca. As estantes, tanto do arquivo como da biblioteca, eram verdadeiros "viveiros de parasitas", de acordo com Moura, constituindo um perigo para os manuscritos e os livros. A biblioteca ficava no gabinete do diretor, e ele achava necessário colocá-la em sala separada, para franqueá-la ao público. As zelosas atividades de conservação desenvolvidas por Antonino R. Romão, guarda do Arquivo, consistiam basicamente na limpeza dos livros. A encadernação desses livros era feita com o apoio da Imprensa Oficial.

É interessante notar que nada era dito, na época, sobre os critérios de agrupamento dos documentos em encadernações, reconhecendo o diretor a necessidade de se organizar um "inventário" do que existia na repartição, assim como de se fazer um catálogo dos manuscritos e livros existentes, de acordo com a "ciência bibliográfica", para que se pudesse tirar do Arquivo alguma utilidade. Tais afirmações levam-nos a acreditar que o diretor estivesse se referindo a um instrumento geral para a Instituição, já que inventários eram feitos. Marta Neves cita a elaboração de 12 instrumentos de busca para o fundo Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, boa parte deles elaborada no período abordado por este artigo.[24]

Em 1914,[25] os problemas de conservação se avolumaram com a chegada de mais documentos. Papéis da Secretaria do Interior, da Câmara de Sabará e de outros órgãos se encontravam em caixotes ou pilhas no chão. Na época, o diretor solicitou autorização para a construção de prédio próprio para o Arquivo, cuja planta já estaria sendo providenciada por repartição competente da Secretaria de Agricultura. Na ocasião, tal solicitação não foi atendida.
Em 1921, no *Relatório sobre o mal estado de conservação do APM e a compra de móveis e utensílios para*

Situação do depósito de documentos em 1974. APM-6-002 (41).

este arquivo[26], Moura oferece um panorama das práticas de arquivamento correntes em outras repartições do Estado. Segundo ele, desde que a capital se instalou em Belo Horizonte, os arquivos de todas as repartições foram montados no segundo andar e outros no primeiro de cada repartição. Com o correr do tempo, a experiência teria demonstrado os inconvenientes de tal prática, dentre eles a patente danificação dos prédios. Isso teria ocorrido na Secretaria de Agricultura, o que fez com que, pouco a pouco, todos os acervos fossem transferidos para o
rés-do-chão. Naquele momento, a Secretaria de Finanças, que funcionava no segundo andar do mesmo prédio que o Arquivo, retomou tal prática, o que já acarretava fendas de cerca de cinco centímetros nas paredes e ameaçava destruir o teto, de estuque.

Em 1922, o diretor relatou as melhorias feitas em termos de conservação e segurança do acervo em relatório anexo ao supracitado. Ele havia conseguido ocupar mais três salões e mandado confeccionar estantes para a organização dos documentos e livros da biblioteca. O Arquivo passou, então, no fim de sua longa gestão, a contar com 11 salas. O grande salão onde funcionavam a diretoria e a biblioteca foi dividido com um biombo, e neste novo espaço passou a funcionar o que até então era letra morta na legislação do Arquivo (constante no artigo 21 do seu regulamento): uma verdadeira sala de consulta, sob a fiscalização dos funcionários da casa, que trabalhavam no mesmo espaço, dividido ainda por uma balaustrada que separava os documentos guardados dos usuários. Foram confeccionadas oito mesas, distribuídas pelas áreas de consulta e trabalho, pois até então a manipulação dos livros, folhetos, jornais etc. era feita no assoalho, no chão, em posição tida pelo diretor como "incômoda, indecente e crítica [...] e que não há corpo humano que assim possa permanecer todo o tempo do expediente".[27]
A falta de espaço era o argumento para a venda de documentos como papel velho. Em 1925,[28] o diretor substituto, Tymburibá, afirmou que no início do mês de maio já tinha obtido autorização do secretário do Interior para vender 733 volumes de documentos de estatística escolar, mapas e boletins relativos ao período de 1907 a 1919, considerados por ele como "desnecessários". Tymburibá voltou a solicitar autorização do mesmo secretário para estender a medida a 163 maços de papéis eleitorais, como atas, apuração e alistamento. Situações como essa se repetiam em várias instituições arquivísticas, sem que critérios de seleção fossem previamente definidos.

A mesma falta de critérios fazia com que o APM recebesse papéis que não se "achavam findos". Em janeiro de 1914,[29] o diretor acabou sendo obrigado a pedir ao secretário do Interior que um lote de 2.875 livros fosse devolvido ao arquivo daquela Secretaria, para revisão e seleção dos efetivamente findos, que deveriam ser separados dos que ainda pudessem ser levados ao expediente. Pedia também que mesmo os livros findos, que seriam postos no chão do Arquivo
por falta de espaço, fossem guardados em cômodo da própria Secretaria. Tudo isso contribuiu para a destruição de muitos deles. Esse trânsito fez ainda
com que muitos documentos deixassem de ser novamente encaminhados ao APM, perdendo-se
como papéis velhos por descaso das repartições.

Em seu relatório de maio de 1928,[30] Aurélio Pires afirmava que, em razão de o Arquivo, situado em prédio na Rua da Bahia, nº. 1863, ter de compartilhar o pequeno espaço com a Junta Comercial, a Primeira Coletoria do Estado e os arquivos da Secretaria de Finanças e da Secretaria do Interior, se via obrigado a recusar a receber papéis e documentos de diversas Secretarias do Estado, por falta de espaço. Pela mesma razão, o diretor ponderava que, apesar de ter retomado a prática inaugurada por Xavier da Veiga, de fazer publicar mensalmente no *Minas Gerais* a relação de todos os donativos feitos ao APM, sua experiência no

Depósitos de periódicos da biblioteca do Arquivo Público Mineiro em 1976. APM-7- 006 (12).

trato com a falta de espaço o fazia pensar em abolir tal prática, já que a publicidade dada a essas ofertas, na qual constava o nome do doador, fazia com que entre coisas de real valor fossem enviadas ao Arquivo toda sorte de bugingangas, refugos de bibliotecas e de coleções particulares.

Uma prática citada nesse mesmo relatório para conter as devastações causadas por insetos consistia no uso de inseticidas e em uma limpeza geral feita nos livros, já a partir dessa época com aspirador de pó elétrico[31]. Em 1937, Arduíno Bolivar, ao tratar das ações necessárias a uma reforma no prédio do Arquivo, solicitou ao secretário de Interior providências no sentido de autorizar a remoção dos arquivos da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde Pública e da Secretaria das Finanças, que ocupavam na época todo o pavimento superior e alas laterais, sem serem caracterizados como de guarda permanente. Tal situação se repetiu no ano seguinte com os documentos da própria Secretaria de Interior[32].

Outro obstáculo à preservação dos documentos do Arquivo, que iria se reiterar mais tarde, na gestão do diretor Teixeira, eram os empréstimos de documentos. Cita-se como exemplo o empréstimo feito a Thomas Brandão, em outubro de 1910, quando lhe foi emprestado "para fins históricos um livro contendo a carta e o Brasão de Armas do Capitão Francisco Sanches Brandão", que se comprometia a "devolver logo que conseguisse tirar cópia do desenho constante na mesma, sendo que o registro de devolução não foi localizado neste conjunto até o momento"[33].

Perspectivas

A realização de alguns estudos sobre as bibliotecas, compreendendo a constituição de seus acervos e a idéia de coleção desses conjuntos, assim como sobre os métodos e as ferramentas de descrição, poderá balizar trabalhos arquivísticos futuros, não só no APM, mas em outras instituições da área. Um bom exemplo pode ser encontrado nos trabalhos de Christian Jacob[34], que chama a atenção para o fato de que alguns procedimentos metodológicos para o tratamento das obras impõem uma ordem quase cartográfica ao percurso dos livros. A imagem é pertinente também para a análise dos critérios de arranjo dos acervos documentais.

Sala de consulta do Arquivo Público Mineiro. APM - 7-006 (12).

A própria visualização de um "paradigma de acumulação" nas bibliotecas como forma de racionalização de suas aquisições – conforme trabalho de Marc Baratin[35] – serviu de inspiração para o levantamento da hipótese de que a chave para a compreensão dos recolhimentos, compras e pedidos de doações para o Arquivo poderia ser encontrada na estrutura idealizada por Xavier da Veiga para as suas *Efemérides*.
No caso do Arquivo Público Mineiro (APM), a lógica de seus recolhimentos e arranjo pode ser encontrada na organização da Instituição, atrelada a uma das principais empreitadas de seu primeiro diretor, Xavier da Veiga: a escrita das *Efemérides Mineiras*. Nesse trabalho árduo de 18 anos, publicado apenas em 1897, o autor, no prefácio, faz várias referências a suas dificuldades para "coligir dados e documentos [...] colhidos em arquivos mais ou menos desordenados", que seriam posteriormente doados à Instituição.[36] Na "Cronologia mineira", presente na obra, percebem-se o "empenho patriótico" na construção do trabalho – que ele acreditava ser de utilidade pública permanente para Minas Gerais e os mineiros – e a lógica da constituição do acervo do APM. As *Efemérides* seriam guia para esse arranjo: a ordenação necessária à escrita das efemérides sociais e políticas do Estado, num contexto de ampla discussão sobre a identidade regional e nacional.
Outro tema muito discutido na prática biblioteconômica e museológica, que vem sendo recentemente enfrentado nos arquivos, diz respeito a periodizações. Autores

como Françoise Hildesheimer[37] chamam a atenção para o fato de não se conseguir sequer colocar em questão nos arquivos as periodizações, em função do princípio de respeito aos fundos, consolidado na Europa a partir do século XIX. De acordo com esse princípio, cada conjunto documental se caracterizaria como arquivístico justamente por refletir em sua organização a estrutura do produtor. Os recolhimentos "orgânicos" subseqüentes, que resultam no seu crescimento, configuram a lógica de sua ordenação e cronologia. Que organicidade seria essa em casos como os que nos propomos analisar? Como ela se manifesta em um fundo como o chamado *Seção Colonial* do APM, constituído em fins do século XIX? Qual seria o "princípio lógico" para a pulverização do acervo fiscal setecentista, especialmente a partir da década de 1920, como o da Delegacia Fiscal e o da Casa dos Contos?

Conforme Hildesheimer, o não questionamento desse "princípio" nas pesquisas históricas ainda é pouco analisado. Tal análise deveria ser feita com urgência, pelos impactos significativos que traria para os quadros de classificação dos arquivos. Entendemos que se pode deduzir "sobre a possível e provável influência dessas práticas arquivísticas sobre o acesso aos documentos e sobre as periodizações da pesquisa que elas induzem mais ou menos coincidentemente"[38].

A aceitação pouco crítica desses critérios de organização e descrição implicaria uma quase sacralização do gesto de arquivar, conferindo uma aura de isenção às escolhas feitas pelos técnicos dessas instituições. Nesse sentido, seria interessante pensar no tratamento dado aos documentos avulsos e encadernados dentro do APM, tanto pelos usuários como pelos próprios técnicos em alguns trabalhos. Isso porque, durante muito tempo, a ausência de um instrumento de pesquisa unificador fez com que os documentos desse conjunto fossem apresentados e utilizados de forma distinta, perdendo exatamente a chamada "organicidade" em vários trabalhos.

As discussões sobre a questão da periodização nos museus apontam para problema similar existente nessas instituições, já que as exposições museológicas também acabam por desenhar uma definição de períodos históricos, como aponta Sophie Jugie[39]. Tema que também demanda uma maior discussão sobre as atividades nos arquivos.

Notas |

1. COSTA, Célia. *O Arquivo Público do Império*: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 221-222, 2000. Esse artigo resume a tese da autora: *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*, defendida em 1997 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Em suas conclusões ela afirma que a sobrevivência de concepção de arquivo excludente, que não atende o cidadão, vai explicar a criação de uma política nacional de arquivos apenas em 1991, pela Lei n. 8.159.

2. A Lei n. 126, de 11 de julho de 1895, cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada Archivo Público Mineiro (APM).

3. Lei n. 126, art. 2º.

4. COSTA. *O Arquivo Público do Império*..., p. 223.

5. Cf. modelos de cartas circulares enviadas para diversas repartições, juntamente com o registro das respostas obtidas. Arquivo Público Mineiro/Francisco Peixoto de Moura (APM/FPM), Cx. 1, doc. 2, p. 2; e APM/FPM, Cx. 1, doc. 12; Arquivo Público Mineiro/Mário Franzen de Lima (APM/MFL) Cx. 1, doc. 2. Como exemplo da mobilização de particulares, vale destacar o papel do padre Lucindo José de Souza Coutinho, residente em Santa Bárbara, que da década de 1910 até a de 1940, quando morreu, recolhe acervos para o Arquivo. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 10 e sua anotação no verso.

6. Diretor do Arquivo e da Seção de Estatística do Estado de 1910 a 1922. Político, deputado por várias legislaturas, irmão de Raul Soares. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 10.

7. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 15; e APM/FPM, Cx. 1, doc. 10.

8. Cf. registro da carta de agradecimento em APM/FPM, Cx. 1, doc. 7.

9. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 12.

10. Carta de Mascarenhas a Senna, de 14/03/1921, encaminhada pelo destinatário a Feu de Carvalho. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 7. Para mais dados sobre a trajetória do pesquisador, consultar o Arquivo Pessoal Nelson de Senna, sob a custódia do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

11. Cf. APCBH//Nelson Coelho de Senna (NCS).2 (456), 1911.01.31. No verso do documento consta anotação do pesquisador sobre sua renúncia ao lugar em 30 de junho do mesmo ano.

12. Parte desta pesquisa foi apresentada como comunicação *Comissão Construtora da Nova Capital*: a trajetória de um acervo, no *XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG*, em Juiz de Fora, MG, 2004.

13. Essa Comissão, constituída pelo Estado de Minas Gerais para a construção da nova capital, atuou de 1894 a 1898.

14. MINAS GERAIS. Commissão Construtora da Nova Capital. Instrucções regulamentares [n. 1]. Para execução dos serviços a cargo da 1º Divisão. Publicado em MINAS GERAIS. *Commissão Construtora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita, com autorisação do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro chefe Francisco Bicalho*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. v. 2. 261p.

15. BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olynto Deodato dos Reis Meirelles: 16 de setembro de 1911*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 23-24.

16. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olynto Deodato dos Reis Meirelles: setembro de 1912.* Belo Horizonte: Imprensa Official, 1912. p. 36-37.

17. Um bom parâmetro para os trabalhos arquivísticos nesta época pode ser encontrado no *Manual dos Arquivistas Holandeses*, que tem sua primeira edição em 1898.

18. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima e relatorio ao período administrativo de 1935-1936.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937. p. 32-33.

19. Apesar de o prefeito afirmar que toda a documentação fora reunida no arquivo da prefeitura, sabemos que parte do acervo, pertencente à Secretaria de Agricultura, ainda permaneceu no APM. O arquivo do Estado deveria ser o recolhedor natural do acervo, pois a Comissão foi criada pelo Estado. Existem ainda documentos na Copasa e no Arquivo Aarão Reis, no Museu da República, RJ.

20. Abílio Barreto ocupou esse cargo de 1924 até 1934, quando se aposentou. Cf. trajetória do historiador por meio de Arquivo Privado Abílio Barreto, acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

21. MHAB, Abílio Barreto (AB)/DF –1/001.

22. Cf. *Dossiê do Museu Histórico Abílio Barreto*, v. 2, ofício 462, de 20/04/1942, e resposta anexa, de 19/05/1942.

23. Cf. Relatório de atividades do APM, 1911, APM/FPM, Cx. 1, doc. 1.

24. NEVES, Marta E. M. *Em busca da organicidade*: um estudo do fundo Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

25. Relatório de atividades do APM, 1914, APM/FPM, Cx. 1, doc. 2.

26. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 9.

27. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 9, p. 2.

28. Cf. APM/MFL, Cx. 1, doc. 14.

29. Cf. APM/MFL, Cx. 1, doc. 21.

30. Cf. APM/MFL, Cx. 1, doc. 20.

31. Cf. documentos referentes à compra do aspirador de pó e sua utilização para limpeza de documentos: APM/MFL, Cx. 1, doc. 24.

32. Cf. APM/AFB, Cx. 1, doc. 3 e 6.

33. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 16.

34. JACOB, C. *L'Empire des cartes*. Approche théorique de la cartographie à travers l'historie. Paris: Albin Michel, 1992.

35. BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). *Le pouvoir des bibliothèques*. Paris: Albin Michel, 1993. p. 14 e 255; POMIAN, K. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. v. 1: Memória-História. p. 51-86.

36. Cf. VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Melgaço Neves. Belo Horizonte: CEHC/FJP, 1998. p. 47. Cronologia, p. 115-116, e doações na Introdução, p. 27-28.

37. HILDESHEIMER, F. Periodisation et Archives. In: PÉRIODES. *La construction du temps historique*. Actes du V° Colloque d'Histoire au Present. Paris: Ed. de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales / Histoire au Présent, 1991. p. 39-46.

38. *Ibidem*, p. 39.

39. JUGIE, Sophie. La construction du temps historique. In: PÉRIODES. *La construction du temps historique*. Actes du V° Colloque d'Histoire au Present. Paris: Ed. de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales / Histoire au Présent, 1991. p. 47-56.

Ivana Parrela é mestre em história pela UFMG, doutoranda nessa disciplina pela mesma universidade, desenvolvendo pesquisa intitulada *Entre Arquivos e Museus: políticas públicas para patrimônio documental em Minas Gerais – 1895-1945.* Especialista em organização de arquivos pela Universidade de São Paulo (USP), trabalhou em diversas instituições arquivísticas, especialmente no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, de 1995 a 2006, instituição que dirigiu entre 2001 a 2004. Atualmente, é professora da Universidade Fumec.

Verso do *Livro de registro de entrada e saída de documentos e de livros enviados ao Arquivo Público Mineiro*, 1927. APM-MFL (AP), 001.

Um viajante e suas leituras

Paulo Teixeira Iumatti

As viagens de Caio Prado Júnior a Minas Gerais na década de 1940 atestam a convicção do historiador na importância da observação pessoal, fato que se refletiu na composição de sua obra mais importante, analisada neste ensaio em alguns de seus aspectos teóricos e estilísticos.

Ao longo da vida, Caio Prado Júnior percorreu incessantemente o Brasil, buscando dados primários para alicerçar uma interpretação do país que levasse em conta a sua diversidade regional. As marcas dessa busca encontram-se não apenas em seus estudos históricos e geográficos, mas também nos documentos de seu acervo, que se acham sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) desde janeiro de 2002. São cerca de 30 mil documentos, contendo fotografias, manuscritos, cartas etc., bem como 16 mil livros e cerca de 650 mapas, que em grande parte revelam essa faceta ainda pouco explorada da trajetória do historiador.[1]

Dentre os documentos que evidenciam essa característica do intelectual, destacam-se aqueles pertinentes a suas viagens a Minas Gerais. É o que se vê, particularmente, no levantamento fotográfico e relato manuscrito de algumas das excursões que realizou no começo dos anos 1940, particularmente a *Viagem a Ouro Preto*, de março de 1940, e a *Viagem a Diamantina*, de agosto de 1941. Perfazendo cerca de 150 folhas de material fotográfico e totalizando dois longos manuscritos que ocupam 84 páginas de um de seus cadernos de anotações, esse material inédito documenta a fase de elaboração da principal obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Essa circunstância torna, dentre outros fatores, extremamente valiosos esses documentos, que se ligam não apenas à tentativa de apreender as características de uma região, mas ao percurso de formulação das generalizações presentes no livro.

Na *Viagem a Ouro Preto*, aceitando os pressupostos dos modernistas dos anos 1920 – a viagem seguinte, a Diamantina, seria feita em companhia do pintor e amigo Flávio de Carvalho –, Caio Prado Júnior escreveu que tivera o objetivo de presenciar a Semana Santa, a qual faria reviver a seus olhos “as mais antigas tradições do Brasil Colônia”. Percebe-se muito claramente o quanto essa viagem foi importante para a preparação de *Formação do Brasil Contemporâneo*, já que as observações sobre a vida social colonial feitas no livro são muito próximas às do relato manuscrito. Todavia, as ressonâncias entre ambos extrapolam em muito esse aspecto enraizado no senso comum da época, já que, no próprio relato manuscrito,
Caio Prado Júnior deixava claro que aquele objetivo fora largamente ultrapassado.

Com efeito, afirmou que ao longo da viagem tivera ocasião de atravessar de automóvel uma grande parte do Estado, diversificando ao máximo os itinerários de ida e volta. Apesar de ter percorrido cerca de mil quilômetros de território mineiro em pouco mais de uma semana, o viajante acreditava ter podido observar com “alguma atenção” os aspectos e a vida de um território que abrangeria “duas regiões bem caracterizadas”: a da mineração, que representava um “passado longínquo”, e que se estende pela faixa que vai de Lavras – ao sul –, até Ouro Preto; e o “chamado Sul de Minas”, que é a “Minas Gerais mais recente, a Minas da lavoura e da pecuária”.[2]

Já na *Viagem a Diamantina*, Caio Prado Júnior narra um percurso que se inicia na penetração de Minas pela sua principal porta – a via brasileira que tivera maior papel histórico, e que no século XX se transformara em nossa primeira estrada de rodagem: a União e Indústria. Chega por ela a Belo Horizonte, de onde adentra a parte central do Estado:

> Além de BH, minha viagem consistiu num circuito que alcançou Diamantina ao norte, Guanhães a leste, voltando em seguida ao ponto de partida. Atravessei assim duas vezes, uma na ida, uma na volta, a lombada do Espinhaço. Realizei assim um corte na estrutura geográfica do centro mineiro, corte que ilustra muito bem a fisiografia de toda esta parte do Estado [...].[3]

A par de estabelecer um diálogo com os relatos de viajantes e naturalistas como Saint-Hilaire, Caio Prado Júnior aborda nessas viagens a Minas Gerais uma enorme multiplicidade de aspectos, atentando para as características geográficas do território; para os gêneros de vida das populações rurais e dos núcleos urbanos por que passa; para a economia e a sociedade, estudadas sob o ponto de vista de um diálogo entre passado e presente. Assim também anota permanências e transformações nos meios de transporte, nas técnicas produtivas, nos fluxos populacionais etc. Da mesma forma, os aspectos culturais foram destacados, abrangendo o consumo de jornais nas cidades, os intercâmbios com São Paulo e Rio de Janeiro, a descrição de festividades, entre outros. Uma passagem de *Viagem a Diamantina* nos ajuda a compreender o sentido específico dessa atenção especial, que resultou nos principais trabalhos de campo que Caio Prado Júnior realizou
no momento em que preparava *Formação do Brasil Contemporâneo*:

> Minas continua a me atrair. Ainda este ano escolhi-a para viajar. E voltarei, se as circunstâncias permitirem. A razão é simples: por qualquer lado que se aborde o estudo do Brasil, seja sua história, seja a geografia, em todos seus aspectos, nenhuma parte do território brasileiro reúne tanto assunto de interesse. Está-se aí no núcleo do país, não só geográfico, onde as grandes bacias hidrográficas e os sistemas montanhosos do país se articulam, mas ainda histórico, porque na fase mais importante da nossa formação, o século XVIII, ali, mais que em qualquer outra parte, se definirá a estrutura social, econômica e política do país. E isto sem contar a extrema variedade do território mineiro, onde se confundem os tipos mais extremos de culturas, níveis materiais, gêneros de vida.[4]

Um observador consciente?

Neste artigo, antes que descrever ou perscrutar exaustivamente esse material, vamos sugerir uma análise do percurso intelectual e da obra de Caio Prado Júnior, da qual selecionamos um aspecto específico a ser abordado: algumas características estilísticas de *Formação do Brasil Contemporâneo*, à luz da leitura de parte desse material inédito, particularmente a *Viagem a Ouro Preto*. Procuraremos, com isso, apontar um caminho para a exploração, sob novo ângulo, de alguns aspectos teóricos e metodológicos da obra do historiador.

Antes, porém, é preciso observar que a maneira particular com que Caio Prado Júnior encarava a possibilidade do conhecimento pode nos oferecer pistas sobre a relação que se estabelece entre seu “trabalho de campo” e sua obra. Vários depoimentos do livro *História e Ideal*[5] realçam a importância da experiência concreta, o “contato primário e insubstituível da experiência pessoal”, assim como os instrumentos de geógrafo que empregava na sua interpretação da história brasileira, almejando estabelecer as relações entre o meio físico e a vida humana.

Isso fazia com que viajasse sistematicamente pelo Brasil, tendo como objetivo observar o gênero de vida e as condições de sobrevivência de cada lugar. Para tanto, não raro servia-se do diálogo direto com os habitantes[6], pernoitando, sempre que possível, em suas casas. Caio Prado Júnior

> [...] comprazia-se em descrever a paisagem, com os olhos de conhecedor. Pressente-se o homem viajado, que percorreu pessoalmente, desde muito jovem, cada uma das regiões do Brasil. [Dessa forma, também] coloria sua escrita com as observações pessoais dos viajantes, com os quais se identificava [...]. Infundia ao texto a vida da narrativa do visual e do tempo, colorida pelas citações das fontes e pelo ponto de referência da perspectiva pessoal do histo-

riador.[7]

Assim, o contato do historiador com seu objeto de pesquisa nunca era distante ou frio. Caio Prado Júnior buscava maneiras para melhor senti-lo, penetrá-lo, o que se revela, de forma clara, em seus manuscritos, em particular nos seus relatos de viagem. Aqui se coloca a questão dos limites até onde o historiador pode investir sua experiência pessoal, como sujeito que (nem sempre de forma consciente) transforma e reelabora em texto todo um conjunto de sensações, impressões e vivências. Essas parecem conferir um sentido qualitativo à análise, tornando-a "viva", dando à interpretação da enorme massa de dados recolhida um tom que a libera de toda aridez. Todavia, sensações, impressões e vivências não são também marcadas por uma época, não surgem num determinado contexto, não têm uma historicidade que lhes é própria? Nesse sentido, cabe perguntar qual é exatamente o seu papel no discurso historiográfico de *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Modos da escrita

Por acompanhar a diversidade da vida humana e a complexidade do inter-relacionamento entre seus múltiplos fatores, parece haver em *Formação do Brasil Contemporâneo* uma alternância entre diversas formas de escrever. Uma das mais características relaciona-se à maneira de descrever e interpretar as atividades econômicas em sua interação com as características geográficas de cada região[8]. A escrita vem carregada de informações, e nela, não raro, a compreensão do "modo de agir e pensar" dos agentes históricos torna menos árida a análise de dados, explicados em suas minúcias. Nessa descrição, por meio da ambigüidade no uso dos discursos indireto e indireto livre – quando o narrador incorpora os pontos de vista presentes nas fontes, ou supostamente a racionalidade dos agentes históricos –, a narrativa torna-se mais viva e compreensiva:

> [...] Mas quando se teve de atacar as rochas matrizes, a situação mudou de figura. Nos seus afloramentos superficiais, e onde os *vieiros* eram contidos em rochas friáveis e sem consistência (*podres*, como se denominavam estas rochas semidecompostas), ainda era fácil trabalhar; o mesmo não se dá nas rochas sãs, cuja dureza – trata-se sempre de quartzos, pirites, itabiritos e outras rochas extremamente compactas – tornava-se obstáculo invencível à técnica rudimentar dos mineradores da colônia [nota]. Além disso, os vieiros se aprofundavam cada vez mais na terra.[9]

A explicitação do significado das palavras e expressões empregadas é um recurso sempre utilizado pelo autor e faz parte dessa tentativa de captar o "espírito", de penetrar no universo em que as atitudes e ações dos indivíduos fazem sentido. Na passagem citada, ele chega por vezes a incorporar o ponto de vista dos contemporâneos. É esse, contudo, um recurso sutil, uma nuança, utilizada sem que se perca o fio da argumentação, ao mesmo tempo objetiva e íntima, na relação que estabelece com seu objeto e também com o leitor, a quem coloca em contato com os "fatos" estudados. Na linguagem coloquial que emprega ("a situação mudou de figura"), trata o objeto com familiaridade, o que suaviza a linguagem carregada de termos técnicos.

O autor explora, assim, o potencial de sugestividade de seu objeto, pelo emprego de certas expressões que reconstituem linhas de raciocínio compreensíveis apenas no contexto histórico reconstruído ("ainda era fácil trabalhar"). Isso, todavia, sem deixar de fazer o retorno a uma perspectiva mais distanciada, embora complementar do ponto de vista do conceito antropológico de cultura, com o qual também trabalha[10], ao se

Caio Prado Júnior em Minas Gerais, 1941. Arquivo IEB/USP - Fundo Caio Prado Júnior, álbum n. 17, p. 45.

referir à "técnica rudimentar dos mineradores da colônia".

Caio Prado incorpora o discurso das fontes, preservando a expressividade e a sugestividade do vocabulário de uma época. Era esse um recurso anteriormente utilizado por historiadores brasileiros como Capistrano de Abreu e José de Alcântara Machado, mas que decorre também de uma sugestão da geografia humana. Em Caio Prado Júnior, é interessante que isso se dê num plano em que se articula a relação direta entre passado e presente. Evocam-se, por vezes, palavras e modos de dizer e expressar do passado para surpreendê-los em sua estranha e criativa atualidade. Isso se revela quando o autor procura, no expressivo vocabulário regional, seus significados que, não raro, se preservaram até o presente.

No Brasil Colônia de Caio Prado Júnior, as temporalidades da vida humana estavam sujeitas, em parte, aos ditames da natureza e do espaço geográfico. E tais temporalidades se prolongam, também em parte, até o presente, marcando a paisagem percebida pelo viajante, evocada pelo historiador e colocada numa perspectiva que insere o leitor no drama das existências decorridas, drama esse que se faz ainda atual:

> Ainda hoje, grande número de pessoas, nos antigos distritos mineradores de Minas Gerais e Goiás, sobretudo, vive exclusivamente desta atividade. Vão-se deslocando continuamente, fazendo tentativas aqui, encontrando algum sucesso acolá. Quem viaja por estes lugares, topa a cada passo com estes *faiscadores*, em grupos ou isolados, e que metidos nos rios ou revolvendo suas margens, fazem rodar as batéias na ânsia de uma miserável pepita que lhes garanta o pão daquele dia.[11]

Desafios da compreensão

O uso do pronome demonstrativo *desta*, presente na citação anterior, explicita a subjetividade do viajante, sua *presença* no local e seu testemunho *real*. Delimita-se, assim, uma temporalidade complexa, na medida em que é evocada uma imagem não só de continuidade entre passado e presente, mas também de movimento constante, de instabilidade. Essa é uma característica básica do estilo de Caio Prado Júnior, de sua concepção de história, e um dos desafios de seu método – desafios deixados em aberto – para captar as especificidades. Como falar de resistências do passado se a história é essencialmente o vir-a-ser, e não-permanência? Como falar de persistências estruturais em relação ao que está sempre se desestruturando?

Na maior parte de *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor tenta fazê-lo evitando esquemas abstratos, buscando refletir *concretamente*, sem se afastar do dado empírico e do diálogo crítico com as fontes. Quando se refere, por exemplo, à causa pela qual a riqueza relativamente avultada que a indústria mineradora produzira deixando tão poucos vestígios, além da prodigiosa destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores, Caio Prado Júnior constata que esse fenômeno

> [...] ainda hoje fere a vista do observador; e também este aspecto geral de ruína que em princípio do século passado Saint-Hilaire notava consternado, e que não se apagou ainda de todo em nossos dias./ Chega-se assim, no alvorecer do séc. XIX, a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na vasta área em que ocorreram [...].[12]

Além do uso dos pronomes demonstrativos, fica clara nessa passagem a identificação da sensibilidade do autor com a de Saint-Hilaire, no que busca certo efeito junto ao próprio leitor. Algumas expressões caras a Caio Prado Júnior, presentes nesse trecho, são também elucidativas: "se apagou da memória"; "ainda hoje"; "alvorecer"; o "aspecto geral de ruína" que "não se apagou ainda de todo em nossos dias". É a idéia de continuidade no tempo e no espaço, envolta na coloquialidade, que acaba se firmando num estilo descritivo, sensorial e, de certa forma, como observou Fernando Novais, repetitivo[13].
Se procurarmos a explicação do grande impacto de sua obra e sua recepção favorável pelo público leitor, parece-nos central o modo como Caio Prado Júnior estabeleceu os nexos entre a destruição ambiental, a reprodução da pobreza e o processo de colonização, numa linguagem a um só tempo objetiva, coloquial e, de certa forma, marcada pela busca de uma dimensão humana.

Mas, por outro lado, a identificação com autores como Saint-Hilaire, que constantemente se manifesta, traz também juízos de valor e certos preconceitos. Alguns textos inéditos de Caio Prado Júnior, como seu relato de viagem aos Países Baixos (1938) e a *Viagem a Ouro Preto*, fornecem-nos chaves para a compreensão desses aspectos. O aspecto da empatia desenvolvida na "pesquisa de campo", em diálogo com outros testemunhos do passado, pode ser flagrado, por exemplo, na *Viagem a Ouro Preto*.

Nesse texto, o viajante, depois de descrever, com espírito etnológico, a procissão do Senhor Morto durante a Semana Santa, seus preparativos, sua organização, seu aspecto material, as formas culturais específicas que assumia e as pessoas que dela participavam, mostra também uma disposição interna reveladora de seu esforço de compreensão:

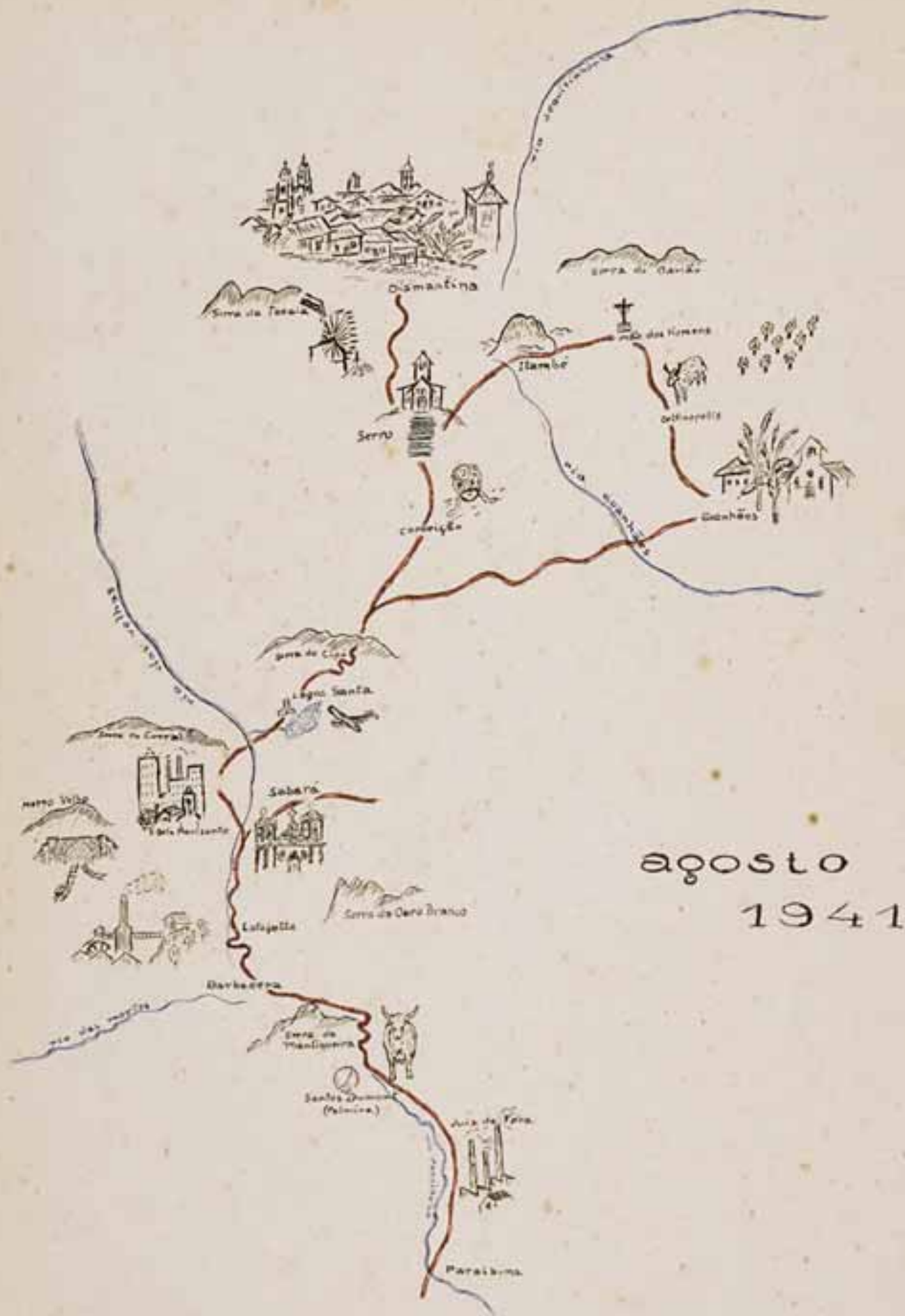
> É interessante penetrar um pouco mais a fundo nesta cerimônia de uma procissão. Procurei fazê-lo, e enquanto a acompanhava concentrei toda a atenção de que era capaz para penetrar no mecanismo psicológico que movimentava aquela gente vinda às vezes de tão longe para um ato que de conforto físico não tinha certamente nada [...].[14]

Nos relatos de viajantes e naturalistas e nas demais fontes clássicas para o estudo da história do Brasil, há certo viés interpretativo que, fiando-se em observações *de visu*, conversas e impressões, procura dar conta dos aspectos culturais e psicológicos do comportamento da população. Fiando-se também no esforço pessoal de penetração nos "mecanismos psicológicos", Caio Prado Júnior, em seu manuscrito, afirma que na cerimônia da procissão do Senhor Morto havia "com certeza muito pouco" de devoção. Raros eram os semblantes que refletiam alguma compenetração; a imensa maioria dos participantes, ou simples acompanhantes, "marchava distraidamente, conversando ou olhando em redor".

O próprio personagem Abraão, que "pela sua estatura e posição central que ocupava e o pitoresco da cena que representava, aparecia como a figura culminante do desfile", semelhava interessar-se muito mais pela impressão que causava, e

> [...] talvez um tanto acanhado, disfarçava seu estado de espírito com largo sorriso que distribuiu para todos os lados em movimentos escandalosos do corpo, que nada tinham com o brandido do sabre que, como um autômato, baixava e levantava sobre a cabeça do pequeno Isaac.

Mesmo os irmãos das ordens, esquecendo a cada momento o papel que representavam, trocavam cumprimentos e palavras de saudação, às vezes comentários, com conhecidos que assistiam ao desfile.

> [...] As tochas, os crucifixos, os estandartes oscilavam continuamente nas mãos fatigadas e

Mapa de viagem a Minas Gerais, agosto de 1941. Desenho de Caio Prado Júnior. Arquivo IEB/USP - Fundo Caio Prado Júnior, álbum n. 17, capa.

> pouco respeitosas de seus portadores. A marcha era irregular, as filas se [ilegível] que sobre ele se estende, balançava perigosamente por efeito da falta de cadência e pouca atenção dos que o carregavam.[15]

Sem dúvida construindo uma versão do evento, o historiador observava que tudo isso dava ao
cortejo um aspecto desordenado, o que forçava a paradas constantes para refazer a ordem.
Por momentos tudo se confundia, povo e ordens, assistentes e participantes, e a procissão "parecia
mais uma multidão desconexa arrastando-se a esmo"[16]. Como uma primeira conclusão,
Caio Prado Júnior nota que a procissão parecia ser, antes de tudo, um espetáculo; o aparato que lhe procuravam dar mostrava "bem que esta circunstância não escapa aos mais avisados de seus iniciadores". Em seguida, afirma que o segundo elemento da psicologia das procissões era o "automatismo da repetição". E, no que concerne a esse último aspecto, arrisca uma interpretação que relaciona fatores tais como o "ambiente" ostentatório das igrejas barrocas e da paisagem urbana e a organização social e econômica da região. Repetia-se mecanicamente o que já havia sido feito desde tempos imemoriais. O espírito religioso viria em último lugar.

> [...] e mesmo neste espírito, como haveria que analisá-lo quem pretendesse explicar seu conteúdo. Com que parte não entra para ele, nesta Minas tradicionalista (fiquemos aí sem generalizações que não caberiam aqui), cujo passado ainda vive tão intensamente em populações que, pode-se dizer, estacionaram no elemento tradicional, [a] religiosidade colonial; o ambiente que é determinado pela presença a cada momento e a cada passo deste lado exterior do culto: as igrejas e santuários inúmeros, os paços, as cruzes e tantos outros símbolos da religião que enchem as cidades mineiras. Ouro Preto, com seus poucos milhares de habitantes, tem 18 igrejas; Mariana, que não terá mais de três ou quatro mil habitantes, conta com seis. O fator econômico terá tido também sua influência. Os parcos recursos de uma região estagnada, quando não decadente, fazem da carreira eclesiástica uma oportunidade avidamente procurada. A porcentagem de mineiros no clero brasileiro é considerável, e o maior seminário do país é de Mariana, donde vem a maioria dos padres brasileiros [...].[17]

As funções religiosas ou ligadas ao culto tinham um papel social proeminente em Minas e representavam uma ocupação muito importante. Ouro Preto contava dezenas de ordens leigas.

> [...] O que quer dizer que uma parcela importante da população pertence a estas ordens, que em reuniões, tarefas ligadas à conservação dos templos e outros locais do culto, como os paços, organização de solenidades religiosas, algum trabalho social, tomam o tempo livre de seus membros. Em São João del Rey encontrei o proprietário de um dos hotéis principais da cidade, e que era também tesoureiro da ordem do Carmo, na sua igreja, de mangas de camisa, atarefado com a arrumação e limpeza da sacristia. Por toda parte, nas visitas constantes que fazia às igrejas, vi destes exemplos: todo trabalho de guarda e conservação delas entregue a tais voluntários, pessoas muitas vezes de destaque social no lugar. Os padres nunca davam sinal de vida, a não ser por ocasião das solenidades religiosas. E se tive ocasião, em vezes inúmeras, de entrar em contato com aqueles servidores leigos da igreja, raríssimo foi me dada a oportunidade de encontrar um eclesiástico.[18]

Em conclusão, Caio Prado Júnior diz que

> O papel social do culto religioso, social no sentido de representar uma ocupação da população, parece-me assim considerável em Minas. E não creio que o fundo disto, pelo menos na grande maioria dos casos, seja o espírito religioso propriamente, mas sobretudo um elemento que nada tem de místico e que é provocado pelo fato estabelecido, aceito e conservado que o culto tem um papel importante. E chego a esta conclusão porque sempre me pareceu que este culto exterior tem uma importância, e preocupa muito mais aquela gente que um sentimento religioso propriamente dito. Entre outros sinais disto, pude observar por exemplo que, enquanto nos momentos de solenidade o povo afluía em massa para assistir a ela, as igrejas permaneciam vazias, ou com raros crentes apenas todo o resto do tempo; e estávamos na Semana Santa, quando o sentimento religioso deveria estar no máximo
> de intensidade.[19]

Em leitura marxista – combinada a certo viés da sociologia durkheimiana –, que em parte repetia discursos do passado e estereótipos do presente, a conclusão acabava por relacionar o aspecto religioso a seu papel social e econômico. No entanto, lograva fazê-lo *de dentro*, passando pelas mediações específicas das diferentes instâncias da vida humana, e, em especial, as formas de agir, pensar e sentir. Nesse percurso, o autor dialogava com o que já havia lido em relatos de outros viajantes e naturalistas, o que evidencia, por um lado, o seu trabalho de preparação da viagem (que segue de perto os ensinamentos de Pierre Deffontaines), mas também expõe, por outro lado, os limites de seu enfoque calcado na "observação direta" e pessoal.[20]

Contudo, foi precisamente aquele um dos principais procedimentos de Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o qual conferiu à obra parte de sua força: a comparação de depoimentos da época com sua própria observação pessoal, não só no plano material, mas também no social e no psicológico.[21]

Geógrafo, etnólogo e escritor

Assim, o historiador preservou, de sua incursão pela geografia humana e pela etnologia, nos anos 1930, um determinado método de apreensão das relações entre o passado e o presente, de que era um dos componentes o esforço de empatia. Com efeito, um dos procedimentos adotados por antropólogos e geógrafos da época era o de, sempre que possível, comparar testemunhos do passado com a observação do presente. Esse aspecto torna-se tanto mais sugestivo quando lembramos que Caio Prado Júnior não só fazia incursões teóricas pela geografia e pela etnologia enquanto escrevia *Formação do Brasil Contemporâneo*, mas exercitava uma das formas clássicas do discurso dessas ciências: o relato de viagem. O próprio livro *Formação do Brasil Contemporâneo* parece ser, em determinados momentos, um desses exemplos, apoiando-se constantemente em viagens e relatos de viagem alheios ou do próprio autor.

Em sua escrita testemunhal, de quem "esteve lá", na qual subjaz em certa medida aquilo que Derrida chamou de "metafísica da presença"[22], destacam-se algumas características: a forma coloquial utilizada, como se o autor conversasse com o leitor, apresentando e explicando-lhe uma paisagem ou contexto social e econômico; a linguagem aparentemente descuidada; o anti-convencionalismo, que o aproxima não dos modernistas de 1922, mas daqueles dos anos 1930, já não mais interessados na ruptura sistemática das normas do português "culto"; a inserção enquanto sujeito dentro do discurso (uso da primeira pessoa etc.); o caráter seco, descritivo (ainda que adjetivado), mas ao mesmo tempo profundamente interpretativo e emotivo; a abordagem da "materialidade", daquilo que pode encontrar respaldo na visão e nas sensações; e a "heterogeneidade".

Em relação a essa última característica, é bastante óbvio que, para Caio Prado Júnior, muito mais importantes que o estilo eram as inúmeras fronteiras do conhecimento que procurava desbravar. Submetida a esse propósito, a linguagem parece sair espontaneamente, vazando a experiência pessoal em todas as suas expressões (coloquial, descuidada, poética etc.) e deixando-se permear por uma multiplicidade de formas, que acompanham a elaboração metodológica do autor. Dentro dessa constelação, o estilo de Caio Prado Júnior pode ser abordado, por exemplo, pelo modo como se serve da "função poética"[23], ou seja, da sua capacidade de romper com a relação arbitrária entre significante e significado e de confundir as relações entre linguagem e referente. Veja-se, por exemplo, a passagem já citada da *Viagem a Ouro Preto*:

> As tochas, os crucifixos, os estandartes oscilavam continuamente nas mãos fatigadas e pouco respeitosas de seus portadores. A marcha era irregular, as filas se [ilegível] que sobre ele se estende, balançava perigosamente por efeito da falta de cadência e pouca atenção dos que o carregavam. [Itálicos nossos]

Na escrita muito próxima da prosa poética, é oportuno destacar a repetição dos fonemas nasais ([n], [m]) e sibilantes [s]. Os nasais harmonizam-se com as palavras e enunciados em que prevalece a idéia de suavidade, doçura, delicadeza[24]; mas o efeito prolongado provocado pela repetição dos fonemas sibilantes e a presença de um léxico que se refere à cadência e ao ritmo reforçam a observação da morosidade da procissão – um dos fatores que, como vimos, se relacionam à suposta falta de espírito religioso.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a presença desses recursos persuasivos aponta não para um uso sofisticado e consciente da escrita, ao contrário do que ocorre com os historiadores do século XIX analisados por Peter Gay[25], mas sim para um certo "descuido", para a abertura à experiência subjetiva, à sensibilidade pessoal e às impressões do viajante e do geógrafo. É nesse sentido que vemos, em meio à discussão de um tema de economia, o autor lançar mão, sutilmente, do uso expressivo, de forte evocação poética, dos fonemas constritivo lateral [l] e vibrante [r], como no seguinte trecho: "[...] A água também não fa*l*ta, e e*l*a co*rr*e, *cr*ista*l*ina, em *l*eitos de pe*dr*a [...]".[26]

Na passagem, temos a repetição do fonema constritivo lateral [l], dos fonemas vibrantes [R] e [r], bem como a combinação de fonemas oclusivos com vibrantes [cr], [dr]. O deslizar, o fluir e o rolar podem, com efeito, exprimir-se por esses fonemas,[27] o que demonstra o emprego, consciente ou não, de um recurso poético em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

A dimensão humana

Essa característica tem um papel específico no pensamento de Caio Prado Júnior, na medida em que torna mais próximo o discurso histórico do concreto e do vivido, podendo ser vista ainda como uma forma de trazer à realidade estudada a "dimensão humana". Não se trata, portanto, de um recurso "literário" artificialmente empregado. Comentando uma passagem de Vieira Couto, Caio Prado Júnior observava em nota que a Ásia, e particularmente a Turquia, "eram então nas 'frases feitas' daquele tempo, o padrão dos regimes despóticos, arbitrários e brutais"[28]. Sua aversão à rigi-

dez conceitual, ao “estilo programado” e ao bacharelismo livresco está na raiz do modo como em seu discurso transborda a dimensão poética.

Por vezes, quando a própria sensibilidade de Caio Prado Júnior mostra empatia com a sensibilidade possível da época e sugere uma relação de continuidade, a função poética é explicitada. Da mesma forma, é freqüentemente trazido à tona o significado que determinado “fato” tinha para a população da época colonial – o que também constitui uma porta de acesso para o conhecimento daquele universo peculiar, em sua incerteza ou indeterminação (racionalidade retrospectiva). Em seguida, o discurso toma outros rumos, sendo estabelecidas conexões, marcadas pelo cotejo de documentos, pelo aprofundamento de algum viés crítico, pela retomada do conceito do “sentido da colonização” etc.

Contudo, durante longas passagens da obra não raro se observa a ausência completa da “função poética”:

> A área em que se tinha fixado a exploração de diamantes circundava o arraial do Tejuco, hoje cidade de Diamantina. Seus contornos tinham sido rigorosamente demarcados desde a criação da *Intendência dos diamantes*, órgão similar das Intendências do ouro, em 1734. Esta demarcação, ampliada cinco anos depois para abranger distritos vizinhos onde se tinham feito novas descobertas, vem descrita, com sua ampliação posterior, nas *Memórias do Distrito Diamantino*, de J. Felício dos Santos.[29]

Conquanto não contenha o emprego da voz passiva sintética, índice máximo da construção da objetividade, percebe-se na passagem, além do caráter descritivo, a falta de adjetivos; a ausência das marcas de pessoa; e o emprego de locuções verbais (ter + particípio: *tinha fixado*; *tinham sido*; *tinham feito*) que ocultam o sujeito[30].

O modo aparentemente casual como Caio Prado utiliza recursos poéticos realça o aspecto da heterogeneidade de seu discurso e sua subordinação aos propósitos de elaboração metodológica. Com efeito, dentro de sua narrativa, alternam-se maneiras e presenças. No segundo e no terceiro segmentos do trecho que citamos abaixo, é o *ritmo* do discurso que parece trazer à tona a dimensão poética – a qual, contudo, desaparece no segmento final:

> [1] Em maior ou menor proporção, a faiscação sempre existiu na indústria aurífera da colônia. [2] Quando o ouro se concentra nas próprias areias do rio, ou mesmo no cascalho, não sendo o rio muito volumoso, casos em que se dispensa trazer de grandes distâncias a água empregada na lavagem, ou desviar o curso; [3] e quando o teor do metal é muito baixo para pagar instalações de vulto ou mão-de-obra numerosa, [4] o trabalho do faiscador é tão produtivo como o da lavra, e a extração não paga aparelhamentos dispendiosos [...].[31]

A extensão do período iniciado em [2], o longo encadeamento das orações subordinadas adverbiais temporais ([2] e [3]), tudo faz indicar a sinuosidade de um rio e o próprio cotidiano do trabalho, para depois apagar-se numa consideração sobre a produtividade, na oração principal [4]. Essa alternância, que caracteriza *Formação do Brasil Contemporâneo*, imita de certa forma o drama de uma colonização predatória determinante, que só a linguagem mais prosaica, pedestre ou sombria poderia expressar. Por outro lado, reproduz a presença da função poética, na medida em que pressupõe uma aproximação com o “real” (ou “efeito de real”) do ponto de vista da experiência sensível, do contato direto com a paisagem (no caso em questão), ou uma forma de sociabilidade. O abandono da função poética, por sua vez, pode ser lido como a libertação momentânea de um universo perce-

Página do álbum de viagem de Caio Prado Júnior à região do Serro, 1941. Arraial de Rio do Peixe. Arquivo IEB/USP - Fundo Caio Prado Júnior, álbum n. 17, p. 20.

Rio do Peixe

Igreja em ruinas

observar a guarnição exterior das casas, de tabuas, utilizada em quasi todas as construções do povoado.

fazenda na estrada entre Rio do Peixe e o Serro

bido como opressivo, em oposição ao qual é construída a perspectiva crítica (na passagem acima, ligada ao enfoque centrado no rendimento do processo produtivo, o qual, como observamos, do ponto de vista lingüístico, integra a oração principal).

No trecho citado, Caio Prado Júnior abre uma nota em que explica que se chamava cascalho, "nos distritos mineradores, a camada de seixos mais ou menos aglomerados subjacente à areia e materiais móveis da superfície". Logo em seguida, e antes de comentar que era no cascalho que se achava a maior parte do ouro, acrescenta uma informação que, entre outros significados possíveis dentro do texto, figura o de trazer de volta à expressividade da linguagem da época, reforçando a inserção do leitor no universo sensível de pedras, leitos de rios e pernas metidas na água: "Quando o cascalho se apresenta em conglomerado compacto e perfeitamente cimentado, diz-se que está 'gelado'"[32]. Com efeito, a passagem traz à tona a dimensão poética do capítulo, capaz de inserir o leitor no universo da mineração colonial.

O "sentido" da colonização

É certo que, em sua elaboração metodológica, Caio Prado Júnior busca servir-se de outros recursos e desenvolve um viés crítico de sua experiência pessoal, preocupando-se em construir uma *totalidade expressiva* do passado[33]. Para isso, tece sínteses parciais – de acordo com os contextos e regiões específicas que abordava –, explicitando suas principais conclusões de um ponto de vista comparativo e exemplificativo, já que as "grandes linhas" não só ganhavam em nitidez, se contrastadas com diferenças e apoiadas em pormenores concretos rigorosamente documentados, mas também dependiam do aprofundamento da análise dos contextos regionais. Assim, Caio Prado Júnior retoma sempre a sua categoria inicial, a do "sentido da colonização", a qual vai se enriquecendo, "ao mesmo tempo que ilumina novos setores da realidade [...]".[34]

Por outro lado, Caio Prado Júnior adota no livro um "tom" particularmente negativo, em íntima conexão com o panorama extremamente sombrio que traça da vida social e econômica da região mineradora, onde a destruição, a ignorância, a cobiça etc. eram características intrínsecas e articuladas no plano geral com o "sentido da colonização". Aborda o drama da existência, em oposição a sua celebração, como ocorre, em grande parte das vezes, em Gilberto Freyre. O fato de tentar desvendar a sensibilidade da época – o que se reflete na descrição das paisagens e da psicologia coletiva – confere uma dimensão emocional adicional ao livro, o qual não deixa de estar permeado por uma inspiração parecida com a que Caio Prado Júnior evocou ao comentar o livro *L'Homme e la Montagne*, de Jules Blache, publicado por Pierre Deffontaines, na coleção *Geographie Humaine*, mantida nos anos 1930 pela editora Gallimard. O historiador adquiriu o livro em 1935.

> Este livro é ciência e é poesia. Porque nenhuma poesia maior que a da vida do homem em contato direto com a natureza, lutando contra ela, defendendo-se, e ao mesmo tempo seu aliado. É o verdadeiro contato entre o ser humano, seu pensamento e ação, e o mundo natural. E não apenas o superficial, exterior, artificial do turista ou do paisagista. O autor soube transmitir esta emoção, tão profundamente bela, do homem confundido com o seu meio.[35]

Transfigurada em *Formação do Brasil Contemporâneo* – já que a conexão cósmica do homem com seu meio aparece no livro sistematicamente frustrada pelo modo como se processara a colonização – o impacto de tal perspectiva foi enorme. F. Matthews, comentando o livro clássico *The Uprooted*, de Handlin, observou que nele a penetração intelectual e o poder de emocionar foram fundidos, sendo esse um "clássico exemplo" do fato de que não é tão-somente a densidade ou a utilização precisa da documentação que tornam seminal um trabalho de erudição (*scholarship*), mas também seu poder emocional, a clareza de conceitualização e a "congruência" com as necessidades contemporâneas.[36] No caso de Caio Prado Júnior, somam-se à dimensão emocional – que certamente permeia os aspectos estilísticos já aqui abordados – outros recursos de interpelação, presentes, por exemplo, na forma de diálogo enquanto interação com o leitor.

O discurso e o sujeito

Outro aspecto de fundamental importância é a questão da construção e da presença do sujeito dentro do discurso; numa palavra, da *dêixis*[37]. O estudo do assunto é capaz de iluminar, dentre outros, problemas cruciais como o modo de utilização das fontes pelo historiador e o diálogo que estabelece com elas. Desse prisma, há em *Formação do Brasil Contemporâneo* formas altamente complexas, em que o discurso do historiador dialoga e se mescla de maneira não usual às fontes utilizadas, por vezes com o emprego explícito ou implícito do "eu", como no seguinte excerto:

> Dispondo de condições naturais tão propícias e tão diversas das do sertão nordestino, a pecuária em Minas Gerais também adotará padrões diferentes (nota: Para pormenores, veja-se Saint-Hilaire, Voyage [...], I.cap.VI, que é a principal fonte de que me utilizo aqui.) [...] Mas a grande e maior diferença, porque daí resulta todo um sistema de criação inteiramente diverso, está num pequeno detalhe: o emprego de obras divisórias, tanto externas, dividindo a fazenda de suas vizinhas, como internas, separando-a em partes distintas. Empregam-se cercas de pau-a-pique, que as matas abundantes fornecem em quantidade suficiente – ao contrário do Nordeste, onde a vegetação é pobre em espécies utilizáveis para este fim. Usam-se também "valos"; e ocasionalmente, muros de pedra, onde este material é abundante, o que também não é raro nestas serranias alcantiladas (nota: Assim, na região entre Lavras e São João del-Rei, em terreno muito pedregoso, vêem-se até hoje muros que se estendem a perder de vista, por quilômetros e quilômetros). Esta providência de cercar propriedades e pastos, impraticável no Norte, tem uma influência considerável; ela reduz de muito a necessidade de vigilância do gado contra extravios, e permite aproveitar melhor o trabalho em outros serviços. A fiscalização se torna naturalmente estreita, dispensando grandes esforços; e se faz diuturna, continuada, na defesa dos animais contra pragas e inimigos naturais. Em conseqüência, também, não se conhece aí este gado semi-selvagem do sertão, difícil de domar e conduzir, e que lá empresta à pecuária este caráter épico, admirável nos seus efeitos dramáticos, tão bem pintados por Euclides da Cunha, mas deplorável no terreno prosaico da economia.[38]

Nesta passagem, ressaltaremos apenas um ângulo para análise, qual seja, a forma como o narrador entra progressiva e sutilmente em seu discurso. Com efeito, o historiador, que inicialmente menciona de forma conscienciosa, na primeira pessoa e no tempo presente, a fonte em que se baseia ("Saint-Hilaire [...] é a principal fonte de que me utilizo aqui"), insere-se aos poucos na narrativa: o uso do tempo verbal presente e dos pronomes demonstrativos, paralelamente à descrição de pormenores concretos que acentuam o caráter visual do texto, torna-se aos poucos ambíguo e assume o significado de índice da presença

de um sujeito que contamina o discurso.
A introdução desse elemento dúbio é feita pela segunda nota de rodapé, em que surge uma primeira pessoa com a função[39] de informar ao leitor que a matéria tratada foi acompanhada pessoalmente, *de visu*, pelo próprio historiador.
Este se caracteriza, assim, como um observador atento à presença do passado dentro da realidade de "hoje".

A partir daí, o narrador quase se apropria de uma forma de "discurso livre indireto"[40], posto que parece participar ou ter participado da experiência histórica que descreve, a saber, a diuturna fiscalização do gado. E desvincula-se totalmente de Saint-Hilaire nas últimas linhas, quando, mais uma vez, "entra" enquanto sujeito da primeira pessoa no assunto que aborda. Se, de um lado, subentende-se que a criação característica do gado sertanejo produz de fato efeitos dramáticos, que podem ser "pintados" pela linguagem expressiva de um escritor que também "esteve lá"[41], de outro, esse reconhecimento é flexibilizado pelo resgate da perspectiva não de um observador que, na opinião do narrador, é externo e meramente livresco, mas sim daquele que penetrou no íntimo desse drama, daquele que se inseriu ainda mais concretamente na situação que descreve e que nela descobriu o "terreno prosaico da economia"; ou seja, o mundo da sobrevivência cotidiana da população local acompanhado *in loco* pelo historiador/geógrafo.

É importante destacar que, nessa diferenciação auto-legitimadora, o autor parece admitir a existência de um "caráter épico" – o qual está ausente da carta que escreveu em 26 de abril de 1960 à Casa Euclideana:

> [...] Esse desaponto deu lugar mais tarde, depois de novas leituras dos *Sertões*, e de outras e repetidas viagens pelos sertões reais, à conclusão de que efetivamente o grande literato e primoroso estilista que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos *Sertões*, que o observador e analista social.[42]

Vemos, assim, que o estudo do problema da *dêixis* sob a superfície do texto pode resgatar temas relevantes para a compreensão da obra de Caio Prado Júnior e de seu papel na historiografia brasileira. Naturalmente, nosso trabalho apenas sugere a importância de uma investigação das formas de inserção do sujeito no discurso, dentre as quais se pode contar o modo como aparecem, nos textos de Caio Prado Júnior, os pronomes pessoais, em determinados momentos; os chamados "índices de ostensão", como o pronome demonstrativo *este*, os advérbios *aqui*, *lá*, *acolá* etc., que implicam um gesto de designação do objeto, ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do termo; ou ainda os tempos verbais[43]. Veja-se, a propósito, além dos exemplos já citados, a emblemática primeira nota de rodapé do livro, constante de sua Introdução:

> Pessoalmente, só *compreendi* perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que *lá estive* e *examinei de visu* os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos. Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como *nesta* e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. *Disse-me* certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado.[44]

Mas voltemos à passagem citada anteriormente.
Nela, Caio Prado Júnior parece que procura "entrar" no pensamento de uma época, no comportamento e na psicologia de uma coletividade. Assim, as formas lingüísticas que emprega – e o aparente descuido com sua inserção enquanto sujeito que define e apaga constantemente os limites entre seu discurso e o do "outro" (as "fontes", os agentes históricos estudados etc.), às vezes sobrepondo-se,
às vezes marcando distinções nítidas – supostamente têm a ver com a construção de um jogo dialético entre a *empatia* e o distanciamento; entre a *compreensão* e a perspectiva crítica.

Certamente, para um entendimento mais acurado é forçoso incorporar outros níveis de análise[45].
Nesse sentido, é preciso entender que a passagem citada faz parte de uma obra em que o narrador é simultaneamente o historiador, o geógrafo, o viajante, o intelectual marxista, o político preocupado com o presente e o intérprete que investiga permanências do passado colonial no Brasil de inícios da década de 1940, procurando vislumbrar possibilidades de superação. Este último aspecto é indubitavelmente central: é a incompletude do processo de formação da nacionalidade que o historiador entrevê a todo momento, quando localiza no presente o passado, quando se insere como sujeito dentro do discurso, lançando seu olhar e o do leitor para o mundo
que os cerca.

Questões sobre a forma do diálogo

Ao considerarmos a diversidade que marcou a produção intelectual de Caio Prado Júnior, é fundamental ressaltar que uma característica
comum a essa produção é a sua forma de *diálogo*,[46] visto colocar-se o historiador, geógrafo, político e teórico sempre metaforicamente presente, a falar, a argumentar com as fontes, com o pensamento brasileiro, com as correntes políticas e com o próprio público leitor. Isso se torna evidente no modo de trabalhar a vasta documentação, na busca do
equilíbrio entre síntese e pormenores e em outros prismas de sua elaboração metodológica ligados ao aprimoramento da dialética e sua adaptação tanto às especificidades do contexto estudado como ao público leitor. Por outro lado, a liberdade com que Caio Prado Júnior procede à colocação pronominal, a alta freqüência do pronome relativo *que* em seus escritos e a presença de verbos elocutórios para a referência a assuntos já abordados insinuam um coloquialismo característico do diálogo, o qual parece ter reforçado
o poder de interpelação de seu discurso. Aqui, sem dúvida, voltaria a ser fecunda uma análise formal mais detida.

Novamente, a colocação de um problema formal abre perspectivas para a interpretação da obra e nos remete para além dela mesma. Seria possível ver na predominância da estrutura dialógica nas obras de Caio Prado Júnior um posicionamento em relação às formas de sociabilidade características da vida intelectual e política brasileira? Poderíamos entender, desse ponto de vista, sua atuação como editor e publicista? Como se relacionaria essa forma dialógica ao contexto histórico que vai até os anos 1970, quando suas obras tiveram tremendo impacto? A forma se relacionava a sua concepção da "dialética do conhecimento", e, por outro lado, à sua noção de "opinião pública" como esfera de debates?[47]

Uma leitura que atente para a presença da forma do diálogo na linguagem empregada por Caio Prado Júnior remete a problemas pertinentes à compreensão de seu universo teórico e metodológico, que pode ser entrevisto, no que se refere a *Formação do Brasil Contemporâneo*, por exemplo, na multiplicidade de instâncias de evocação, assimilação e interpretação do dialogismo ou da dialética nos anos 1930. Em meados do decênio, o caráter dialógico do conhecimento estava sendo abordado, à luz das novas teorias e descobertas no terreno das "ciências naturais", por diversos intelectuais e filósofos da

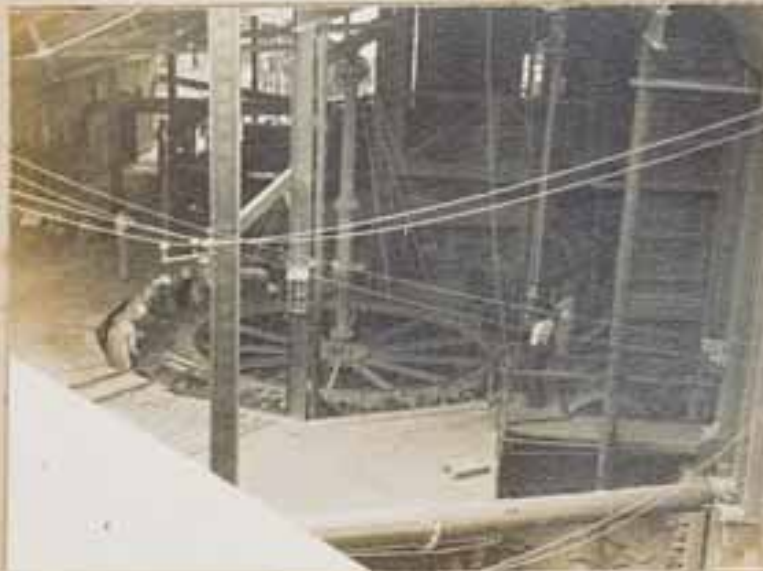
Nova Lima. Mina de Morro Velho e instalações da Saint John del Rey Mining Company Ltd. no primeiro plano.

Vista da entrada da mina de Morro Velho e transporte do minério.

O minério de Morro Velho é transportado da mina por vagonetes.

O minério da mina do Espírito Santo chega por uma linha de cabos aéreos.

– O minério é britado, e nesta mesa giratória separam-se os fragmentos de chisto –

Página do álbum de viagem de Caio Prado Júnior à Nova Lima, 1941. Arquivo IEB/USP - Fundo Caio Prado Júnior, álbum n. 17, p. 4.

ciência[48]. Isso se revela, por exemplo, na conferência que Jean Nogué pronunciou no Instituto Francês de Estocolmo, do qual era diretor, por ocasião de uma exposição de livros consagrados à física contemporânea.

A conferência foi publicada em março de 1939 – Caio Prado Júnior viajara pela Dinamarca e Suécia entre agosto e setembro de 1938. Evidentemente, sua análise extrapola os limites deste artigo. Vale a pena, porém, resumi-la, como pequeno exemplo do universo de questões que Caio Prado vivenciou.
Em seu texto, Nogué argumentava que a necessidade do diálogo, "inerente à linguagem científica" e, na verdade, a toda linguagem, estava no vértice da revolução profunda que marcara na física
moderna a aparição das teorias da relatividade.
Essas estabeleciam a impossibilidade da existência de um observador não-situado, onisciente, capaz de perceber as coisas em sua "verdadeira sucessão" ou "verdadeira simultaneidade". Contudo, contrariamente às conclusões céticas que podem disso decorrer, não perderíamos por isso a possibilidade de aspirar a uma verdade, pois essas teorias nos propiciariam justamente o meio de transportar nossas afirmações de tal forma que um observador de fora poderia reencontrar, em sua própria experiência, o conteúdo daquilo que fora observado. Assim, existiria uma possibilidade de verificação que distinguiria a relatividade científica daquela entendida como
renúncia parcial à verdade[49].

O interno e o externo

Seria, portanto, na combinação de vários níveis de análise que poderíamos explorar questões como a do papel de cada uma das instâncias discursivas nas diferentes obras e opúsculos de Caio Prado Júnior; e as transformações que tais instâncias sofreram ao longo de sua biografia, marcada pela inserção na vida política e intelectual brasileira e internacional. Com efeito, o estilo em *Formação do Brasil Contemporâneo* parece contrastar, em parte, com as formas de discurso assumidas pelo autor em outros trabalhos. Comparativamente, podemos observar o ritmo acelerado e menos denso de um livro didático como *História Econômica do Brasil*, em que temos uma simplificação no modo de abordagem das temporalidades e em que a proposta de síntese e de visão dialética da história resvala numa repetição excessiva da argumentação, sem a contrapartida da busca dos pormenores concretos e significativos.

Assim também o estilo ainda mais coloquial dos prefácios, conferências, cartas e panfletos políticos de Caio Prado Júnior, cada qual com suas especificidades; o discurso mais sereno, descritivo, mas nem por isso menos sugestivo, dos trabalhos geográficos sobre a cidade de São Paulo; o tom polêmico e ensaístico de
A Revolução Brasileira, entre outros. Percebe-se então que a perspectiva de pensar as mediações entre o interno e o externo, entre forma, conteúdo e método, na obra de Caio Prado Júnior, possibilitará novas discussões de problemas como o das leituras que dela foram feitas, o de sua repercussão e relação com outros autores.

Notas |

* Este artigo desenvolve parte do terceiro capítulo de minha tese *Caio Prado Júnior, historiador e editor* (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 2 v. Sua publicação na RAPM celebra o centenário de nascimento do autor de *Formação do Brasil Contemporânio.* A pesquisa para o doutorado teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Agradeço a Juliana Massoni Pereira pela leitura atenta e pela ajuda nos ensaios de análise estilística.

1. A íntegra da documentação do Acervo Caio Prado Júnior encontra-se disponível para consulta livre no Instituto de Estudos Brasileiros da USP (av. Prof. Mello Moraes, trav. 8, 140, Cidade Universitária, São Paulo-SP). Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, de 9h às 17h. http://www.ieb.usp.br e arquiieb@usp.br. Alguns trabalhos que estudam ou disponibilizam esse material são: IUMATTI, P. O percurso para o sentido da colonização e a dinâmica da historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX. In: ANDRADE, Manoel Correia de; CISNEYROS, Maria Cecilia. (Org.). *Redescobrindo o Brasil*. Recife: M.C. de Andrade, 2006, v. 1, p. 9-81; IUMATTI, P. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, no prelo; IUMATTI, P.; HEIDEMANN, H.-D.; SEA-

BRA, M. (Org.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Edusp, no prelo.

2. PRADO JÚNIOR, C. *Viagem a Ouro Preto*. Março de 1940. Arquivo Caio Prado Jr., IEB-USP. Ms. Caderno n. 6, Cx. 1, p. 3.

3. PRADO JÚNIOR, C. *Viagem a Diamantina*. Agosto de 1941. Arquivo Caio Prado Jr., IEB-USP. Ms. Caderno n. 6, Cx. 1, p. 60-61.

4. *Ibidem*, p. 51.

5. D'INCAO, M. A. (Org.). *História e Ideal:* ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Editora da Unesp/Brasiliense, 1989. 508p.

6. DEFFONTAINES, P. *Petit guide du voyageur actif*. 2. ed. 1937. [s.l.]: [s.n.], 1943.

7. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasses do inorgânico. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *História e ideal*: ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: Editora da Unesp/Brasiliense, 1989. p. 384.

8. "O estilo do historiador adere criteriosamente a esta inspiração básica que busca uma explicação descritiva da variedade das formações sociais da colônia. Existe a preocupação de descrever tensões, forças em movimentação no processo de suas contradições. Esta movimentação se expressa em temporalidades específicas, conjunturais [...]." DIAS. Impasses do inorgânico, p. 382.

9. PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942. p. 165.

10. PRADO JÚNIOR. Sociologia e Antropologia. Presídio do Paraíso, 09/05/36. Ms. Arquivo Caio Prado Jr., IEB-USP. Caderno n. 5: "Notas 1936", Cx. 1, p. 1-40.

11. *Ibidem*, p. 166, nota 5.

12. PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 166.

13. "Certas características do discurso parecem expressar mais diretamente o percurso da vida, estabelecendo a ponte entre o autor e a obra [...] Ao se propor um intelectual orgânico do movimento operário, Caio Prado parece ter efetivamente tentado essa mutação. Daí a profundidade e onipresença da opção a marcar o conjunto da obra; a fidelidade e constância às idéias, que expressam escolhas existenciais; daí até o estilo repetitivo e insistente, a recorrência dos temas e argumentos, que caracterizam a escritura."; "A cada capítulo, a categoria inicial e básica vai se enriquecendo, ao mesmo tempo que ilumina novos setores da realidade. Não se trata, portanto, na constante recorrência ao ponto inicial, de simples recursos de ênfase [...]." NOVAIS, F. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Org.). *Inteligência Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13; 16.

14. PRADO JÚNIOR. *Viagem a Ouro Preto*. Março de 1940. Ms. Arquivo Caio Prado Jr., IEB-USP. Caderno n. 6, Cx. 1, p. 43.

15. *Ibidem*, p. 43-44.

16. *Ibidem*, p. 44.

17. *Ibidem*, p. 46-47.

18. *Ibidem*, p. 44-48.

19. *Ibidem*, p.48-49.

20. DEFFONTAINES, P. *Petit guide du voyageur actif*. A propósito, um estudo dos anos 1930 mostra que os viajantes franceses que elaboraram relatos de suas estadas nos Países Baixos, na primeira metade do século XIX, pensaram reencontrar *na realidade* os modelos presentes nas pinturas flamengas ou holandesas. VAN DER TUIN, H. Voyageurs français aux Pays-Bas dans la première moitié du XIX^{e} siècle. *Revue des Sciences Humaines*, n. 3, p. 360-384, 1935; e n. 4, p. 55-74, 1936.

21. É neste sentido que, logo no começo do livro, diz o autor que, no plano das realizações humanas, havia se criado no Brasil "algo de novo", que não era uma "expressão abstrata", mas que se concretizava em todos os elementos que constituíam um organismo social completo e distinto: "[...] uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mais precisamente uma certa 'atitude' mental coletiva particular [...]." PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 6.

22. "A essência formal do significado é a *presença*, e o privilégio de sua proximidade ao *logos* como *phoné* é o privilégio da presença." DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1973, p. 22. Não decorre da referência que aceitemos todas as concepções do filósofo: "E assim ao infinito pois lemos, *no texto*, que o presente absoluto, a natureza, o que nomeiam as palavras de 'mãe real', etc., desde sempre se esquivaram, nunca existiram; que, o que abre o sentido e a linguagem é esta escritura como desaparição da presença natural." *Ibidem*, p. 195.

23. "A Poética, no sentido mais lato da palavra, se ocupa da função poética não apenas na poesia, onde tal função se sobrepõe às outras funções da linguagem, mas também fora da poesia, quando alguma outra função se sobreponha à função poética." JAKOBSON, R. Lingüística e Poética. In: JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975, p. 132. Sobre Jakobson, ver ATTRIDGE, Derek. Closing Statement: Linguistics and Poetics in Retrospect. In: WEBER, J. J. (Org.). *The Stylistics Reader*. London/New York/Sidney/ Auckland: Arnold, 1996, p. 36-53. Ver também as considerações de M. Bakhtin sobre a impossibilidade do princípio estruturalista da arbitrariedade do signo quando consideramos a enunciação concreta em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

24. MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: T.A Queiroz, 2000, p. 37. Agradeço a Juliana Massoni Pereira pela ajuda na análise da passagem.

25. GAY, P. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

26. PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 199, grifos nossos.

27. MARTINS. *Introdução à estilística*, p. 36. Agradeço a Juliana Massoni Pereira pela ajuda na análise da passagem.

28. *Ibidem*, p. 178.

29. *Ibidem*, p. 177.

30. Agradeço às observações de Juliana Massoni Pereira.

31. MARTINS. *Introdução à estilistica*, p. 173-174.

32. *Idem*.

33. DIAS. Impasses do inorgânico, p. 377-405.

34. NOVAIS. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira, p. 16.

35. Comentários de Caio Prado Júnior na folha de rosto da obra de BLACHE, J. *L'Homme e la Montagne*. Paris, Gallimard, 1933. Biblioteca Caio Prado Júnior – Acervo IEB-USP.

36. MATTHEWS, F. Hansen's Thesis. In: KIVISTO, P.; BLANCK, D. (Org.). *Studies and Commentaries on the Hansen Thesis after Fifty Years*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1990. p. 176.

37. LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979. p. 94-123.

38. PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*, p.194-195.

39. O emprego desta expressão não implica a aceitação da visão estrutural-funcional de uma obra, representada em trabalhos como a "Introdução à Análise Estrutural da Narrativa", de Roland Barthes. In: BARTHES, R. *et al*. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 19-60. Pelo contrário, temos a intenção de discutir formas alternativas a essa, a qual aborda, a nosso ver, as obras como totalidades excessivamente racionalizadas.

40. Sobre o discurso livre indireto ver BAKHTIN. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981; e MARTINS. *Introdução à estilística*, p. 203-205.

41. GEERTZ, C. *Works and Lives – the anthropologist as author*. Cambridge: Polity Press, 1991. p. 1-48.

42. PRADO JÚNIOR. Carta a A. Padilha (Casa Euclideana). São Paulo, 26 abril 1960. Arquivo Pessoal Maria Odila Leite da Silva Dias.

43. BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976, p. 84-85; BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 25; Le Discours de l'histoire. In: BARTHES, R. *Le bruissement de la langue*. Paris: Éditions du Seuil, 1984, p. 153-181.

44. PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 8, grifos nossos.

45. GAY. *O estilo na história*, p. 21-24.

46. Isto não apenas no sentido de que "Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante." BAKHTIN. *Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 98.

47. IUMATTI. *Diários políticos de Caio Prado Jr.*: 1945. São Paulo: Brasiliense, 1998.

48. GATTINARA, Enrico Castelli. *Les inquietitudes de la raison*: épistémologie et histoire em France dans l'entre-deux-guerres. Paris: Vrin, 1998; IUMATTI. Caio Prado Júnior e as ciências naturais: sua apreensão das transformações epistemológicas da virada do século XIX. *Estudos Sociedade e Agricultura* – Revista do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, Rio de Janeiro, n. 14, p. 103-128, abril de 2000.

49. NOGUÉ, J. La physique contemporaine et la philosophie. *Revue Bimensuelle des Cours et Conférences*, n. 7, p. 589, 15 de março de 1939.

Paulo Teixeira Iumatti é professor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), na área de história. Em 2001, doutorou-se em História Social, pela USP. Realizou pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, ingressando em seu corpo docente em 2003. É professor de História das Idéias, das instituições e da historiografia, sendo autor de artigos publicados na imprensa e em revistas acadêmicas, bem como dos livros *Diários políticos de Caio Prado Jr.: 1945* (São Paulo: Brasiliense, 1998) e *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual* (São Paulo: Brasiliense, no prelo). É editor da *Revista do IEB*.

Ensaio

Silviano Santiago

Uma nota de rodapé

Uma escavação em busca do significado das reflexões de Jacques Derrida acerca dos arquivos do Museu Freud conduz ao problema político do arquivo – um lugar onde “em princípio nada deva ser secreto” – que se explicita numa “nota de rodapé” no texto derridiano.

1. A casa “patriarcal” da psicanálise e o arquivo do vocábulo “arquivo”

Desde o momento em que o filósofo Jacques Derrida (1930-2004) recebeu da psicanalista Elizabeth Roudinesco o convite para fazer uma reflexão sobre “arquivo” até o minuto em que a transmitiu ao público no Museu Freud, em Londres, podia-se prever que o texto optaria pelo conforto intelectual. Sintomático que sociedades científicas e uma ou duas fundações de fomento à pesquisa tivessem apoiado em 1994 o simpósio que deu origem à conferência *Mal d'archive*, hoje em livro publicado pelas Éditions Galilée.[1] O evento se realizou num “local privilegiado” que, antes de se transformar, no ano de 1982, em *arquivo – o* arquivo por excelência da modernidade ocidental –, tinha sido a *casa* dos antepassados e do pai da psicanálise.

O arquivo que motiva a reflexão do filósofo francês foi entregue a todo interessado pela transmissão de posse à humanidade duma casa (a do clã Freud), duma escrita científica (a da psicanálise) e duma assinatura (a do seu “pai”). A transmissão de posse foi exarada numa “escritura” que vem autenticada pelo tabelionato do patriarcalismo bíblico-judaico, vale dizer, que vem legitimada pela letra da ciência psicanalítica, segundo o próprio Jacques Derrida.

Sintomático, por isso, que a questão da assinatura da “filha”, Anna Freud, seja um fantasma que irrompe inesperada e necessariamente em *Mal d'archive*. Em certo momento, o conferencista julgou oportuno lembrar a pergunta que foi feita ao próprio Sigmund Freud (1856-1939): “Quando sua filha fez chegar essa mensagem ao congresso de Jerusalém era ‘em nome do senhor’ que ela se exprimia?” Nos últimos anos, as questões de gênero [*gender*] vêm perturbando toda e qualquer disciplina do saber, todo e qualquer conforto institucional, em particular o daquelas instituições que, pelo viés patriarcal, insistem em escamoteá-las, dissuadi-las, ou negá-las.

Talvez o local do colóquio e a fonte de financiamento sejam as principais causas para que a reflexão de Derrida se abra por um curtíssimo parágrafo, na verdade de uma única frase, aparentemente enigmática: “Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo”. Começar pelo começo e pelo arquivo só teria sido possível se o filósofo entrasse na arena da reflexão para enfrentar, como a um touro enfurecido, o tema proposto para o colóquio que iria ser realizado dentro do museu: *Memory – the question of archives* [Memória – a questão dos arquivos]. Na verdade, nem a dita “memória” nem a dita “questão” (do arquivo) poderiam abrir teoricamente a reflexão do autor de *De la Grammatologie* [Da gramatologia][2]. Será aberta por um vocábulo escrito.

Logo depois dos dois segmentos de frase negativos citados acima, entrará em cena o vocábulo “arquivo”, que já aparece, como costumava dizer o poeta Carlos Drummond de Andrade, “em estado de dicionário”.[3] Do primeiro vocábulo estará em evidência aquilo que o seu próprio e intransferível “arquivo”, sob a forma que nos é fornecida pelo dicionário etimológico, hospeda como significados paralelos e sucessivos dele. Ao se abrir com a “chave” lexicográfica a porta do arquivo do verbete “arquivo”, começa a reflexão de Jacques Derrida em *Mal d'archive*. No arquivo do vocábulo “arquivo” está a sua raiz etimológica e estão sucessivamente dispostos e expostos os múltiplos significados que o significante acolheu e lhe deram o peso e o valor que o trouxeram íntegro e múltiplo à atualidade.

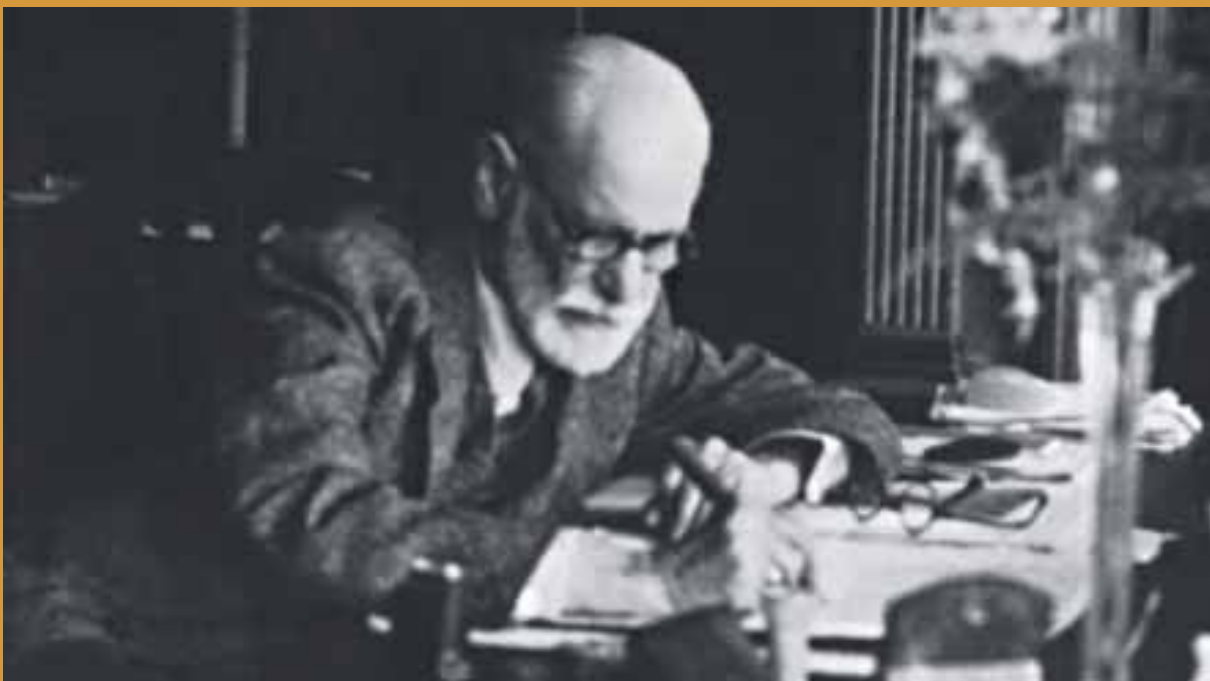
Não será também sintomático do conforto intelectual do filósofo que o outro tópico, o da dita “memória”, que serviria para substantivar o motivo pelo qual a casa patriarcal se transformou em museu, apareça concretizado na raiz grega de “arquivo”, o vocábulo *arkhé*, cuja longuíssima “memória”, isto é, cujo extenso e exaustivo “arquivo” lexicográfico começará a ser desenrolado no segundo parágrafo da reflexão? Em arquivos lexicográficos, o um se desdobra em dois e continuará a se desdobrar *ad infinitum*.[4]

O ouvinte (agora, o leitor) é informado de que o vocábulo grego *arkhé* hospeda original e originariamente tanto o *commencement* (começo) como o *commandement* (mandamento e/ou comando). A reflexão sobre *arquivo* ganha alento em dois significados paralelos e simultâneos do significante *arkhé*, que ocupam respectivamente os dois assentos duma única *causeuse*,[5] que é a “forma” metafórica que todo verbete adquire ao ter o seu corpo bífido desenrolado por lexicógrafos no dicionário, no caso, o da língua grega. Os dois significados tomam cada um o respectivo assento numa *causeuse* – o vocábulo *arkhé* – que, não por coincidência, possibilita que “conversem”[6] hermeneuticamente as idéias de “começo” e “mandamento” (p. 11). Na reflexão de Jacques Derrida, o tópico da dita memória e a dita questão do arquivo só poderiam dar o chute inicial pelo viés inusitado dum vocábulo grego em estado de dicionário.

Percurso da escrita

Ao iniciar a leitura da reflexão de Jacques Derrida, o leitor já conhece de antemão a estrada a ser percorrida, embora o percurso da escrita seja sempre um mistério. A estrada por onde trafega a escrita será configurada, definida, delimitada e problematizada *a priori*, ou seja, seu devir (*à venir*, em francês) será embalado por uma série infinita de bifurcações significantes devidamente dicionarizadas: “desde então uma série de clivagens não deixará mais de dividir cada átomo de nosso léxico” (p. 11). Como disse o narrador de *El jardín de senderos que se bifurcan*, conto de Jorge Luis Borges[7]: “Ts'ui Pen teria dito uma vez: ‘Retiro-me para escrever um livro’. E outra: ‘Retiro-me para construir um labirinto’. Todos imaginaram duas obras; ninguém pensou que livro e labirinto eram um só objeto”.

Aparentemente, há “ilusão de ouvido” (como se diz “ilusão de ótica”) na reflexão de Jacques Derrida. Onde deveria ser oferecida ao ouvido do espectador uma reflexão filosófica sobre a dita memória e a dita questão do arquivo, lhe estão sendo oferecidos, em sucedâneo e pelo lexicógrafo *doublé* de filósofo, a “memória” e o “arquivo” dum vocábulo grego, memória e arquivos esses que serão “abrigados” na atualidade pelo vocábulo neolatino *archive*, que, por sua vez, virá abrigar a todos os intermediários nas páginas seguintes da conferência. A ilusão de ouvido é, pois, apenas aparente, já que tanto a questão da “memória” quanto o conceito de “arquivo” têm valor concreto e intercambiável graças ao arquivo do vocábulo *arkhé* que nos é oferecido. Sem escavações arqueológicas na língua grega, tal como autenticada pelo dicionário etimológico, não há reflexão gramatológica sobre a dita memória e a dita questão do arquivo.

Apesar de ser apenas aparente, a ilusão de ouvido não é gratuita. A intercambialidade da questão da memória e do conceito de arquivo com o arquivo que o vocábulo *arkhé* contém tem um fim a ser imediatamente flagrado – levar o conceito de arquivo a esquecer a memória da raiz grega originária e original, a fim de que na escrita derridiana se abra espaço para outros “significantes” a serem levantados debaixo de diferente teto geográfico-cultural. Trata-se da operação histórica em que o vocábulo *arkhé* se deixou “encampar” pela língua latina. Dessa forma, o conceito de arquivo vai ganhar outra raiz lingüística, vale dizer, vai se esgueirar por uma nova ordem etimológica e significante: “Tal conceito não é fácil de arquivar” (p. 12).
Num segundo momento, com a ajuda do intermediário

Sigmund Freud trabalha em seu consultório em Londres; abaixo, sua mesa de trabalho com coleção de objetos de arte. Cartões postais. Freud Museum Publication Ltd. 20 Marsfield Gardens, Londres. Coleção Sônia Larica Magalhães Alves, BH.

arkheîon, a reflexão do filósofo francês se desloca da Grécia para Roma e se firma e passa a se afirmar de maneira concreta e institucional no vocábulo latino *archivum* (ou *archium*). Por sua vez, este vocábulo latino hospeda outro e original arquivo etimológico, que é imediatamente nomeado. *Archivum* (ou *archium*): "Inicialmente, uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os 'arcontes', aqueles que comandavam" (p. 12-13).

O arquivo que os vocábulos gregos *arkhé* e *arkheîon* hospedam ganha, em latim, uma *casa* "institucional", aonde o "começo" e o "mandamento" (propostos pela etimologia grega) vêm da lei dos deuses, já que nela habitam os arcontes, seus intérpretes terrenos. Domicílio e endereço, os significados do verbete *archivum* se entremostram como referência à residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que legislam. É ainda naquela casa ("casa particular, casa de família ou casa administrativa", p. 13) que se depositam os documentos, cuja guarda está sob a responsabilidade dos arcontes. Eles são, portanto, não só os guardiões, mas também os hermeneutas: "Eles têm o poder de *interpretar* os arquivos" (p. 13). À semelhança do que acontece com a casa dos Freud, que se transforma em museu, "a residência marca a passagem institucional do privado ao público", mas
não necessariamente a passagem "do secreto ao não-secreto" (p. 13). Conclui Derrida: "Transformada em museu, a casa de Freud hospeda todos esses poderes da economia" (p. 20).

Consignação e o princípio arcôntico

Sob o poder da legítima autoridade hermenêutica, a do arconte (a do pai da psicanálise, na reflexão de Derrida), o arquivo requer a figura da "consignação". Tome-se o verbo "consignar" não apenas nos seus significados correntes (confiar ou entregar algo a alguém, depositar algo num local etc.), mas também – adverte precavidamente Derrida – num significado menos comum, o que conota que o ato de "consignar" deve "reunir os signos", deve juntá-los, já que, em caso contrário, estariam sendo dispersos pela "heterogeneidade" (p. 14-15). Esclarece o filósofo:
"A consignação tende a coordenar um único *corpus* num sistema ou numa sincronia, em que todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal" (p. 14). "Consignar" significa, pois e ainda, configurar idealmente, homogeneamente, um conjunto coeso, no caso da conferência de Jacques Derrida,
o do *corpus* da psicanálise, cujo domicílio é o Museu Freud na cidade de Londres.

Em *Mal d'archive* Derrida declina vários significados do verbo *consigner*, no entanto, se esquece dum significado recente, que está devidamente consignado (perdão pelo trocadilho) no dicionário *Petit Robert*.[8]
O esquecimento do filósofo é a razão para esta modestíssima nota que, na parte 2 desta exposição, sairá em busca duma nota de rodapé no próprio texto da conferência.

O *Petit Robert* informa ao leitor que o verbo *consigner* pode ainda significar, no século 20, "Interdire l'accès de (un lieu). Consigner sa porte à quelqu'un, lui interdire l'entrée" [Proibir a entrada em (um local). Embargar a porta a alguém, interditar-lhe o acesso]. De posse do previsível e imprevisto significado para *consigner*, o leitor de *Mal d'archive* rodopia diante da porta giratória de entrada ao livro, rodopia, mimetizando o movimento da porta, é expelido e
sai em busca duma outra "chave" junto aos arcontes. A outra chave de entrada lhe é sonegada pelos arcontes. O acesso ao arquivo lhe é vedado.

Pelo desvio do dicionário francês, o leitor descobre que nem sempre alguns usuários – ou vários ou todos – podem consultar os arquivos. Isso está

também lá no verbo *consigner*.

Diga-se que o esquecimento pelo filósofo do significado recente do verbo é apenas aparente, porque, do momento em que entra a questão da invenção freudiana (*commencement*), o que acontece no momento preciso em que o poder arcôntico e a consignação (*commandement*) são invocados substantivamente pelo texto da conferência, o significado esquecido se torna presente numa premonição: “Por todo lado em que se interrogasse ou se contestasse direta ou indiretamente o princípio arcôntico, sua autoridade, seus títulos e sua genealogia, o direito que ele comanda, a legalidade ou a legitimidade que dele dependem, por todo lado em que o *secreto* ou o *heterogêneo* [grifos nossos] viessem ameaçar a própria possibilidade da consignação, tudo isso não poderia deixar de ter graves conseqüências para uma teoria do arquivo bem como para a sua constituição institucional” (p. 15).

Desde que ameaçados, tanto a genealogia, que institui a ciência psicanalítica, quanto o princípio arcôntico freudiano, que a legisla, como a consignação, que configura de maneira ideal um conjunto homogêneo, podem interditar a porta do arquivo a alguém (“consigner la porte à quelqu’un”, como registra o dicionário), a fim de evitar graves conseqüências para uma teoria derridiana do arquivo e também para a normalidade institucional da antiga casa dos Freud. Acrescentemos que interditar a porta do arquivo a alguém significa, por um lado, que o “homogêneo” tenha se tornado o *modus organizandi et operandi* do arquivo e, por outro lado e contraditoriamente, que o “segredo” tenha sido instituído como arma de poder no recinto fechado, apesar de que, em princípio, nada deva ser secreto num arquivo.

2. Sociedade (La Société) pré-existe ao arquivo que pré-existe ao museu

“E não quero discípulos. Em arte: escola = imbecilidade de muitos para vaidade dum só.”
Mário de Andrade[9]

Essa outra *consignation* (lembremos: a que serve para interditar um local a alguém) é evidentemente um “problema político”, a não ser confundido com o principal interesse do filósofo, que é o trabalho da “desconstrução” da memória e da teoria do arquivo, em particular do arquivo que transformou a residência patriarcal dos Freud em museu da psicanálise. Levantar o mais recente dos vários significados do verbo *consigner* – não por coincidência o significado original dos novecentos – tem o sentido de facultar a entrada dum “apêndice” no recinto da conferência de Jacques Derrida, e é esse sentido apendicular que nos leva a desviar a atenção do corpo escrito dela para adentrar por “uma nota de rodapé” (a nota 1, na p. 15 da edição original de *Mal d’archive*). Nesta se lê que o problema “político” do arquivo orienta permanentemente o filósofo, mas – adverte ele – a duração duma conferência não permite abordá-lo diretamente e com exemplos. Não há tempo nem espaço para o político em *Mal d’archive*. Ou melhor, há o tempo e o espaço da nota de rodapé.

Graças a ela o filósofo pode lançar duas pedras ao lago de letras em corpo dez, circunscrito pelas em corpo 12, para vê-las criar ondulações na superfície do espelho d’água. A primeira pedra é atirada com vistas à necessária “democratização” do arquivo (e, por extensão, da sociedade) e a segunda, com vistas a um livro recente, *Archives interdites. Les peurs françaises face à l’histoire contemporaine* [Arquivos proibidos. Os temores franceses frente à história contemporânea][10], de Sonia Combe. Neste, a autora alimenta a tese de que a interdição dos arquivos públicos franceses – em particular dos arquivos históricos, onde está em papel e letra originais a história da ocupação alemã, o colaboracionismo, a perseguição aos judeus na França e a deportação deles para os campos de concentração nazistas e, finalmente, a história da guerra da Argélia (1954-1962) –, a interdição desses arquivos a alguém tem algo a ver com a “corporação” dos historiadores daquele país.

Antes de voltar ao livro de Sonia Combe e ao problema da interdição dos arquivos públicos franceses a pesquisadores da história contemporânea, mostremos como as letras em corpo menor (da nota de rodapé) possibilitam a abertura duma outra e também substantiva janela na conferência de Jacques Derrida, de onde o leitor (este, por exemplo) pode visualizar e apresentar aos ouvintes – e com eles discutir – a proposta de leitura “política” do movimento psicanalítico feita por François Roustang no livro *Un destin si funeste* [Um destino tão funesto][11]. (Esclareça-se que naquele livro, através de notável *close reading* [leitura textual] da vasta e acidentada correspondência hoje possivelmente “consignada” ao Museu Freud, se analisam as relações do mestre com os principais discípulos.) Detecta-se na leitura do livro de Roustang um problema de *consigne*, no sentido específico que nesta nossa narrativa se empresta ao verbo *consigner*, que antecede (e dela difere) a própria “consignação” no sentido de homogeneização, que Derrida requer como característica do arquivo institucional, por definição uma *res publica* (coisa pública). O sentido esquecido do verbo *consigner* permite que se questione o “segredo” no interior do museu e que se abra espaço para a “heterogeneidade” no campo psicanalítico.

Triângulo da exclusão

De maneira irretocável, Roustang tocou o dedo na ferida narcísica do inventor e arconte definitivo da teoria psicanalítica. Percebeu que no processo de constituição da primeira sociedade psicanalítica houve sempre duas narrativas paralelas superpostas que, como no palco do teatro clássico, se desenrolavam uma no *côté cour* e a outra no *côté jardin* (p. 14). Num dos lados do palco, *côté cour*, transcorria a extraordinária criação duma ciência; no lado adjacente do palco, *côté jardin*, desenrolava-se ao mesmo tempo uma medíocre história de costumes. É esta a história que Roustang desentranha da vasta correspondência do mestre com os discípulos.

Pouco antes de o mestre morrer, Karl Abraham (1877-1925) lhe escreve uma carta em que se dá conta de que era um discípulo bem especial. Roustang vai valer-se das palavras de Abraham para transformá-lo em caso paradigmático que, por sua vez, servirá de motor de arranque ao livro *Un destin si funeste*. A partir de agora acompanharemos de perto o livro. No trecho da carta que o ensaísta francês destaca está em causa a “paixão exclusiva” (p. 10) que o discípulo exige do mestre e, em contrapartida, a recusa deste em conceder àquele o pedido de exclusividade.

Enquanto discípulo, Abraham quis sempre afirmar-se como único e, em sucessivas cartas ao mestre, comentava de maneira negativa atitudes ou escritos dum outro discípulo, um terceiro, atitudes ou escritos que desagradavam a ele, discípulo, e, por isso, também desagradariam ao mestre – daí a necessidade e o interesse da correspondência. Na troca de cartas, o pedido de exclusividade e a subseqüente recusa acarretam o que esta nossa narrativa chamará de “triângulo da exclusão”. O jogo de cena se dá, portanto, em dois movimentos consecutivos e de efeitos opostos, e tem o seu desfecho determinado

Porta do consultório de Sigmund Freud em Viena. Fotografia de Edmund Engelman, 1938. ENGELMAN. *La maison de Freud*. Bergasse 19, Vienne. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

por seguidas ordens terminantes do mestre.

O mestre reage negativamente à demanda de exclusividade do prosélito, exigindo do emancipacionista que não ultrapasse as fronteiras do espaço que lhe é próprio – o do discipulado. No entanto, temeroso de o prosélito vir a abandonar o campo psicanalítico, o mestre acaba por reconhecer que tinha exagerado na repreensão a ele. Leiamos um trecho da carta de Abraham a Freud: "com indulgência o senhor fechava os olhos ao que havia de questionável no comportamento das pessoas em questão, enquanto todas as repreensões eram descarregadas sobre minha pessoa, injustiça que o senhor reconheceria logo em seguida" (p. 9).

Na carta que escreve a Freud antes de este morrer, Karl Abraham reconhece que a acusação de grosseria [*brusquerie*] que Freud lhe imputa levou-o a perceber que o procedimento tinha sido recorrente no correr dos anos. Tinha, portanto, algo de *déjà-vu*, ou seja, de novo o mestre estava a inseri-lo numa situação já acontecida algumas vezes no passado. Abraham se lembra, por exemplo, do momento em que foi acusado pelo mestre de "ciumento" em relação a Carl Gustav Jung (1875-1961) e de "não-amigável" em relação a Otto Rank (1884-1939) – estes dois, ao contrário de Abraham, abandonariam posteriormente o campo freudiano.

Foi em 1908 que se deu o atribulado litígio entre Abraham e Jung. Abraham assinala ao mestre que Bleuler[12] e Jung buscam certa notoriedade no desenvolvimento da teoria sobre a sexualidade.
Valem-se das idéias do mestre, mas não o citam, preferindo enunciar a ascendência intelectual do professor Meier, um zero absoluto segundo a opinião de todos.
Se no plano teórico Freud dá razão a Abraham, critica-o, ou melhor, critica o relacionamento profissional que Abraham passou a manter com Jung. A reprimenda tem um duplo intuito: serve para desprestigiar Abraham no grupo de discípulos e dar peso a Jung, que, na leitura de Roustang, era o "ariano capaz de tirar a psicanálise do gueto judaico" (p. 10). Roustang cita a carta de Freud a Abraham: "Não quero abrir mão da colaboração de um dos senhores, mas, para dizer a verdade, não posso informar a um o quanto o outro me é caro" (p. 11).

Em 1913 cortam-se as relações entre o mestre e o discípulo Jung. Poucos anos depois será a vez de Otto Rank e de Sándor Ferenczi (1873-1933). Comenta Roustang: "Abraham não procura dissociar o Comitê, mas a desvalorizar Rank e Ferenczi, fazendo deles pequenos Jungs..." (p. 16).

Esse gênero de ocorrência vinha se repetindo desde 1908. Por isso é que Karl Abraham, na última carta que escreve a Freud, conclui que o mestre, por não estar consciente de opiniões que ele próprio tinha dos discípulos, leva um deles a falar (indevidamente) em seu próprio nome. No momento em que o mestre se conscientiza de que esteve emprestando ao discípulo o "papel" de mestre, reage de maneira inesperada, acusando-o (indevidamente) de ciúme ou de traição à causa. Escreve Abraham: "[...] exprimo uma opinião que no fundo é a do senhor, mas o senhor se recusa a torná-la consciente" (p. 9). O que está em jogo na "paixão exclusiva" é que há e sempre haverá desavença entre os discípulos, se e quando Freud se ligar com exclusividade a um deles.

Exibida na comunidade, a exclusividade exigida pelo discípulo na paixão pelo mestre pode acarretar a "exclusão" daquele por este. Não é que o discípulo não possa ter exclusividade. Esta lhe será negada no momento em que o mestre percebe que o pedido está suscitando um exercício (negativo) de comparação entre os discípulos, que coloca em jogo a causa.
Conclui Roustang: "A luta entre os discípulos para que um deles seja reconhecido pelo mestre como único – portanto e de certa maneira, com a exclusão, dos

outros – se desdobra numa luta do mestre para manter os discípulos na condição que lhes é própria" (p. 12).

Ao desdobrar a questão levantada pela exigência de exclusividade, Roustang descobre que no *côté jardin* do palco psicanalítico se desenvolve uma economia patriarcal,[13] que rege as relações entre o mestre e seus discípulos. Aquele é sempre credor,
estes são sempre devedores. Novamente o caso de Karl Abraham é paradigmático. Por receber de Freud a consideração de aluno e discípulo, por o mestre ter intercedido a seu favor na Alemanha, possibilitando-lhe bons rendimentos financeiros, por tê-lo aceito finalmente como membro da "família", Karl Abraham escreve a Freud: "Guardo sempre o sentimento de que é difícil para mim fazer o 'bastante' em favor da nossa causa, porque, de vários pontos de vista, a dívida
que contraí com o senhor é enorme" (p. 14).
Observa Roustang que Abraham ficará
"profundamente obrigado a uma *dívida* [grifo nosso]
de reconhecimento".

A dívida é, no entanto, impagável, como o próprio Abraham vai descobrir. As críticas que ele fez a Jung são oferecidas como um presente [*cadeau*] ao mestre ("acabo de dar a última demão num presente que anexo à resposta"). O *cadeau* será por sua vez retribuído ao discípulo, pois Freud promete a Abraham a notoriedade a partir da publicação do próximo *Jahrbuch*: "O senhor terá acesso automático a uma posição que lhe dará o poder de enorme influência"
(p. 14). A dívida é impagável e, como observa Roustang, "o presente [por parte do discípulo],
antes de pagar qualquer coisa, significa um pedido de reconhecimento privilegiado [ao mestre], que engendrará uma dívida maior" (p. 14).

O lugar do silêncio

Num primeiro momento e com a ajuda de Sarah Kofman no seu livro *Un métier impossible*[14], podemos argumentar que, frente à palavra dos discípulos, o mestre não soube se valer do "silêncio". Lembra ela que, quando o paciente se dirige ao analista e espera com urgência uma resposta, nada é mais escandaloso e doloroso do que o silêncio do outro lado do divã. Dessa perspectiva, para que houvesse "homogeneidade" no recinto do museu da psicanálise, teria sido necessário que a correspondência entre Freud e seus discípulos tivesse uma peculiaridade escandalosa e única.

Que ela fosse constituída de cartas que ficariam sem resposta, cartas de vários (discípulos) dirigidas a um único destinatário (o mestre), que por sua vez permaneceria todo o tempo em silêncio. Como lembra Sarah Kofman, a não-resposta do analista (no caso da correspondência analisada por Roustang, a não-resposta do próprio Freud) é essencial, já que visa a transformar radicalmente a relação do doente com a linguagem. Não deve mais se servir dela como instrumento de comunicação, de troca ou de diálogo. Ele (no nosso caso, o discípulo) passa a falar por falar, ou, no contexto da análise de Roustang, passaria a escrever cartas por escrever cartas, sem esperar resposta. Conclui Sarah Kofman: "Curar-se é ser capaz de se tornar indiferente à palavra do outro, apartar-se dela para brincar sozinho, na presença do outro".

Para reforçar sua tese, Kofman se vale de duas ajudas. A primeira do psicanalista Donald Woods Winnicott que, no ensaio "A capacidade de ser só", no livro *Da pediatria à psicanálise*,[15] demonstra que "o estado de solidão é um estado que (paradoxalmente) implica sempre a presença de outro" e que "a atitude para a solidão autêntica tem seus fundamentos numa primeira experiência de ser só na presença de alguém". A segunda ajuda é decorrente da primeira. Vem do próprio Freud, inspirada que foi pela célebre análise do episódio *Fort-da*.[16] A criança que brinca com o carretel na ausência dos pais tem, no entanto, excelentes relações com eles e, apesar de ser muito ligado à mãe, nunca chora durante as ausências dela. Conclui Kofman a favor da sua tese: "Ela [a criança] é capaz de atirar a mãe para longe, *fort*, somente porque ela está sempre ali, *da*, mesmo quando ausente. Em virtude de ter interiorizado um bom objeto, a mãe, ela é capaz de ser só – com ou sem ela –, de brincar, de brincar com ela, mandando-a passear lá longe".

Num segundo momento e dando continuidade à análise da correspondência feita por Roustang, podemos chamar a atenção para outro fato. A partir e dentro dessa economia das trocas simbólicas, que a correspondência entre Freud e seus discípulos representa, nasceu em 1910, muitas décadas antes da institucionalização em museu da casa dos Freud na cidade de Londres, a Associação Psicanalítica Internacional, cognominada *La Société*. Entreguemos a palavra a Roustang, que por sua vez segue de perto as próprias palavras de Freud em *Contribuição à história do movimento psicanalítico*[17]:

> A obediência à pessoa de Freud e à causa, o refúgio que cada um encontra no fundador, a compreensão paternal, a exigência de fidelidade, a solicitude por questões de dinheiro (quando alguém entrou no círculo, deve-se assistência a ele, encontra-se pacientes para ele, empresta-se dinheiro, etc.), *a entrada na família de Freud* [grifo nosso] que transforma os discípulos em *clientes* no sentido romano do termo,[18] todos esses traços convergem para desenhar uma sociedade bastante precisa.
>
> Os traços não surgiram como que por acaso durante as relações dos primeiros psicanalistas entre eles, mas foram codificados por ocasião da fundação duma "Associação psicanalítica internacional" em 1910. Freud propunha então que a Associação escolhesse um chefe (*ein Oberhaupt*), que, depois do desaparecimento do fundador (*der Führer*), seria o sucessor, seu lugar-tenente (*ein Ersatz*) e "teria uma autoridade capaz de aconselhar e de desaconselhar". (p. 24-25)

Chegado a esse momento do raciocínio, Roustang como que pede auxílio ao primeiro Jacques Derrida, ao filósofo da "desconstrução". É preciso desconstruir a noção clássica de associação, ou de sociedade, ou seja, de laço social. O lugar da história da psicanálise – o lugar do "arquivo" da psicanálise – não seria o ocupado pela Sociedade, mas o das complicadas e complexas relações humanas, sociais, intelectuais etc., entre os participantes/construtores. Daí a escolha da correspondência do mestre com os discípulos como o lugar privilegiado para se estudar a "comédia de costumes" que tornou o conteúdo do "arquivo" paradoxalmente homogêneo, velado que foi sendo pelo segredo exigido pelo arconte. O próprio Freud tinha se dedicado à tarefa de desconstrução das "multidões artificiais". Tal o fez ao analisar a Igreja e o Exército. Na correspondência analisada por Roustang está a "chave" para a desconstrução. Em uma das cartas Freud define o "grupo" de psicanalistas (o mestre e os discípulos) como tendo a coesão duma "horda selvagem", tópico de caráter antropológico, a que na época está dedicando toda a atenção teórica. O desfecho da investigação sobre a horda selvagem se encontra no livro *Totem e tabu*[19], publicado em 1912.

Incapaz de guardar o silêncio, envolvido como sempre esteve nos mínimos detalhes da constituição da ciência psicanalítica, Freud deixa que se desenvolva sob os seus olhos uma história onde nada une mais uns aos outros do que o "crime" cometido por todos e cada um. Dessa forma é que, através de François Roustang, fazemos entrar na conferência de Jacques Derrida esse outro e inesperado significado para o verbo *consigner*, que serve para desconstruir a homogeneidade e o segredo, que envolvem a *consignation* tal como preconizada

por *Mal d'archive*.

3. Os arquivos públicos e a escrita da história como ciência

Com a ajuda das palavras de François Roustang percorremos um desvio. Voltemos ao espelho d'água das letras impressas em corpo dez de *Mal d'archive*. Naquela nota de rodapé, como adiantamos, o filósofo francês faz referência ao livro *Archives interdites*, de Sonia Combe.

Nela, Jacques Derrida incorre num segundo esquecimento. Deixou de assinalar que o livro de Sonia Combe causara grandes polêmicas no meio da arquivística francesa.[20] Tão grande tinha sido o barulho causado pela primeira edição que a autora se sentiu obrigada a preceder a edição de 2001 de um novo prefácio, onde rebate dignamente a maioria das acusações que lhe foram feitas e nomeia os poucos que estiveram sempre ao seu lado, em particular Philippe Grand e Brigitte Lainé, que são *Conservateurs en chef du patrimoine*. É destes uma *Carta-aberta ao Primeiro Ministro* [Lionel Jospin], datada de 29 de maio de 2001, onde se repete algo que, desde o mês de messidor ano II,[21] sempre choca as instituições e/ou as autoridades responsáveis: "O acesso aos arquivos públicos não deve ser reservado à comunidade científica. Os arquivos são propriedade de todos os [cidadãos] franceses". Isso tem de ser afirmado em alto e bom som porque – segundo ela – "a desconfiança em relação a toda pessoa exterior à corporação, a atitude defensiva, o medo de sair do discurso oficial,[22] a incapacidade de afrontar uma atitude crítica muitas vezes me irritaram, me enervaram. Tudo parecia submetido ao regime do segredo [...]".

Vê-se que o modelo de pesquisador advogado por Sonia Combe, aliás, devidamente nomeado no livro, é o ativista político Victor Basch (1863-1944), presidente da Liga dos Direitos do Homem na década de 1920. No dia 29 de maio de 1927, Basch publica no jornal *L´Œuvre* um artigo com o audacioso título de "Ouvrons nos archives!". Comenta Sonia: "No dia 21 de junho, ainda no jornal *L'Œuvre*, o historiador Aulard [Alphonse][23] dá continuidade [a Victor Basch] e se indigna com o fato de que a França não tenha seguido o exemplo dos outros países beligerantes a fim de permitir que se estabeleçam as causas da guerra".

Segredo e mentira

Saímos do campo da teoria psicanalítica para entrar no campo da história como ciência. Do ponto de vista de Sonia Combe, esta não poderá ser escrita legitimamente se não houver uma reorganização total do modo como os arquivos públicos daquele país estão sendo administrados desde a Revolução Francesa e do modo como os três poderes franceses têm legislado sobre a consulta aos arquivos. Vale dizer que o grande inimigo de Sonia Combe é o "segredo" e a "mentira", mecanismos de que se vale todo e qualquer Estado totalitário (*apud* Hannah Arendt)[24] para preservar os arquivos à distância dos pesquisadores.

No início das suas pesquisas Sonia Combe descobre espantada: "Em três arquivos, o inventário da série W [refere-se esta ao período da Ocupação] nos será negado: na cidade de Rodez, localizada no departamento de Aveyron, a pessoa incumbida da classificação da série W estava de férias no momento em que lá fomos. Seu escritório, fechado a chave, contém o que faz às vezes de inventário. Segundo o responsável, o fundo referente à 'Ocupação' nunca fora trabalhado". Não há história como ciência sem o apoio dos documentos e sem a pesquisa em completa liberdade nos arquivos. A história como ciência deve fazer justiça e, como tal, não é mera extensão do corpo executivo, legislativo e jurídico duma nação.

Os percalços na tarefa de pesquisador e a escrita polêmica são, portanto, o terreno natural do ensaio que estaremos lendo e, de certa forma, a questão arquivística pode ser compreendia "politicamente" a partir do mesmo modelo de que se valeu François Roustang para desentranhar na correspondência de Freud com os discípulos o modo como se foi constituindo e se desconstituindo, no *côté jardin* da teoria psicanalítica, a Associação Internacional de Psicanálise. Segundo *Archives interdites*, não há como não solicitar aos demais pesquisadores que se organizem *contra* a administração francesa dos arquivos públicos. O modo de ação dos modernos pesquisadores terá de ser o dos "grupos de pressão" junto ao poder constituído, como veremos.

Como escrever a história da França durante a "Ocupação", a da perseguição aos judeus e a das guerras da descolonização, como escrever a história recente da Europa sem que se possam consultar convenientemente os respectivos e variados arquivos públicos franceses que, de 1975 a janeiro de 1994, praticamente 20 anos, foram dirigidos pelo medievista Jean Favier[25] e controlados por uma legislação intolerante e autoritária? Como não perceber as diferenças entre duas instituições, que sempre nos parecem próximas e semelhantes, a biblioteca e os arquivos, mas que na verdade têm funcionamento totalmente diverso? Que história estava e estará sendo escrita e como estavam e estarão sendo consultados os arquivos? Essas e muitas outras perguntas são respondidas com pertinência e conhecimento de causa pela autora.
Os petardos da ensaísta não se dirigem apenas aos arquivos do Estado, mas também aos arquivos da Igreja. Em determinado momento, lembra a pergunta – retórica, é claro – feita em 1994 por Monseigneur Charles Molette, presidente-fundador dos Arquivos da Igreja da França: "Com que direito criticar a Igreja por ter demorado tanto a liberar seus arquivos, quando o Estado conserva sempre os seus encobertos?"

O motivo para as reações pesadas e até violentas contra o livro e contra a autora – por parte das autoridades e de muitos colegas – pode ser detectado numa leitura ainda que sumária de *Archives Interdites*, onde sobressai uma comparação deprimente para o Ocidente europeu. Sonia Combe fez a carreira de pesquisadora nos arquivos do Leste da Europa, em particular na Alemanha Oriental. Nos anos 1980, querendo pesquisar o passado nazista nos arquivos da RDA, foi convidada várias vezes pela Universidade Humboldt. Reconhece que ela própria, apesar de todas as dificuldades que os pesquisadores enfrentavam naquela parte da Europa, teve até certa facilidade em fazer as consultas que fez, posteriormente transmitidas ao grande público através de artigos escritos para a imprensa francesa. Confessa que a regra germânica dizia que o pesquisador ocidental deveria ser acompanhado por um *Betreuer* (um acompanhante encarregado de pilotar o estrangeiro nas pesquisas).
Ela se recusou a aceitar o acompanhante. Mesmo assim, pôde fazer sua pesquisa. Confidencia: "Não sei e tudo indica que nunca saberei (a não ser que tenha acesso ao dossiê que eventualmente a *Stasi*[26] constituiu a meu respeito, aliás, direito que me faculta a legislação alemã) por que razão me foi concedida a autorização para fazer minha pesquisa em toda independência".

Depois da experiência no Leste europeu é que foi despertado seu interesse pelos arquivos franceses e os temas nacionais. Deu-se conta tardiamente da condição da pesquisa nos arquivos pátrios. A descoberta concreta aconteceu no momento em que decidiu iniciar pesquisa sobre Janina Sochaczewska, uma jovem judia de origem polonesa, à memória de quem o livro é dedicado. Janina fora internada em outubro de 1939 no campo de mulheres da cidade de Rieucros, no departa-

mento da Lozère, por razões que nunca lhe foram confiadas. Lá permaneceu até 1942, momento em que poderia ter-se exilado no México. Recusou o exílio, dado por ela como uma forma de "deserção", para trabalhar com a Resistência em Lyon. No primeiro capítulo da edição original, *Viagem iniciática ao mundo dos arquivos*, brotava o pomo da discórdia, que iria sendo amadurecido durante o desenrolar do ensaio.

No tocante à ocupação alemã e à colaboração francesa, no tocante à perseguição aos judeus e à deportação de muitos para a Alemanha, no tocante às guerras da descolonização (em particular a da Argélia com o episódio parisiense da matança dos argelinos em 17 de outubro de 1961, cujos cadáveres foram jogados no rio Sena),[27] as dificuldades em consultar os arquivos franceses não diferiam – segundo Sonia Combe – das que a maioria dos ocidentais encontrou ao querer pesquisar os arquivos dos países do Leste. Escreve Sonia: "Pode-se temer que o bloqueio aos arquivos da 'guerra suja' [da Argélia] seja mais conflituoso do que o bloqueio aos de Vichy". Comparados aos demais países do Primeiro Mundo ocidental, os arquivos franceses do século 20 estavam trancados a sete chaves e driblavam a curiosidade dos pesquisadores não-comprometidos com o *establishment*.

A revelação chocante sobre a legislação que rege os arquivos franceses lhe fora feita, indiretamente, pelos historiadores norte-americanos Robert Paxton e Michael Marrus, autores do livro *Vichy et les juifs* (publicado em 1981 e hoje encontrado em edições de bolso). Em entrevista da época, eles afirmaram que "em matéria de pesquisa histórica sobre a ocupação, a França estava sempre à espera da sua *glasnost*". A que acrescenta Sonia: "Essas palavras foram para mim uma revelação, no sentido próprio do termo. Ainda que eu não trabalhasse com a França, acompanhava a produção histórica sobre o regime de Vichy, que me parecia ir muito bem".

Lei do silêncio

O estudo pormenorizado da legislação que, desde a Revolução francesa, governa a entrega dos arquivos ao cidadão é objeto do extraordinário terceiro capítulo do livro de Sonia Combe, "A lei do silêncio".

Para nós, brasileiros, para a nossa geração, torna-se particularmente instrutivo ler as páginas daquele capítulo que tratam dos vários modos como a idéia de "anistia" – e a conseqüente legislação – entram e saem na discussão sobre os acontecimentos referentes à ocupação e o colaboracionismo. Informa Sonia que, engajada na depuração dos arquivos de Vichy, a Quarta República (1946-1958) logo teve como horizonte a anistia. Em seguida a uma anistia parcial decidida em 1947, é votada no dia 5 de janeiro de 1951 a primeira lei de anistia dos crimes da "Ocupação". A segunda lei o será no dia 24 de julho de 1954. Ao se valer do livro coletivo intitulado *Oublier nos crimes. L'amnistie nationale: une spécificité française?* [Esquecer nossos crimes. A anistia nacional: uma especificidade francesa?][28], nossa autora comenta: "Na França, a anistia é um ato político tradicional, 'característico da lógica que está nos fundamentos da nação'. Da Comuna [1871] à Nova-Caledônia [1988], passando por Dreyfus, Vichy ou a Argélia, sempre se impuseram a necessidade de evitar as rupturas e de apagar as asperezas".

Ao esforço da anistia, soma-se o fato de que o decreto de 27 de fevereiro de 1952 sobre os arquivos dispõe sobre a incomunicabilidade dos documentos que tenham menos de 50 anos. Um dos artigos institui nova restrição: "Os documentos confidenciais referentes a pessoas ou ao papel dos homens públicos só serão entregues ao público depois da morte deles".[29]

O estudo comparativo da condição de acesso aos arquivos nos diferentes países do Ocidente leva Sonia a afirmar (o itálico é dela): "*Em todos os países envolvidos pela guerra, é na França que se acentua o maior atraso no tratamento da documentação*". E continua: "Quer se trate da Alemanha, do Reino Unido, ou ainda dos Estados Unidos, os Arquivos nacionais desses países não somente já inventariaram como também publicaram, e até mesmo reeditaram, o estado das fontes no que se refere à Segunda Guerra mundial".

É no prefácio de 2001 que Sonia Combe se pergunta se seria algo típico da comunidade científica francesa a submissão ao poder total que o Estado mantém sobre os "seus" (as aspas são dela) arquivos. À falta de resposta, lembra o caso norte-americano onde as associações de historiadores seguem *pari passu* o processo lento e constante e enriquecedor de "desclassificação" dos documentos. Como se sabe, naquele país os adjetivos *classified* [sigiloso] e *unclassified* [franqueados a todos] são usados para informar, respectivamente, se o documento ainda tem a consulta reservada, ou se já é de domínio público. Lembra Sonia que, para acelerar o processo de *desclassificação*, "os historiadores [norte-americanos] não hesitam em constituir grupos de pressão a fim de que o prazo de 30 anos seja obedecido. Trinta anos depois da crise de Cuba, os documentos da CIA podiam ser consultados (e comercializados) em microfichas".

Ao leigo informamos que uma das páginas mais responsáveis da Internet é a do National Security Archive (http://www.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/the_archive.html), que é mantida por uma biblioteca e um instituto de pesquisa, geridos de maneira independente por organização não-governamental. O Arquivo está sediado na George Washington University, em Washinton D.C. Ele coleta e publica documentos desclassificados, adquiridos através do Freedom for Information Act. Pode-se ler no site: "Processos previamente abertos pelo Arquivo trouxeram ao domínio público nova documentação sobre a crise dos mísseis cubanos, o negócio Irã-contra e outros tópicos que mudaram o modo como os especialistas interpretam esses acontecimentos". Para consultar a documentação, muito dela referente às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, utilize-se o seguinte endereço eletrônico: http://www.nsarchive.org.

Notas |

* Palestra pronunciada na Fundação Casa de Rui Barbosa em 2006.

1. DERRIDA, Jacques, *Mal d´archive*: une impression freudienne. Paris: Éditions Galilée, 1995. As páginas citadas desta obra virão no texto, entre parênteses.

2. DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*. Collection Critique. Paris: Minuit, 1967.

Selo postal inglês com imagem de Sigmund Freud.
Freud Museum Publication Ltd. 20 Marsfield Gardens, Londres.
Coleção Sônia Larica Magalhães Alves, BH.

3. ANDRADE, Carlos Drummond de. "Procura da poesia". In: _____. *A Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.

4. Já Ferdinand de Saussure nos tinha alertado para o movimento semântico que rege a lógica da língua: "Um termo dado é como o centro duma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados, cuja soma é indefinida". Ver BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia* (III.3.5). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1971.

5. Informa o *Dictionnaire Petit Robert*: Causeuse - "Petit canapé (où deux personnes peuvent s'asseoir pour causer). *C'était une de ces causeuses qu'on appelait des* dos-à-dos" (grifo do autor).

6. Estamos usando o verbo "conversar" no sentido que lhe empresta Richard M. Rorty: "A hermenêutica é o que nos sobra quando deixamos de ser epistemológicos. [...] A hermenêutica vê as relações entre vários discursos como cabos dentro de uma possível conversa, conversa que não pressupõe matriz alguma disciplinar que una os falantes, mas em que nunca se perde a esperança de se chegar a um acordo enquanto a conversa dure. Não se trata da esperança em descobrir um terreno comum e anterior, mas simplesmente da esperança de se chegar a um acordo, ou, pelo menos, a um desacordo interessante e frutífero" (La filosofía y el espejo de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989, p. 289. *Philosophy and the Mirror of Nature*, Terceira parte, subcapítulo "Comensuração e conversação").

7. BORGES, Jorge Luis. O jardim de veredas que se bifurcam [El jardín de senderos que se bifurcan]. In: _____. *Ficções* [1941]. Obras completas. São Paulo: Globo, 1999. v. 1 (1923-1949), p. 530.

8. ROBERT, P. *Le Petit Robert*. Paris: Les dictionnaires-Robert, 1990.

9. ANDRADE, Mário de. (1922) Prefácio interessantíssimo. In: _____. *Poesias completas*. São Paulo: Martins, 1974. p. 32.

10. COMBE, Sonia. *Archives interdites* [1994]. Paris: La Découverte, 2001. Nesta edição de 2001, atualmente no comércio e consultada por nós, o livro ganhou novo prefácio. O título permanece o mesmo, *Archives interdites*, mas o subtítulo passou a ser: *L'histoire confisquée*.

11. ROUSTANG, François. *Un destin si funeste*. Paris: Minuit, 1976 [as páginas citadas desta obra virão no texto, entre parênteses]. Da nossa parte, informamos que no livro de François Roustang o conceito de "política" está tomado no sentido que lhe empresta o controvertido jurista e filósofo alemão Carl Schmitt – a política como relação amigo-inimigo. Segundo o *Dicionário de Política* (Bobbio, Matteucci e Pasquino, Editora UnB/Imprensa Oficial de São Paulo), para Schmitt, "o campo de origem e de aplicação da política seria o antagonismo e a sua função consistiria na atividade de associar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos. Para dar maior força à sua definição, baseada numa oposição fundamental, amigo-inimigo, Schmitt a compara às definições de moral, de arte etc., fundadas também em oposições fundamentais como bom-mau, belo-feio etc." (verbete "Política").

12. Paul Eugen Bleuler (1857-1940), psiquiatra suíço notável pelas suas contribuições para o entendimento da esquizofrenia. Quando diretor do hospital universitário Burghölzli empregou Carl Jung como interno.

13. Estamos usando o adjetivo "patriarcal" seguindo a lição de Carlos Drummond de Andrade, em particular nos poemas em que está em jogo a relação pai e filho tal como estampada "nas tábuas da lei mineira de família" (poema "O beijo"). Por exemplo, no poema "Escrituras" (em *Menino antigo*): "Cada filho e sua conta, / em cada conta seu débito / que um dia tem de ser pago. / A morte cobrando dívidas / de que ninguém se lembrava, / mas no livro de escrituras, vermelha, a dívida estava".

14. KOFMAN, Sarah. *Un métier impossible*. Lecture et construction en psychanalyse. Paris: Galilée, 1983. p. 14-15.

15. WINNICOTT, Donald. *Da pediatria à psicanálise*. São Paulo: Francisco Alves, 1982. *Apud* KOFMAN. *Un métier impossible...*, p. 15.

16. O jogo do *Fort-da*, brinquedo de uma criança de 18 meses, neto de Freud, é tomado como inspiração para introduzir um dos textos mais "fascinante e mais desconcertante da obra freudiana", segundo o psicanalista francês Jean Laplanche.

17. FREUD, Sigmund, *Contribuição à história do movimento psicanalítico*. In: EDIÇÃO STANDARD BRASILEIRA das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

18. Homem ligado ao patrão por dedicação pessoal [nota de Roustang].

19. FREUD, S. (1912-1913). *Totem e tabu*. In: EDIÇÃO STANDARD BRASILEIRA das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

20. No que se refere à consulta dos arquivos públicos contemporâneos, a legislação francesa depende muito da "leitura" que dela faz o responsável pela aplicação das leis. A letra da lei é democrática, mas sua leitura é, pelo menos, idiossincrática. Daí que a crítica ao funcionamento dos arquivos franceses acabe por atingir "diretamente" o primeiro ministro (na época, Lionel Jospin) e os funcionários graduados do Ministério da Cultura.

21. Sonia Combe informa que a lei do 7 messidor ano II (24 de junho de 1794) diz "Todo cidadão pode solicitar a consulta dos documentos que se encontram no depósito dos arquivos, nos dias e horas que estão afixados".

22. Não devemos nos referir apenas ao discurso oficial. No momento em que redigia este trabalho, consultei tanto a *Encyclopedia Britannica* 2006 quanto a *Encarta*, também de 2006, e ambas ainda não se referem ao massacre dos argelinos ocorrido em Paris no dia 17 de outubro de 1961. No verbete sobre a vida política na França, faz-se menção ao fato de que Maurice Papon, chefe de polícia de Paris na ocasião, tinha sido condenado em 1999 a dez anos de prisão por "cumplicidade com crimes contra a humanidade". Lembre-se que em 1997 o episcopado francês faz declaração de arrependimento junto às autoridades judaicas pelas atrocidades cometidas durante a ocupação. A única alusão ao acontecimento histórico de 1961 está num verbete de "literatura". Refere-se a um romance de Didier Daeninckx da *série noire*. Lemos: "*Meurtres pour mémoire* (1984) lembra a repressão sangrenta contra a manifestação parisiense do FLN [Frente de Liberação Nacional] no dia 17 de outubro de 1961, bem antes que o julgamento do prefeito Papon coloque o episódio ocultado pela história às luzes da atualidade".): será um filme, com o sintomático título de *Caché*, que de novo falará abertamente sobre a degola dos argelinos.

23. François-Alphonse Aulard, historiador francês (1849-1928).

24. ARENDT, Hannah. *Da mentira à violência*: ensaios de política contemporânea. Paris: Editora Calmann Levy, 1972. Leia-se esta entre as muitas outras epígrafes do livro: "A veracidade nunca fez parte das virtudes políticas e a mentira sempre foi considerada um meio perfeitamente justificado nos negócios políticos".

25. A partir de março de 1994, o posto de Favier passa a ser ocupado por um outro medievista, Alain Erlande-Brandenburg. Como se pode imaginar, grande parte da reação negativa ao livro de Sonia Combe se deve à crítica aos medievistas que seguidamente ocupam os postos-chave na administração dos arquivos. Todos eles são formados pela École Nationale des Chartes, alvo também de críticas severas. Os medievistas não teriam a formação indispensável para se compreender os problemas da história contemporânea. Segundo a enciclopédia *Encarta*: "Ao final da sua formação, de posse dum diploma de arquivista-paleógrafo, a maioria dos alunos da École des Chartes se dirige às carreiras de arquivista no seio dos serviços dos arquivos nacionais e departamentais, de bibliotecário nas bibliotecas públicas e universitárias, de pesquisador no CNRS, de conservador de museu e na academia".

26. O serviço secreto alemão oriental, criado em 1950.

27. Lembremos que esta palestra foi apresentada em primeira mão na Fundação Casa de Rui Barbosa. Ao final, durante o debate, Violeta Arraes lembrou que estava sendo exibido um filme extraordinário sobre o evento, cujo título já dizia tudo, *Caché*, de Michael Haneke (2005). Convidamos o leitor a assisti-lo.

28. NICOLAÏDIS, Dimitri (Ed.). *Oublier nos crimes. L´amnistie nationale*: une spécificité française? Paris: Ed. Autrement, 1994. (Coleção Mutation)

29. Estranha coincidência. No dia 17 de fevereiro de 2007, quando revejo o texto para a publicação, Maurice Papon (1910-2007) morre em Paris. Alto funcionário francês condenado por crimes contra a humanidade cometidos durante o regime de Vichy e por ocasião da guerra da Argélia. Pode-se imaginar a corrida aos arquivos...

Silviano Santiago, ensaísta, ficcionista e poeta, é um dos introdutores do pensamento de Jacques Derrida no Brasil. Escreveu, entre outros livros, *Em Liberdade* (romance) *O Cosmopolitismo do pobre* (ensaios), *Histórias mal contadas* (contos) e *Crescendo durante a guerra numa província ultramarina* (poesia). Organizou e prefaciou a antologia *Intérpretes do Brasil* (3 volumes).

Informatização de acervos fotográficos

Gilvan Rodrigues dos Santos

O acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), de Belo Horizonte, oferece exemplo de uma bem-sucedida experiência no uso das tecnologias digitais na classificação e preservação desses documentos, procedimento que levou em conta as características específicas da instituição.

Não se pode negar que, no mínimo, a tecnologia digital pode propiciar um excelente acesso ao conteúdo intelectual dos artefatos digitalizados, resguardando os originais da manipulação desnecessária, e retardando sua deterioração[1].

> O Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), fundado em 1943, com o nome de Museu Histórico de Belo Horizonte[2], durante o período em que Juscelino Kubitschek esteve à frente da administração municipal (1949-1945), acumulou um acervo fotográfico com cerca de 20 mil itens. Dentre estes, podemos encontrar uma grande diversidade de suportes e tamanhos que se relaciona com a cultura fotográfica da época de sua produção. São exemplos dessa variedade:[3] fotografias albuminadas à base de clara de ovo, que foram utilizadas entre 1847 a 1910; negativos de chapa de vidro em gelatina, usados desde 1871; ampliações fotográficas em preto e banco (P&B) de variados tamanhos; ampliações fotográficas coloridas; negativos de 35mm, *slides* e cartões postais.

A organização atual das coleções fotográficas, iniciada a partir do processo de revitalização do Museu, em 1993, envolveu o arranjo físico e a identificação de cada documento. Foram realizadas atividades sistemáticas voltadas para a higienização, acondicionamento, levantamento e compilação de informações referentes a cada item documental para o preenchimento da planilha de identificação das fotografias. Nesse sentido, e pensando na organização geral do acervo, foram criadas coleções levando-se em conta a procedência dos documentos e, também, as temáticas presentes nas imagens. Quando possível, foi respeitada a proveniência das coleções e a sua coerência interna, segundo as normas adotadas pela arquivística[4].

Coleções

Composta por aproximadamente 3.500 documentos, a *Coleção Belo Horizonte* reúne imagens avulsas sobre a história de Belo Horizonte. São registros de acontecimentos políticos e sociais, de personalidades e do processo de urbanização da cidade. A coleção originou-se de fotografias do acervo que se encontravam dispersas nos arquivos da instituição, obtidas por transferência ou doações feitas por moradores da cidade. Essa coleção se subdivide em quatro séries: *Urbano*, *Cotidiano*, *Retrato* e *Cartões Postais*. Também fazem parte da coleção 16 álbuns fotográficos de variadas origens e que retratam a cidade em seus múltiplos aspectos.

Casa situada no beco de Sia Emerciana, depois beco dos Vitorino, no arraial de Curral del Rei. Ficava acima do Hotel Monte Verde e foi residência do Dr. Hermílio Alves, um dos engenheiros da Comissão Construtora, que se encontra à porta com sua família, 1894. Acervo Museu Abílio Barreto - Belo Horizonte, álbum 02-026.

A *Coleção Barão von Tiesenhausen* foi formada a partir da compra pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em 1995, do acervo da antiga Casa da Lente. Esse importante estúdio e laboratório fotográfico funcionou em Belo Horizonte, entre os anos 1930 e 1950, no edifício Park Royal, localizado na rua da Bahia, nº 902, pertencente ao barão Herman von Tiesenhausen[5]. Composta por 872 imagens fotográficas, essa coleção encontra-se arranjada por temas e tem como principal foco a cidade de Belo Horizonte. Nela encontramos inúmeros negativos em vidro, tecnologia fotográfica então utilizada pelos fotógrafos da Casa da Lente.

Composta por 348 fotografias, a *Coleção André César* está reunida em quatro álbuns doados ao MHAB por Gil César Pereira. A documentação refere-se à biografia de André César da Silva, belo-horizontino nascido em 27 de abril de 1912 – nadador que disputou títulos pelo Clube Atlético Mineiro. Sua importância está sobretudo no conteúdo temático do acervo, que permite o conhecimento de aspectos importantes da vida social da capital mineira referentes às primeiras décadas do século XX. Assim também a biográfica *Coleção de Maria das Neves*, professora e farmacêutica que viveu em Belo Horizonte na década de 1920, composta por 30 fotografias reunidas em um álbum que também apresenta vários outros documentos textuais.

A *Coleção Romeo de Paoli* refere-se às edificações públicas e particulares construídas pela empresa de Romeo de Paoli, engenheiro civil, pintor e projetista, nascido em Belo Horizonte, em 1908, e falecido em 1994. Composta por 230 fotografias, dividida em dois álbuns, a coleção foi doada ao MHAB pela filha de Romeo de Paoli, Tallulah de Paoli Brito, em 1999.

Também pertence ao MHAB o arquivo particular do fundador e primeiro diretor do Museu, Abílio Barreto. Essa documentação, denominada *Arquivo Abílio Barreto*, é composta por 110 fotografias de variados tamanhos, abordando temas relacionados a sua vida privada e sua atuação como diretor do Museu Histórico de Belo Horizonte e também como secretário da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cargos que ocupou na década de 1940.

A *Coleção Comissão Construtora da Nova Capital* iniciou-se com a reunião de fotos avulsas que se encontravam dispersas na instituição – assim como a *Coleção Belo Horizonte* – mas que apresentavam imagens referentes ao arraial de Curral del Rei, onde se ergueria a cidade de Belo Horizonte, e à atuação do órgão responsável pela construção da nova capital mineira.
É constituída de 19 fotografias avulsas e 58 fotografias albuminadas, reunidas em álbum adquirido de Andréa Jacques, em 1994. Esse álbum foi organizado por Lauro Jacques, avô de Andréa Jacques, que reuniu imagens captadas pelo Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora no decorrer da implantação da antiga Cidade de Minas – assim primeiramente chamada a nova capital.

Por último, o MHAB adquiriu, em 2005, o acervo da fotógrafa Maria Beatriz Coelho (Mana Coelho). Essa coleção, intitulada *Coleção Mana Coelho*, reúne algo em torno de 14.000 negativos P&B relativos a eventos esportivos, sociais e políticos realizados em Belo Horizonte. Essas fotografias foram produzidas nas décadas de 1970 e 1980 por Mana Coelho, então fotojornalista com militância em vários órgãos da imprensa mineira e brasileira.

Funcionários da Comissão Construtora da Nova Capital em frente à casa que ocupavam no arraial de Curral del Rei, 1895.
Acervo Museu Abílio Barreto - CCNC-FOT, 1896-013.

Organização

Todo esse acervo foi trabalhado no sentido de garantir sua estabilização e também de definir a melhor forma de acondicionamento e de acesso ao material. As imagens e os álbuns de fotografias mais afetados pela ação do tempo e pela forma inapropriada de manuseio foram restaurados e encontram-se atualmente acondicionados em suportes e mobiliário apropriados. Todas as reservas técnicas encontram-se, hoje, climatizadas e são monitoradas continuamente por profissionais da área de conservação.

Durante o trabalho de organização, optou-se pela elaboração de pastas-catálogo que apresentassem cópias-contato dos originais. Esse material serviu de instrumento de pesquisa para os usuários do MHAB antes do processo de informatização, pois nele se podem encontrar informações visuais e uma breve descrição da fotografia, além de sua localização dentro da coleção.

Junto a isso, e com o objetivo de fornecer dados suficientemente aprofundados sobre a documentação imagética, as planilhas de identificação, ou fichas catalográficas das fotografias, foram elaboradas a partir de sete categorias básicas de informações, que compõem atualmente o conteúdo do banco de dados do acervo.

Na parte *identificação do documento* temos informações sobre a coleção a que a fotografia pertence, a série em que ela foi classificada dentro da coleção, o número de registro, o número anterior de inventário, a provável data de sua produção, além de título, local, autoria ou responsabilidade, descrição e descritores das fotografias.

A *descrição física* apresenta informações básicas sobre o material fotográfico; a designação genérica da imagem – cartão postal, fotografia, *slide* ou negativo –; a designação específica do processo de fixação da imagem, podendo ser gelatina ou albúmem, por exemplo; a cromia, identificando se a imagem é P&B ou colorida; e, por último, a dimensão – aspecto importantíssimo nas ampliações fotográficas.

O *estado de conservação e interferências* detalha as condições de conservação, ou diagnóstico, da foto. No campo *intervenções anteriores* constam as ações realizadas, até aquele momento, visando à conservação da imagem. Já no campo *recomendações*, são anotadas todas as ações que deverão ser realizadas com o intuito de preservar a imagem.

A *origem* é o campo onde se encontra a procedência da imagem, que pode se originar de doação, compra, permuta ou transferência. Junto a esse campo, também se inclui o item *condições de reprodução e restrições*, sendo essas informações referentes à utilização da imagem, determinando se ela pode ou não ser reproduzida. Salientamos que as informações contidas nesse campo são de extrema importância para a história da instituição, pois podem ajudar na constituição de sua política de acervo.

Notas de exposições e publicações é a área que registra a utilização da imagem para algum fim, seja para exposições ou publicações em geral. Na *área de notas* colocam-se informações diversas sobre o item que está sendo catalogado e, por meio delas, é possível saber se a foto encontra-se em álbum ou fixada em cartão, por exemplo. Além disso, podem ser acrescentados dados sobre outros materiais que contenham informações adicionais sobre o item catalogado, disponíveis na instituição de guarda.

Em *dados de preenchimento* anota-se o nome do responsável pelo preenchimento da planilha: quem conferiu o preenchimento, a data da conferência e quem digitou a planilha quando esta foi transferida para o banco de dados.

Digitalização: solução ou problema?

Os processos de informatização têm sido incorporados a todas as atividades humanas nos últimos anos. "Vivemos em um mundo digital". A força dessa expressão vem se multiplicando tal qual a velocidade e o próprio teor das mudanças que a informática vem imprimindo ao nosso dia-a-dia. Hoje fazemos transferências bancárias por meio da Internet, podemos comprar, vender, pesquisar, namorar, expor idéias, publicar, debater, trabalhar, enfim, inúmeras atividades podem ser realizadas à distância com os recursos da informática, o que antes era inimaginável.

Há muito tempo, arquivos, museus e bibliotecas, responsáveis pela coleta, organização e proteção de documentos produzidos pelos homens, em seus mais variados suportes, adotaram modelos de gerenciamento para a preservação de sua documentação. Para tentar resolver o grande dilema das instituições de memória, que é dar acesso à documentação sem destruí-la, inúmeros processos de tratamento de acervos originais foram se desenvolvendo. Por exemplo, a utilização da microfilmagem em documentação arquivística foi e ainda é uti-

Foto-montagem representando o primeiro tribunal da relação do Estado de Minas Gerais, instalado a 15 de dezembro de 1891 sob a presidência do desembargador João Bráulio de Vilhena. O tribunal foi o primeiro dos poderes da República a se transferir para a nova capital. Acervo Museu Abílio Barreto - Belo Horizonte, álbum 01-037.

lizada freqüentemente como procedimento de preservação de originais[6]. As universidades e institutos de patrimônio criaram centros de conservação direcionados ao tratamento de vários tipos de suportes[7]. Nesse contexto, a informática foi sendo incorporada aos processos de gerenciamento e preservação, conseguindo oferecer soluções para inúmeros problemas vivenciados no trabalho com acervos históricos.

A digitalização de acervos é vista como recurso adicional nas ações de preservação e nas atividades de tratamento da informação. A preservação tem sido vista como uma série de procedimentos que visa impedir a deterioração da documentação, levando-se em conta a alocação de recursos, pessoal e material. Por outro lado, o trabalho de tratamento da informação tem o sentido de gerenciar o conteúdo informacional dos documentos, permitindo um acesso mais direto a eles.

Durante muito tempo os conceitos de preservação e acesso foram conflitantes, pois tratavam-se de atividades excludentes. A ampla utilização do acervo era vista como fator prejudicial a sua preservação, causando deterioração cada vez maior do original, na medida em que a manipulação, a ação da luz e de outros fatores prejudicavam o estado físico e o conteúdo intelectual do objeto. A preservação se baseava, resumidamente, no isolamento do acervo, mantendo-o em ambiente higienizado e climatizado, pois essa era a melhor forma de garantir sua integridade para as futuras gerações. Muitas vezes, documentos em estado avançado de deterioração, no entanto ricos em conteúdo informacional, foram mantidos longe dos usuários, sem que pudessem ser utilizados em exposições ou até mesmo em pesquisas.

Todavia, esse tipo de comportamento em relação à preservação deixou de ser utilizado pelos profissionais da conservação, pois afetava o principal objetivo das instituições de memória: dar acesso aos conteúdos infomacionais existentes em seus acervos. Como assegura Paul Conway, o gerenciamento da preservação de documentos deve levar em conta a disponibilidade desse último, uma vez que "a preservação deve estar relacionada ao sistema como um todo e não apenas a um determinado componente, tal qual um filme ou a armazenagem de um disco".[8] É nesse sentido que as instituições têm buscado nas tecnologias atuais recursos que possam contribuir tanto para a preservação do original como para o acesso aos mesmos.

Os investimentos em sistemas de digitalização vêm apresentando efeitos notáveis no que se refere à preservação e ao acesso à documentação. Ao mesmo tempo em que concorre para a diminuição do manuseio dos originais, também representa maior facilidade de consulta ao acervo, o que demonstra o grande potencial de benefícios que a informática oferece à democratização da informação. Seus recursos permitem até mesmo disponibilizar a documentação histórica de uma instituição na Internet, o que significa facilitar em muito as pesquisas e a disseminação do conhecimento, assunto que atualmente é alvo constante de debates nas instituições acadêmicas, na área da ciência da informação e da arquivística.

Além disso, devemos ressaltar a qualidade que os sistemas de digitalização conseguem alcançar. A alta resolução permitida pelos equipamentos informatizados possibilita cópias idênticas ao original, o que viabiliza os trabalhos que levam em conta a preservação desse último. Segundo Valle, "para efeitos de preservação, a maior vantagem dos dados digitais é sua perfeita replicabilidade, que se explica por sua natureza numérica. Enquanto os dados analógicos estão sujeitos às imperfeições do mundo físico, que impedem a fidelidade da replicação, cada cópia digital é um clone, indistinguível do original"[9]. Esse material de alta qualidade também pode, teoricamente, ser reproduzido inúmeras vezes sem nenhuma perda, o que não ocorria, por exemplo, com as reproduções utilizadas no meio analógico. Segundo o Image Permanence Institute, do Rochester Institute of Technology, "every analogue duplication process results in a deterioration of the quality of the copy, while the duplication of the digital image data is possible with no loss at all"[10].

Limites

O uso da informática também pode trazer alguns problemas às instituições que acreditam unicamente nesse tipo de recurso para a preservação de seus acervos. Por isso, cada instituição deve levar em conta os seus objetivos, sua disponibilidade financeira e avaliar os limites que a própria tecnologia apresenta hoje.

Na verdade, a digitalização se baseia na reformatação do acervo, ou seja, na transposição de dados informacionais de um suporte para outro. Esse processo pode ser realizado tanto por meio analógico (microfilmagem) como por meio digital (digitalização). No primeiro caso, a microfilmagem de documentos consegue, atendendo a

disposições jurídicas estabelecidas, substituir o próprio documento original no que se refere a sua validação legal, o que possibilita até mesmo o descarte dos originais de documentos microfilmados em pior estado de conservação. Já um documento digitalizado não apresenta valor legal, uma vez que os requisitos para sua validação ainda estão sendo discutidos. Por isso, a digitalização torna-se um mecanismo de acesso ao conteúdo informacional com as vantagens de facilidade e ótima qualidade, constituindo, sem dúvida alguma, uma ferramenta de preservação do original, na medida em que evita a sua excessiva manipulação. No entanto, as réplicas digitais não têm validade legal.

Outro ponto crucial é a preservação dos documentos digitais. O processo de reformatação implica não só a duplicação da informação, mas também a criação de um novo tipo de acervo com características físicas muito diferentes do original. Os acervos digitais exigem cuidados de preservação muitas vezes mais rigorosos do que os adotados em acervos analógicos. Primeiramente, devemos salientar a fragilidade das mídias em que as informações estão gravadas. No caso das mídias magnéticas, tais como as DLTs e DATs[11], devemos tomar certos cuidados com o local de guarda, as baixas temperaturas e a umidade relativa do ar, assim como as condições de acesso, as agressões mecânicas, o retensionamento sazonal[12] e, principalmente, os campos magnéticos. Esse tipo de mídia requer a assistência de pessoal devidamente treinado, pois a montagem para gravação e leitura das informações é complexa e demorada.

Por outro lado, nas mídias chamadas duras, CDs e DVDs[13], a guarda também requer cuidados como os descritos acima. Em especial, nesses suportes, os arranhões são os maiores problemas a serem enfrentados. Porém, essas mídias apresentam algumas vantagens em relação às fitas magnéticas, uma vez que não são sensíveis a campos magnéticos, são menos sensíveis a agressões mecânicas, apresentam atualmente um menor custo e são muito mais fáceis de serem gravadas e lidas posteriormente, não precisando de técnicos tão qualificados para o seu manuseio.

A grande capacidade de armazenamento das fitas DLTs é o maior atrativo das mídias digitais. Podemos encontrar no mercado fitas que podem armazenar até 200 *gigabytes*[14] de informação, sendo que os fabricantes tendem a aumentar cada vez mais sua capacidade. Já os DVDs, encontrados facilmente no mercado, comportam 4.7 *gigabytes*, ou seja, 42 DVDs cabem em uma fita magnética de 200 *gigabytes*. No entanto, a opção pela cifra gigantesca de armazenamento, em uma única mídia, pode também causar danos proporcionalmente gigantescos ao trabalho dos técnicos responsáveis, quando mal gerenciada. Meses de trabalho podem ser perdidos se algo acontecer à fita DLT de *backup* (cópia de segurança) desse acervo. É recomendado o uso de mídias que estejam sendo utilizadas amplamente no mercado, pois esses meios de armazenamentos já apresentam padronização dos fabricantes, preços adequados e leitores-gravadores disponíveis a baixo custo.

Diferentemente dos acervos analógicos, os digitais exigem uma interface de equipamentos e de *software* para sua visualização. Esses requisitos são indispensáveis, pois são eles que possibilitam o trabalho com acervos digitais. Contudo, a tendência desses equipamentos é a degradação, obsolescência, ou envelhecimento digital, o que acarreta a necessidade de sua troca periódica. Por isso, os técnicos devem ficar em alerta constante no sentido de atualizar seus conhecimentos sobre as novas tendências do mercado tecnológico, para diminuir a possibilidade de erros na hora da escolha dos novos equipamentos.

Embora os recursos digitais possibilitem o acesso e a preservação dos acervos originais, tal como foi mostrado anteriormente, é importante notar que o seu uso exige certos cuidados que as instituições de memória devem levar em conta. O envelhecimento dos equipamentos adotados nos projetos de digitalização e a rapidez das modificações tecnológicas formam um ciclo sem fim nos processos de informatização de acervos. Esses devem, desde a origem, elaborar planos de preservação digital,
ou seja, além de se pensar o processo direto da digitalização e formação de banco de dados a partir da aquisição de equipamentos robustos, também devem se estabelecer cronogramas que visem acompanhar as mudanças tecnológicas, procurando o "refrescamento" das mídias[15] e atualização dos *softwares*. Todo o trabalho voltado para acervos históricos que utilize a tecnologia digital deve ser conduzido com cuidado, para diminuir os problemas advindos da fragilidade desse suporte.

A estruturação da rede

Somente após a construção da atual sede do MHAB, em 1999, é que a estrutura de rede de computadores começou a ser pensada efetivamente. A Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (Prodabel) foi responsável pela implementação do sistema lógico-estruturado do MHAB. Vários pontos de rede foram instalados em todo o Museu, de acordo com a necessidade de cada local. A grande vantagem da rede lógica-estruturada é a mobilidade de cada ponto, ou seja, pode-se habilitar ou desabilitar qualquer ponto que se queira dentro da estrutura institucional.

Ao lado disso, a antiga Secretaria Municipal de Cultura[16] conseguiu, por meio do Centro de Documentação e Informação Cultural (Cedic), em 1997, financiamento para desenvolver um sistema voltado para o armazenamento, organização e disponibilização dos produtos e bens culturais sob sua responsabilidade. Esse projeto inicial teve a Prodabel como parceira, e a idéia era criar uma intercomunicação entre as unidades da Secretaria, ao disponibilizar em rede informações sobre cada uma delas.

Por meio do Cedic, foi criado um banco de dados – o Banco de Informações Culturais (BIC) – sobre os acervos existentes em cada unidade. No caso do MHAB, utilizaram-se as usuais planilhas existentes no processamento técnico[17]. Todas as informações foram digitadas nas planilhas informatizadas, de tal forma que qualquer documento pudesse ser acessado pela pesquisa simples no sistema. A plataforma escolhida para esse projeto foi a Lotus Notes, pois, naquele momento, os técnicos da Prodabel achavam que essa plataforma possibilitava uma melhor conexão entre as unidades da rede interna da Secretaria Municipal de Cultura.

No entanto, alguns problemas foram constatados no Cedic durante o seu processo de implantação. Primeiramente, o projeto não previa a digitalização voltada para a preservação de acervos, trabalho que precisa ser feito em alta resolução, exige pessoal especializado e demanda mídias de armazenamento, sejam DVDs, fitas DLTs ou HDs. Embora a inclusão das planilhas informatizadas em banco de dados tenha sido vista como um recurso de pesquisa – uma vez que garantia fácil acesso às informações básicas do acervo –, ainda assim era necessária a manipulação do acervo original para a reprodução de uma publicação ou de uma exposição. Ou seja, o projeto não previa um trabalho voltado para a preservação preventiva do acervo histórico utilizando-se da digitalização como recurso de acesso.

Outro problema é que o Lotus Notes é um *software* fechado, que não oferece a possibilidade de modificações em sua base. Ou seja, a instituição não tem como trabalhar livremente no sistema, de acordo com a sua necessidade. Além disso, o investimento inicial é elevado, pois o produto tem de ser comprado

e requer atualização constante.

Hoje, o Cedic ainda é utilizado pela Fundação Municipal de Cultura – antiga Secretaria Municipal de Cultura. No entanto, os coordenadores do projeto já estão prevendo a modificação da sua plataforma devido às contra-indicações já enunciadas. O avanço possibilitado pelo Cedic, até agora, foi a digitação das planilhas, trabalho que continua em execução.

O processo de digitalização

Em 2004 o MHAB conseguiu aprovar um projeto de digitalização do acervo junto à Fundação Vitae, instituição de apoio à cultura, educação e promoção social. O objetivo do projeto era a elaboração de três sistemas integrados e a digitalização de todo o acervo fotográfico do Museu. O projeto viabilizou recursos suficientes para a compra de equipamentos e a contratação de pessoal qualificado na área de informática.

Como o MHAB já havia iniciado o trabalho com o Cedic, houve facilidade em utilizar o banco de dados existente na instituição, agilizando-se o trabalho de informatização do acervo. Teve início então a primeira parte do trabalho, que consistiu na pesquisa em projetos de digitalização já existentes. A leitura de bibliografia mais recente sobre o assunto possibilitou as tomadas de decisão a respeito de vários itens que compunham o projeto. Levou-se também em consideração a experiência adquirida na parceria entre o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e o Arquivo Público Mineiro no projeto de microfilmagem e digitalização do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)[18]. Foram então elaborados os sistemas de *workflow* (sistema de fluxo de trabalho que possibilita o levantamento das informações necessárias e plausíveis que serão armazenadas junto ao documento digital), indexação e pesquisa, além de fixadas as diretrizes internas de digitalização do acervo do MHAB.

Um laboratório de digitalização precisou ser montado, devido às especificidades dos equipamentos e do trabalho de digitalização a ser realizado. A definição de um espaço dedicado somente à digitalização foi necessária devido a três fatores: primeiro, segurança, pois foram adquiridos equipamentos de alto custo para processar o banco de dados de imagem de todo o acervo; segundo, ergonomia de trabalho, pois o processo de digitalização exige horas de atenção em frente a um monitor e movimentos repetitivos, o que pode provocar seqüelas no digitador; e, por último, escala da documentação, uma vez que a fotografia digital de documentos de grande porte exige um local amplo, que disponha de iluminação apropriada.

Sistemas de *workflow*, indexação e pesquisa

O processo de digitalização do MHAB envolveu uma equipe de desenvolvimento de *software* que elaborou sistemas voltados para a digitalização e gerenciamento do acervo. Foram criados, assim, três sistemas básicos que possibilitam o armazenamento de metadados de digitalização, o trabalho de catalogação e indexação do acervo e o acesso à documentação.

O sistema de fluxo de trabalho conhecido como *workflow*[19] armazena aquilo que chamamos de metadados (Figura 1), ou seja, informações referentes ao documento digital que contribuem tanto para a sua leitura quanto para a sua preservação. As informações armazenadas no sistema de *workflow* do MHAB se baseiam em características específicas do equipamento de captura e do *software*, tais como tipo de calibração de cores, tipo de *target*[20] usada na calibração, resolução, dimensões do documento digital, quem digitalizou, quando foi digitalizado, além do *software* utilizado na captura e gravação do documento.
Além disso, o sistema de *workflow* também orienta o digitalizador na tarefa de execução de todo o processo de captura da imagem até a sua compactação e gravação na mídia de preservação.[21] Por exemplo, para cada conjunto de documentos de características muito semelhantes aplicam-se os mesmos valores acerca dos dados. Esses valores variam de acordo com o equipamento de captura utilizado em cada imagem, que pode ser tanto *scanner* quanto máquina digital. Assim, o *workflow* mostra ao usuário qual caminho ele deve tomar a partir da especificação do documento a ser digitalizado.

Após a captura, definiu-se o destino de armazenagem do documento. Para acesso, usaram-se determinadas compactações que viabilizam a melhor circulação da informação na rede interna do MHAB. Atualmente esses arquivos são compactados em formato *jpeg*[22], com baixo tamanho em *kbytes*. Para preservação digital, a imagem matriz continua no formato *tiff*[23], gravada diretamente nas mídias de preservação. Para a guarda dos documentos digitais, o MHAB optou por dois suportes: o DVD e o HD, pois entendeu que essas mídias apresentam mais vantagens que outras presentes no mercado, tais como facilidade de acesso aos dados e preço. O tamanho do acervo institucional também ajudou na escolha desses suportes.

O sistema de indexação (Figura 2) foi elaborado a partir do banco de dados do BIC-Cedic, citado anteriormente. Todo o conteúdo digitado foi aproveitado, o que facilitou o processo de execução do projeto de digitalização, pois o trabalho ficou restrito somente ao escaneamento das imagens fotográficas. É nesse sistema que se faz a inclusão do conteúdo das planilhas de cada fotografia.
A busca das imagens no sistema de indexação pode ser feita por meio da notação, que é o código da fotografia dentro da própria coleção. A partir dessa busca, podem-se gerenciar os documentos que estão presentes nas coleções, por meio do acesso à planilha de cada fotografia.

O sistema de pesquisa foi elaborado a partir da observação da demanda de usuários que pesquisam o acervo do MHAB. No caso do acervo fotográfico, o sistema

Figura 1 - Sistema de *workflow*: orientação no processo de digitalização e preenchimento de metadados.

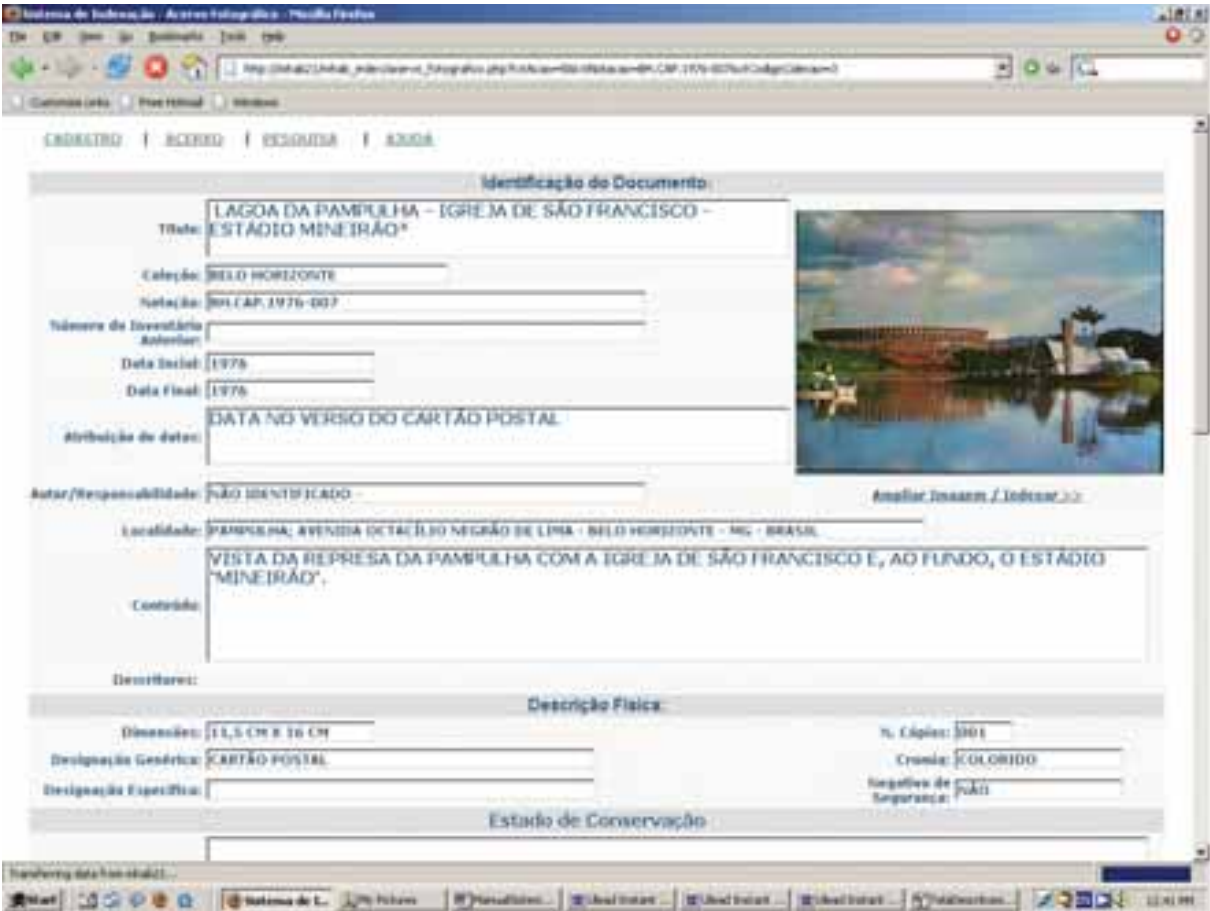



Figura 2 - Sistema de indexação: planilhas de identificação do acervo.

prevê dois tipos de pesquisa: uma simples, que pode ser realizada por texto livre, por meio de busca em todos os campos da planilha digital; e uma avançada, voltada para certos campos pré-selecionados pela instituição, tais como notação, título, data, local e autor.

Após a solicitação de pesquisa, é exibida uma lista de fotografias com uma pequena reprodução e o título da imagem. Quando o pesquisador seleciona a imagem desejada, abre-se uma outra tela com as informações existentes na planilha da foto e uma reprodução maior, que pode ser ampliada.

Conclusão

O processo de digitalização do MHAB possibilitou um imenso avanço em relação às atividades de preservação e acesso. Todo o acervo original digitalizado não é mais manipulado para reproduções, como era feito anteriormente. Podemos afirmar que, após o projeto de digitalização, 100% do acervo permanecem permanentemente nas reservas técnicas, o que demonstra ser este um ótimo coadjuvante nas ações de preservação. Além disso, o acesso tornou-se mais rápido com o sistema de pesquisa informatizado, facilitando e agilizando as pesquisas.

Por outro lado, o trabalho de preservação da informação digital tornou-se o tema central das preocupações da equipe. Devido à natureza dessas informações e aos ciclos de mudanças tecnológicas, encontramo-nos em um ambiente ainda muito instável. Acreditamos que a melhor solução para evitar futuros problemas com acervos digitais é a elaboração de planos de preservação que viabilizem mudanças periódicas, com o intuito de atualizar os *softwares*, os *hardwares* e as mídias. Isso significa que a preservação no universo digital somente acontece por meio da inovação periódica de seus recursos.

Notas |

1. VALLE JÚNIOR, Eduardo Alves. *Sistemas de informação multimídia na preservação de acervos permanentes*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência da Computação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. p. 41.

2. Em 1967 o Museu Histórico de Belo Horizonte recebeu o nome de Museu Histórico Abílio Barreto em homenagem ao seu idealizador e primeiro diretor Abílio Velho Barreto, falecido em 1959.

3. PAVÃO, Luís. *Conservação de coleções de fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 1997.

4. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. São Paulo: T. A Queiroz, 1991.

5. Imigrante nascido na Estônia, em 1903. Veio para o Brasil em 1923 com o intuito de trabalhar. Em 1925 empregou-se na Casa Lutz Ferrando, no Rio de Janeiro, onde aprendeu o ofício da fotografia. Já no final da década de 1930 funda a Casa da Lente, dando início ao próprio negócio.

6. WALTER, Donald J. *Do microfilme a imagem digital*: como executar um projeto para estudo dos meios, custos e benefícios de conversão para imagens digitais de grandes quantidades de documentos preservados em microfilme. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 24 p. (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos)

7. Bons exemplos dessas iniciativas foram a criação do Laboratório de Ciência da Conservação (Cecor), na UFMG, no final da década de 1970, e o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte (CCPF), inaugurado no início da década de 1990.

8. CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 24p. (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos). p. 21.

9. VALLE JÚNIOR. *Sistemas de informação multimídia na preservação de acervos permanentes*, p. 77.

10. [todo processo de duplicação analógica resulta em deterioração da qualidade da cópia, enquanto a duplicação da imagem digital é possível sem perda] FREY, Franziska S; REILLY, James M. *Digital Imaging for Photographic Collections – Foundations for Technical Standards*. Rochester: Image Permanence Institute,1999. p. 8.

11. *Digital Linear Tape* (DLT) e *Digital Audio Tape* (DAT).

12. As fitas magnéticas devem ser rebobinadas periodicamente, caso não sejam usadas por um longo período.

13. *Compact Disc* (CD) e *Digital Versatile Disc* (DVD).

14. *Byte* é uma unidade mínima de programação, composta por seqüência de oito *bits* (de Binary digIT), com a qual são escritos os programas de computador. Os dados armazenados em uma mídia de suporte qualquer são construídos a partir de seqüências de *bytes*, organizadas de forma tal que permitem sua recuperação segundo um "mapa de acionamento" e conseqüente uso no "mundo real".

15. Consiste em recopiar os arquivos digitais, sem alterações, de uma determinada mídia para outra mais atual.

16. Até 2004, o MHAB era ligado à Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, que, a partir de 2005, foi convertida em Fundação Municipal de Cultura.

17. Os acervos existentes no MHAB apresentam planilhas diferenciadas, seguindo as características de cada suporte. No caso do acervo fotográfico, usa-se a planilha apresentada na Figura 2 deste artigo.

18. Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

19. Traduzido como "fluxo de trabalho", é um sistema que armazena informações sobre o processo de captura da imagem digital e orienta o digitalizador em suas tarefas.

20. Quando usamos um *scanner* para obtenção de imagens digitais, tal equipamento exige uma calibragem específica. Basicamente, os *scanners* profissionais apresentam *softwares* de calibragem, adquiridos juntamente com o produto. Este *software* trabalha com um padrão de cores, denominado *target*.

21. Entendemos que o conceito de mídia de preservação digital ainda deve ser melhor discutido, devido à fragilidade dos suportes da informação digital presentes no mercado. O que salientamos é que, de acordo com estudos mais recentes, esses suportes oferecem baixa expectativa de vida.

22. *Joint Photographic Experts Group* (JPEG).

23. *Tagged Information File Format* (TIFF).

Gilvan Rodrigues dos Santos é bacharel e licenciado em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador do Acervo Fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte, MG) e do Laboratório de Acervos Digitais da mesma instituição.

Fábio Faria Mendes
Jonas M. de Queiroz
Alcione de Paiva
Alexandra Moreira
Vanuza Moreira Braga

Tecnologia a serviço da história

A acessibilidade aos documentos históricos da Casa Setecentista de Mariana vem se tornando uma realidade graças a projeto de preservação desenvolvido, em parceria com instituições de apoio, por equipe de especialistas que relatam neste artigo sua rica experiência.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desenvolvem projetos conjuntos[1], com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), cujo objetivo é o uso de tecnologia digital para a conservação e divulgação de documentos históricos da Casa Setecentista de Mariana.

Situada à rua Direita nº 7, na cidade de Mariana (MG), a Casa Setecentista abriga cerca de 50 mil documentos (em torno de 350 metros lineares), produzidos entre 1709 e 1956, aproximadamente.
A maior parte do acervo é constituída por documentos dos cartórios do 1º e 2º ofícios de Mariana, recolhidos em meados do século XX por Antônio Ferreira de Moraes no porão da sede da Sociedade Musical União XV de Novembro e abrigados, consecutivamente, em uma residência nos fundos da Igreja de São Francisco de Assis, na Prefeitura Municipal de Mariana e em sua própria casa[2]. Antônio Ferreira de Moraes definiu os procedimentos de catalogação e restauração, a que sua filha deu prosseguimento.

Cerca de 40% dos 44.434 autos do acervo se encontram tombados em dois livros: o *Livro do 1º Ofício* e o *Livro do 2º Ofício*. Os 60% restantes estão catalogados em fichário. Os livros de tombo trazem indicação de data do auto, seu número e códice respectivo. Os processos estão ordenados alfabeticamente, pelo sobrenome, dentro de cada série de documentos (inventários, sesmarias etc.).
O fundo *Fórum de Mariana* é composto por processos de ações cíveis e criminais, execuções, inventários, justificações, notificações, sesmarias e testamentárias. O Fundo contém ainda livros de registros cartoriais, tais como alforrias, audiências, compra e venda de escravos, fianças de criminosos, hipotecas, procurações, querelas e registros de testamentos, além de documentação da Arquidiocese de Mariana e da Câmara Municipal de Mariana.

Essa documentação é de inestimável valor histórico, tendo permitido a inúmeros pesquisadores importantes contribuições ao conhecimento sobre nosso passado, sob a forma de livros, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, artigos e trabalhos culturais. A sua digitalização contribuirá para que um número ainda maior de pesquisadores venha a estudá-la. Embora as condições de aclimatação e acondicionamento sejam satisfatórias, cerca de 80% do arquivo do cartório do 2º ofício ainda não passou pelos tratamentos de higienização, acondicionamento e identificação necessários para a sua preservação a longo prazo, assim como para a disponibilização ao público.

Infestações por xilófagos, traças e outros insetos, ataques de microorganismos, umidade e poeira são alguns dos problemas enfrentados na maioria dos arquivos. Combatê-los exige um trabalho contínuo, realizado por pessoas experientes e com formação adequada, o que nem sempre é possível devido às dificuldades que os órgãos públicos enfrentam em termos de recursos orçamentários e humanos. A própria consulta aos documentos é um fator que contribui para sua deterioração. Para se ter uma idéia dessa ameaça, basta saber que durante o ano de 2006, mais de 1.300 pesquisadores visitaram a Casa Setecentista de Mariana, manuseando cerca de sete mil documentos[3].

Preservação

Algumas ações de preservação, no entanto, são relativamente simples. Consistem na limpeza freqüente do local para evitar o acúmulo de pó sobre os documentos, cujo efeito abrasivo contribui para a sua deterioração. Além disso, deve-se evitar o uso de produtos químicos como cera, alvejantes e oxidantes, uma vez que essas substâncias, ao evaporarem, se agregam ao papel causando prejuízos consideráveis. No lugar deles, recomenda-se o uso de soluções de álcool absoluto e água. Para atenuar os efeitos danosos da alta umidade do ar, é recomendável a abertura freqüente das janelas – em dias de tempo bom, sem chuva –, a fim de possibilitar maior circulação de ar, dificultando assim a proliferação de insetos, roedores e fungos.

Outras medidas consistem em evitar o contato da documentação com materiais estranhos, como é o caso de etiquetas adesivas, muito empregadas no passado durante o processo de identificação dos documentos. Deve-se, ainda, evitar o acondicionamento da documentação em caixas superlotadas ou em pastas de papel ácido. O congelamento dos documentos é uma técnica de conservação que tem sido usada cada vez mais freqüentemente pelos arquivos, com resultados satisfatórios. A produção de relatórios técnicos sobre o estado de conservação dos documentos também é importante, pois registra as condições em que eles se encontram e permite planejar futuras intervenções.

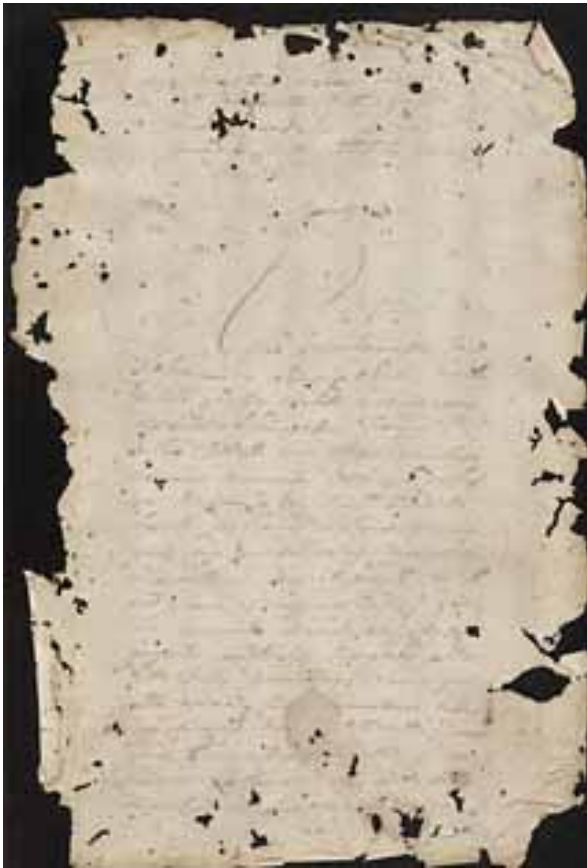
Esses e outros procedimentos têm sido adotados pela Casa Setecentista de Mariana, com o apoio de técnicos da Diretoria de Conservação do Arquivo Público Mineiro, que orientam as ações e treinam pessoal para executá-las. A colaboração entre as instâncias públicas comprometidas com a preservação do patrimônio é de fundamental importância, pois contribui para a disseminação de conhecimentos e técnicas eficazes.

A microfilmagem e a digitalização são outras medidas utilizadas para a conservação de documentos, uma vez que permitem que se atenuem os efeitos nocivos causados por seu manuseio freqüente. A microfilmagem continua sendo o procedimento mais adequado para a preservação de papéis, em função de suas características de fidelidade e durabilidade.
O microfilme possui uma vida útil de até 500 anos, desde que mantido em condições ideais. Já as mídias digitais, como CDs e DVDs, têm durabilidade de apenas alguns anos. No entanto, a microfilmagem é um processo demorado e de custo muito elevado, pois requer mão-de-obra especializada e equipamentos sofisticados. Além disso, poucos locais dispõem de leitoras de microfilme, o que limita as possibilidades de pesquisa. Já a digitalização não apresenta esses empecilhos, e existem notícias de lançamentos recentes de mídias digitais com expectativa de vida longa.

Digitalização

Para que a digitalização se torne a solução ideal na preservação de documentos, faz-se necessário enfrentar alguns desafios. Como garantir que o documento digitalizado não sofra alterações no conteúdo? Como permitir que o documento migre periodicamente de mídias para impedir que seu conteúdo não se torne inacessível devido à obsolescência dos equipamentos? As respostas a essas questões começam a surgir, tais como o uso de assinaturas digitais e o estabelecimento de rotinas de migração de mídias.

Devido ao seu baixo custo, se comparado ao da microfilmagem, à rapidez de execução e à comodidade para os usuários, que podem realizar suas pesquisas por meio de um simples computador conectado à Internet, a digitalização vem se impondo como uma alternativa viável por um número crescente de instituições, em vários países.

No entanto, essa tecnologia também requer cuidados. Devem-se adquirir equipamentos de boa procedência, com boa capacidade de memória e recursos para a manipulação de imagens. O *scanner*

Estado de deterioração de um documento do acervo da Casa Setecentista de Mariana.

deve ter uma área de digitalização compatível com os documentos que serão digitalizados. É importante o estabelecimento de uma rotina bem definida de digitalização, assim como regras para a manipulação das mídias e para a migração dos arquivos digitalizados das mídias obsoletas para as mais modernas. Finalmente, o estabelecimento dos metadados é uma etapa crítica no processo e deve ser feito com atenção, uma vez que deles depende o acesso ágil aos documentos[4].

Para executar um bom trabalho de digitalização, é necessário, portanto, a realização de algumas tarefas prévias, como a higienização dos documentos e, caso não exista, a sua identificação e organização arquivística. Além disso, é preciso definir os passos para o armazenamento e as rotinas para a atualização da mídia, de modo a evitar perdas por deterioração ou obsolescência tecnológica[5]. A soma dos passos de cada etapa configura os processos de digitalização, armazenamento e manutenção. Esse processo está registrado no *Manual de Digitalização para Manuscritos*, elaborado por Alexandra Moreira, que constitui um dos primeiros resultados dos projetos em questão[6]. Entre os procedimentos estabelecidos nesse manual estão aqueles de definição dos padrões de qualidade da imagem digitalizada para que haja o máximo de fidelidade entre esta e o original.

Devido ao volumoso acervo da Casa Setecentista de Mariana, os projetos em execução estabeleceram como meta a digitalização de apenas uma parte desse conjunto, formada de inventários e testamentos. São documentos extremamente ricos para o estudo dos processos de ocupação e exploração da Zona da Mata mineira, uma das regiões mais importantes do Estado, mas carente de arquivos em condições de pesquisa e, conseqüentemente, de uma produção historiográfica à altura de sua importância.

A digitalização dos documentos e sua disponibilização através da Internet possibilitarão que pesquisadores dessa vasta região – mas não apenas dela – possam conhecer seu passado. A previsão é de que, no final de 2007, uma primeira parte desse acervo já esteja disponível para o público, através da página do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (Lampeh) da Universidade Federal de Viçosa.

Notas |

1. Ambos os projetos são desenvolvidos no âmbito do programa *Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais*, tendo recebido recursos dos editais 0009/2005 e 015/2006 da Fapemig.

2. POLITO, Ronald; FURTADO, Joaci Pereira (Org.). *Guia e tipologia dos documentos de Mariana*. Mariana (MG): Universidade Federal de Ouro Preto/Lampeh, 1989.

3. BRAGA, Vanuza Moreira. *Relatório Anual de Atividades do Projeto Organização e Digitalização dos Acervos dos Cartórios do 1º e 2º Ofícios do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana*. Viçosa (MG): Lampeh/UFV, 2007.

4. Os metadados descrevem as informações contidas num documento e permitem localizar com maior facilidade alguns itens do documento. Em geral, contêm identificação do produtor do documento, título, datas e descrição sucinta do conteúdo. Organizados em uma estrutura, funcionam como índices, facilitando as buscas.

5. O Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (Lampeh) acondicionará as mídias geradas no processo de digitalização, uma vez que a conservação delas exige ambiente com luminosidade, umidade e temperaturas controladas. Além disso, no mesmo local, as imagens receberão tratamento adequado, visando a sua disponibilização através da Internet.

6. MOREIRA, Alexandra. *Manual de digitalização para manuscritos depositados na Casa Setecentista de Mariana-MG*. Projeto de Digitalização de manuscritos dos acervos dos cartórios do 1º e 2º ofícios do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana-IPHAN. Viçosa (MG): Lampeh/UFV, 2006.

Fábio Faria Mendes e **Jonas Marçal de Queiroz** são professores do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa (UFV); **Alcione de Paiva** é professor do Departamento de Informática da UFV; **Alexandra Moreira** é mestre em Ciência da Informação; **Vanuza Moreira Braga** é licenciada em História pela UFV e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Estante
Conexões historiográficas

Em pauta alguns dos mais recentes lançamentos da bibliografia histórica sobre Minas Gerais.

Antônio Henrique Duarte Lacerda. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88).* São Paulo: Annablume, 2007.

Com base em fontes primárias cartoriais – cartas de alforrias e escrituras de compras e vendas de escravos –, Antônio Henrique Duarte Lacerda propõe uma tipologia de alforrias e investiga o significado da liberdade entre os cativos do município de Juiz de Fora, principal pólo da economia cafeeira mineira.

Francis Albert Cotta. *Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

A história da Polícia Militar mineira se confunde com a própria história do Estado de Minas Gerais. Baseado em séria pesquisa, o livro contribui para o melhor conhecimento dessa instituição, que tem suas raízes nas tropas dos Dragões del Rei. Trata-se, portanto, de uma obra que aborda tema pouco explorado, mas fundamental para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Johann Jakob von Tschudi. *Viagens através da América do Sul*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fapemig, 2006. 2 v.

Editada em dois volumes, a obra em questão narra a viagem de Tschudi, desde a Alemanha até o Rio de Janeiro e daí à Província de Minas Gerais, entre novembro de 1857 e abril de 1858. Trata-se de uma preciosa fonte documental, pois reproduz entrevistas com autoridades, estatísticas e informações da imprensa da época.

Luciano Mendes de Faria Filho, Carla Simone Chamon e Walquiria Miranda Rosa (Org.)**.** *Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX***.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

O volume reúne dois documentos de grande importância para o entendimento da história da educação em Minas Gerais. Ambos apresentam propostas, na época pós-Independência, de ampliação da instrução elementar, para que ela atingisse o maior número de pessoas, inclusive as das camadas mais pobres da população. O livro também remete às expectativas de intelectuais mineiros frente às instituições de ensino européias, particularmente aquelas sediadas na Inglaterra e na França.

Maria do Carmo Andrade Gomes, Birgitte Holten e Michael Sterll. *A canção das Palmeiras: Eugenius Warwing, um jovem botânico no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fapemig, 2006.

O livro é fruto de importante trabalho interdisciplinar a respeito do botânico dinarmaquês Eugenius Warming, que desenvolveu pesquisas em Lagoa Santa (MG), entre 1863 e 1865, quando foi secretário do paleontólogo Peter Lund. Os textos técnicos, correspondências e imagens reunidos revelam a atuação daquele que é considerado o fundador da ecologia vegetal e o primeiro autor a estudar em profundidade o cerrado brasileiro.

Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes*. São Paulo: Annablume, 2007

Nas últimas décadas, a pesquisa a respeito da família escrava foi significativamente ampliada. Sabe-se hoje que o cotidiano das senzalas era marcado pela presença de casais estáveis ou de famílias monoparentais – compostas por mães e filhos –, assim como se registrou a formação de redes de compadrio envolvendo cativos e livres. Na melhor linha da historiografia recente, Maria Lúcia Teixeira aponta essas complexidades e diversidades em Minas Gerais.

Thais Nivia de
Lima e Fonseca

Um mestre na capitania

Requerimento, datado de 1803, do mestre de gramática latina, padre Manoel da Paixão e Paiva, pleiteando sua efetivação no cargo, traz revelações sobre o *status* de professor na Capitania de Minas Gerais e sugere uma reflexão sobre o uso de documentos históricos em salas de aula.

A historiografia contemporânea tem dado especial relevo aos personagens. Não no sentido em que neles se pensava há tempos, como os "grandes vultos", homens singulares que teriam os destinos de povos inteiros em suas mãos. Da história "vista de baixo", muitas vezes entendida como a revanche dos dominados, quando apresentados como os "verdadeiros" protagonistas, avançamos para entender o movimento histórico como integrado pela diversidade de grupos e de indivíduos, pelas relações entre eles, conflituosas ou não, mais próximos ou mais afastados das esferas de poder.

A aproximação com as vidas desses indivíduos tem constituído importantes campos da historiografia, como a micro-história e a biografia – revisitada como gênero de narrativa histórica –, podendo também ser, algumas vezes, um instrumento para responder a problemas mais amplos. Homens e mulheres, em variadas condições de existência, em contextos culturais distintos, praticantes de atividades as mais diversas, tornam-se alvos privilegiados dos historiadores, e suas histórias particulares vão sendo conectadas a contextos mais amplos de suas épocas.[1]

Entre tantos personagens ou "sujeitos históricos", há um grupo ainda pouco considerado pelos historiadores que, curiosamente, em sua maior parte, também exercem a mesma profissão que eles tiveram no passado: os professores. Há historiadores da educação que os têm como objeto de investigação, em geral concentrada em tempos mais recentes, principalmente o século XX. No Brasil, os professores de tempos mais remotos são praticamente desconhecidos, tanto em relação a sua atividade profissional quanto às suas vidas cotidianas, suas relações com seus alunos, com seus vizinhos, com seus empregadores ou superiores.[2]

É sobre um professor o documento que trago neste artigo. Documento que revela algumas dessas dimensões da vida de um "personagem" e que instiga a procura de outras questões para além dele mesmo como indivíduo, e que constituem o fundamento da problematização em história. A exploração desse documento apresenta-se também como ponto de partida para a reflexão sobre o uso de documentos na sala de aula, no ensino de história nos níveis fundamental e médio.

Professores régios

O documento em foco é um requerimento à Junta da Diretoria Geral dos Estudos, sediada na Universidade de Coimbra, feito pelo padre Manoel da Paixão e Paiva, em 1803. Nascido em São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes, exercia nessa mesma vila suas funções eclesiásticas, ao mesmo tempo em que atuava, por algum tempo, como uma espécie de auxiliar junto ao mestre régio de gramática latina da vila, o também padre Marçal da Cunha e Mattos. Em virtude dos problemas de saúde deste último, passou a substituí-lo na cadeira, até que o antigo titular transferiu-se para o Rio de Janeiro para tratar da saúde e acabou por lá ficando e assumindo o cargo de cônego da Sé. Depois de dois anos como substituto, decidiu o padre Manoel requerer à Junta da Diretoria Geral dos Estudos que o efetivasse na cadeira. Essa era uma situação muito comum, e há inúmeros registros desses pedidos, tanto das licenças requeridas pelos professores, diante de situações variadas, quanto dos pedidos de seus substitutos, que se consideravam merecedores de algum progresso na carreira por meio da efetivação.

A existência dos professores régios foi possibilitada pela reforma levada a efeito no reinado de D. José I pelo marquês de Pombal. Em suas duas etapas fundamentais, a reforma atingiu o controle até então exercido pelos jesuítas sobre a educação em Portugal e em seus domínios, abrangendo desde a instrução elementar – o ensino das primeiras letras – até a importante reforma da Universidade de Coimbra.

Na primeira etapa, realizada em 1759, as atenções voltaram-se para a eliminação do controle da Companhia de Jesus sobre a educação, por meio de sua expulsão de todos os territórios portugueses, com o fechamento de suas escolas, a proibição do uso de seus métodos e materiais de ensino e a conseqüente definição de outros métodos e materiais, e pela criação das aulas régias, gratuitas, de gramática latina, grego e retórica. Na segunda etapa, em 1772, com uma reforma mais completa dos estudos menores, criaram-se as aulas régias de ler, escrever e contar. Todas essas aulas eram pertencentes ao Estado, devendo portanto ser gratuitas, e sua manutenção – materiais e salários dos professores – vinha do imposto especialmente criado para esse fim, o subsídio literário.

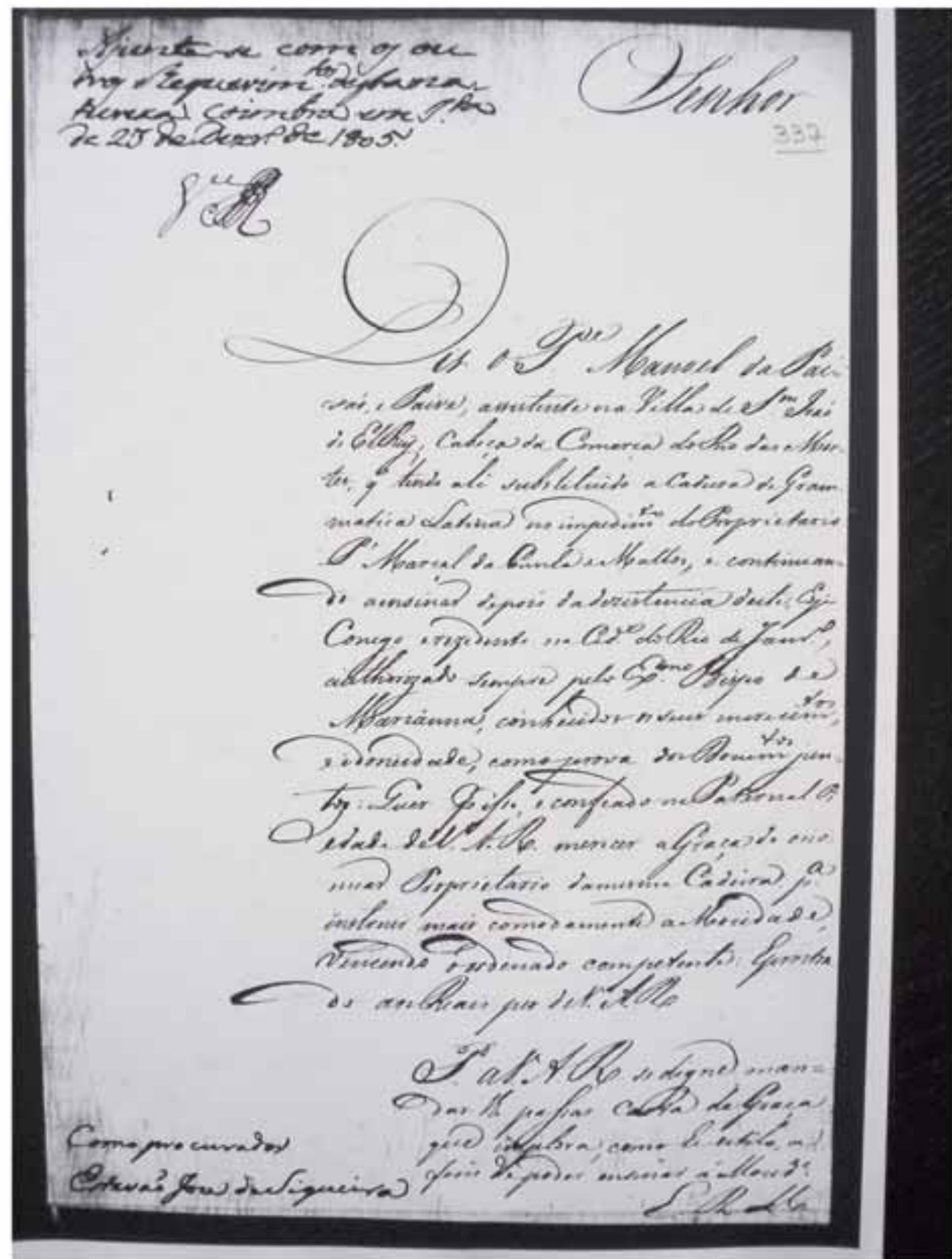
Os professores eram admitidos mediante concurso, que os habilitava a receber provisão e nomeação para a cadeira que iriam ocupar. Os professores particulares podiam continuar a exercer o magistério, mas tinham de obter licença própria, sem a qual sua atividade seria considerada irregular. A administração do sistema foi entregue à Diretoria Geral dos Estudos, criada ainda em 1759. Com a criação da Real Mesa Censória, em 1768, esta passou a gerir o ensino até sua substituição pela Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, em 1787. No Brasil a administração local das aulas régias ficou a cargo dos governadores das capitanias e dos ouvidores das comarcas, os professores deviam ter registro nas câmaras, e o subsídio literário seria arrecadado e gerenciado pelas Juntas de Fazenda das capitanias. No final do século XVIII, no reinado de D. Maria I, foram criadas as aulas régias para meninas.

O número de professores régios no Brasil parece ter sido expressivo, a julgar pelos números verificados na documentação das Juntas da Fazenda, registros de exames, cartas de provisão e outros documentos. Na Capitania de Minas Gerais, por exemplo, entre 1774 e 1833, temos um registro parcial de 241 professores régios inscritos nas listas de pagamento dos salários[3]. Isso não significa, entretanto, que estivessem todos a exercer seus cargos, embora de sua comprovação dependesse o pagamento dos ordenados – aliás invariavelmente atrasados em meses, às vezes em anos. Aliado ao baixo valor dos salários[4], esse problema certamente afastava muitos possíveis aspirantes ao magistério e, mais que isso, desestimulava a permanência no serviço.

A quantidade de substitutos era bastante elevada, não raro pagos pelos próprios titulares, que ficavam anos afastados. É de se imaginar que preferiam liberar-se para exercer outras atividades, ou mesmo para ministrar aulas particulares, proibidas aos professores régios concursados. Ainda assim, para muitos, o cargo apetecia como segunda fonte de renda, embora legalmente não o pudessem praticar. Por isso, depois de algum tempo, muitos desses substitutos acabavam por solicitar sua nomeação definitiva e o recebimento da Carta de Propriedade da cadeira, como foi o caso do padre Manoel da Paixão e Paiva, de São João del-Rei.

O procedimento era, em geral, o mesmo nesses casos: o requerente apresentava, junto à sua petição, documentos comprobatórios do exercício do magistério, que podiam tanto emanar do órgão responsável pelo controle da atividade – no caso o Senado da Câmara da Vila – como serem declarações de caráter privado, feitas por pessoas do seu círculo de relações, reconhecidas na comunidade, e que apresentavam competência para atestar as qualidades do requerente. Esses documentos são interessantes testemunhos não apenas do funcionamento do sistema das aulas régias no que diz respeito ao corpo docente, mas também quanto às relações que os indivíduos estabeleciam entre si e quanto àquilo que desejavam fosse tornado do conhecimento de todos sobre sua vida e suas atividades profissionais.

Provimento

Requerimento do padre Manoel da Paixão e Paiva solicitando nomeação para a cadeira de gramática latina da Vila de São João del-Rei. Microfilme/Fundo Ministério do Reino. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa), mç 3518, 1803/1805.

A Câmara da Vila de São João del-Rei confirmava que o padre Manoel da Paixão cumpria diligentemente as obrigações como substituto na cadeira de gramática latina havia já três anos, desde o afastamento do professor régio padre Marçal da Cunha e Mattos – que afinal se demitira –, mas não havia ainda obtido o privilégio do provimento. Além do relatório administrativo, o atestado da Câmara mencionava também as necessidades materiais do substituto, de quem dependia uma numerosa família e que o fazia necessitar do ordenado de professor régio.

Padre Manoel da Paixão apresentou ainda uma declaração dada pelo capitão-mor da Vila de São João del-Rei, o bacharel em matemática Luis Fortes de Bustamante e Sá, na qual este expressava suas preocupações com a continuidade dos estudos da mocidade da vila, especialmente de seus filhos, e defendia a nomeação do padre Manoel da Paixão, expondo suas qualidades de digno substituto do antigo professor. Entre essas qualidades não constavam apenas seus predicados pessoais, "seus bons costumes" e seus conhecimentos, "por saber maravilhosamente a língua latina", mas sobretudo o fato de não ter feito mudanças no método de ensino utilizado por seu antecessor, sacerdote e mestre respeitado na vila, continuando a seguir "a sua mesma escola".

As vantagens do método são elencadas pelo capitão-mor, pois fazia avançar mais rapidamente os estudos e dotava os estudantes das principais habilidades para "facilitar a percepção da gramática latina, e conhecer o gosto, e a frase da nossa língua", fazendo-os "aprender para a entender, a escrever com discernimento, crítica e elegância". Suas impressões sobre o postulante à cadeira seriam, segundo ele, corroboradas pelo bispo de Mariana, pelo governador, pelo pároco e por outros sacerdotes por ele consultados.

A ênfase dada pelo capitão-mor na manutenção do método de ensino serviria também para fortalecer as boas impressões sobre o professor, pois desde a reforma de 1759 houve evidente preocupação das autoridades com a permanência das práticas educativas dos jesuítas, às vezes observadas pelo desconhecimento da nova lei, mas muitas outras pelas convicções dos próprios professores e também dos pais dos alunos, fiéis aos princípios que norteavam a educação jesuítica ou temerosos de que o ensino público fosse excessivamente laico.

O documento na sala de aula

A preocupação com o uso do documento na sala de aula esteve, por muito tempo, relacionada a uma herança metodológica da escola metódica, atenta ao documento como prova e guardião da verdade dos fatos. Por isso, quase sempre, a justificativa para o seu uso estava na função ilustrativa e comprobatória que ele seria capaz de exercer. Já em 1935, Jonathas Serrano, no livro *Como se ensina história*, alertava para a necessidade de se estimular os alunos à pesquisa em arquivos e bibliotecas com a finalidade de adestrá-los "na crítica imparcial, sem cujo emprego não existe verdadeira história"[5]. Em sua opinião, o espírito de crítica, mais apropriado para o ensino secundário, deveria ser desenvolvido pelo "cotejo dos manuais", "pela consulta a obras de tomo e a fontes propriamente ditas"[6].

Em perspectiva semelhante, foi publicado, na década de 1960,[7] *História documental do Brasil*, de Therezinha de Castro, coletânea de documentos destinada a motivar os alunos para a leitura de "documentos autênticos que caracterizem episódios importantes da história" e que pudessem despertar o "coeficiente emocional [...] para tornar a história mais humana"[8]. A autora, professora do Colégio Pedro II, do Rio de

Janeiro, preocupava-se com um exercício metodológico – de caráter didático – que marcou profundamente o ensino de história no Brasil.

Os documentos, principalmente os escritos e os iconográficos, apareciam como meras ilustrações confirmadoras do conteúdo presente nos textos dos manuais. Esse era o momento em que o máximo de esforço intelectual exigido do aluno consistia em reproduzir informações de aspectos considerados mais significativos do processo histórico e em elaborar esquemas, fichas e relatórios, conforme orientações dadas pelos programas curriculares da época.

Uma experiência inovadora quanto à utilização das fontes no ensino de história foi obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que, entre 1971 e 1980, coordenou a publicação de uma coleção didática para o então ensino de primeiro grau, em cujos volumes – de história geral e do Brasil – apareciam, em destaque, documentos selecionados em função dos problemas discutidos nos capítulos. Não era ainda um procedimento próximo do tratamento dado pelos historiadores às suas fontes, adaptado ao então ensino de primeiro grau e aos livros didáticos, mas, ao propor o confronto entre documentos, avançava em relação às iniciativas anteriores.

Fora do âmbito dos livros didáticos, as experiências caminhavam no sentido de se trabalhar com "textos complementares" retirados de outros livros, adaptados ou até mesmo produzidos pelos próprios professores, textos de jornais e de revistas, pouca iconografia, mas todos, muito raramente, sob tratamento metodológico que os considerasse documentos para o trabalho do historiador, e muito mais como material de apoio didático. Daí em diante as propostas de mudanças no ensino de história, oficiais ou não, passaram a dar ênfase ao trabalho com os documentos, ampliando sua definição e tipologia, procurando a incorporação das problemáticas da historiografia contemporânea.

Para muitos, ainda permanece a pergunta: para que e como usar o documento na sala de aula? As muitas tentativas de mudanças do perfil do ensino de história passaram a buscar uma maior sintonia com a produção historiográfica mais recente e com suas reflexões teóricas. Assim, a partir dos anos 1980, o ensino foi "invadido" pelos temas e pelos problemas da historiografia, levando-o a incorporar, também, a discussão sobre o uso dos documentos na sala de aula. Se falamos de uma preocupação, acentuada contemporaneamente, com as fontes, isso se explica pelo papel hoje representado por estas no trabalho do historiador. Para os tradicionais, tratava-se de encarar o documento como a prova irrefutável do fato acontecido, e para os estudantes das escolas primárias e secundárias ele tinha sua importância como elemento demonstrativo ou ilustrativo. Para nós, trata-se da utilização do documento, no processo de construção do conhecimento histórico, como uma produção sociocultural historicamente situada, expressão das experiências e necessidades de um tempo. Além disso, o conceito foi significativamente ampliado, incluindo-se, junto às fontes escritas, as iconográficas de toda espécie, as da cultura material, as orais, os monumentos etc. Valorizá-las no ensino de história pressupõe uma prática que se fundamente também num processo de construção coletiva, e não de pura transmissão de um conhecimento já pronto e acabado. Essa pode ser uma chave possível para o uso do documento na sala de aula, e que serve à reflexão proposta a partir do documento apresentado neste artigo.

Afastado radicalmente da perspectiva comprobatória, o documento é, para o historiador, uma janela para seu objeto de estudo, não raro apresentando-se a ele de forma fragmentada, parcial, eivado de intenções, marcado por contradições. E usado pelo professor de história na sala de aula tem, é claro, as mesmas características. A realização de um trabalho que se fundamente no uso dos documentos, em seu sentido mais amplo, exige, evidentemente, a utilização de instrumentos metodológicos que fundamentem a compreensão da história como conhecimento construído.

Dos tradicionais documentos escritos, aos menos trabalhados no ensino fundamental, como os da cultura material, todos constituem vestígios, fragmentos de experiências, de vivências, de crenças, de valores, de lutas pela sobrevivência. A adoção de procedimentos de investigação no ensino de história exige, portanto, o uso de um leque ampliado, que permita ao professor proceder, por exemplo, à leitura e análise de documentos escritos na sala de aula, ao mesmo tempo em que realiza uma "pesquisa de campo" numa visita ao museu, onde os documentos da vida material se juntam ao esforço de construção do conhecimento histórico sobre determinada dimensão da vida de uma sociedade.

O estímulo ao uso do documento na sala de aula não significa, no entanto, reproduzir, nos ensinos fundamental e médio, as condições e objetivos da pesquisa acadêmica. Mas não impede que procedimentos da mesma natureza sejam usados. E nada melhor que começar pelos mais convencionais na tradição historiográfica, os documentos escritos, tanto os impressos quanto os manuscritos. A própria materialidade do documento já é tema de grande interesse para o estudo em sala de aula, envolvendo jovens que, como já disse Eric Hobsbawm, "crescem numa espécie de presente contínuo"[9]. Conhecer formas de registro da vida pública e privada, feitas em outras épocas, sem o uso das tecnologias contemporâneas, também é uma maneira de desenvolver a relação com o tempo, entre o passado e o presente, e o uso do documento na sala de aula é um importante instrumento para esse trabalho.

Um tipo exemplar

O requerimento do padre Manoel da Paixão e Paiva começa por apresentar ao professor e ao estudante a forma ainda predominante de comunicação escrita no Brasil no início do século XIX, isto é, o documento manuscrito. Muito embora a imprensa já tivesse sido inventada há séculos, a maior parte do registro escrito oficial e das comunicações interinstitucionais e interpessoais se fazia por meio do manuscrito, forma cada vez mais rara em nossos dias. Nem sempre o professor de história terá um documento original à sua disposição para utilizar na sala de aula, mas hoje é possível ter acesso a muitos deles, digitalizados, na Internet, o que facilita a visualização, por parte dos alunos, da sua materialidade: a caligrafia, a ortografia, a linguagem.

O documento mencionado indica alguns termos em que se fundavam as relações hierárquicas e de poder na sociedade daquela época, por exemplo, ao serem utilizadas as expressões "Paternal Piedade de V. A. R." ou "prostrado aos Reais pés de V. A. R.". É interessante fazer observar o uso das letras maiúsculas nas palavras que adjetivam as ações ou o perfil do soberano, aspecto recorrente na documentação relativa ao Antigo Regime.

No atestado emitido pela Câmara da Vila de São João del-Rei podem ser vislumbrados elementos importantes sobre os atributos então exigidos de um professor, quando mais ao se postular uma nomeação definitiva como professor régio. Alguns desses elementos constituem parte das qualidades desejáveis para um bom súdito e um bom cristão, que nessa época acabavam por ser uma só, considerando-se que ainda vigoravam no mundo luso-brasileiro a ligação entre o Estado e a Igreja e a concepção do rei como primeiro protetor da religião. Assim, não bastavam aos professores o conhecimento da matéria que deveriam ensinar, mas terem comportamento regrado e aprovado pela comunidade, sobretudo quando se tratava de sacerdotes. O professor

de história, ao usar um documento dessa natureza, tem ótima oportunidade de explorar aspectos como aquelas relações entre o Estado e a Igreja, as normas de comportamento social conforme as concepções da época, seus mecanismos de controle e as transgressões a elas, as formas de viver e de pensar.

Os vereadores da Câmara de São João del-Rei procuraram reforçar a legitimidade do pedido do padre Manoel da Paixão expondo sua difícil situação material, por ser, segundo o documento, o sustento único de vários parentes: a mãe viúva, uma irmã maior, um irmão cego, uma cunhada viúva e paralítica, duas sobrinhas menores e mais sobrinhos. O que significava naqueles tempos uma família tão numerosa, com tantos indivíduos sem condição de trabalho? Haveria a possibilidade de essas mulheres exercerem alguma atividade que ajudasse o sustento da família, como era comum, seja a costura ou os bordados, por exemplo? O documento não menciona nenhum escravo. Haveria algum? Essas questões podem remeter o professor de história para a abordagem de inúmeros aspectos da vida cotidiana dos núcleos urbanos do Brasil nos séculos XVIII e XIX, especialmente na região das Minas Gerais, considerando os distintos grupos sociais; os homens e as mulheres; o cotidiano das crianças; os escravos; os libertos; as atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas ao sustento das populações de poucas posses.

A declaração do capitão-mor da Vila de São João del-Rei, Luis Fortes de Bustamante e Sá, pode encaminhar o professor de história a outro campo a explorar, pois indica claramente o universo da educação das elites e alguns dos seus valores. O capitão-mor demonstra conhecimento dos processos pedagógicos ao descrever em detalhes os procedimentos adotados pelo antigo professor e sua satisfação ao constatar que o seu substituto havia mantido os métodos de ensino, garantindo a continuidade do tipo de educação que os "Paes de Famílias" da vila desejavam para seus filhos. Tal quadro torna-se ainda mais claro quando se considera que o estudo da gramática latina estava reservado a poucos, preferencialmente aos que pretendessem seguir seus estudos no nível universitário ou seguir a carreira eclesiástica.

Essas reservas estavam claras desde a reforma de 1759 e foram explicitadas na lei de 1772 que reorganizou os estudos menores, segundo a qual "sendo igualmente certo que nem todos os indivíduos destes Reinos, e seus Domínios, se hão de educar com o destino dos Estudos Maiores, porque deles se devem deduzir os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos, e nas Artes Fabris [...], bastará a uns, que se contenham nos exercícios de ler, escrever e contar; a outros, que se reduzam a precisa instrução da Língua Latina, de sorte, que somente se fará necessário habilitar-se para a Filologia o menor número de outros mancebos, que aspiram as aplicações daquelas Faculdades Acadêmicas, que fazem figurar os Homens nos Estados [...]"[10]. Ainda assim, o estudo da gramática latina poderia permitir a indivíduos não pertencentes às elites a ascensão a algum emprego mais proveitoso, seja na administração pública ou nos órgãos de Justiça, seja junto a particulares.[11]

O documento revela ainda outra situação interessante ao estudo da história nas escolas fundamental e média, similar ao que foi referido no início deste artigo, quanto à relação das jovens gerações com o tempo histórico. Para muitos, a imagem da escola é a que temos hoje, e dentro da própria escola contemporânea pensa-se pouco ou nada sobre suas dimensões no passado.
Ao descrever os procedimentos pedagógicos do antigo professor de gramática latina da Vila de São João del-Rei, o capitão-mor Luís Fortes de Bustamante e Sá fornece algumas pistas para a análise: tão bom era o professor Marçal da Cunha e Mattos que "vendo-se obrigado a aceitar alguns [alunos] que não eram peritos em ler, marcava-lhes as horas, fora da lição da aula, e elle mesmo os aperfeiçoava no ler, escrever, contar, e depois de bem peritos, no que era bastante importante os admittia para a aula [...] instruindo primeiro na Gramática Portuguesa [...] e logo que elles sabião todos os preliminares na Gramática, e da Regência os passava para o latim".

Ora, como entravam esses alunos numa aula de gramática latina sem o conhecimento básico da leitura e da escrita? O estranhamento quanto a essa situação parte de nossa percepção, já muito arraigada, sobre a escola seriada e hierarquizada quanto aos conhecimentos nela aprendidos, que implica uma escala de progressão. A escola do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX não era assim. A hierarquização era antes social do que dos saberes. Não havia rigor na definição de idades nem de competências para o ingresso numa aula. Sim, aula, porque a escola como instituição tal como a conhecemos hoje, compreendendo uma unidade física e uma ordem administrativa, ainda não havia se consolidado. Cada aula – de gramática latina, de retórica, de primeiras letras – era uma "escola" em si, e geralmente sediada na casa do próprio professor, ou em algum espaço alugado ou mesmo cedido a ele. Os alunos eram diversos em idades e em níveis de conhecimento e os objetivos da escola parecem muito distantes daqueles que movem a sociedade contemporânea.

Valor pedagógico

Nos últimos anos a discussão sobre o ensino de história avançou consideravelmente em vários de seus aspectos e, no tocante ao trabalho com os documentos, ela esbarra em algumas questões importantes para nossa reflexão. Um trabalho que não sucumba a uma prática arraigada, de entendimento do documento na sala de aula como ilustração do conteúdo ensinado, requer a atuação de um professor com boa formação em pesquisa, que tenha mínima familiaridade com as fontes, que conheça sua diversidade e suas múltiplas possibilidades no âmbito da pesquisa histórica, que compreenda as diversas formas de utilização dos documentos em seus fundamentos historiográficos.

A maioria dos professores e pesquisadores em ensino de história, ao indicar documentos para o trabalho em sala de aula, aponta aqueles que aparecem com mais freqüência na pesquisa histórica, como as fontes escritas e as iconográficas de natureza diversa, e outras que muitas vezes têm seu tratamento confundido, na verdade, com recursos didáticos ou com as chamadas "novas linguagens", como filmes e documentários, música, histórias em quadrinhos, entrevistas. Em outros casos, as propostas são apresentadas com a atenção concentrada não nos documentos em si, mas nas instituições que as guardam, como arquivos, museus, bibliotecas. De toda forma, mesmo com algumas confusões quanto à distinção entre *documento* e *recurso didático*, a maior parte das propostas está voltada para a reflexão crítica e a tentativa de produção do conhecimento nos ensinos fundamental e médio.

E pensando sobre a sala de aula, é importante lembrar que a maioria das propostas de trabalho com os documentos considera sua realização nesse espaço consagrado no universo escolar. Os documentos escritos devem ser para lá levados pelo professor, adaptados ou não, bem como os documentos iconográficos, audiovisuais, dentre outros. Há ainda aqui uma noção do trabalho disciplinarizado pelo espaço escolar, pela sala de aula, que acaba, de certa forma, restringindo, ainda, a noção de documento. Se o trabalho em sala de aula é importante, a discussão sobre os documentos no ensino de história deve transpô-la, levando professores e estudantes para as praças, as ruas, os museus, os arquivos, as bibliotecas, os parques. Nesses lugares estão outros documentos, como os monumentos, em toda a

sua diversidade (estátuas, palácios, igrejas, placas de ruas, placas comemorativas, fontes e chafarizes), a produção artística, a cultura material, aspectos da vida cotidiana, entre outras dimensões possíveis para a investigação e a reflexão históricas.

Quando se trata de apresentar uma reflexão teórica e propostas sobre algum aspecto do ensino de história, em geral, cuidamos de sistematizar suas principais características, seu surgimento e desenvolvimento na história da disciplina, os movimentos de inovação e as sugestões de experiências. Pouco espaço é reservado para o olhar sobre os professores, os alunos e a sala de aula, em sua dimensão concreta. Ao fazê-lo, deparamo-nos com situações que, se não contrariam, colocam dificuldades a nossas reflexões, não raro idealizadoras, sobre o ensino dessa disciplina, como as já conhecidíssimas condições materiais de trabalho, por exemplo.

Não basta, portanto, olhar para o universo mais privilegiado dos grandes centros urbanos ou de localidades que vivem sob influência de alguma grande instituição de ensino de qualquer nível. Se mesmo neles o quadro é plural, que dizer da situação encontrada em pequenas localidades a centenas de quilômetros de uma cidade de porte médio, distante de livrarias, cinemas, faculdades ou universidades, museus, arquivos, bibliotecas? Por isso, é necessário refletir sobre as formas possíveis de desenvolvimento do trabalho com o ensino de história, enquanto não são conquistadas melhores condições de formação e de exercício profissional.

Quanto aos que se dedicam à formação dos futuros professores nos cursos de graduação em história, é necessário jamais perder de vista a íntima relação entre o ensino e a pesquisa, em suas mais diversas dimensões: a relação entre a produção acadêmica do conhecimento histórico e sua discussão e efetivação na graduação; a relação entre esse conhecimento e os ensinos fundamental e médio; a relação entre o ensino de história na escola fundamental e a prática de procedimentos de pesquisa e de produção do conhecimento nessa escola. Se não há fórmulas para se "criar" um bom professor ou um bom pesquisador, isolar as práticas do ensino e da pesquisa, desde os cursos de graduação, é comprometer a formação tanto de um quanto de outro. Mesmo aquele que optar por jamais entrar numa sala de aula de 5ª série do ensino fundamental, se seguir a carreira acadêmica acabará diante da tarefa de formar aqueles que um dia o farão.

Talvez devamos lembrar com mais freqüência as motivações que nos levam a nos dedicar ao estudo da história, da satisfação que temos em "vivê-la", e de como seria lamentável negar tudo isso às crianças e aos jovens, apartando da formação acadêmica a preocupação com o ensino e deixando-o à mercê da mera transmissão de saberes. Lembremo-nos de Fernand Braudel, para quem "a viagem que é sua lição [da história] não deverá conduzir a terras mortas. É uma forma de incursão na vida passada em toda a sua ebulição. O adolescente que nos ouve tem a tendência de preferir o presente a este passado de idéias abstratas. Faça-os viver na realidade da história, entre as coisas concretas"[12]. Talvez nada melhor que o documento para fazê-lo entrar nessa realidade.

Notas |

1. Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história:* os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

2. Sobre o tema ver: ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. As escolas régias (1772-1794).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997; e FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda: estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Varia Historia*, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, jun. 2006.

3. FONTE: Arquivo Público Mineiro. Fundo Casa dos Contos CC-1290-041-E3. O subsídio literário foi extinto em 1834.

4. O ordenado de um professor régio variava de 80 mil a 460 mil réis anuais, dependendo do seu nível (se substituto ou titular) e da sua Cadeira (Primeiras Letras ou Latim, por exemplo).

5. SERRANO, Jonathas. *Como se ensina a História*. São Paulo: Proprietária, 1935. p. 64.

6. *Ibidem*, p. 148.

7. Não consta a data de publicação, mas o prefácio é datado de 1968.

8. CASTRO, Therezinha de. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [s.d.]. p. 10.

9. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos.* O breve século XX. 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

10. *Lei por que V. M. é servido ocorrer aos funestos estragos das Escolas Menores; fundando-as de novo; e multiplicando-as nos seus Reinos, e todos seus Domínios. 6 de Novembro de 1772.* Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa)/Ministério do Reino – Lv 359-A (MF 1305). A legislação também pode ser encontrada em http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt.

11. Sobre essa questão ver: FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na Capitania de Minas Gerais, das ações das Câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). In: IV CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES: DO ABSOLUTISMO AO LIBERALISMO. *Atas*... Câmara Municipal de Guimarães, Portugal, 2006.

12. BRAUDEL, Fernand. La pédagogie de l'Histoire. In: ____. *L'Histoire au quotidien. Les écrits de Fernand Braudel*. Paris: Éditions de Fallois, 2001. p. 123.

Requerimento do padre Manoel da Paixão e Paiva solicitando nomeação para cadeira de gramática latina da Vila de São João del-Rei*

Thais Nivia de Lima e Fonseca é professora adjunta de História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-graduação em Educação da mesma instituição. É autora do livro *História & Ensino de História* (Autêntica, 2004), organizadora dos livros *História e Historiografia da Educação no Brasil* (Autêntica, 2003) e *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História* (Autêntica, 2001), além de ter capítulos publicados em diversas coletâneas e artigos em periódicos.

1

Diz o Pe. Manoel da Paixão e Paiva, assistente na Villa de Sam João de El Rey, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, que tendo ali substituído a Cadeira de Gramática Latina no impedimento do Proprietário Pe. Marçal da Cunha e Mattos, e continuando a ensinar depois da desistência deste, hoje Cônego e rezidente na Cidade do Rio de Janeiro, authorizado sempre pelo Exmo. Bispo de Marianna, conhecidos os seus merecimentos, e idoneidade, como prova dos Documentos juntos: Quer por isto, e confiado na Paternal Piedade de V. A. R. merecer a Graça de o nomear Proprietário da mesma Cadeira, para instruir mais comodamente a Mocidade, vencendo o ordenado competente; é prostrado aos Reais pés de V. A. R.
P. a V. A. R. se digne mandar-lhe passar Carta da Graça que implora, como é estilo, a fim de pode ensinar à Mocidade.
Como procurador, Estevão José de Siqueira.

2

O Juiz Presidente Vereadores, e Procurador desta Comarca da Vila de S. João d'El Rey por Eleição de Pelouro na forma da Ley
Attestamos de fazemos certo debaixo de juramento de nossos cargos, que o Pe. Manoel da Paixão e Paiva natural, e morador em S. João d'El Rey em Outubro de 1800 quando S. Exa. Rma. visitou esta Freguizia foi elleito pelo Rdo. Marçal da Cunha e Mattos Professor de Gramática Latina, que então era para seu Substitutto pelo impedimento de suas moléstias, pellas quaes se viu obrigado a requerer demissão em Setembro de 1802; que o mesmo Pe. Manoel da Paixão se conservou no ensino da mocidade estes dous annos com muita promptidão, zello, e boa satisfação de todos, e que requerendo logo depois desta desistência ser provido na Cadeira, apenas conseguiu de S. Exa. Rma. despacho para poder ensinar esta lingoa publicamente, em cujo exercício se conserva thé agora com boa e inteira satisfação dos seus deveres, com a sizudeza, e comportamento, que o distingue no seu estado, e emprego com a inteligência, e erudição, que o tem acreditado logo desde seus annos juvenis, sendo por estes motivos digno de ser provido na mesma Cadeira, e também porque com toda a claridade sustenta a sua May viúva, sua Irmã de mayor idade, um Irmão cego, uma cunhada viúva e paralithica, duas sobrinhas

menores e sobrinhos, que esperão todos da sua piedosa liberalidade os alimentos, que necessitão, sem que elle tenha mais que o fructo de suas Ordens, com as quaes não pode satisfazer tão onerosas pençoens. E por nos ser esta pedida, mandamos passar e sellar. Dada e passada nesta Vila de S. João d'El Rey em Câmara de 24 de Novembro de 1803 e eu Antonio da Costa *Braga Escrivão da Câmara que a subscrevi*.

Manoel Leite de Freitas
João Paulo Carneiro
João Baptista da Silveira
Antonio Jose Teixeira

3

Luis Fortes de Bustamante e Sá, Bacharel formado em Mathematica, Guarda Mor do Rio Preto, e Capitam Mor da Villa de São João d'El Rey e seu Termo.

Atttesto, e juro aos Santos Evangelhos em como sentindo todos nós os Paes de Famílias a perda do Rdo. Pe. Mestre Marçal da Cunha e Mattos por demittir à sua cadeira de Gramática da Villa de S. João de El Rey Cabeça da Comarca do Rio das Mortes, em razão de se mudar para a Cidade do Rio de Janeiro a cuidar da sua saúde, aonde está feito Cônego da Sé presentemente, conhecendo elle a grande razão, e a sinceridade com que lhe rogavam para que não demitisse da dita Cadeira, nos propôs que falta nenhuma fazia, tomando conta do ensino de nossos filhos o Rdo. Pe. Manoel da Paixão e Payva, tanto por saber maravilhosamente a língua latina, como pelos seos bons costumes, e seguir à sua mesma escola. Aquele grande e singular Mestre era revestido de sana consciência, que jamais teve rapaz na sua aula 6 meses que não soubesse latim no fim de 3 a, e vendo-se obrigado a aceitar alguns que não eram peritos em ler, marcava-lhes as horas, fora da lição da aula, e elle mesmo os aperfeiçoava no ler, escrever, contar, e depois de bem peritos, no que era bastante importante os admittia para a aula, seguindo um Methodo que talvez seja o único, que o praticava, instruindo primeiro na Gramática Portuguesa, fazendo um completo curso da língua pelos nossos escritores Jacinto Freire, e Frei Luis de Souza, e outros, e logo, que elles sabião todos os preliminares na Gramática, e da Regência os passava para o latim, que então o aprendião em
menos de 3 anos, vencendo assim dois obstáculos, que só ouso depois de infinitos annos vencer, quaes são o de facilitar a percepção da Gramatica Latina, e conhecer o gosto, e a frase da nossa língua, cada que vai aprender para a entender, a escrever com discernimento, critica e elegância.

O dito Pe. Manoel da Paixão e Payva como seu discípulo há 30 anos, e seu substituto muitos annos, segue em tudo seu systema digno de ser abraçado geralmente, e não só por que o voto daquelle bom e singular Mestre é respeitado de todos nas Minas, mas porque todos nós temos pleno conhecimento do dito Padre, que tem 40 anos de idade, apprendendo gramática há 28 anos e ensinando-a muitos annos, tendo excellentes costumes, e particular estimação de todos, tivemos por grande fortuna acceitar elle a educação dos rapazes que se dedicavão aos estudos naquella Comarca, que tem para sima de cento e vinte mil almas, e para mais comprovar o meu juramento, e não parecer excessivo na minha narração, nascida do ardente desejo que tenho de ver meus filhos aproveitados, ouvi ao Exmo. Sr. Bispo de Marianna, ao Exmo. Sr. Gal. Ao meu Rdo. Parocho, e a muitos Cônegos fazerem-lhe os ellogios, que merece o seu bom comportamento e literatura latina.

Outro sim attesto que a Capitania de Minas Gerais é devida em 4 Comarcas, Vila Rica, Rio das Mortes, Sabará, e Villa do, digo, e Serro do Frio, e que cada uma dellas tem pouco mais ou menos 120 mil almas, sendo a mais povoada a do Rio das Mortes, cuja cabeça de Comarca é a Villa de S. João d'El Rey.

O referido é verdade e por isto passei esta em Lisboa a 22 de Setembro de 1805.
Luis Fortes de Bustamante e Sá.

Transcrição: Thais Nivia de Lima e Fonseca*

FONTE: [REQUERIMENTO do padre Manoel da Paixão e Paiva solicitando nomeação para cadeira de gramática latina da Vila de São João del-Rei].
Fundo Ministério do Reino. *Arquivos Nacionais da Torre do Tombo* (Lisboa), Mç 3518, 1803/1805.

* Foi respeitada nesta transcrição, a grafia original do documento.

Capa
Casarão construído em 1897 pela Comissão Construtora da Nova Capital para residência do Secretário de Finanças. Foi sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte até 1938, quando nele se instalou o Arquivo Publico Mineiro.

Renato Augusto de Lima (Ouro Preto, 1893 - BH, 1978). Antigo prédio da Prefeitura de Belo Horizonte. Óleo s. papelão, década de 1930, 45,0 x 55,5 cm. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto, BH.

Folha de rosto
Termo de abertura do livro de inscrição de candidatos a concursos e preenchimento de cargos do Arquivo Público Mineiro, assinado pelo secretário-arquivista Rodolpho Jacob e pelo diretor José Pedro Xavier da Veiga. Ouro Preto, 1898. APM-JXV-Cx.8-Doc. 01.

Expediente
Antiga sala da Seção Provincial do Arquivo Público Mineiro em novembro de 1922. APM-3-001(01)

Sumário
Listagem de documentos da Delegacia Fiscal, década de 1940. APM-OB, 1-009.

Editorial
Novo mobiliário da Sala João Gomes Teixeira do Arquivo Público Mineiro. Segundo padrões internacionais de guarda de documentos, nela se encontram os códices mais antigos da instituição com data inicial de 1605.

Páginas 108 e 109
Manuscrito do diário de viagem de Caio Prado Júnior a Minas Gerais em 1940. Arquivo IEB/USP - Fundo Caio Prado Júnior, cx. 1B, caderno n. 6.

Páginas 130 e 131
Manuscrito de Sigmund Freud por ele intitulado "Normalschema" e incluído no envelope enviado para Wilhem Fliess em janeiro de 1895, contendo o Rascunho G. sobre a melancolia. MASSON, Jeffrey Moussaieff. *Correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhem Fliess, 1887-1904.* Rio de Janeiro: Imago, 1986.

Páginas 148 e 149
Missa Campal celebrada em 7 de setembro de 1895 na região do Parque Municipal, em Belo Horizonte. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto. BH. Álb. 01-007.

Páginas 162 e 163
Vista parcial de Mariana, MG. Autor J.S.L. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG, 07.

Página 171
Atestado emitido pela Câmara da Vila de São João del-Rei em 1803 para fundamentar requerimento de provimento da cadeira de gramática latina do padre Manoel da Paixão e Paiva. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa). Microfilme/Fundo Ministério do Reino, mç. 3518, 1803/1805.

O prédio do Arquivo Público Mineiro na década de 1930.
Fotografia de Renato Augusto de Lima. Coleção Luís Augusto de Lima, Nova Lima, MG.

Agradecimentos
Associação Cultural Arquivo Público Mineiro (ACAPM)
Eneida Maria de Souza
Instituto de Estudos Brasileiros/USP
Luiz Octavio Augusto de Lima
Museu Histórico Abílio Barreto
Museu Mineiro
Museu Nacional de Belas Artes
Sônia Larica Magalhães Alves
Vanda Pignataro
Aos técnicos do Arquivo Público Mineiro